

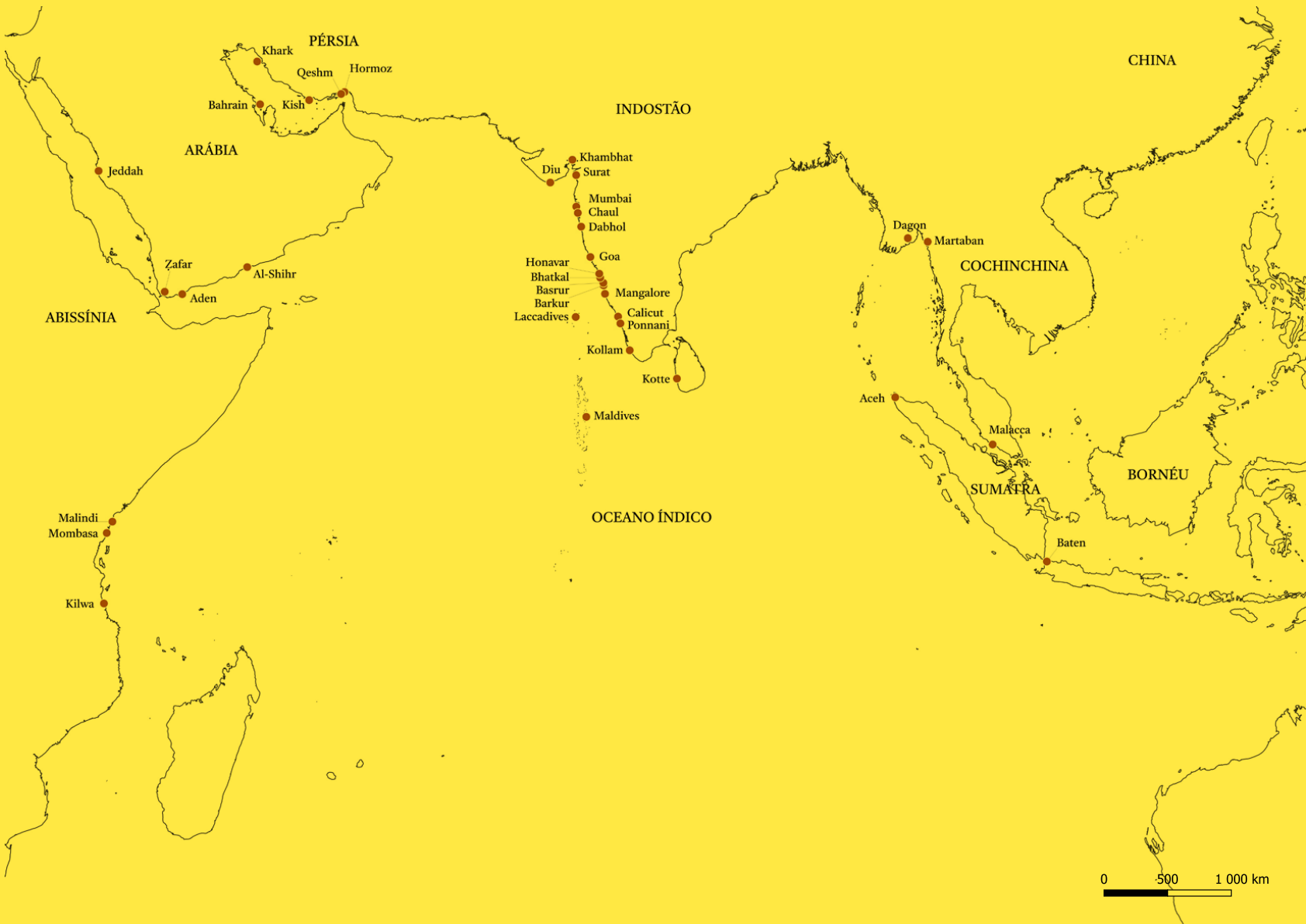
ORMUZ

FEITORIA DOS IGREZES

COMORAM.

ORMVS.

RIO.



1 Principais portos do Índico Ocidental no final do século xv.

Sanjay Subrahmanyam — Vasco da Gama, legende & tribulations du vice-roi des Indes. Paris, Chandeigne, 2023, p.

INTRODUÇÃO

- O REINO DE ORMUZ**
Um senhorio marítimo, a cidade entreposto
O Golfo Pérsico, um mundo em transformação
Ormuz, uma fundação urbana recente, e uma ilha num sistema em rede
- A CIDADE DE ORMUZ**
O palácio do rei, séculos XIV–1539/1540
O «madraçal»
As casas de «Cojeatar»
O arrabalde
Casas da cidade
Dispositivos de defesa da cidade
A ilha como *umland*
- INCIDÊNCIA DA PRESENÇA PORTUGUESA**
À vista da cidade, a inscrição católica na paisagem
A fortaleza
A igreja dentro da fortaleza
A praça e o terreiro da fortaleza
A igreja da Misericórdia e o hospital
Os portos
A alfândega, a xabandaria
Título de cidade
Apontamentos sobre a população
- A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA NA CIDADE**
A Ordem dos Pregadores
A Companhia de Jesus
Disposições do Concílio Provincial de 1567
A Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho
Acção local da Igreja pós-tridentina
A Ordem dos Carmelitas Descalços

- O DESENHO DA CIDADE**
- O BANDEL DO COMORÃO**
- A ILHA DE LĀRAK**
- A ILHA DE QIŠM**

A ilha, espaço vital de Ormuz
Sinais da presença portuguesa na ilha
Lugares de aguada e fortificações preexistentes
Edificação da fortaleza, cerco e capitulação
A ilha de Qišm após a queda do reino de Ormuz

- ALGUNS PASSOS DA PERDA DO REINO DE ORMUZ**
A perda do bandel do Comorão
O comércio da seda, diplomacia em desencontro
A decisão de construir a fortaleza de Qišm
A introdução da milícia que se usa na Europa
Defesas da cidade e fortaleza de Ormuz
Após a perda do reino de Ormuz

UMA ÚLTIMA NOTA SOBRE A FORTALEZA DE ORMUZ

ABSTRACT

Referências

Imagem da capa
Pedro Barreto de Resende, ‘Ormvs’.

in *Livro do Estado da Índia Oriental*, 1646, British Library, Sloane 197, fl. 155v–156, C13865–35.
Cedida por British Library.

Introdução

ORMUZ, uma ilha no Golfo Pérsico, foi o nome de uma cidade magnífica, e de um reino, que floresceu às portas do oceano Índico, entre os séculos XIV e XVII. No início de Quinhentos, em 1507–1508, e a partir de 1515, com o governador Afonso de Albuquerque, o senhorio de Ormuz sujeitar-se-ia à condição de um protetorado imposto pelas forças da Coroa de Portugal. Em 1622, em face do cerco e conquista da cidade de Ormuz, pela acção conjugada do exército iraniano e de uma armada inglesa, no quadro de um acordo anglo-persa, a rendição dos portugueses, e a entrega da fortaleza determinam o fim do protetorado português, a queda do reino de Ormuz, e a sua integração na Pérsia.

A época de presença portuguesa e a incidência de certos aspetos de transformação arquitetónica e urbanística, na cidade de Ormuz e no seu espaço periurbano, são objeto do estudo.¹ Considera-se igualmente, em particular, a relação da cidade, com o Bandel do Comorão e a ilha de Qišm, sob certos aspectos em particular, na medida em que representavam o espaço vital que, em larga medida, sustentava a vida em Ormuz.

Compreendendo numerosas ilhas e lugares em diversas regiões costeiras, Ormuz — reino e cidade maior portuária — apresentava, nos alvares do século XVI, uma complexa paisagem cultural, na qual entraram os portugueses, alcançando, em 1507, pela imposição de força e negociação, a instituição de um regime de protetorado, enquadrando o assentamento local de uma posição portuguesa. A situação que se viveria em Ormuz seria assim fundamentalmente distinta e mais complexa (pela inscrição regional do reino, envolvendo o mundo islâmico, e a sua natureza e a extensão geográfica), por comparação com que a experiência que se vivia no Magrebe, em vilas e povoações tomadas pelos portugueses, ou em outras partes. Mediante o «contrato de paz» firmado, o rei de Ormuz fazia-se vassalo de D. Manuel I. Mantinha independência de governo e administração do seu reino, obrigando-se a um tributo anual: pagava um valor fixo de páreas, nas rendas do seu reino, e dava o lugar, para a construção de uma casa para guarda da fazenda da Coroa portuguesa, recebendo em troca, o seguro de protecção pelas forças portuguesas. A compra e venda das mercadorias de el-rei de Portugal teriam isenção de direitos, e as dos portugueses, seriam livres dos mesmos à entrada. Desde o primeiro momento, como João de Barros deixa entrever, a expectativa relativamente às condições negociadas, por parte do poder ormuziano, e os objectivos visados, pela parte portuguesa, eram distintos; estes evoluíram, ao longo de Quinhentos, levando a novos acordos. A Coroa portuguesa prosseguiria os seus interesses de exploração comercial, com a suficiência do investimento militar que procurasse bastar a defesa dos mesmos. É certo que teve ao seu serviço homens de autoridade e probos, no entanto, seriam por demais os sinais da condição humana, levando oficiais do governo e da administração da capitania a acções, no plano oficial, como particular, que suscitariam reparos e queixas, inquéritos e medidas, com as quais o governo de Portugal procurava por cobro, em mandados emitidos aos vice-reis da Índia. A partir de meados de Quinhentos, com o empenho de ordens religiosas, e a recepção do Concílio de Trento, a nível da Igreja provincial, em Goa, intensifica-se a missão de expansão da fé. Em Ormuz, a dimensão de cristianização iria interferir com o modo de vida de tolerância e coexistência, que tornara esse porto um dos grandes entrepostos comerciais, entre o Índico e o Mediterrâneo, e a cidade, um lugar florescente de encontro de gentes de diversas nações, etnias, religiões e culturas.

O quadro esboçado implicou uma significativa transformação do espaço da cidade ormuziana, que afectou a sua malha e a imagem urbana. Estudos existentes, e numerosos relatos de viajantes, já permitiam formar uma ideia acerca da cidade de Ormuz, antes da entrada dos portugueses, enquanto que a investigação realizada

envolvendo o património de influência portuguesa oferecia a base elemental de informação relativa aos edifícios identificados. Com o trabalho agora realizado, procura-se intersectar o conhecimento individualizado das obras, consolidando-o, em certos casos, por meio de dados mais precisos a respeito da forma arquitectónica, cronologia das edificações e autoria, com o modo como a apropriação de edifícios preexistentes, e a inserção urbana de novas edificações, mormente a implantação, e sucessiva actualização e expansão da fortaleza, provocaram uma profunda alteração do contexto preexistente. Acresce igual atenção a obras correntes, não eruditas, que não têm sido consideradas, e eram instrumentais na complementaridade de funções desempenhadas em suporte da fortaleza, do porto e da comunidade de portugueses e «cristãos da terra». A descrição e o registo de processos de obra evidenciam o que foi um encontro, entre a intenção que presidiu à edificação e o seu desenho, por um lado, e a realidade da sua execução material e tecnológica, combinando matéria e peças, segundo tradições de construção, que se alargavam ao arco das margens do Índico, a oriente, e implicando gentes, de diferentes nações, que nela participavam, oficiais de diferentes especialidades ormuzianos, malabares, lascarins e portugueses, entre outros.

Quanto ao próprio espaço urbano, é matéria de estudo a transformação da sua estrutura, em resultado de demolições efectuadas, da reconversão de edifícios, e a alteração de lugares centrais e do tecido social, entre posições do poder e da sociedade ormuziana, e posições de portugueses, casados e «cristãos da terra», ocorridas por efeito de acções realizadas pela capitania, acentuadas, a partir de último terço do século XVI, por aquelas envolvendo a Igreja católica. Na procura de entender o quadro edificado e as formas de vida, numa paisagem tão exigente quanto a da cidade e ilha de Ormuz, o horizonte do seu espaço vital impunha considerar a relação da cidade com o espaço periurbano, *umland* que é a própria ilha, e na realidade, os sítios próximos, em terra firme, e na ilha vizinha de Qišm, formando a unidade de uma «célula territorial» (uma expressão de Jean Aubin).

A identificação de lugares da cidade, de edificações e da paisagem artificada implicaram a pesquisa efectuada, por igual, em texto, e em imagem, recolhendo descrições, revisitando fontes documentais conhecidas, para captar fragmentos de informação dispersa em relatos de acontecimentos, atentando a pequenos indícios da forma como se desenrolaram no espaço, e de uso e descrição dos edifícios. Os dados foram coligidos e tratados, tanto quanto possível, segundo uma objectividade factual, procurando reter, na sua formulação original, traços de um olhar coetâneo. Foram observadas, igualmente, representações em imagens e em cartografia, ainda que ulteriores, seguindo o processo regressivo de interpretação crítica. Em função das fontes documentais e iconográficas tratadas, esse olhar representa predominantemente um dos lados, aquele produzido no exercício do protetorado português, em Ormuz, e o do visitante estrangeiro. Por uma limitação de circunstâncias em que a investigação acabaria por decorrer, não seria possível apresentar, equivalentemente e de forma apropriada, com justeza, um outro ponto de vista, o dos poderes da região, e das comunidades locais, com as suas formas de vida, como não foi possível considerar a produção científica correspondente, incluindo, em particular aquela referida a prospecções arqueológicas.

A referência e creditação de obras e publicações documentais principais e conhecidas, e bem assim de contributos de informação e estudos específicos será efectuada, ao longo do trabalho. Indicam-se, no início, alguns autores, cujas obras e contributos de informação formaram uma base de referência, pela sua relação com a área da arquitectura e urbanismo, em que se situa o estudo, e por constituírem um horizonte de conhecimento para aferição de

conclusões e hipóteses formuladas. Assim, destacam-se, em particular, os estudos de Jean Aubin (1971 e 1973); os trabalhos de campo e estudos realizados por Wolfram Kleiss (1978), no âmbito de Deutsches Archäologisches Institut — Euroasien-Abteilung, em Teerão; João Teles e Cunha (2002); a missão e trabalhos realizados por João Campos, no âmbito do Serviço Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian, a tese de doutoramento (2008) e estudos subsequentes; as entradas e conteúdos do portal da Fundação Calouste Gulbenkian, ‘Heritage of Portuguese Influence Portal’ (HPIP, 2007–2012); e as edições da responsabilidade de Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro (2008); de José Mattoso (coord.) (2010); de Rudi Matthee e Jorge Flores (2011); e de José Pedro Paiva e Roger Lee de Jesus (2023), considerando o catálogo editado no âmbito de exposição efectuada no Emirado de Sharjah (Emirados Árabes), e de Walter Rossa (2023).² Acrescenta-se a referência particular de trabalhos elaborados por Igor Outeiro (2023, 2024), e da investigação em desenho e cartografia, desenvolvida por Mariana Carvalho, que é parte integrante deste trabalho.³

Conclui-se o estudo com um condicionamento de tempo e âmbito de desenvolvimento, que deixam entender quanto é ainda e tão só um trabalho em prossecução.

1 O REINO DE ORMUZ

Um senhorio marítimo, a cidade entreposto

O reino de Ormuz (em ormuzi «Armūz/Harmūz», em persa clássico «Hurmuz/Hurmūz») exerceu o senhorio sobre certos territórios do litoral iraniano, alcançando Šilāwna costa de Fārs; as ilhas do golfo Pérsico, em particular Barém (Dawlat al-Baḥrayn), mas com excepção de Khārg, e por breve tempo, Qaṭīf, no litoral da Arábia; e na costa da Arábia, algumas cidades do litoral de Omã, desde de Ġulfār e a costa de Bātina, até Qalhāt. O domínio correspondia apenas a uma faixa da orla marítima, e não se estendia em profundidade para o interior (Fig. 25).⁵ Considerando a posição geográfica do reino, Jean Aubin observaria que os textos do mundo islâmico daquele tempo não empregavam a expressão «Golfo Pérsico», para designar o espaço marítimo entre a península arábica e a Pérsia (ainda que presente na nomenclatura de geógrafos muçulmanos). Antes, vertendo em tradução os nomes árabes e persas, o sentido denotado seria o de «Pays des Côtes», por vezes «Les Côtes et les Îles», ou ainda «Pays maritime», e no século XIV, «Passage».⁶

Era esse o território fluido de costas e ilhas, que o reino de Ormuz compreendia, dominando por meio de vínculos de interdependência e vassalagem, com a imposição de tributos (páreas) a senhores locais, obrigação que por sua vez também o rei de Ormuz cumpria perante o Xá da Pérsia. Acrescia o pagamento de «mocarrarias» (muqarrariya) a senhorios dos litorais, assegurando a liberdade de circulação e protecção das caravanas, que demandavam o porto de Ormuz, e das cáfilas de mercadores, face a atividade corsária de certas comunidades costeiras, em áreas do Golfo e do mar de Omã.

Ormuz sustentava-se como eminente entreposto, onde convergia o trânsito de mercadorias do Índico, que desde o Sudeste Asiático, seguia para o Mediterrâneo e a Europa, por via de Baçorá (al-Baṣrah), Bagdad e Alepo, ou, com menor incidência, pelo Irão e a Rússia; e se recolhiam a produção do seu senhorio, e as mercadorias que afluíam aos seus portos, em caravanas provenientes das terras e mercados do interior do Irão, da Arábia e de Omã. Infinitas mercadorias e bens, pérolas e aljófar, cavalos, especiarias, sedas, tecidos de algodão, metais, cerâmica da China, entravam, desse modo, através do porto daquela ilha, nos circuitos marítimos (e terrestres) de distribuição, em direcção a Ocidente, como a Oriente, com especial intensidade de relações com o Indostão.

As instruções consignadas no Regimento dado a D. Francisco de Almeida (vice-rei 1505–1509), quando parte para a Índia, não incluíam

disposição alguma relativamente ao Golfo Pérsico e a Ormuz. Tal poderia sugerir que ainda não existia uma visão sobre a importância da via de navegação pelo Golfo, e sobre a posição estratégica, que a ilha e cidade de Ormuz poderiam deter, do ponto de vista comercial, para os interesses da Coroa portuguesa, no Estado da Índia. Todavia, não seria o caso: a literatura de viagens, e bem assim relatos de viajantes e descrições sobre a riqueza e imagem da cidade eram conhecidos, em Lisboa. Estima-se que informação importante sobre a cidade de Ormuz teria chegado às mãos de D. João II, por via de Pero da Covilhã, relatando uma parte das viagens, de que fora incumbido pelo rei, e já realizara, entre 1487 e 1489, incluindo a sua estada na Índia, e a ida a Ormuz e a Sofala.⁷

A entrada do Mar Vermelho, e o golfo Pérsico e o reino de Ormuz estariam no foco das duas armadas enviadas, logo em 1506, sob o comando dos capitães-mores Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque. Em breves anos expandia-se o conhecimento do quadro de relações económicas, políticas e militares existentes, entre os diferentes estados da Índia. A presença portuguesa inscrevia-se, por intermédio de acordos e alianças, e por meio de campanhas ofensivas, que estabeleceram a supremacia naval, interceptando a navegação, e saqueando os navios de mercadores «mouros»,⁸ no Índico, e na rota do mar Vermelho. Em terra, consolidava-se com a tomada de lugares e fortificação, nas costas do Índico, e numa visão alargada ao Sudeste asiático. Com a conquista das posições-chave de Goa (1510) e Malaca (1511), e o estabelecimento do protectorado de Ormuz (1515), Afonso de Albuquerque lançava as fundações do «império do Oriente».⁹

O Golfo Pérsico, um mundo em transformação

Quando o acordo que estabelece o protectorado português, em Ormuz, é confirmado, em 1515, após uma diplomacia de contactos e embaixadores enviados pelo rei de Ormuz, a D. Manuel I, e trocados entre o Šāh Ismā‘īl e o governador do Estado da Índia, o quadro político-militar e comercial, no Médio Oriente e no Golfo Pérsico, já se encontra em profunda transformação, relativamente aquele que teria sido retratado por Pero da Covilhã, e foi conhecido e relatado por Duarte Barbosa, nas suas viagens. O império Otomano estava em vias de expandir a sua área de domínio, com a conquista do sultanato Mameluco do Egipto, em 1517, e partes da *Arabia Felix*, incluindo Meca, com pequenas incursões ao longo das costas da África Oriental. Na sua frente oriental, dão-se confrontos bélicos com a Pérsia, nos anos trinta e quarenta, e sucede a conquista da cidade de Bagdad (1534), que era safaída. Nas margens do golfo Pérsico, Baçorá (al-Baṣrah), cidade de estratégica ligação comercial com Ormuz, é incorporada sob domínio turco, em 1546, e bem assim outros senhorios do litoral. A passagem de Qaṭīf, que integrava o domínio ormuziano, para a esfera de influência dos otomanos (1550),¹⁰ a pressão sobre o Barém (Dawlat al-Baḥrayn), e a rendição e tomada de Mascate (Masqaṭ), por duas vezes, no século XVI (em 1552, antecedendo o cerco de Ormuz; e em 1581–1588) tinham alterado o quadro em que florescera o reino de Ormuz, nos séculos XIV e XV, e o contexto em que passara a existir, sob o protectorado português. Por sua vez, na Pérsia, que tinha a terra como base essencial do regime, a dinastia safaída toma o poder, em 1501, e avança sobre a linha da costa, um espaço onde até então apenas tinha exercido uma influência política ou militar relativamente menor.¹¹ Esta conjunção de forças, entre o império Otomano, que se encontrava envolvido em duas frentes de hostilidade, uma no Mediterrâneo, frente aos reinos cristãos da Europa, e outra frente à Pérsia; e a Pérsia, que por sua vez acolhia, nos seus territórios, comunidades de tradição cristã (arménios e cristãos de São João), que os portugueses esperam trazer à Igreja Católica Romana, colocava os portugueses, com domínio naval, numa posição de agentes de uma eventual convergência de interesses com os persas. Todavia, os contactos diplomáticos seriam de natureza intermitente,¹² e não sem mútua e desconfiada vigilância, e oposição, em situações relacionadas com obrigações tributárias, e direitos, na

alfândega de Ormuz, e, em certos momentos, motivadas por ofensas religiosas, em particular, por força de acções de proselitismo cristão.

Em Quinhentos, o reino de Ormuz ainda continuava a ser um espaço caracterizado maiormente pelas intensas relações com o mundo árabe e o Indostão, através de um grande número de habitantes, na sua maioria sunitas de língua árabe, e indianos hindus, da sua gastronomia, e, especialmente, dos seus fluxos comerciais.¹³ Por essa via, a condição do reino e da ilha de Ormuz, era tão estratégica para os interesses da Coroa de Portugal, justificando a importância conferida à fortaleza e à presença na cidade, a par de Goa e de Malaca as mais relevantes do Estado da Índia. Mas seria necessário aprender a situar-se, num contexto de governos e sociedades islâmicos, com movimentações políticas e militares, em contínuo desenvolvimento, ao longo do século XVI e XVII.

Ormuz, uma fundação urbana recente, e uma ilha num sistema em rede

A cidade de Ormuz é fundada, no século XIV, na ilha de Gerum (Ġarūn). Deve a sua condição à trasladação da população e do poder, de uma antiga cidade portuária homónima, situada em terra firme, próximo da embocadura do rio Mīnāb, e em relação com rotas de caravanas. A mudança foi provocada por uma alteração da sua condição de importante porto da Antiguidade.¹⁴ A função primordial já então se encontrava comprometida pela pouca profundidade da água, na linha de costa, à luz da evolução do calado das embarcações, e pelo assoreamento do curso fluvial, que deixara a estrutura urbana remetida para o interior, na época, à mercê de incursões dos Tártaros.

A ilha de Ormuz inscreve-se a curta distância da linha de costa, que forma um «arco de círculo litoral»,¹⁵ o que tornava o seu porto facilmente acessível, a partir de vários pequenos portos existentes na frente continental. Entre a terra e a ilha, e contornando igualmente a ilha de Qīshm, passava a principal via de navegação do Golfo, que costeava o litoral do Irão.¹⁶ Naquele arco da terra firme situava-se uma parte dos «territórios exteriores» do reino de Ormuz, o Mogostão (Muġistān), onde as rotas de caravanas convergiam na planície à beira-mar, alcançando os pequenos portos de embarque para Ormuz.¹⁷

Mas a ilha tinha, também, uma posição-chave como porta do Índico, controlando a passagem junto ao cabo Roçalgate (Ra's al-Hadd). Era fundamental a relação com a fachada marítima de Omã, e os portos da sua faixa litoral, que em parte integravam os territórios exteriores do reino de Ormuz. Na aproximação ao Estreito, as condições de navegação levavam a que as rotas seguissem próximo da costa de Omã, uma situação referida em documentos portugueses, que relatam a travessia da Índia em direcção ao Estreito.

Não seria possível representar com precisão a área das frentes marítimas, na qual se inscrevia a complexa rede de relações, entre o reino de Ormuz e os senhorios locais, do lado do Irão, como do lado da Arábia e Omã, e de influência exercida além dos territórios associados por um vínculo político, com desenvolvimento variável, no tempo do protectorado português. As ligações e os interesses comerciais eram além do mais tão relevantes, que inclusive persistiam, mesmo num contexto de confronto militar entre as partes.¹⁸

A forma levemente ovalada da ilha, que se encrespa, rochosa e montuosa, na sua metade sul, desenvolve-se em planície aluvial, a norte, rematando numa ponta (Fig. 27). Aí se implantava a cidade, entre as frentes marítimas de nascente e poente, que ofereciam boas condições de enseada e porto. No entanto, as águas eram pouco profundas, junto a terra, as embarcações varavam na praia (Figs. 19, 20). A levante, o surgidouro era em águas mais profundas, ao largo;¹⁹ mercadorias e pessoas transladavam-se para terra em barcos mais pequenos. A poente acostavam principalmente as terradas,²⁰ que circulavam diariamente entre as ilhas e a terra firme.

As condições portuárias eram as mais adequadas, mas a ilha constitui um desafio, do ponto de vista da habitabilidade. Um

clima muito quente, tórrido e seco, precipitação infrequente, mas intensa,²¹ e características geológicas e geomorfológicas singulares (em grande parte, um domo de sal; rochas ígneas e vulcânicas, e rochas ferruginosas, entre outras, formam uma paisagem, em certos pontos, de cor branca e encarnada) determinam a completa esterilidade da ilha, a falta de nascentes de água, que não seja salobra, a quase ausência de ribeiros, e uma reduzida e pontual cobertura vegetal, e, apenas a nordeste, um manguezal. O abastecimento da cidade dependia assim de um sistema vital de carregamento diário de mantimentos, água potável e lenha, e todos os bens necessários, pelas terradas, principalmente da ilha vizinha de «Queixome» (Qīshm) e do «bandel do Comorão», em terra firme. Esses espaços exteriores à ilha constituíam o seu próprio *umland*. Duarte Barbosa observaria que os «os mouros honrados teem todos na terra firme quintas onde se vão muitas vezes dezenfadar, principalmente no Verão».²² Nesse sentido, Jean Aubin formula a ideia de que o «Muġistān e Qīshm formam, com Ġarūn, a célula territorial, no seio da qual se efectua uma intensa circulação dos homens e dos produtos».²³ Era um espaço vital de relações do quotidiano, e de contínuo domínio político, e de controlo do tráfego comercial que alimentava a cidade e sustinha o reino de Ormuz, numa triangulação próxima, que compreendia a terra firme litoral, e as duas ilhas de Qīshm e de Ġarūn (Figs. 17, 26).

2 A CIDADE DE ORMUZ

Jean Aubin sintetiza a ideia: Ormuz é uma «cidade sem antecedentes, de duração circunscrita, pertencendo a um só tempo de evolução urbana; cidade fronteira, no ponto de encontro do mundo iraniano, do mundo árabe e do mundo indiano».²⁴ Por sua vez, Duarte Barbosa observaria que a cidade era «logar bem assentado e arruado, de muitas e boas praças».²⁵

Cidade com gente de muitas nações, culturas e credos, habitando de forma miscigenada e não repartida em bairros, inclusive partilhando a mesma casa. A malha urbana seria um intricado de estreitas ligações pedestres, entre um casario denso, cuja organização em quarteirões não seria tão evidente, quanto aparenta, na cartografia portuguesa coetânea. Porém, havia uma noção de orientação, que era dada por algumas ruas estruturadoras das direcções principais de circulação (Figs. 5, 6, 26).

O reconhecimento da cidade e da fortaleza é efectuado por uma conjugação de dados de vária natureza. Descrições do espaço urbano, em texto e observação de imagens, incluindo menções surgidas a propósito de edifícios e da sua inscrição urbana, e relatos de acontecimentos ocorridos, envolvendo espaço público e edifícios. E observação de imagens através de desenho e redesenho, conferindo representações em plantas e vistas, cartografia e iconografia antiga, com o estudo da morfologia contemporânea do parcelamento e de espaços de circulação, analisando indícios de permanência de ocupação antiga. Desse modo se formulam hipóteses de leitura, conhecendo, todavia, quanto seriam decisivos os contributos e a possibilidade de validação por trabalhos de arqueologia.

O palácio do rei, séculos XIV–1539/1540

Na parte mais qualificada, a norte, na «ponta de Morona»,²⁶ encabeçando a massa construída da cidade, elevava-se o palácio fortificado dos reis de Ormuz. Fora construído no início do século XIV, e ampliado subsequentemente.²⁷ A sua imagem na cidade devia ser impressiva, pela extensão e elevação das fachadas, de grande espessura, reforçadas por nove ou dez baluartes de gesso branco.²⁸

O palácio implantava-se no ângulo nordeste da cidade, e destacava-se na malha urbana, pela extensão das suas frentes livres, a norte e nascente. O conjunto de edificações teria portas voltadas a este e a sul, e talvez a poente (uma vez que aí passaria uma rua). Poderia ter

existido uma porta a norte, pelo menos enquanto o rei se apropriou da torre levantada defronte, por Afonso de Albuquerque, na sua primeira entrada em Ormuz, estabelecendo uma ligação com o palácio.

Desenvolvia-se em volta de «hum grande pateo», a que se podia aceder a cavalo, e tinha «hum alto terrado».²⁹ Aproximadamente no ângulo sudoeste do palácio, situavam-se as «urracas» do rei, confrontando com uma rua a poente.³⁰ Nas lógias do piso térreo do palácio, estava guardada e enterrada a artilharia dos reis de Ormuz (cerca de 140 peças), que Afonso de Albuquerque alcançaria lhe fosse entregue, em 1515, para instalar na fortaleza, na realidade um efectivo plano de desmilitarização do reino.³¹ No contrato negociado de novo entre o governador D. Duarte de Meneses e o rei de Ormuz, em 1523, constam disposições impondo que todas as armas em depósito no armazém do rei fossem entregues, para serem guardadas na fortaleza, restringindo o número de mouros que podiam trazer armas, ao rei e ao vizir, e respectivos filhos e parentes, e aqueles que detivessem cargo de justiça e «bem da guerra», e determinando que, no reino de Ormuz, não houvesse «homem de guerra que se chamam lascarin senam pera serviço do rei».³²

A um nível superior do palácio, abriam-se varandas e janelas; ofereciam uma vista panorâmica sobre a paisagem marinha e o litoral de terra firme, e sobre o surgidouro. A sua posição no espaço urbano era utilizada como lugar de comunicação pública. Em 10 de Outubro de 1507, aquando do acordo de paz e o contrato, o encontro entre o rei Ceifadim (Sayfuddīn), acompanhado de Coge Atar (Ḥwāga 'Atā), Raez Nordim (Ra'is Nūruddīn), e de seus oficiais, emires de sua casa, e Afonso de Albuquerque, foi realizado numa estrutura, junto ao palácio real, descrita como «hũa ponte de madeira tã metida dêtro no mar», um «cerame» ou «varãda que sahia aho már».³³ A ponte estava «toda cubérta de ricas alcatifas, e toldáda de panos douro, e sêda daquellas pártes, onde elrey se assentou em seu assento, esperando que Affonso Dalboquerque viesse» nos seus batéis.³⁴

A comunicação pública também era efectuada a partir da cobertura em terraço. Em 1515, a receber o cortejo que acompanhava Afonso de Albuquerque e o rei às suas casas, «que por sua cirimonia estauão fechadas; e de cyma de hum alto terrado, huns moços de grandes falas em altas vozes lhe cantarão huma arenga de grandes louvores e benções, que acabada derão de dentro grande grita, tangendo muytos atabaques e trombetas».³⁵ Numa outra ocasião (estando em dúvida, se o rei teria sido retido por Afonso de Albuquerque), foi armado no terrado, porque «o sol era grande», «hum sobreceo, em que ElRey estaua assentado em sua almofada, e com alcatifas em que o Resnordim [Ra'is Nūruddīn], e os outros, estauão assentados, fallando com os debaixo».³⁶

O palácio seria demolido, cerca 1537–38, no tempo dos capitães D. Pedro de Castelo Branco (1536–1538; 1540–09.1541) e Martin Afonso de Melo (1539–1540), segundo informação do rei Salgūr Šāh II (r.1535–1543).³⁷ A demolição abrangeu outras casas, na frente norte, para ampliação da esplanada da fortaleza portuguesa, que se tinha implantado na ponta da cidade. Deu-se essa intervenção urbana num período de grande turbulência política em Ormuz. Em 1539, o vizir fora morto pelos portugueses.³⁸ O rei encontrava-se preso em Goa (1541–1544), por questões políticas recentes, envolvendo o vizir e o capitão da fortaleza; outras questões políticas já tinham obrigado a um período anterior de exílio em Goa.³⁹ Ocupava o trono, interinamente, um filho de Salgūr Šāh II, ainda criança, talvez o futuro rei Tūrān Šāh V.

O «madraçal»

Em face do palácio real situava-se uma madraça com um minarete; fora construída durante o reinado de Tūrān-Šāh I (r. 1347–1377/78?). Segundo Jean Aubin, tratar-se-ia de uma edificação característica das cidades islâmicas, que reunia um hospital, uma pousada e uma mesquita,⁴⁰ neste caso, talvez uma casa de oração com particular

relação com a casa real. Com o estabelecimento do protectorado português, o hospital dos portugueses foi instalado na parte do madraçal dedicada à assistência de doentes e viajantes. João de Barros dá a entender que uma grande casa, que tinha sido cedida a Afonso de Albuquerque, era a própria madraça: «e elle Afonso Dalboquerque apousentou se em hũas grandes casas, que lhe despejaram, que seruiam de ospital a que elles chamam madraçal, as quaes eram junto da fortaleza».⁴¹ Por sua vez, Brás de Albuquerque transmite a resposta do rei de Ormuz a Pero de Albuquerque: «o Esprital, que lhe Pero Dalboquerque mandava pedir, era huma casa de oração, que os seus antepassados fizeram pera recolhimento dos doentes, e peregrinos que a Ormuz viessem».⁴² Conserva-se um primeiro registo de despesas do hospital, datado de 1516.⁴³

Depreende-se que o complexo da madraça estaria implantado na frente norte da malha urbana, interpondo-se, em parte, entre as casas do rei e a fortaleza. Por ocasião de uma revolta da cidade contra os portugueses, em 1521–1522, Ra'is Šarafuddīn «mandou fazer hũa stãcia nas casas delRei, & outra no nosso spital, que ficaua entre ha nossa fortaleza, & has mesmas casas», e «da stançia do spital faziam hos mouros muito damno com ha artelharia na fortaleza».⁴⁴

A madraça seria talvez a casa a que se refere Góis, testemunhando um ambiente intelectual e uma importante dimensão cultural e de estudo da vida na cidade: «[t]ẽ em tudo tanta poliçia, & vsam tanto ho exerçio de letras, *que* em hũa casa que pera isso edificaram nesta çidade, vem todolos dias ler hũ homem docto, Chronicas, & Historias de Alexandre, & Dario, & outras antiguas, & modernas, & liuros de doctrina, ha qual liçam vem ouuir muitos homens, assi velhos, quomo mançebos, cousa muito digna de louuar».⁴⁵ António Tenreiro, que esteve cinco ou seis anos em Ormuz, e partiu em 1528, refere a existência de um «alpendre grande», onde, «a certas horas do dia, pela manhã e à tarde», lê um mouro velho crónicas antigas, assim de Alexandre como de outros varões ilustres; isto fazem para os mancebos se costumarem bem».⁴⁶

O ambiente intelectual e de cultura árabe-persa continuaria, durante o protectorado da Coroa portuguesa. Em 1606, Nicolau da Orta Rebelo observa que se leem «inda hoje em dia nesta cidade as Historias de Homero, Alexandre, e de Dario, e outras Historias antigas dignas de memoria; e passando eu hum dia pelas cazas del Rey, vi as Escolas junto a seus Paços, e os Mestres que ensinavão».⁴⁷ Nessa altura, o palácio do rei e a madraça situavam-se na área poente da cidade. No decurso de escavações arqueológicas realizadas na parte antiga da cidade de Ormuz, por Aurel Stein, em 1931 e 1933, foi identificada uma estrutura, que foi reconhecida como «madreseh», significando 'escola', na língua persa.⁴⁸

Certas obras elaboradas por portugueses e outros estrangeiros que passaram por Ormuz, enquadram-se nesse ambiente de cultura e debate. Seriam exemplo, as obras de Pedro Teixeira,⁴⁹ que permaneceria em Ormuz, entre 1593 e 1597, e de novo em 1604; e de Frei António de Gouveia,⁵⁰ religioso agostinho, que desempenhou várias missões diplomáticas, como enviado, entre as cortes do Šāh 'Abbās e de D. Filipe II; e a acção dos irmãos italianos Giovan Battista e Gerolamo Vecchiatti, que além da actividade diplomática e comercial, tiveram *scriptorium* em Ormuz, e eram colecionadores de manuscritos orientais (persas, árabes, turcos, coptas e sírios), que levariam para Itália.⁵¹ Estes autores dão conta do interesse e curiosidade pelo Irão e áreas regionais vizinhas, dedicando-se ao estudo e transmissão de cultura e história, e a estudos da Antiguidade referidos a essas regiões. Inclusive Sebastião Lopes Lobato, feitor de Ormuz, em longa carta a D. João de Castro, em 1546, entre vários assuntos, refere com apreço uma obra sobre «feytos d'Alixandre e doutros varoes elustres», que acabava de ser escrita e era enviada ao governador.⁵²

Considerando que os nomes de origem dos dignitários ormuzianos denotavam uma proveniência exclusivamente iraniana, e que na chancelaria e actos oficiais, embora o árabe e o persa fossem empregues indistintamente, os documentos escritos revelavam um maior domínio

da língua persa, Aubin concluiu que «a cultura islâmica, em Ormuz, é de marca iraniana».⁵³ Embora, na origem, a comunidade ormuziana fosse sunita, com uma «forte tradição de asilo a heterodoxos», o rei e a sua casa, e bem assim as famílias de terra tenentes, que detinham cargos e exerciam o poder, na cidade, eram de tradição shi'ita, que enquanto minoria acabaria por se desenvolver, a partir da dinastia safávida, com o Šāh Ismā'il.⁵⁴ O ambiente intelectual que se vivia na cidade de Ormuz incluía uma vertente de discussão, entre religiões, acerca de questões teológicas.⁵⁵ Todavia, a partir de meados do século XVI, na sequência de orientações gerais da Igreja católica e do Padroado Português do Oriente, e por acção local de certos religiosos de ordens regulares, a controvérsia intelectual cede lugar a um confronto, contrário a uma convivência tolerante e prudente, em acções que ofenderiam as comunidades islâmicas, hindu, judia, e de outros credos.

As casas de «Cojeatar»

A rematar igualmente a malha urbana, mas sobre a enseada de poente, situavam-se «hūas casas muy gramdes e bem obradas que cojatar fez».⁵⁶ O regente «Cojeatar» ou «Cóge Atar» (Ḥ^wāḡa 'Āṭā) é personagem fundamental dos acontecimentos, na primeira tomada de Ormuz por Afonso de Albuquerque.⁵⁷ Exercia o governo do reino, em nome de um jovem rei, que era apenas soberano nominal, segundo certa prática recente, que levava a entronizar herdeiros da coroa ainda crianças, e a cegar e afastá-los do trono, quando atingiam o que poderia ser entendido como uma juventude de 'maioridade'.⁵⁸ Todavia, no regime de composição social, política e culturalmente distinta, árabe e iraniana, além de multicultural, considerando a diversidade de gentes a viver em Ormuz, a figura rei, embora com poder reduzido, era o garante da unidade do reino. Era um sistema em equilíbrio de forças sociais, sob a autoridade do vizir, como refere Aubin.⁵⁹

Quando regressa a Ormuz, em 1515, Afonso de Albuquerque faria englobar as casas que tinham sido de Ḥ^wāḡa 'Āṭā, dentro do recinto da fortaleza, com a intenção de as aproveitar, para assentar nelas a feitoria.

O arrabalde

Da frente norte partiam as ruas que levavam ao «arrabalde» mencionado em fontes portuguesas. Por uma rua larga alcançava-se a mesquita maior, situada numa praça, a meio da cidade. A mesquita distava do palácio real cerca de 250 m.⁶⁰ Datava de início do século XIV, e tinha sido ampliada c. 1377/78–c.1400.⁶¹ Era uma formosa mesquita, vasta, sumptuosa, com um muito alto minarete. Don García de Silva y Figueroa, que a viu, já depois de parcialmente destruída, escreve que mostrava ter sido «un grande y soberuio edificio».⁶² O minarete presidia sobre a rota de navegação que seguia entre a terra firme e a ilha, e era visível a partir de cada um dos pequenos portos, que se disseminavam ao longo da linha de costa, em arco de círculo.⁶³

Após a destruição do palácio fortificado, o rei passaria a residir numas casas, que tinham pertencido a a «Reeiz xaraffo» (Ra'īs Šārafuddīn, vizir de Ormuz entre 1522–1530); situavam-se «ao longo do maar», a sudeste da enseada ocidental.⁶⁴ A norte confrontavam com as casas de «Reeiz calçadim, que se implantavam «ao longo do mar», do mesmo lado, e formavam o gaveto, com frente para o terreiro da fortaleza. Em 1622, as casas do rei são referenciadas pela sua fachada nascente, e a «porta dos Paços, que ficava em huma praça, na qual hauia uma Mezquita». A praça relacionava-se com uma «rua larga».⁶⁵ A rua e a mesquita seriam, talvez, as mesmas citadas em 1515: «e tomárão a principal rua da mesquita grande».⁶⁶ As duas referências acontecem na situação de uma movimentação de forças militares portuguesas, no espaço global da cidade, pelo que a rua seria um dos eixos principais da malha urbana.⁶⁷

O bazar situava-se sobre o lado ocidental da cidade. Teria uma rua que se destacava, como «rua do bazar», mas a sua extensão devia ser

considerável. Gaspar Correia escreveria: «eu vy com os meus olhos ao tempo que fizemos a fortaleza (...) doze ruas que de cada parte tinham mais de vinte boticas em que se fazia malcozinhado, em que polas portas auia tachos e bacias largas em que estaua arros cozido, e carneiros inteiros assados, e feitas outras inuenções de comeres, tão limpo e perfecto que mais nom podia ser, e em tanta auondança que já digo que podião comer dez mil homens. Vy rua em que estauão os mercadores que tinham aljofar a vender, apartadas as sortes, deitado sobre panos vermelhos».⁶⁸ Talvez houvesse também uma área de pescado; havia uma corporação de mercadores de peixe, que inclusive acederia ao vizirato, no final do século XIV.⁶⁹ Seria também possível, como aconteceu a um português enviado à cidade, 'para comprar verduras', acompanhado de um criado local, ir ao bazar «que he a praça, sem nunca o leuarem por dentro pola cidade».⁷⁰ Desse modo, o bazar teria pelo menos uma frente, talvez para a enseada, a poente, e/ou para um espaço descampado, a norte (antes da construção da fortaleza), onde, nas proximidades, se implantavam as casas de Ḥ^wāḡa 'Āṭā (antes de ir ao bazar, o português foi à porta das casas do regente, que o mandou entrar).

Os mapas coetâneos não oferecem uma representação fidedigna da cidade, quer relativamente à posição da mesquita grande, com o seu muito alto minarete, quer relativamente aos arruamentos indicados, mas dão uma ideia de que havia alguns percursos estruturantes, ligando os lugares centrais de poder da malha urbana, com as saídas para o campo, a sul. Em 1508, há notícia de que quatro ruas iam ter à cisterna de Ḥ^wāḡa 'Āṭā, no campo de Lard-i Amīr, fora da cidade.⁷¹

Vários arruamentos efectuavam a comunicação entre os portos de levante e de poente (Figs. 5, 6, 29). Uma dessas ruas, perpendicular à rua larga norte-sul, era indicada como rua direita. Seria essa a rua «principal»: cruzava-se com a rua larga na praça, junto à mesquita formosa.⁷² Contudo, a estrutura arruada não formaria quarteirões, no modo como surgem representados em plantas antigas.

Casas da cidade

A malha urbana apresentava uma densa ocupação. As casas distribuíam-se numa intrincada rede de estreitas ruas e passagens, que, aliadas à altura das casas, de dois e três sobrados, com passadiços ao nível dos terraços, se apresentavam sombreadas e varridas por ar fresco.⁷³ As casas mais qualificadas, de moradores ricos, seriam bem construídas, em alvenaria de pedra e gesso, apresentando muitas janelas e górgias, a nível dos pisos superiores. Implantavam-se sobretudo nas frentes urbanas das enseadas e a norte. Algumas das casas dispunham-se em quadra, com um pátio no interior. A restante fábrica de casas da cidade densa, ainda que apresentasse vários pisos, era «de poco y estrecho aposento»; não havia «ningun genero de jardin ni corral: sino un poco de pátio en algunas dellas».⁷⁴ Don García de Silva observa que as ruas de tão estreitas que eram, por nenhuma delas podiam passar mais de dois homens a par, a pé, ou um, a cavalo. Sendo as casas esguias e altas, com a sombra que projectavam, tornavam-nas frescas; e «por esta estrechura de calles, aire fresco, que viene, quebrado y mas subtil por las trauietas mas angostas *que* a las calles sale».

As condições ambientais da ilha determinariam uma engenhosa conjugação de soluções mesológicas de organização do espaço urbano e de modos de habitar. Além de as casas poderem integrar cisternas para armazenamento de água, e de terem sido desenvolvidas técnicas construtivas particulares, envolvendo argamassas, em fundações em meio marítimo, principalmente foi encontrada uma solução específica para a ventilação das casas, a partir de torres de ventilação instaladas nos terraços, no alto dos edifícios. Soluções similares encontram-se em outros lugares do Golfo,⁷⁵ mas, em Ormuz, por força de condições extremas, o sistemático uso de artificiosas instalações suscitaria a curiosidade e recorrente observação de viajantes.

Don García foi um observador atento de certos aspectos de ciências da terra, que teve oportunidade de conhecer em dois períodos de

estada na Ilha. Mas foram, sobretudo, as características técnicas do sistema de controlo ambiental das casas, que captaram o seu interesse, levando-o a descrever, com minúcia, a «máquina» de receber ar, um princípio de ventilação dos aposentos das casas, nos diferentes pisos, por meio de torres ditas «cataventos» (Fig. 12). As torres seriam fabricadas em ‘pedra pomes’; esta «se halla sienpre çerca de donde ay Bolcanes, mas de que esta es toda blanca y diferente de las oras que son negras o pardas, pero espongiotas y liuianas como las demas». Trata-se de uma pedra leve e porosa, de origem vulcânica, pedra-peixe.⁷⁶

Além dos cataventos, os terraços superiores das casas (ou terrados, segundo fontes portuguesas), comportavam ainda certas construções de estrutura leve, que conferiam aos moradores espaços de privacidade, para se recolherem, aproveitando a fresca, a partir do fim do dia. De meados de Maio até finais de Setembro, início de Outubro, após o por do sol, os moradores subiam aos terraços, onde passavam a noite, descendo para os aposentos da casa, com o nascer do sol. «Los pertrechos, que en los terrados tienen para pasar tan largo estio parece otra nueva, población, leuando sobre madera delgada lugar mas alto, en que hazer, las camas, con reparos, alderredor dellas de cañizos e ramas de Palmas para no ser vistos de los otros terrados çercanos pero que no inpiden el aire, quedando en forma de gelosias: pero a vista de toda la familia por dormir muy juntos: estando honbres y mugeres desnudos, sin poder sufrir mas que las camisas algunos los demas particularmente los naçidos y criados en Ormuz sin cosa alguna encima».⁷⁷

Além dos dispositivos mencionados, as casas dispunham de passadiços, de umas a outras, ao nível dos terrados. Desse modo seria possível uma circulação entre habitações próximas, que possivelmente favorecia, em particular, a situação das mulheres, abrindo espaço a uma comunicação, na vizinhança. Silva y Figueroa anotaria que, apesar de «tanta comodidade» poder facilitar que fossem cometidos «hurtos y otros insultos, mayormente entre gente de diferentes nações», não sucedia assim, «antes como çerimonia de obseruada religion, guardan comunmente entre si, toda buena vezindad y correspondencia».⁷⁸

De facto, a forma de habitar descrita era tanto mais singular, quanto a documentação concorda em apontar a forma miscigenada como coabitavam, inclusive na mesma casa, moradores de diferentes nações e credos. Nicolau de Orta Rebelo observaria que não havia separação entre comunidades de distintas nações ou credos, quer numa distribuição segregada, dentro da cidade, quer na morada das casas.⁷⁹ Relativamente à comunidade judaica, são referidas, em meados do século XVI, duas sinagogas. Em 1604, Pedro Teixeira, cristão português, cuja família era de origem judaica, indica que havia cerca de 150 casas de judeus; Don García estima pouco menos de cem.⁸⁰

Além das cisternas existentes no campo a sul, fora da cidade, as casas da cidade tinham reservatórios de água, e poços, de onde era possível, na maré baixa, retirar água salobra para beber, em caso de necessidade.⁸¹

Em certas áreas ainda dentro do arrabalde, a sul, e no campo fora da cidade, encontravam-se um outro tipo de edificações, cabanas feitas de canas, ramos e cobertura de folha de palma, que eram habitadas por uma população pobre. Relativamente a essas ‘casas’, Don García remete para a descrição de semelhantes que viu, em Masqa: «son fabricadas de unos delgados cañizos o varas muy juntas, cubiertas con hojas de Palmas, con gran corriente en los techos porque no les entre agua por ellos, y al pie fortificadas con algunas piedras pequeñas y barro tambien para defensa de los aguaçeros que suelen tener impetuosos y grandes. Estan las casas tan juntas, que casi no dan lugar a que pasen entre las unas y otras pareciendo con esto la poblacion aun menor de lo que es».⁸²

Tais «casillas» também surgiam junto das ermidas de Nossa Senhora da Esperança e de Santa Luzia, e ao longo da costa, em direcção a Turumbaque, servindo de morada de veraneio, a vizinhos da cidade.⁸³

Dispositivos de defesa da cidade

A cidade seria desprovida de muralhas, contudo preparava certos dispositivos de defesa, em tempo de assédio. Uma vez que as casas eram bastante encerradas, ao nível do piso térreo, antevendo um previsível ataque, a cidade bloqueava a entrada nas ruas. Em 1508, Coge Atar (Ḥ^wāḡa ‘Āṭā) prevendo o regresso de Afonso de Albuquerque, tinha mandado «todalas ruas que vinham abocar na ribeira tapar, de maneira que per esta páte ficou a cidade quasy cercada de muro; e alem desta fortaleza fez tambien per toda aquella frontaria hũa tranqueira de madeira entulhada per dentro, e nos lugares de sospecha muytas peças dardelharia algũas das quães fundirá os arenegados sóbreque foy o rompimento».⁸⁴ Em 1515, Afonso de Albuquerque encontraria, novamente, a cidade com «todas as ruas que sayão á praya tapadas com paredes fortes, e muyta artelharia assentada em bombardeiras de ferro e metal».⁸⁵ No limite sul da área urbana, teria havido em permanência, ou, na iminência de assédio, seria activado novamente um dispositivo de defesa da entrada nas ruas, que, em 1515, era constituído por umas «torres ao derredor da cidade»;⁸⁶ e em 1610, por «guaritas e portas». Conjugadas com as frentes de casas altas, dariam impressão de uma muralha, representada em vistas da cidade (Fig. 2).

A ilha como umland

Entre a cidade e o sopé do monte, existia um «campo» largo e contínuo, de lés a lés da ilha (Figs. 5, 6, 27). Do lado sudoeste, o campo rematava numa das pontas da ilha, próximo da pequena praia de Kahūrū. A ilha formava aí um espaço aprazível de recreio, que era procurado pelas gentes da cidade, e era também um espaço lúdico, onde o rei e altos dignitários do reino iam jogar a cavalo, e por vezes permaneciam uma temporada.⁸⁷ Figueroa verteria o significado do nome daquele espaço, que nas fontes portuguesas é designado de «Lardemira» (Lard-i Amīr): «en lengua Persiana, quiere dezir campo llano y de buena vista».⁸⁸ No campo estendia-se uma área de sepulturas disseminadas «de moros, gentis e judeus, sem distinção de sítios, misturadas umas com as outras»;⁸⁹ onde havia «muytas, e fermozas Sepulturas todas de pedra, e cal, ao modo de Hermidas redondas; entre ellas há hũa del Rey de Ormuz muy soberba, e grande».⁹⁰ Não longe do mar a poente, elevavam-se uns mausoléus erigidos em memória dos seus predecessores, pelo rei Muḥammad Šāh I. (r. 1389–1400), que eram assistidos em permanência, por «dous cacizes rezando e hũa mulher que olha» pela «mesquita».⁹¹ A levante, de igual modo à vista da linha de costa, entre outras sepulturas monumentais, sobressaía o mausoléu de Quṭbuddīn Tahamtan II. (r. 1319–1345), perto de um oratório dedicado ao profeta Ḥidr.⁹² Ainda no campo, haveria entre as edificações e mesquitas, uma maior, shi’ita, Ḡalālābād («Gilabatha», segundo a menção do padre jesuíta Gaspar Barzeu).⁹³

De permeio, nesse território entre a cidade e a vertente das elevações, a sul, distribuíam-se «muchas çisternas cubiertas com sus bouedas, de vizinhos de la çiudad»;⁹⁴ entre as quais, «hũa grãde cisterna que estaua no campo, de que Cojeatar entam [1508] trazia ha chaue, sem ha fiar de ninguem».⁹⁵ Parcialmente enterradas, com cobertura em abóbada, serviam de reservatórios de água recolhida, nos tempos de precipitação.

Nessa área, entre a cidade e a serra, encontravam-se recolhidos alguns religiosos, e bem assim havia certos lugares de culto, que eram visitados por moradores da cidade. Há notícia de uma comunidade iogue, que habitava numas covas, na encosta do monte, e de um brãmame que Nicolau de Orta Rebelo teria encontrado, quando ia por aquele campo. Na sua descrição da cidade, Nicolau de Orta Rebelo utiliza a expressão ambivalente «nesta Ilha», para indicar, de seguida, que havia «muytas Igrejas de Christãos, Mesquitas de Mouros, Sinagogas de Iudeos e Pagodes de Gentios».⁹⁶ A formulação

admite, implicitamente, que nem todas aquelas edificações religiosas se situavam dentro da cidade. Jean Aubin considera a possibilidade de a comunidade shi'ita, que formava uma minoria, até ao século XVI, e bem assim minorias indianas terem os seus lugares de culto, em locais à margem da cidade.⁹⁷

Nos montes que limitam o campo de Lard-i Amīr, a sul, existiram edificações, acerca das quais a informação é escassa. Conhecem-se umas ruínas sob a denominação de «Bibi Gol Qaleh», que se implantam aproximadamente a meio da beira norte do maciço de elevações. Existem referências a existência de um edifício, onde seriam mantidos os antigos reis-criança de Ormuz, que tinham sido cegados e depostos. Don García de Silva viu as construções já arruinadas: «unas torres viejas ya y derribadas, adonde los antiguos reyes de Ormuz, despues de auer çegado a sus ermanos, los tenian presos y recogidos».⁹⁸ Nos anos oitenta, de Seiscentos, Engelbert Kaempfer ainda viu as paredes e construções derruídas de um edifício, de certa extensão, na parte mais elevada dos montes (Fig. 11). O seu desenho distingue claramente uma edificação, em forma de cuba, com uma porta de entrada. Por detrás, numa cota mais elevada erguia-se uma torre alta. Fariam parte do complexo de edificações, que incluía uma mesquita.

Tendo em atenção o alcance de visibilidade que aquela posição, na encosta, concedia sobre o Estreito e as rotas de navegação, a oriente e a ocidente, Wolfram Kleiss interpretaria os vestígios da construção, que já não encontrou na extensão sugerida pelo desenho de Kaempfer, como restos de uma possível torre de observação, um 'faro', admitindo que a sua construção poderia ser atribuída à presença portuguesa. A torre assentava numa rocha saliente, e mostrava vestígios de uma escada, que conduzia à entrada.⁹⁹ A documentação portuguesa escrita refere a apropriação da mesquita, para nela fundar a ermida de Nossa Senhora da Pena. Talvez o minarete se mantivesse em uso, como 'torre'. Em imagens portuguesas, ulteriores às de Manuel Godinho de Erédia, a torre surge destacada, como no *Breue Tratado ov Epilogo de Todos os Visorreys* (...), fol. 148, de Pedro Barreto de Resende, de cerca de 1635-1636, e na correspondente imagem de Anónimo, no *Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da India*, fol. 17, estimada de c. 1640 (Fig. 6).¹⁰⁰

Engelbert Kaempfer sinaliza, mais, o que aparentam ser duas estruturas de vigilância, pequenas torres, na encosta, a nascente e a ocidente, com a sugestão de que se elevariam, em parte edificação, e em parte aproveitando formação rochosa, sobre a qual assentavam. Em primeiro plano evidencia um dos monumentos mausoléu islâmicos.

Numa ponta da costa sudeste, afastada do núcleo urbano, encontrava-se o porto e lugar de Turumbaque, de onde se avistava «o Cabo de Maçandom» (cabo de Masandam), ao longe, no enfiamento do Estreito.¹⁰¹ Os reis de Ormuz possuíam, ali, uma casa de recreio, com um horto e um tanque, onde passavam um tempo de descanso e caçavam. «Ay tambien en Turumbaque quize o veinte casillas juntas, da feição das cabanas da cidade, que eram habitadas por mouros e suas famílias, gente muito pobre».¹⁰² Manuel Godinho de Erédia representa esse pequeno núcleo no *Livro de plantaforma das fortalezas da India*, fol. 88r (Fig. 5). Muitos vizinhos da cidade iam passar o verão a Turumbaque, «acomodandose en algunas destas pobres casas de Palma que fabrican para este efecto, y aunque con descomodida, pasan alli el tienpo que duran las calores com sus mugeres, hijos y esclavos, porque ya por la esperiençia que tienen de muchos años, y por la inmemorial tradiçion de los Moros, tienen por mas saludable el aire fuera en el canpo, en aquel tienpo que en la çiudad, cosa muy contraria a las demas partes, del Mundo».¹⁰³ Perto daquele sítio, já próximo da praia, localizava-se um certo número de poços de água (em geral, são mencionados três), que constituíam uma referência importante da ilha. As águas eram procuradas pelas suas virtudes purgativas, e o seu uso medicinal foi descrito, em pormenor por Pedro Teixeira.¹⁰⁴

3 INCIDÊNCIA DA PRESENÇA PORTUGUESA

À vista da cidade, a inscrição católica na paisagem

A tomada da cidade e o acordo para o estabelecimento de um regime de protectorado, sob a autoridade da Coroa portuguesa, tiveram como sinal mais visível e figura do poder militar e domínio político, exercidos sobre o reino e a cidade, a construção da fortaleza, na ponta norte da ilha. Outras intervenções mais dariam conta da alteração de poderes. Jean Aubin destacaria, que as demolições efectuadas por ordem das autoridades portuguesas, significaram «l'empreinte catholique reque alors par l'urbanisme ormuzi».¹⁰⁵

A matriz católica, imprimida à imagem da cidade, estender-se-ia ao espaço dela dependente. As ermidas cristãs, na borda de água e no alto do monte, concorriam com os lugares eminentes de memória e culto islâmico. A compassada descrição de aproximação à ilha e à cidade, feita por Don García de Silva y Figueroa, em 1617, evidencia como era lida coetaneamente a marca religiosa cristã no território.¹⁰⁶ Seguindo o seu relato de aproximação, por via marítima, depois de entrar no Estreito, e de avistar a ilha de Larak, mostrando-se, por detrás, a terra mais alta da grande ilha de Qišm, começaram a surgir os montes salgados e branqueados de Ormuz, e a costa sul da ilha. Primeiro descobriram-se os poços de Turumbaque. Seguiu-se uma sequência de lugares religiosos cristãos, de significante invocação mariana, que pontuavam a frente marítima voltada à rota de navegação principal, e à terra firme iraniana. Não tinham equivalência na frente marítima do lado poente. Rodeando a ilha, pelo lado nascente, surgiu, primeiro, a ermida de Nossa Senhora da Esperança, que salvaram com artilharia. Na área próxima situavam-se algumas das sepulturas mais qualificadas do espaço cemiterial islâmico. Dali se descobriu o porto, e a cidade, com a sua fortaleza; e a ermida de Nossa Senhora da Pena, num monte de sal mais alto da ilha. De seguida, avistou-se a ermida de Santa Luzia, antes de alcançar os arrabaldes. A embarcação em que seguia Don García surgiria aí, ao largo de Santa Luzia, ao fim do dia, aguardando pela manhã seguinte, para lançar âncora no porto nascente da cidade.

A ermida de Nossa Senhora da Esperança era formada por dois volumes, uma 'nave' de planta centralizada e uma ousia; à ilharga, uma sineira, voltada ao mar. Implantava-se num pequeno alto, sobranceiro a um porto situado num apertado braço de mar, que entrava em terra, e seria pouco profundo, com o leito arenoso. Na imagem de Ormuz, que integra o *Livro de Plantaforma das Fortalezas da India*, fol. 88r, Manuel Godinho de Errédia reforça a indicação assinalando duas estreitas e compridas embarcações, varadas em terra, e, nas imediações, algumas casas com o apontamento de um cercado (Fig. 5).¹⁰⁷ A ermida de Santa Luzia também se implantava numa ligeira elevação. A representação de Erédia é inequívoca quanto à forma arquitectural da ermida: indica uma edificação de planta centralizada, com uma cúpula. A invocação cristã de Santa Luzia, como a de Nossa Senhora da Luz surgiam associadas frequentemente a faros, situados na entrada de portos e barras de rios, em Portugal.

No mais alto da ilha, a posição de Nossa Senhora da Pena implicava um domínio alargado sobre a metade norte da ilha, e a navegação no espaço marítimo em volta. A ascensão era feita por uma ladeira em zig-zag, íngreme e rochosa. Segundo o desenho de Erédia, a ermida teria uma forma esguia e alta, e possivelmente um alpendre voltado à cidade. Don García, desejando um dia visitar a ermida, mas não se aventurando na subida, alcançou que a imagem de devoção fosse levada ao sopé da serra, como era costume baixar e guardar numa «gran rramada», que faziam «con mucha compostura; y atauio», oito dias antes da festa da Natividade de Nossa Senhora, a 8 de Setembro, para devoção dos moradores da cidade.¹⁰⁸

A fortaleza, na ponta da ilha; a cruz que havia «fôra da cidade»,¹⁰⁹ e a disposição da ermida, com o local da ramada, no campo, e o

caminho de ascensão, formavam entre si um eixo imaginário, que abarcava o território habitado. Também o caminho de aproximação às ermidas de Santa Luzia e de Nossa Senhora da Esperança era assinalado por um cruzeiros (Fig. 5).

A referida imagem de Ormuz e do espaço regional próximo, atribuída a Manuel Godinho de Erédia, tem um especial interesse. Avelino Teixeira da Mota destaca que, «[p]ara além da desigualdade do desenho, o códice reveste-se do interesse raro de constituir um livro de apontamentos de um cartógrafo». Observaria também que as produções de Erédia «são simples desenhos cartográficos desprovidos geralmente de colorido e de preocupações artísticas».¹¹⁰ O mesmo sentido poderia ser dito relativamente ao carácter do seu desenho de arquitectura e paisagem. Observa-se nos traços e forma dos apontamentos, que estes representam uma fase de notação directa e de observação efectuada em trabalho de campo. Os riscos do desenho têm uma riqueza de informação e uma vivacidade de olhar, que se perde, nas cópias e redesenhos, e quando prevalece uma intenção de ilustração (como exemplo a representação de Ormuz, no *Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da India* (fol. 18), que sendo atribuído a Erédia, já não apresenta o pormenor original (Fig. 6).¹¹¹

A fortaleza

A fortaleza manuelina

1507–1508. Feitoria e casa de recolhimento, a casa-forte

Não seria possível, no âmbito deste estudo, desenvolver o contexto militar e político, em que decorreu o início da construção da fortaleza, em 1507–1508, e em 1515, por força de armas, e por negociação, entre o Afonso de Albuquerque, o regente, e os jovens reis, que nominalmente reinavam. O processo foi pautado por períodos de hostilidade, de guerra aberta, cerco e ataque à cidade, pelos portugueses, que levariam a um acordo de paz, assinado no dia 10 de Outubro de 1507. O acordo estabelecia um regime de protectorado, associado à concessão da autorização para construir uma fortaleza, e ao pagamento anual de uma certa quantia, que constituía o tributo do reino à Coroa portuguesa.

Aquando da primeira tomada de Ormuz (1507–1508), e apesar da oposição de Ĥwāğa 'Āfā, o efectivo e poderoso regente havia já cerca de vinte anos, e da resistência do jovem rei, Sayfuddīn (r.1507–1513), que teria pouco mais de doze anos, Afonso de Albuquerque acabaria por alcançar a concessão do local pretendido para a obra «da fortaleza com titulo de cása de recolhimento dos que aly auĩã de ficar».¹¹² Dá então início à construção de uma torre, como núcleo de uma casa-forte, implantada na beira da água. Ocupa a área remanescente da ponta de areia da ilha, «pegada nas cáas delrey com duas seruentias, hũa pera a cidade, e outra pera o már, de maneira que sem perigo podesse entrar e sair della sem se lhe ser empedida a embarcaçam ou vinda do már a ella».¹¹³ Logo que teve a paz segura, Albuquerque providencia o corte de pedra, na pedreira. O transporte é efectuado pelas forças portuguesas, em batéis cometidos a cada um dos capitães das naus. (Albuquerque procurava, com engenhoso sistema de turnos, esconder do governo ormuziano o escasso número de forças com que podia contar). No estaleiro da obra, é preparado o barro para os alicerces. Após nomear o feitor e escrivão, e «sendo já assy tudo junto, o Capitão mór se foy a terra com toda' gente da armada, e chamou João de Frandes, bombardeiro, que era bom mestre d'estas obras, e lhe assinou per onde abrisse os aliceces da torre de menagem, a que mandou que fendesse os aliceces pera vinte pés de largo [c. 6,6m], porque esta torre da menagem auia de ser de tres sobrados, e tão alta que descobrisse toda a cidade, e mais alta que o alcorão, porque do terrado de cyma, se comprisse, auia de tirar artelharia grossa, e de todos os outros sobrados. Em cada quadra auia a torre de ter doze couados de vão no primeyro sobrado [7,92m]; e se abrio o alicece nesta largura, e sendo seis dias do mês d'Outubro

do anno de 1507».¹¹⁴ O rei contribui para as despesas da obra, e cede oficiais e servidores os quais se empregam na realização das fundações dentro de água, segundo uma técnica local, que Pedro Teixeira descreveria em pormenor;¹¹⁵ cabe igualmente aos oficiais locais o corte da pedra, nas pedreiras da ponta de Turumbaque.

«[A]ntes que çarrasse o portal da torre», Afonso de Albuquerque, «como homem auisado», mandou meter dentro oito tanques de madeira, em que as naos dos Mouros trazem agoa, (...) que erão os que se fazião em Melinde, os quaes tomou das naos dos Mouros, que lhe bem pagou, e os assentarão dentro na logea da torre [que] em cada hum cabião sesenta pipas d'agoa, que o Capitão mór lgo mandou encher de muyto boa agoa, que se trazia em terradas da Ilha de Queixome, que era daly tres leogas».¹¹⁶ Com o levantamento dos muros da torre, são integradas, na porta principal, três âncoras de mármore da grande nau «Meri» do rei de Cambaia, capturada no confronto naval ocorrido quando Albuquerque chegou ao porto da cidade.¹¹⁷ A forma das âncoras e a sua composição aplicada à porta evocariam o imaginário ornamental manuelino de portais de Portugal.

Com base no desenho inserido na obra de Gaspar Correia, Lendas da Índia (Fig. 7), tem sido apontado que a forma do núcleo inicial da fortaleza de Ormuz, correspondente à casa de recolhimento, com a torre e um volume mais baixo adossado, lembra a torre de Belém. Porém não deixaria de merecer atenção a organização da 'Planta da Fortaleza de Malaca', representada por Manuel Godinho de Erédia.¹¹⁸ O núcleo original da fortaleza de Malaca compreende uma torre (maior e mais alta do que a de Ormuz), e um volume adossado, compacto e encerrado por um muro, que seria alto, considerando as edificações que se encostavam no perímetro interior. A diferença está em que o apertado recinto murado comportava um pátio, com um poço no centro, permitindo que as edificações pudessem ter ventilação e aberturas resguardadas, o que não seria possível, no caso da casa-forte, em Ormuz.

No início de Janeiro de 1508 dá-se a ruptura, e desencadeiam-se de novo as hostilidades. Afonso de Albuquerque acabaria por se retirar com a armada, seguindo com destino a invernar em Socotorá (Suqutrā), e reparar e rearmar a força naval. Parte entre 5 e 6 de Fevereiro de 1508;¹¹⁹ e regressa, de novo, a Ormuz, em 13 de setembro do mesmo ano, com a intenção de reatar as disposições do acordo, e prosseguir a construção da fortaleza, que deixara começada.

O rei, entretanto, já Tūrān Šāh IV (r. 1513–1521, irmão do precedente, que matou), acede a pagar o tributo que fora acordado com a Coroa portuguesa, todavia o regente opõe-se à cedência da fortaleza, da qual, entretanto, o rei se tinha apossado. A torre encontrava-se concluída na altura de dois sobrados e terrado, e fora provida de artilharia.¹²⁰ Também a cidade se preparara para o ataque e o cerco da ilha, pelas forças da armada de Albuquerque, providenciando defesas e o abastecimento de mantimentos. Uma entrada do capitão-mor, em terra firme, e a tentativa de evitar a circulação das terradas, cuja ágil movimentação, por serem embarcações de vela e remo, se furtava às naus, devido ao seu mais lento governo, pelo calado, e por dependerem do vento, ditam, a breve trecho, o insucesso da segunda entrada do capitão, e o seu regresso à Índia, onde iria assumir o cargo de governador e vice-rei.

Wolfram Kleiss documenta a existência de trompas, no segundo piso da torre, que teriam sido intersectadas ulteriormente pelo lançamento de um pavimento superior. Admite que poderia tratar-se de uma obra realizada pelos portugueses, considerando a disseminação daquelas técnicas construtivas, no espaço do Mediterrâneo, e sua transmissão à Península Ibérica.¹²¹ Porém não apenas a solução de estereotomia patente na torre não era comum, à época, em Portugal, como o relato dos acontecimentos sugere a inviabilidade daquela hipótese.

1515-(...). A fortaleza manuelina

Afonso de Albuquerque regressa de novo a Ormuz, em 1515. Instaura o regime de protectorado e retoma a construção da fortaleza. A empresa tinha sido cuidadosamente preparada. Em finais de Janeiro, reúne a armada, em Goa, e manda os capitães fazerem o rol de forças, contando-se 18000 homens portugueses, incluindo gente do mar, e, repartidos pelos vários navios, mil canarins e malabares, e mais de mil escravos, que serviam para ajudar os seus senhores, na guerra. A armada parte a 3 de Fevereiro. Diferentemente das anteriores tentativas, desta vez age com conselho dos capitães, e segundo mandado de D. Manuel, para ir «assentar a cidade d'Ormuz segundo fôrma de seus apontamentos».¹²² Entretanto, o rei de Ormuz mandara uma embaixada a D. Manuel, e também Afonso de Albuquerque recebera, em 1512, um embaixador do Xá da Pérsia, e tinha enviado com ele, de regresso, um seu embaixador, que estava já em Ormuz, quando a armada portuguesa surge no porto, em 26 de Março de 1515.

Encontra a cidade preparada para se defender. O rei, então já Tūrān Šāh IV, era maior de idade, e estava a ser ameaçado por círculos do partido do regente, Ra'is Nūruddīn, em particular por um seu sobrinho, que tinha ascendente sobre o rei, e exerceria um poder de «tirano», aproveitando-se de seu tio, que era já de idade.¹²³ No decurso das negociações, que decorrem nas semanas seguintes, Afonso de Albuquerque, explorando as dissensões entre o poder real e o regente, e com ameaça de uso da força, obtém do rei sucessivas concessões, oferecendo-lhe, em troca, a sua protecção e garantia de permanecer no trono.

A primeira concessão seria a cedência de casas (o rei manda «dar todas as casas da praya aos capitães, em que se aposentarão») um pedido que é feito logo no início. A segunda consistia em dar a torre da 'casa de recolhimento', da qual o rei se tinha apropriado, acabando a obra, e ceder o extremo norte da ilha (a «ponta de Morona»), para Afonso de Albuquerque «fazer cerca». A cedência das casas marca o início de uma progressiva alteração do tecido social urbano. As partes mais qualificadas da cidade, correspondentes às frentes marítimas de nascente, face ao porto, e norte, face à fortaleza, mudam de mãos, e passam a ser habitadas pelos portugueses. Os capitães «vinhão nos bateys desembarcar á porta das casas, em que os capitães se aposentarão cada hum com sua gente, e também os capitães da ordenança com sua gente, com grande defeza que nenhum homem fosse á cidade, sómente hum comprador de cada capitão. E também derão casas pera a gente da nao do Governador».¹²⁴ Afonso de Albuquerque toma para si uma casa, voltada ao surgidouro. A casa tinha um pátio grande, e pelo menos duas portas, uma para a praia, e outra para a cidade, talvez na fachada tardoz. Ali passava o dia e a sesta, e à noite recolhia-se à nau. Quando adoeceu e já começava a cismar «às vezes se punha deitado a huma jenella que vinha sobre a obra [da fortaleza], e ally estaua fallando com os capitães e com os officiaes, porque a jenella era baixa».¹²⁵ Da descrição se deduz que era uma casa grande, situada próximo do palácio real e da fortaleza. É possível que o conjunto edificação fosse aquele, onde, em meados do século, são compradas umas casas para o hospital, e um padre jesuíta se aloja em uma parte.

Quanto à fortificação, em 1515, Tūrān Šāh IV não se dispunha a ceder a fortaleza, que Afonso de Albuquerque começara a edificar, e «nam queria dar naquelle lugar, por ser muy vezinha ás suas casas». Era instigado a resistir por círculos da corte (porque «a fortaleza era materia descãdalo»), em particular pelo sobrinho do regente.¹²⁶ Afonso de Albuquerque insistiria, «porque nom auia outro lugar pera ella».¹²⁷ Acabaria por acordar com regente um «auto de paz», por meio do qual ficou assente, que o rei cederia da torre, e autorizaria a ocupação da «ponta» da ilha.¹²⁸ Logo nessa noite, Afonso de Albuquerque «sem alvoroço nem sendo sentidos» manda desembarcar tudo o que tinha preparado, para uma operação súbita, que está concluída ao amanhecer. Foram desembarcados e postos em pé uns cestos, «atravessando a praia até água» (de um lado ao outro

da ponta da ilha), e foram enchidos com areia, sendo travados por meio de uma estrutura de madeira, com um passadiço superior que os interligavam, dispondo-se a artilharia de permeio, de modo a varrer ambas as praias. «Dentro n'esta cerqua ficou a casa que de primeyro se armára pera torre da menagem, onde estauão dentro grandes tanques de madeira pera ter agoa».¹²⁹ João de Barros relata de modo algo diferente o início dos trabalhos, contudo dá nota igualmente da imediatez. Como a porta da torre de menagem, cuja posse o rei cedia, nos termos do auto de paz, não foi aberta logo no dia seguinte, que era sábado, véspera do dia de Ramos, Afonso de Albuquerque, «quando veo ao domingo mandou Tomás Fernandez mestre das óbras com certos pedreiros e todo necessário a seu officio pera abrir este portál».¹³⁰ Na «quarta feira de trévas estaua feita hũa tranqueira que os da cidade nam podiam entrar por aquella pórtia, e os nosso ficáuam com a serventia do már sem poderem ser empedidos, porque a tranqueira era fôrte e defensável com a artelharia que tinha».¹³¹

Com o assento já fortificado desse modo, segue-se um acto público de encenação e conhecimento da posse, pela Coroa portuguesa, através de um grande cortejo, que acompanha, pela cidade, o embaixador do Šāh Ismā'il da Pérsia, a ser recebido, por Afonso de Albuquerque, dentro da fortaleza, para lhe entregar a carta, e os presentes que o Xá lhe enviava.¹³² Seguir-se-iam os acontecimentos que determinaram a morte do sobrinho do regente, às mãos dos portugueses.¹³³

O processo de obra decorre de forma perfeitamente organizada, começando pela medição dos alicerces, e envolvendo a participação da «gente da terra», que talha a pedra nas pedreiras (cabia à gente da armada, portugueses, malabares e canarins o seu transporte para a obra, bem como o barro e o gesso), e «os mestres da terra com os trabalhadores» que fazem as argamassas e alicerces, em especial aqueles dentro de água, segundo técnicas locais. O primeiro lanço de muro é aberto, a 3 de Maio; a cerimónia do lançamento da primeira pedra ocorre a 6 do mesmo mês.¹³⁴ A imagem incluída em *Lendas da Índia* representa aproximadamente a fortaleza edificada, a partir de 1515. Luís Silveira data a figura de cerca de 1529.¹³⁵ Todavia Jean Aubin sugere uma datação posterior a 1539–1540, pois entende que o palácio real já não se encontra representado na imagem, tendo a sua demolição ocorrido naqueles anos.¹³⁶ No entanto, a imagem representada corresponde apenas à obra manuelina realizada, a partir de 1515, por Afonso de Albuquerque. Não se encontram registadas intervenções ulteriores executadas, ou ainda em curso, entre a primeira fase de edificação, e a data de demolição do palácio. Seria de notar igualmente, não estar indicado um fosso, que mais tarde seria creditado ao governador. A imagem aparenta conjugar distintos tempos, o da fortaleza manuelina e o da malha urbana.

Seguindo a descrição de Gaspar Correia, em primeiro lugar foram levantados os «dois cubelos na travessa da praia, entre os quais ficou a porta assim na praia, com seu alçapão»; o alçapão seria constituído por uma grade em madeira com prumos muito afiados, dos quais Kleiss encontraria uns fragmentos, nos trabalhos de prospecção arqueológica.¹³⁷ Por cima da entrada havia uma «torre de gorita pera defensão da porta»; a porta da fortaleza ficava perto da porta dos paços do rei.¹³⁸

«[H]um d'estes cubellos ficou fundado dentro no mar, em que de baixa mar a grã pressa se abrio o alicerce; e foy oitauado e largo, sobradado. Onde logo se armou altar e foy feita igreja da enuocação de Nossa Senhora da Conceição, que assy o mandára ElRey dom Manuel, e pera ysso mandára hum sino que tomou da Conceição de Lisboa, que tinha derrador os doze apostolos dourados, que este foy o primeyro sino que se pôs na Conceição de Lisboa».¹³⁹ Os dois cubelos têm, na realidade, uma forma hexagonal. Junto à entrada na fortaleza, à esquerda, existia uma escada em caracol associada ao cubelo mais próximo da torre de menagem.¹⁴⁰ E a anteceder a passagem, que do pátio interior dava acesso aquela porta de entrada na fortaleza, Kleiss identifica, no alto, um nicho que teria acolhido uma imagem de

Nossa Senhora.¹⁴¹ Uma nota de pagamento de azeite de coco «para a lâmpada de Nossa Senhora que está ante as portas da dita fortaleza» confirma a sua existência, antes de Agosto de 1524.¹⁴²

Considerando a posição da igreja, no ângulo nascente/sul da fortaleza, que foi fundado na praia e na água, a imagem da Virgem abençoava a terra e o mar. Esta igreja do tempo de fundação da fortaleza permaneceria como a igreja maior da cidade. Por vezes, é referida como «Sé», ainda que não tivesse havido uma sede de diocese em Ormuz. Seria sempre referida nessa posição, como acontece, em 1622, na sequência do falecimento do capitão D. Francisco de Sousa. Após a tomada de posse da capitania, a 27 de Janeiro de 1622,¹⁴³ o novo capitão, Simão de Melo Pereira, «se foy para o baluarte de S. Pedro recolhendo-se na Sé, porque nas casas da fortaleza estaua a molher de Dom Francisco de Sousa com todo seu fato.»¹⁴⁴

Do cubelo (ou baluarte) de São Pedro, a obra de Afonso de Albuquerque prosseguiu, correndo «hum panno de muro ao longo da praya, todo fundado dentro no mar», de doze pés de largo [c. 3.96 m], os alicerces e parede dentro de água, feita em barro, e a parte superior em alvenaria de gesso.¹⁴⁵ Rematava num outro cubelo. «[A]travessando a ponta», fez-se uma torre quadrada, com um postigo, (que dava acesso à ponta da ilha), onde se fez adro para enterramentos. Na sequência, a descrição, Gaspar Correia omite a torre que se encontra representada, na imagem, na parte norte da fortaleza, e, no texto, o autor situa como «uma torre oitavada, mui forte», na cortina sul, do lado da cidade (onde não existem vestígios da sua construção). Tendo em conta, especialmente a forma oitavada, mas também a altura e posição, do lado norte, a torre (que apenas esteve prevista, ou foi realmente construída) poderia incorporar uma função de ‘faro’, associada o curso de navegação do Estreito e de terra firme.¹⁴⁶ Da torre do postigo, a norte, «correu o muro até o mar», onde se teria feito um «cubelo redondo», na parte inferior, e em cima oitavado (encontra-se representado integralmente na forma redonda). Seria um baluarte proeminente, apto a que as bombardas aí instaladas pudessem varejar a praia da enseada poente. Daí, o lanço da muralha vinha contra a cidade, rematando no ângulo sudoeste com uma alta torre quadrada, «para aposento do alcaide-mor». O muro da fortaleza «fazia quadra» indo entestar no cubelo da porta. A meio dessa extensão de muro, foi feito mais um cubelo forte, que «ficava fronteiro às casas de el-rei». Esta indicação corrobora a noção da extensão do conjunto de casas do palácio real, e de muros a delimitar o recinto fortificado (ou vestígios), que concorriam com o traçado da nova cerca: «n’estes alicerces da banda da terra se achauão alicerces velhos, que dauão tanto trabalho aos desfazer como se forão de pedra viua, porque erão feitos de barro». A existência de muros relacionados com o palácio do rei é corroborada por uma outra notícia, do tempo da construção da torre e casa forte, em 1507-1508. Uma noite, aproveitando que os portugueses se encontravam recolhidos nas naus, Cóge Atar (Ḥwāḡa Ātā) «mandou picar a paréde de hũa casa delrey que vinha dar na obra *que* os nósos faziam», para preparar um assalto à fortaleza.¹⁴⁷

A posição do cubelo, a meio do muro, também poderia indicar o possível enfiamento relativamente a um dos principais arruamentos norte-sul da cidade, porque desse modo podia varejar a saída da rua, para a esplanada, frente à fortaleza.

Na imagem de Gaspar Correia, os muros do recinto da fortaleza são representados com um largo esbarro ou alambor; eram feitos de «gueche», uma alvenaria de gesso branco, que continuaria a ser utilizada na fortaleza, nas obras subsequentes de actualização e transformação. No cerco pelos turcos, sob o comando de Piri Re’is, em 1552, «como os muros erão feitos de gueche, os pilouros de pedra das peças grossas ficauão embebidos e encaixados nelle meyo dentro e meyo fóra, como se os puserão com a mão, onde os deixarão ficar para memoria».¹⁴⁸

Com o recinto da fortaleza lançado, «toda em roda altura de dous homens», os trabalhos prosseguiram, na torre de menagem, com o acrescentamento de «outro sobrado muy alto», de modo que

o terrado fica mais elevado do que as casas do rei. Em cima, foi feita uma «casinha pera a poluora», e por cima um campanário, onde foi colocado o sino de Nossa Senhora da Conceição. Estes trabalhos decorrem no mês de Junho de 1515.¹⁴⁹

Numa carta escrita a D. Manuel I, em 1515, Afonso de Albuquerque, ao descrever a obra da fortaleza, faz referência a construções preexistentes. Menciona umas casas velhas, que pertenciam a el-rei, que pretendia englobar no perímetro da fortaleza, e bem assim abrir a porta, no mesmo local, para fazer caminho e serventia para a cidade.¹⁵⁰ Castanheda refere que Afonso de Albuquerque mandou pedir «a el rey algũas casas velhas que estauão junto da fortaleza da banda do sertão, dizendo que tinha necessidade de as meter com a fortaleza».¹⁵¹

Um lanço de muro preexistente, a poente, com uma porta grande, é integrado na fortaleza, e bem assim são aproveitadas umas «casas muy gramdes e bem obradas», que tinham pertencido ao «regedor» Ḥwāḡa Ātā, com o intuito de nelas assentar a feitoria.¹⁵² Deste modo se infere que na enseada e praia, do lado poente, onde atracavam todo o movimento de terradas, que abastecia a cidade, havia construções e um recinto. Não seriam apenas a morada do regente, é possível que também acolhessem alguma função de governo e administração ligada ao movimento daquele porto.

O posicionamento do palácio do rei de Ormuz, e das casas de «Cojeatar», a rematar a malha urbana, respectivamente, a nordeste e noroeste, cada um impondo-se à vista de uma das frentes marítimas do porto de Ormuz, encontraria correspondência na disposição das duas torres altas da fortaleza, a do capitão-mor (que exercia também autoridade sobre o alcaide do mar, no Estreito de Ormuz), e a do alcaide da fortaleza.

A existência de uma saída da fortaleza portuguesa, do lado poente, manter-se-ia inclusive depois das grandes obras que alteraram e ampliaram subsequentemente a fortaleza. Essa é a porta que permanece ‘activa’, e foi usada até ao último momento da queda de Ormuz. Em 1622, no final, a porta principal encontrava-se entaipada a pedra e cal; seria necessário derrubar o muro que a obstruía, para repor o acesso, aquando da cerimónia de entrega da fortaleza.¹⁵³

1515-(...). A cisterna da fortaleza manuelina

A necessidade de providenciar um abastecimento de água adequado ao sucessivo aumento do número de forças a manter estacionadas, na fortaleza, impôs a construção de um reservatório adequado. Tendo em conta a tradição e escala de algumas cisternas que havia nos subúrbios da cidade, não seria compaginável imaginar que uns tanques de madeira, que são mencionados aquando da construção da torre e «casa de recolhimento», pudessem dispensar a execução de uma solução adequada ao futuro abastecimento de água da fortaleza.

Segundo o relato de Gaspar Correia, a obra das duas cisternas tem início por volta de Julho de 1515, por mandado de Afonso de Albuquerque:

«Estando assy o Gouernador em seu trabalho fazendo a forteleza, e muy agastado porque lhe erão já mortos do trabalho trezentos homens portuguezes e casy todos os malaures, e a obra nom era inda mea feita da que compria deixar feita antes que se partisse d’Ormuz, e mórmente pera agoa, mandou abrir dentro na fortaleza duas cisternas, que leuassem quatro mil pipas d’agoa, que era a quantidade que auia mester a gente que auia de ficar na forteleza, auendo cerquo de guerra, em que cada dia os homens auião mester duas jarras d’agoa de dous almudes cada huma, huma d’agoa boa pera beber, e outra somenos pera gastar; a qual agoa toda se compraua a dinheiro, que os mouros trazem a vender á cidade, da terra firme, e de bom preço por cada jarra. E pera esta tão certa necessidade conueio a fazer estas cisternas feitas de baixo do chão, com muy grossos alicerces e paredes de pedra e barro, cubertas com abobada, com suas portas fechadas. No que o Gouernador deu muyto auiaimento no trabalho com a genta da terra.»¹⁵⁴

Apesar do registo de Gaspar Correia de que, em Março de 1516, a fortaleza «já por fóra era toda acabada, sómente por dentro se fazião inda algumas obras d'aposento da gente», a cisterna ainda apenas estaria começada. «[E]m 1533, Cristóvão Fernandes fazia a cisterna abobadada no pátio do castelo».¹⁵⁵

A descrição da obra das cisternas sugere que a distinção entre água potável, e água para consumo comum justificava a existência de dois reservatórios distintos. No entanto, relativamente à obra iniciada em Julho de 1515, essa distinção poderia não implicar a construção de dois edifícios separados. Seria suficiente uma separação dos espaços, e entradas distintas, no interior de um mesmo volume compacto, uma solução que se justificaria, por motivos de economia de construção, e do espaço de circulação, dentro do recinto da fortaleza, cuja área não era ampla. O grande edifício abobadado, que Wolfram Kleiss identifica como a cisterna, encontra-se referenciado paralelamente ao muro da fortaleza manuelina, com duas entradas opostas, nas fachadas de topo, assinaladas em planta (figs. 22, 24). Não seria provável estimar que teria havido uma outra edificação, do mesmo tipo, com a mesma função, que eventualmente já não seria possível identificar, em virtude das transformações ocorridas com a ampliação do recinto da fortaleza, em meados do século XVI. Contudo, a função a que se destinava o edifício abobadado, aquando da construção, continua a ser um tema controverso, uma vez que tem sido defendido que, originalmente, fora destinado a igreja;¹⁵⁶ assim como também é referido, que mais tarde, após a saída dos portugueses teria sido aproveitado e transformado numa mesquita.

Preparando a sua partida, Afonso de Albuquerque teria deixado «nas cisternas dous mil tonés d'agoa», e ordenou que «non ficarião na fortaleza mais que os quatrocentos homens que ordenára».¹⁵⁷ Não se afigura possível aferir a veracidade dos valores apontados por Gaspar Correia. «Em Ormuz huum almude tem 8 canadas», sendo cada canada equivalente a 11,200 litros.¹⁵⁸ Se a indicação de que os tanques levaram dois mil tonéis é equivalente a 4000 pipas mencionadas anteriormente, então tratar-se-ia possivelmente de 'meias pipas', ou 'pipas de embarque'. Em Ormuz, uma grande parte de mercadorias e bens era comerciada, segundo a medida corrente de «baar» usada localmente, cujo valor de peso oscilava, dependendo do género ou produto pesado; teria correspondência, com variação, a uma pipa de quarto.¹⁵⁹ Tendo em conta as necessidades de água diária, por pessoa, indicada anteriormente, os valores estimados de água potável e para consumo corrente, seriam consideravelmente superiores à capacidade do tanque da cisterna, calculada por Wolfram Kleiss. O reservatório da cisterna apresenta as medidas de levantamento de 15,30 × 5,80 metros, com uma profundidade, que estima poderia ter alcançado, originalmente, mais de 3 metros, e uma capacidade de 265 m³.¹⁶⁰ A serem válidos os valores apresentados por Gaspar Correia, implicariam, de facto, duas cisternas, e adicionalmente, a manutenção, em uso, dos tanques de madeira colocados no piso térreo da torre, por ocasião das obras de 1507–1508. O cálculo dos valores de água armazenada sugere uma reserva de água prevista para quase quatro meses.

A finalidade da edificação seria, desde início, a de cisterna (e não a de igreja, como tem sido aventado). Em volta do tanque, desenvolve-se uma plataforma, para a circulação de serviço, com uma largura de cerca de 1,60 metros, um dispositivo característico destes equipamentos. A solução estrutural da cisterna encontra-se em uso, ao longo do século XVI. Apenas certos pormenores construtivos e de desenho das colunas (em rigor pilares, uma vez que não são encabeçados por capitéis), e dos arcos das abóbadas, poderiam contribuir para afinar uma datação mais aproximada. De facto, algumas impostas têm um desenho octogonal; com o andar dos tempos, essas formas dariam lugar a uma solução circular, de referente clássico. Nesse sentido, e tendo em consideração as obras de cisternas que estão a ser realizadas em Portugal e no Norte de África, e conhecendo a presença do mestre das obras de el-rei, Tomaz

Fernandes, em Ormuz, em Março de 1515, a quem pode ser atribuído o delineamento das obras lançadas nesse ano de 1515, também seria de lhe atribuir o projecto da cisterna, aceitando o relato presencial de Gaspar Correia, de que a cisterna começa a ser construída, nesse contexto. A lista alargada de obras realizadas entre 1525 e 1527, e bem assim as obras elencadas no tempo de governo de D. João de Castro não dão sinal de estar a decorrer uma obra nova relacionada com o abastecimento de água, no interior da fortaleza, antes da notícia de que o mestre Cristóvão Fernandes fazia a cisterna abobadada, em 1533.

Desde que foram descobertos dois receptáculos estreitos e compridos, realizados em aparelho de pedra, já depois das escavações arqueológicas efectuadas por Wolfram Kleiss, estes têm sido identificados como possíveis reservatórios de água. Situam-se, ao lado do corpo da torre de menagem (segundo a sua posição estimada por Campos), em cujo piso térreo tinham sido instalados, inicialmente, os oito tanques de água de madeira, na campanha de obras de 1507 a Janeiro de 1508, por Afonso de Albuquerque. João Campos interpreta os dois receptáculos como as duas cisternas referidas por Gaspar Correia, associando-as à obra que Cristóvão Fernandes estava a realizar, em 1533.¹⁶¹ Contudo, a sua dimensão é exígua, não tendo relação possível com os volumes de água calculados. Em alternativa poderiam ser dispositivos para o armazenamento de materiais, ou mantimentos que tivessem como requisitos de conservação, o resguardo de temperaturas altas (daí estarem enterradas, segundo o modo tradicional de covas), e a preservação a salvo de humidade ascendente do solo.

Obras de provimento, novos bastiões

1525–1527. Obras de provimento e reforço da fortificação

Nos anos de 1525 a 1527, decorrem certas obras na fortaleza e na igreja, cujos trabalhos realizados se encontram discriminados no 'Livro da despesa das obras', do feitor Cristóvão da Gama, relativo aos anos de 1525 a 1527, durante a capitania de Diogo de Melo (1524–1528.06.11).¹⁶² No conjunto das obras que decorrem nesses anos, chegam a trabalhar 1180 pessoas, na fortaleza e na igreja,¹⁶³ nas pedreiras, e no acarretamento de materiais em jangadas e almadias.

As obras de «corregimento» da fortaleza incidem nos lanços de muro, por meio do acrescentamento de um segundo pano de revestimento, adossado pelo exterior, que Wolfram Kleiss assinala nas plantas. O *Livro da despesa das obras* inclui o registo do reforço dos muros, por meio de cubelos maciços e de torres adossadas, e o «coregimento d'um lamço d'ameas do muro que quai», e de muro e torres; é ainda mencionada a compra de «doze traves pera liarem o muro com a tore», possivelmente a torre de menagem.¹⁶⁴ Desse modo se consolidava a articulação entre a casa de recolhimento/casa-forte inicial, levantada em 1507–1508, e o recinto de fortificação que a envolvera, construído a partir de 1515. Rafael Moreira situa, entre 1525 e 1528, certas obras de reparação do fosso e de um cubelo, que estariam a ser executadas pelo «mestre das obras da cidade de Ormuz»; em 1528, as obras de reforço da fortaleza estariam concluídas, segundo comunicação de Cristóvão de Mendonça.¹⁶⁵

Decorrem igualmente obras relacionadas com as condições de habitação das forças estacionadas na fortaleza. Em finais de 1527, haveria, em Ormuz, 'nem 10' «casados», e cerca de 300 homens de armas em Ormuz, mas teriam chegado a estar estacionados cerca de 600.¹⁶⁶ Com excepção da torre de menagem e aposentos anexos, e da torre do alcaide-mor, as restantes casas existentes no recinto da fortaleza manuelina não seriam construídas em pedra. Neste período são mencionadas recorrentemente despesas relacionadas com o corregimento das «casas desta fortaleza», cerames e ramadas, implicando a compra, em quantidade, de paus de areca, cairo para atar os paus e esteiras de ola; inclusive a casa, onde pousava o irmão do rei de Ormuz, dentro da fortaleza, é esteirada.¹⁶⁷ Seriam porventura semelhantes a certas «casas de palha», que existiam na praça frente

à fortaleza, e são referidas, no Tombo de 1550. Era esse o tipo de habitação corrente, que se encontrava no arrabalde, e fora da cidade de Ormuz. Em «Alçoçer» (al-Quşayr, na costa do Egipto), no Mar Vermelho, D. João de Castro observaria, «que as paredes das casas sam de pedra e barro, e outras de adobes, o çeo das quaes nam tem alguma cuberta, saluo isteiras e outras cousas vis».¹⁶⁸

Verifica-se igualmente o provimento das instalações e equipamentos da fortificação. Entre as despesas figuram esteios de palmeira para a «estrebaria da ponta», e cozer breu para os tanques.¹⁶⁹ Encontram-se discriminadas despesas relacionadas com uma ou mais casas do armazém (incluindo tabuado estreito para soalhar), a chaminé grande da cozinha e o forno, a chaminé da cozinha do capitão, bancos e pés de mesas para a sala, onde come o capitão-mor, e as portas grandes da torre, onde pousa o alcaide-mor. Em todas estas obras são empregues materiais em quantidade, como gesso branco em pedra, gesso vermelho, barro para os terrados do armazém, tijolos para um forno, tabuado, traves guindadas por cordas, vigas para o terrado do armazém, fornadas de barro cozido para corrigir terrados, e esteiras pequenas de «Jasques», feixes de paus, e material para atar a ramada da torre de menagem.

A designação de uma «ramada da tore da menagem»¹⁷⁰ sugere o dispositivo leve e encerrado, com gelosias, onde se recolhiam as pessoas para dormir durante a noite. A instalação da «ramada» indicia a provável retirada da casa da pólvora, do lugar que ocupava, no último sobrado da torre de menagem, e do sino que ficara posto no alto. O sino passaria para o baluarte situado a meio da cortina, frente à cidade. Ainda em 1622, mas já com a cortina mais avançada para sul, esse lanço de muro surge referenciado como «baluarte do Sino».¹⁷¹

1525–c. 1540. Um novo baluarte (este)

No mesmo 'Livro da despesa das obras' surge o registo de uma obra nova: o reforço da fortificação da entrada na fortaleza, compreendendo a construção de um cais e de um bastião novo, que avança para sul, rematando numa forma semicircular (Fig. 24). Segundo notas de pagamento, de 1526 e 1527, foram compradas catorze «fornadas de baro cozido pera fazer o cax da portada porta da fortaleza que se fez pera fazer hum baluarte diante da porta. Há ainda despesa com a compra de «quatro esteiras de pallma gramdes pera por sobollo cax que se faz por ho nom derribar o mar a obra», e com 47 «allmadias que trouxeram pedra da pedreira pera corregimento do baluarte e cax».¹⁷² A descrição parece referir-se ao baluarte que se antepôs à entrada original, pelo que essa parte da obra, situada sobre a praia e na água, conforme a maré, terá sido realizada nessa altura. A conclusão da obra é mencionada, em 1540, segundo informação do capitão Martim Afonso de Melo.¹⁷³ Esta obra não se encontra representada na imagem de Gaspar Correia.

c. 1537–1541. O novo baluarte (sudoeste) e um «contramuro»

Em 1540, o capitão Martim Afonso de Melo Jusarte escreve a D. João III, chamando a si a edificação do baluarte da porta da fortaleza (que já estava a ser construído, nos anos de 1526 e 1527) e contramuro; e refere que iniciara a obra do baluarte do lado poente.¹⁷⁴ O baluarte destina-se a reforçar a torre do alcaide-mor. A sua forma é característica de uma fase de transição, anterior ao tipo de baluartes de reveses, que começam a ser construídos a partir dos anos quarenta. O contramuro seria possivelmente um muro avançado, relativamente à cortina da fortaleza do lado sul, talvez associado ao fosso.

Estas obras decorrem (na realidade, tornaram-se viáveis) no contexto da operação de demolição do palácio real e de casas da frente do terreiro da fortaleza. De facto, um ano depois, em 1541, o rei Salğur-Şāh II, em carta indicando dezoito testemunhas, atesta a sua responsabilidade pela construção de um baluarte da fortaleza de Ormuz, o mais forte da Índia, que terá realizado a pedido do capitão D. Pedro de Castelo Branco (1536–1538; 1540–1541), e afirma que concedeu a demolição do palácio, em 1537/38, efectuada no tempo dos

capitães D. Pedro de Castelo Branco e Martim Afonso de Melo (1539–1540; 1541–1544).¹⁷⁵ No final do mesmo ano, o feitor Sebastião Lopes Lobato menciona, num requerimento, que assistiu na construção das fortalezas de Ormuz (1515), Baçaim (1536), e Diu, entre outros serviços prestados.¹⁷⁶ O novo baluarte manteria a denominação de 'baluarte de Santiago', por trasladação do correspondente bastião da fortificação original manuelina.

A edificação dos dois novos baluartes, que avançam para a cidade, encontra-se associada à intervenção urbanística de arrasamento da malha urbana, a partir de c. 1537/1538, para ampliação da área desimpedida frente à fortaleza. No decurso dessa operação seriam demolidos o palácio real, a madraça, e as casas que confinavam com a praça e o terreiro.

1544. Reforço do baluarte da cortina nascente

Em 1544, Luís Falcão, capitão de Ormuz (1544–1547) escreve a D. João III comunicando que «construira o bastião em volta da igreja e muro».¹⁷⁷ Deve tratar-se do forte reforço de um bastião existente, perto do ângulo sudeste, mas já voltado a nascente. Wolfram Kleiss assinala o reforço do paramento exterior como obra subsequente ao bastião da entrada.¹⁷⁸

Luís Falcão apresenta ao Governador, em 1546, as despesas relativas a diversos assuntos, entre os quais obras na fortaleza, e pagamentos à força militar estacionada, que contava então 400 homens.¹⁷⁹

A fortaleza abaluartada

c. 1546. Aterro de uma cava, obras na frente sul

Não é certo que a fortificação manuelina tivesse tido originalmente um fosso, que atravessava o terreno, na ponta da ilha, de uma praia a outra. A decisão de execução implicaria alguma negociação, considerando a proximidade do palácio real e de outras casas à fortaleza, e a sua existência não é assinalada na imagem, em *Lendas da Índia*. Em todo o caso, a realização dos dois novos baluartes interferiu com o seu traçado.

A referência a uma «cava» surge na sequência da implantação dos dois novos baluartes, e da realização do «contramuro», cujo avanço relativamente à fortaleza manuelina, possivelmente veio reduzir o profundo recanto formado entre os baluartes. Na realidade, talvez o «contramuro» fosse propriamente a contraescarpa do fosso, que teria sido intersectado pelos dispositivos de defesa mais salientes. A menção à cava surge em 1546; prepara-se o seu aterro. Aproximadamente entre os dois baluartes, a cava é limitada por duas paredes nos topos, e é entulhada; decorrem igualmente certas obras de reforço da fortaleza.¹⁸⁰

Tinha sido iniciado o período de governo de D. João de Castro (1545–1548). As cartas escritas pelo capitão e o feitor ao governador versam sobre obras de fortificação que decorrem, e a falta de dinheiro para as fazer avançar; é referida a próxima ida de D. João de Castro a Ormuz.¹⁸¹ Será durante o seu vice-reinado, que é desencadeada a operação de reconfiguração geral da fortaleza, e transformação numa fortificação abaluartada moderna.

O fosso seria refeito, na sequência dessas obras, e permaneceria aberto, na maior parte da sua extensão, excepto num pequeno troço junto do baluarte de Santiago, a poente, como também seria, provavelmente, o caso da primeira cava que teria existido. Nessa área mantinha-se fechado, por conveniência de serviço, para facilitar a saída pela porta da fortaleza, que existia nas imediações, do lado ocidental, e a quotidiana circulação, na passagem à cidade.

A existência de uma «cava» que estava parcialmente obstruída, facilitando o acesso à fortaleza, foi um dos grandes pontos de debate, por ocasião da perda de Ormuz, em 1622. No entanto, o fosso a que se refere a discussão surgida em conselho, nessa data, entre as forças portuguesas e o rei de Ormuz, sobre se devia ser rompido, na parte em que se encontrava obstruído, perante a iminência do cerco das forças persas aliadas aos ingleses, já não podia ser um primeiro

canal, cuja existência se atribuía a Afonso de Albuquerque, nem mesmo a cava resultante das intervenções que precedem o tempo do governador D. João de Castro.

1547-c. 1550-... A nova fortaleza abaluartada

Na preparação da partida, para tomar o governo do Estado da Índia, D. João de Castro recebera diversas instruções relativamente à necessidade de reforço e provimento das fortificações. As obras que seriam realizadas, em Ormuz, corresponderiam à visão moderna sobre dispositivos de uma fortificação dotada de artilharia de fogo. Começam ainda no tempo do governo de D. João de Castro, e decorrem sob as capitánias de D. Manuel de Lima (1547.06.19-1950) e de D. Álvaro de Noronha (1550-1553). No que se refere ao levantamento das cortinas da nova muralha, e dos novos baluartes, as obras estariam concluídas, possibilitando a defesa pelas forças portuguesas sitiadas, na ocasião do cerco e ofensiva dos turcos, em 1552.

Em Março de 1546, Bastião Lopes Lobato, escreve a D. João de Castro, informando que «as obras da fortaleza (principalmente do lado da terra) seriam realizadas de acordo com as determinações do Governador»;¹⁸² e, em Novembro do mesmo ano, dá conta de que trabalhos tinham sido iniciados, e haviam que continuar, e que a fortaleza, que estava «mal repairada de casas»,¹⁸³ para acomodar o número de forças estantes em Ormuz.

Em 1547, um ano depois de ter iniciado a residência, D. Manuel de Lima escreve a D. João de Castro sobre as obras necessárias, e pede, uma vez que o governador tinha «ja acabado Dio, mandar qua Francisco Pirez, porque com sua vimda qua e com a ordem que V.S. de la der e com se nyso gastar o que parecer bem a V.S. fiquara esta fortaleza fortaleza e forte, porque os muros e baluartes tinham muita neçesidade de se emmendarem em alguumas cousas, e asy as bombardeiras»; dois meses depois, renova o pedido relativamente a Francisco Pires,¹⁸⁴ considerando que as obras, em Diu, estariam a terminar, ou já estariam concluídas, na altura.¹⁸⁵

A intervenção realizada em Ormuz, neste período, compreende dois momentos distintos. Sucodem-se sem hiato, e podem ser atribuídos, na sua maior parte, a Francisco Pires, como foi aventado por Pedro Dias.¹⁸⁶ As referências apresentadas neste estudo, e a documentação que as suporta reforçam a indicação de que a fortaleza já se encontrava transformada, no essencial, antes do cerco pela armada turca, em 1552. Não é plausível estimar que a intervenção se concretizou apenas mais tarde, a partir de 1558, sob a responsabilidade do mestre Inofre de Carvalho.

Em finais de 1547, escrevendo de Baçaim ao Rei, na partida para Moçambique, Fernando de Souza (de Távora), anunciava que levava consigo dezasseis pedreiros para Moçambique, tendo em vista preparar tudo, para que a obra da fortaleza daquela ilha pudesse ser concluída por Francisco Pires, quando deixasse Ormuz.¹⁸⁷

Na carta de D. Manuel de Lima, de 23 de Julho de 1547, perspectiva-se um desdobramento de questões relativamente às obras de fortificação, em Ormuz. Um parágrafo trata da necessidade de emendar os muros e baluartes da fortaleza, e as bombardeiras. Essa primeira obra realizada consistiu na ampliação da fortaleza manuelina, com a demolição da metade norte da antiga cerca, e a edificação de três lanços de muro, com baluartes com reveses, nos ângulos, ampliando a área do recinto para norte. Precisamente, Wolfram Kleis identifica duas fases de obras, que situa em meados do século XVI, observando que parece terem-se seguido uma a outra, em breve tempo.¹⁸⁸ A obra da metade norte da fortaleza apresenta-se como obra unitária, distinta da intervenção posterior, voltada à cidade, de natureza mais massiva.¹⁸⁹ Tal como a fortaleza manuelina, também a nova extensão abre uma pequena porta de acesso a uma praia a norte, o postigo da Traição.¹⁹⁰

Na carta de Julho de 1547, depois de expor outros assuntos, D. Manuel de Lima enuncia mais duas obras a realizar na fortaleza: fazer outro muro e baluartes, na frente para a cidade, como os que

foram realizados na fortaleza de Diu (passado dois meses, o capitão volta a insistir neste assunto).¹⁹¹ Já no tempo do governador Garcia de Sá (1548-1549), as obras realizadas, na frente sul da fortaleza, são referidas por Mir Beruz a D. João III: o capitão D. Manuel de Lima começara um muro, de mar a mar, com baluartes muito fortes; na obra trabalhavam os escravos de Mir Beruz.¹⁹²

No final de 1549, no tempo do governador Jorge Cabral (1549-1550), D. Manuel de Lima escreve a Pero de Alcáçova Carneiro, secretário do rei, comunicando que as obras de fortificação estariam concluídas, e que a fortaleza era a mais forte da Cristandade.¹⁹³ Cerca de um ano depois, já na capitania de D. Álvaro de Noronha, o licenciado Tomé Serrão, ouvidor em Ormuz, reafirma que as obras estariam concluídas, em breve, e indica que o baluarte de Santiago (sudoeste) havia de ficar metido em água, como o de Santo André (nordeste).¹⁹⁴

Os apontamentos de D. João III, que D. Afonso de Noronha leva, quando parte para a Índia para iniciar o vice-reinado, em 1550, recomendam, uma vez mais, o reforço da fortificação de Ormuz.¹⁹⁵ O rei conhecia as obras que decorriam, mas são principalmente as notícias sobre a expansão da presença turca no Golfo Pérsico e no Índico, que justificam a sua insistência na necessidade de prover a fortaleza, e bem assim reforçar as forças da cidade, e a armada para vigilância do Estreito.

D. Álvaro de Noronha (1550-1553) recebe de D. Manuel de Lima a capitania de Ormuz, em Junho de 1550, e, em 25 de Novembro, do mesmo ano, numa carta a D. João III descreve o estado das obras de fortificação, e aponta novas obras visadas.¹⁹⁶ D. Manuel entregara-lhe a fortaleza «ffejta toda de novo da bamda da terra e ffallo por este termo a V.A. por que me parece e asj me diserrão que V.A. a tinha ya la debuxada e desta maneyra emtemder me há V.A. da maneira que lhe dixer que ma entreguarão e ffica. Tem esta ffortalleza da bamda da terra hũ lamço de muro que sera há terça parte de toda a rredomdeza. Esta lamço de muro deixou dom Manoel de todo ffeito he acabado nos cabos deste lamço de muro estam dous baluartes cada hũ em seu cabo hũ que he da bamda do ponemte por nome Samtiago fficou acabado de todo».¹⁹⁷

O capitão-mor anuncia então a obra que pretende realizar do lado ocidental. Do baluarte de Santiago «ej de mamdar aguora ffazer hũa couraça que va emtrar no mar, e no cabo della hu baluarte do qual ha de sajr hũ rreves que deffemda parte deste baluarte porquamto ho rreves destoutro da bamda do llevamte ho não pode alcançar. Ysto he obra mujto neçesarya e esta couraça aymda mujto majs por quãoto por francisco pirez nom meter este baluarte no mar se podya pasar por amter elle he o mar yemte que podese ffazer noyo ha ffortallleza com mays combates que os da bamda da terra».¹⁹⁸

Segue-se a descrição da relação entre o baluarte de Santiago e o baluarte do muro velho (manuelino), que denomina «do guazil», reminiscência das casas de «Cojeatar», que nessa área tinham sido englobadas dentro do recinto da fortaleza, em 1515. «E deste balluarte Samtiago deixou mays ffeito dom Manoel hũ lamço de muro pequeno que corre ao longuo do mar [do lado ocidental] que chega ate hũ baluarte que eles ca chamão ho do guazil, o qual lamço de muro com ho muro velho que fica da bamda de demtro deste, fazem ambos de dous hũa gram cisterna a gual ffiquou por fazer somente com esta desposysão que diguo de se nela poder ffazer».¹⁹⁹ Fica esclarecido que a intervenção realizada por Francisco Piures incluía o projecto de uma nova cisterna, cujo lugar e disposição eram determinados pelo traçado do ângulo das cortinas e vértice do baluarte de Santiago. D. Álvaro de Noronha pretende avançar com a obra: «Agora mamdo por as mãos nella. Espero em Noso Senhor de ha acabar e ela acabada ffiqua esta ffortalleza com aguoa que lhe bem abaste pera hũ gramde çerquo». Relativamente ao baluarte de Santo André, a sudeste, prossegue a informação: «Estoutro balluarte que ha V.A. dise que he da bamda do llevamte por nome Samtamdre Este fficou ffeito em muj bom llugar que fficou metido no mar de maneira que por amtre elle he ho mar se nao pode pasar, ficou este balluarte allevamtado de

todo da bamda da terre e da bamda do mar com hũ lamço de muro pequeno que dele vaj ao balluarte da ygreja, ffcarjam as duas partes por fazer com o emtulho delle. Esta he obra que se aguora acaba te lo ey ja ffeijto ate home meio e ya ffora acabado, e eu asy ho cudey que quamdo stprevese a V.A»,²⁰⁰ não se dera o caso de o governador Jorge Cabral ter mandado recolher, por Simão Botelho, dinheiro da feitoria de Ormuz, pelo que faltavam meios a D. Álvaro de Noronha, para continuar os trabalhos.

A intervenção, na frente sul, é desenhada de modo a comportar uma área de aposentamento e serviços. Os dois novos baluartes muito reforçados, participam activamente da defesa contra a cidade, e protegem a entrada principal na fortaleza, e a entrada a poente. A forma como avançam fá-los concorrer igualmente para a defesa dos lances de muro, do lado do mar, a oriente e a ocidente, em especial face ao surgidouro nascente, protegendo a frente onde se recolheriam, e vararam os galeões, em 1622.²⁰¹

A proeminência dos dois baluartes, voltados à cidade, não tem comparação, em proporção, com os restantes baluartes, embora tenham sido realizados praticamente sem diferença de tempo. A sua forma mostra que a fortaleza se concebia sobretudo em contraposição à cidade, ou, que as suas defesas eram pensadas sobretudo para um ataque terrestre, por forças desembarcadas na ilha, e menos a um ataque e cerco, por forte armada dispondo de artilharia.

D. Álvaro de Noronha ainda anuncia uma outra obra, que pretendia vir a realizar: «Depoys dacabar este balluarte e de fazer a courraça he balluarte que a V.A. arriba diguo que ey de mamdar fazer e asy há systema detrjmino de mamdar ffortificar esta fortaleza da bamda do mar domde em allgũs llguares esta muj fraca e baixos os murros com lhos emgrosar mays e alteallos».

É referida também a situação da cava: «esta fortaleza a qual tem mays hũa cava da bamda da terra que toma de mar a mar. Nõ esta aynda acabada de todo depois que ho for e ho mar poder emtrar por hũ cabo e saj r pello outro, ficara hũa fermosa cousa ysto tãobem espero de fazer com ha ayuda de Noso Senhor he com hũa pomta muj gramde per homde se saya da fortalleza e emtem que sera hobra muj ffermosa e que mays pareçera de ytallya que da ymdya ».²⁰² A ponte seria edificada, surgindo representada em imagens; tinha uma porta, mencionada no decurso dos acontecimentos que precedem a queda de Ormuz.²⁰³

De facto, a nova frente de muralha, face à cidade, e os dois baluartes extremamente desenvolvidos, nos seus extremos, avançaram sobre a cava e o terreiro, implicando uma alteração relativamente às medições efectuadas por Simão Botelho, em 1546. O vedor da Fazenda volta a Ormuz em 1550; pelo que o Tombo que conclui nesse ano, já regista a menção de que «esta medida d'este terreiro estaa jaa falça, porque se fizeram outros muros por fora da fortaleza, e caua mais largua».²⁰⁴ Na área da cidade, frente à fortaleza, as obras ainda não estariam terminadas, o que explica igualmente a impressão que o padre jesuíta mestre Gaspar Barzeu transmite, de que a cidade estava «agora muito danificada pelos portugueses».²⁰⁵

Em 1551, nas vésperas do cerco de Ormuz pelos turcos, Reis Nordim (Ra'is Nūruddīn) corrobora a informação de que a fortaleza era a mais forte, Ormuz a mais leal cidade, e a alfândega a de maior rendimento.²⁰⁶ Em 1552, a cidade de Ormuz é cercada por uma força otomana, e, em 1553 e 1554, ocorrem duas batalhas, entre portugueses e turcos, no golfo Pérsico e no mar de Omã. Em 1554, é mencionado que a fortaleza de Ormuz contava com uma guarnição de 600 soldados, e 150 casados, «entre portugueses e christãos da mesma terra».²⁰⁷

1552. O cerco de Ormuz pelos turcos

No início de Novembro de 1552, a cidade é cercada, durante cerca de vinte dias, por uma força otomana comandada por Pīrī Re'īs.²⁰⁸ Segundo a Crónica de D. João III, a defesa foi organizada mediante a distribuição de capitães e de um «fuão», e de um certo número de homens, por cada um dos baluartes da fortaleza. São referidos quatro

vértices da fortaleza, equivalentes aos quatro baluartes principais: no baluarte de Santo André (sudeste), 240 homens; no baluarte de Santiago (sudoeste), 130; no baluarte da varanda (a torre redonda) com a presença do capitão-mor (sul), 100 homens; «no pano de muro, que corre deste baluarte para o de Santo André», 50 homens; «no outro pano, que corre para o de Santiago», 30 homens; da banda do mar (este), 60 homens; e no baluarte do meio, estante o alcaide-mor, «que era hum fuão homem» (oeste), 40 homens (Fig. 8).²⁰⁹ As posições descritas deste modo concordam com a nova configuração da fortaleza. Relativamente à denominação «baluarte da varanda», Kleiss menciona a existência de dois terraços, que se desenvolviam sobre as cortinas, a sul, e em relação com o baluarte de sudeste, articulando-se com um pátio enquadrado pelos aposentos do capitão e dos oficiais.²¹⁰ Esses terraços dominavam a vista sobe a cidade e os surgidouros. Quanto ao baluarte do meio, cuja defesa foi atribuída ao alcaide-mor, seria de considerar que, próximo, na cortina norte da fortificação, se devia situar o arsenal. Kleiss regista, em dois compartimentos desse lanço, uma acumulação de pelouros de bombardas.²¹¹

D. Álvaro de Noronha escreveria ao vice-rei, D. Afonso de Noronha, depois do cerco de Pīrī Re'īs, relatando de que modo a fortaleza fora batida pelas forças otomanas, a partir de estâncias em terra, e do mar. Se mais durasse o assédio, os estragos que causaram, na frente e no baluarte de Santo André, arruinariam o muro, apesar de o gesso ser considerado um «material para estas paredes muj forte».²¹² Também foram derrubadas umas casas que eram aposento dos capitães, onde pousava. A queda de pedras e de muitos «cantos» provocara feridos e mortos entre os sitiados.

Em 1554, apesar dos estragos causados, a escala da fortaleza não deixava de impressionar o padre jesuíta António Mendes, que estava em missão em Ormuz, desde 20 de Março de 1553. Escreve a Santo Inácio de Loyola, mencionando numerosas e precisas informações, e indica que a cidade «tem huma forte e nobre fortaleza», e uma guarnição de seiscentos soldados.²¹³

1550-(...). A cisterna do Rei

O novo baluarte de Santiago (por trasladação, conservaria a invocação do primitivo baluarte manuelino) foi projectado de modo a impedir a passagem entre mar e terra, e varrer as cortinas adjacentes da fortaleza. Relativamente ao alinhamento da cortina da fortaleza manuelina, a sua forma implicou uma extensão de dois lanços de muro, entestando no muro antigo da fortaleza de 1515, cerca do sítio das casas de H'wāga 'Aṭā. Na área interior, de configuração aproximadamente triangular, como parte do projecto iniciado durante a capitania de D. Manuel de Lima, foi preparado o espaço para construir uma nova, grande cisterna. Contudo a obra ainda não começa durante a residência deste capitão. É o que se depreende da informação transmitida por D. Álvaro de Noronha, em 25 de Novembro de 1550, já citada.²¹⁴ Em volta da cisterna encontra-se um sistema de compartimentos, que o levantamento de Wolfram Kleiss regista como espaços preenchidos com aterro.²¹⁵

A cisterna seria edificada no decurso do terceiro quartel do século XVI. A obra poderá ser atribuída a Inofre de Carvalho. A acompanhar D. Antão de Noronha, sobrinho do vice-rei, quando é reconduzido na capitania de Ormuz, em 1558 (cargo que deteve anteriormente, por cerca de um ano, a partir de Maio de 1553),²¹⁶ seguiu o mestre Inofre de Carvalho, que partira para a Índia em 1551. É-lhe atribuída a intervenção na fortificação do Barém, envolvendo directamente a acção do capitão de Ormuz. Já sob ordens do novo vice-rei, que chega a Goa em Setembro de 1558, Inofre de Carvalho, além das obras realizadas na fortaleza de Ormuz, efectuou intervenções em outras fortificação, nomeadamente em Soar (Ṣuḥār) e Mascate (Masqaṭ).²¹⁷

A construção da nova cisterna vem reforçar as condições de defesa da fortaleza, permitindo sustentar um cerco prolongado, e dando tempo, em situações de assédio, à chegada de socorro de fortalezas próximas e de Goa. Em 1620, o rei aprovava uma obra que

o vice-rei ordenara fosse feita, relativa à condução de água para as cisternas, por meio de canos de água.²¹⁸

Porém, a falta de água viria a ser um dos motivos ponderosos da perda de Ormuz, em 1622. Entre outras razões de ordem de estratégia militar, e circunstanciais, que não seria possível considerar aqui, objectivamente, a perda é precipitada pela derrocada do baluarte de Santiago, e a entrada do recinto, por efeito de minas realizadas pelos persas. Os sitiados conseguiram alcançar os canos, que foram abertos, provocando o esvaziamento da cisterna grande.²¹⁹ A falta de água, que já se fazia sentir dentro da fortaleza, aliada à corrupção de mantimentos, e aos inúmeros doentes e feridos, em que se esgotavam as forças dos sitiados, tornariam a situação insustentável, e um caso de emergência de saúde pública, concorrendo para a capitulação e entrega da fortaleza.

Obras de provimento da fortaleza abaluartada

1584–1588. Obras de provimento e fortificação, novos tanques de água

São atribuídas a Matias de Albuquerque, que foi capitão de Ormuz (1584–1588) e vice-rei (1591–1597), certas obras de reforço e provimento da fortaleza de Ormuz, numa biografia panegírica e anónima, datável entre 1598 e 1609.²²⁰ Quando é indigitado para a capitania de Ormuz, a fortaleza encontrava-se danificada, e com um grande lanço de muro derrubado. Matias de Albuquerque faz levantar, e «prevenindo semelhantes ruínas lhe mandou lagear todos os muros e baluartes».²²¹ Efectua reparações nas casas do capitão e armazéns e manda fazer uma nova casa para guardar o biscoito, que repõe em quantidade adequada a necessidades que pudessem surgir. Providencia aposento gratuito para os soldados, e melhora as condições de vida, assegurando que houvesse «açougue e feira de tudo o necessário dentro» no recinto, e bem assim outras comodidades, que introduziu a par da do reforço da disciplina militar.²²²

A fortaleza encontrava-se provida de cisternas. Todavia, o capitão entende que as cisternas «que para isso havia na fortaleza eram pouco siguras para a reter [a água], assim por estarem fundadas na vaza, que com a vizinhança e movimento do mar lhe abria caminho para se lhe furtar a água, como pelo deterimento que recebiam pelo abalo causado da artilharia quando jogava, ordenou ãa invenção e fábrica de tanques, a que depois com muita razão um grande arquitecto [João Bautista Cairato], que o Viso-Rei D. Duarte de Meneses levou consigo indo visitar aquela fortaleza, tanques bentos, que como tais se conservam hoje, e conservarão sempre em seu uso».²²³ Os tanques foram fabricados numas tercenças, que mandou fazer de novo. Levavam oitocentas pipas de água, e eram de «toquespão» (teca?), «guarnecidos por dentro de chile, que é um género de betume que vem de Baçorá, com que a água se conserva sem corrupção nem sabor alheio da sua natureza».²²⁴

1584–1588. A figura de Afonso de Albuquerque

A Matias de Albuquerque se deve a colocação, na entrada da fortaleza de Ormuz, de uma imagem natural de Afonso Albuquerque, que manda fazer, em Goa. Era «de pedra figurada com óleos, e tanto primor dos artífices, que só o espírito e movimento parecia que lha faltava para vivo. Estava com aquela sua severa e veneranda catadura, a que tantos reis tremendo veneraram, com a mão direita nos punhos da espada, e na esquerda ãa esfera, insígnia conhecida dos Reis de Portugal, como quem ainda assim prometia defender o que conquistava».²²⁵ A figura tinha paralelo na imagem do Infante D. Henrique, elevada na coluna do mainel, na entrada principal do Mosteiro dos Jerónimos, voltada ao cais e ao rio, com «ha espada nua na mão, aleuãtada pera riba, do qual modo, se afegurã todollos Reis, & Principes que em pessoa se acharã em feitos de guerra, & nelles forão vencedores».²²⁶

A imagem de Afonso de Albuquerque é mencionada por Don García de Silva e Figueroa.²²⁷ Estava posta «em um nicho com as

costas nas da capela-mor da Sé, que fazia um lado do pátio da fortaleza de frente da primeira porta, com aquela letra própria sua, em que bem se cifrava o mais alto de seus mercimentos: ‘Mal com El-Rei por amor do Senhor dos homens, mal com os homens por amor de El-Rei. Affonso acolhe-te à Igreja’».²²⁸

Nos acontecimentos que precedem a queda de Ormuz, seriam lembradas uns dizeres, atribuídos ao fundador da fortaleza, que teriam sido afixados na entrada, apelando à abertura da cava. Retido no cerco da fortaleza de Queixome (Qišm), Rui Freire de Andrade envia um escrito ao capitão de Ormuz, Simão de Melo Pereira, encomendando-lhe que leia «o letreiro que diz (*Se inimigos da Europa nesta barra vires surgir, abre a caua, deyta-te a dormir*) De huma tarja, que está aos pès do grande Affonso de Albuquerque, tome seu conselho pois tão mal nos vay com o nosso. / *Ruy Freyre de Andrada*».²²⁹ A versão apócrifa concorreria para o aceso debate, que se desenvolveu opondo o rei de Ormuz ao capitão Simão de Melo, nos últimos dias do protectorado português, acerca da necessidade de romper a parte da cava, que estava obstruída, como parte da estratégia de defesa da fortaleza.

1591. Instruções de João Cairato

Numa carta de 1591, de D. Filipe I ao vice-rei, é tratado o assunto da ida de João Bautista Cairato, a Ormuz e a Mascate. Relativamente a Ormuz, o engenheiro viu a fortaleza, e traçou «as obras que lhe pareceraõ necessareas pera sua deffenção». Contudo, no que se refere à sua realização, «mandára por entaõ sobrestar, porque allem de custarem muito lhe não pareceo conjunção bullir com elas quando se não ouuessem de acabar com a breuidade necessaria auendo todos os annos nouas de guallés de Turcos que estão ameaçando aquella fortalleza». O rei considera «que o ditto engenheiro mór procedia bem em sua obriguacão», mas manda lhe sejam enviadas mais informações sobre as fortalezas «com todas as particullaridades dellas». E encomenda ao vice-rei que fizesse «correr com as fortificações dellas, em especial com a de Ormuz e Mascate», e lhe enviasse «as traças de tudo», como tinha mandado pela primeira instrução que o vice-rei tinha levado.²³⁰

Já em 1588, o rei esperava ter recebido «as traças e relação» que o engenheiro-mor teria enviado, para que o rei as pudesse «mandar ver», mas não lhe tinham sido dadas com as cartas remetidas pelo vice-rei, no ano de 1587.²³¹ Por esses anos, a representação das fortalezas, em desenho, tornara-se um instrumento essencial para a tomada de decisões, centralmente, pelo governo, no tempo da União das Coroas. Na expressão ‘aviso’ ao vice-rei, que substitui a formulação mais cordata, usada em geral, o ‘encomendar’, transparecia, em 1593, a premência de obter as imagens: «Taõbem aviso da parte de Sua Magestade que he necessario que mande nas primeiras náos ou o mais breuemente que puder ser a traça de todas as fortalezas dese estado pera Sua Magestade as ver, e aver quá noticia do sitio e forma delas quando se offerecer tratarse de alguã».²³² De facto há a notícia de que João Bautista Cairato, arquitecto-mor de el-rei, teria elaborado uma ‘Relação, Regimentos, Praças das fortificações da Índia’, estimando-se que a obra incluiria desenhos das fortalezas, que iram constituir uma base para ultteriores representações.²³³

c. 1612–1613–(...). A nova casa da pólvora

A primeira casa da pólvora foi levantada no cimo da torre de menagem, em 1515. Posteriormente, seria transferida para outro local. Se apenas mudou de sítio uma vez, a casa, onde teria ficado instalada, é lembrada, em 1616, como «hũa casa humida, e em que a agoa do mar entraua cõ a maré e danaua a poluora de maneira que ficaua não prestando para nada».²³⁴ O local não é conhecido, contudo merece atenção um espaço com a legenda ‘abóbada subterrânea’, identificado por Kleiss.²³⁵ Esse espaço estava situado adjacente à cortina sul da fortaleza manuelina, do lado exterior, mas dentro da área de cava que

está a ser delimitada por muros edificados nos extremos nascente e poente, e surge referenciada por Luís Falcão, capitão de Ormuz, como entulho feito entre os baluartes da igreja e do alcaide-mor, em 1546.²³⁶ Com essa intervenção, a linha da cortina avançava para sul, pelo que aquela área passava a estar dentro do recinto da fortaleza. A legenda da planta de Kleiss identifica uma área adjacente aquele local abobadado, com a indicação de um 'pátio sobre aterro', pelo que a casa da pólvora ficaria bem resguardada, com tal enquadramento.²³⁷ Porém, se ali esteve localizada, não estava a salvo da infiltração de águas subterrâneas, como se tornaria evidente.

No período da capitania de D. Jorge de Castelo Branco (c. 1612–1613), é principiada «uma caza [da pólvora] no meyo da fortaleza». A obra ainda não estava concluída, em 1618,²³⁸ mas sê-lo-ia, em breve, pois nos confrontos militares, que precipitam a queda de Ormuz, a nova casa da pólvora já se encontra em uso. Situa-se frente à casa do condestável,²³⁹ que integra a correnteza de casas adossadas à cortina ocidental da fortaleza. Na descrição dos combates, esse lado da cerca é referenciado como «lanço da casa da poluora» ou «baluarte da casa da poluora».²⁴⁰

Uma última fase de obras na fortaleza

Nas décadas que precedem a queda de Ormuz, é conhecida a situação precária dos muros da fortaleza, do ponto de vista construtivo, e a desatualização do sistema abaluartado. Os mestres engenheiros e arquitectos indicaram medidas, contudo, tendo presente apenas genéricas instruções reais, para avançar com as obras, houve dilação na tomada de decisão sobre a urgência de intervir. Vários factores poderiam ser apontados: uma constante e cada vez menos sustentável condição financeira do Estado da Índia, do reino e de Ormuz, em particular; uma inconsequente avaliação da situação política e militar, e das relações diplomáticas, entre a União das Coroas e a Pérsia; e a inépcia, a diferentes níveis, de governo e administração.

Em 1610, o rei escreve ao governador, Rui Lourenço de Távora, sobre o provimento da fortaleza de Ormuz, e de outras fortalezas do reino de Ormuz, considerando a situação precária das relações com o Šāh 'Abbās.²⁴¹ Com a perda do Barém, em 1602, e a pressão exercida pelos turcos, no Golfo, o rei pondera recuperar aquela possessão, mas prescindir da fortaleza, por entender que não oferecia boas condições de defesa, construindo, em alternativa, uma casa-forte na cidade. Nesse contexto, mais se afigurava importante reforçar a fortaleza de Ormuz, e antes dela, primeiro, fortificar o bandel do Comorão, para que tivesse condições para se defender, ou arrasar. A carta régia, em que as medidas são expostas e consideradas, indica que «se tomaram n'este reino informações de pessoas praticas d'aquellas partes».²⁴² A decisão de acção, embora admitindo que poderia ter consequências, desvaloriza a reacção esperada do Xá da Pérsia (ou a dos turcos, se a opção fosse tomar a fortaleza do Barém). Igualmente é subestimada a organização da acção militar, considerando recursos suficientes para a conservação de posições tomadas. Porém, a conclusão é tranquilizadora: por efeito da empresa, se ganharia «a quietação da ilha de Ormuz e todo o Estreito», e impediriam vários dos intentos do Xá, que ficaria cerceado na efectiva possibilidade de actuar. Em todo o caso, porque se encontram embaixadores do Xá, na corte, o rei entende que não se poderia «emprender aquella ilha por guerra», pelo que encomenda ao vice-rei que, avisado das informações, desse o seu parecer. Quanto à fortaleza de Ormuz, o número de soldados deveria aumentar para 700 soldados.

Em 1615, com base numa informação do capitão-mor de Ormuz, D. Luís da Gama (que teria comunicado que não obtivera autorização do governador, nem dinheiro, para a realização de obras), o rei lembra ao governador, D. Jerónimo de Azevedo, que já em anos antecedentes encomendara a execução de determinadas obras. O capitão-mor achara a fortaleza «mui damnificada de muros e de hum baluarte, e que tinha necessidade de se fazer outro de novo». Ainda era aguardada a visita de António Pinto da Fonseca, para

que fosse ordenado um plano de ampliação da «fortaleza, para que nas ocasiões de guerra possa recolher maior numero de gente do que cabe n'ella, na forma em que agora está, se assi se entender que convem». Porém, era necessário advertir o engenheiro, da importância de traçar a obra que fosse feita de novo «de maneira que fiquem as cisternas resguardadas, e lhes não possa fazer damno qualquer bateria que se der aos muros».²⁴³ Em 1618, o rei volta a encomendar a atenção do governador para o estado da fortaleza, contudo, devia aguardar a ida do engenheiro e o seu parecer.²⁴⁴ Apesar da insistência em aguardar pela visita de António Pinto da Fonseca, não é certo que tivesse tido a oportunidade de ir a Ormuz, uma vez que se encontrava em funções, em Malaca.²⁴⁵ Em 1620, Júlio Simões é então enviado a Ormuz, aproveitando a sua ida prevista a Soar. O engenheiro-mor havia de visitar a fortaleza de Ormuz, e tirar «huma planta das sisternas e dos tanques que nella ha», tratando de informar e reconhecer, qual dessas «cousas he de mayor effeito, e mais util e duravel para o que servem», e enviar uma planta ao vice-rei, para que este pudesse ver e ordenar o mais conveniente para a segurança da fortaleza.²⁴⁶

Apesar de tudo, a fortaleza ainda parecia difícil de ser tomada por assalto, pela altura dos muros, e porque os baluartes eram «roqueyros, & os parapeytos muy grossos».²⁴⁷ A sua vista era impressiva, e levaria T. Wilson a afirmar: «the Castle of Ormus was the fairest, largest and strongest that euer I saw» (Fig. 21).²⁴⁸ No entanto, havia tempo que se sabia da necessidade de reforçar a cerca, e adequar as plataformas superiores à colocação de peças de artilharia, considerando o incremento da potência de disparo. É o que se depreende de um 'Memorial', sem data, que descreve o estado dos muros voltados à frente marítima, a nascente, que tremiam quando disparava alguma peça: «Iten — Que el lienço del muro que esta en frente de la Persia por ser abobada esta con mucho riesgo quando juega la artelharia de caersse, porque disparandosse alguna pieça tienbla la muro y es necesario terraplenarlo porque es la parte por donde le pueden azer mayor daño para batirle con barças, o navíos gruesos».²⁴⁹ A cerca da fortaleza era reforçada pela existência de compartimentos adossados, cujas abóbadas se desenvolviam perpendicularmente aos muros, dessa forma funcionando como um sistema de 'contrafortes' ligados, interligados (Figs. 22, 23).

Os problemas identificados seriam comprovados, durante as vagas de assalto à fortaleza, por ocasião da entrada das forças turcas na cidade e do ataque e assalto à fortaleza, em concertação com a armada de ingleses, em 1622, que levam à capitulação da fortaleza, e à queda de Ormuz. «[Q]uando os inimigos deram fogo à mina fazendo tão grande terremoto, & abalo no tremor dos muros, que, com estarem os soldados deytados, não estauão seguros».²⁵⁰ A situação, do ponto de vista dos sitiados, é corroborada pelo vedor da Fazenda de Ormuz: considerando «o muito que a artilheria tem jugado, & o peor he, que os panos dos muros não tem a fuga necessaria para o repuxo della, & assi se não corre cõ ella, nelles, & nos baluartes acontece o mesmo, que como são peças furiosas, vem parar tanto no vltimo delles, que não tam sômente desfazem as paredes, mas ainda quebraõ & se fazem em pedaços, & alguns cahiraõ em baixo».²⁵¹

Uma vez a fortaleza já entrada, pelo baluarte de Santiago, tendo as forças persas já tomado conta desse baluarte e da cortina sul, a batalha prosseguiria dentro da própria fortaleza. Do lado das forças portuguesas sitiadas, são construídos novos parapeitos, para funcionar em sentido inverso, permitindo disparar bombardas, a partir do baluarte do Espírito Santo, no ângulo nordeste, por cima do recinto da fortaleza, em direcção ao baluarte de Santiago. O mesmo fariam os iranianos, a partir das posições conquistadas, levantando parapeitos para continuar a ofensiva dirigida ao interior do recinto.²⁵²

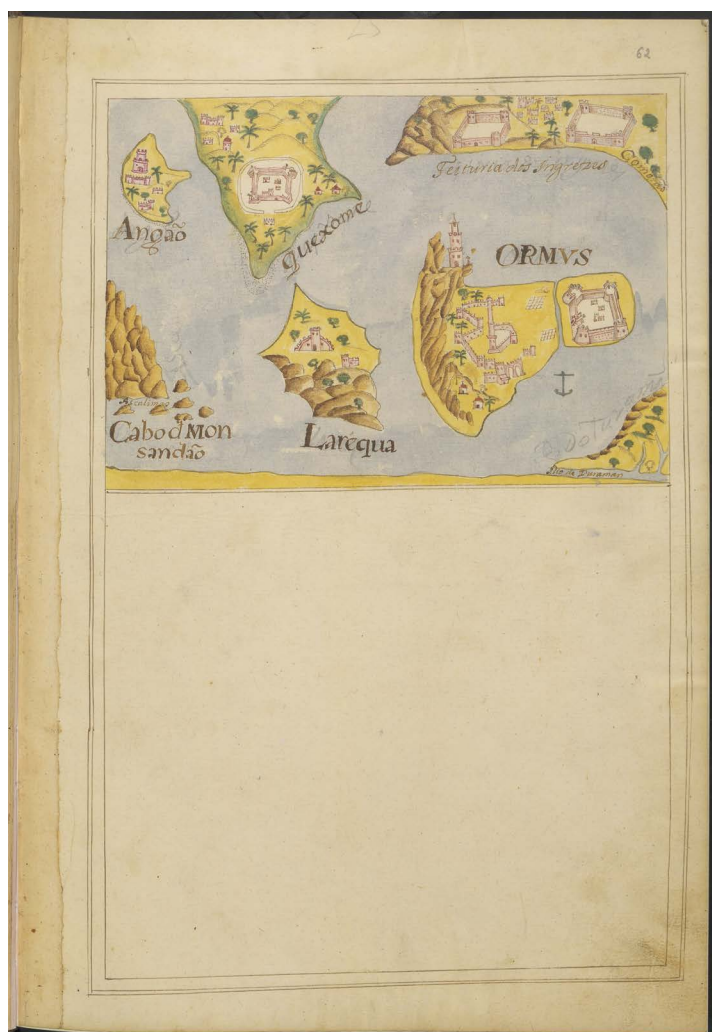
A fortaleza integrada no reino da Pérsia

Depois da queda e incorporação do reino, na Pérsia, a cidade de Ormuz continuaria a ser habitada, mas por uma reduzida população,



2 Georgius Braunius e Franciscus Hogenberg,
 'Ormvs', *Civitates orbis Terrarvm*, Liber primus
 [-sextus], 3 vols., typis Theodori Graminaei,
 1572-1618, vol. I.

Biblioteca Nacional de Portugal, <<https://purl.pt/12394>>



3 Pedro Barreto de Resende, 'Ormvs', in António Bocarro, *Livro das Plantas de Todas as Fortalezas cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, [1635]

Biblioteca Nacional de Portugal

4 Anónimo, [Ormuz e ilhas próximas], fol. 17, c. 1640, in Manuel de Godinho Erédia (c. 1620) e Anónimo (c. 1640), *Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da India*

Arquivo de Defesa Nacional, PT/ADN/FOTO-AF/048/DCJ-C-052

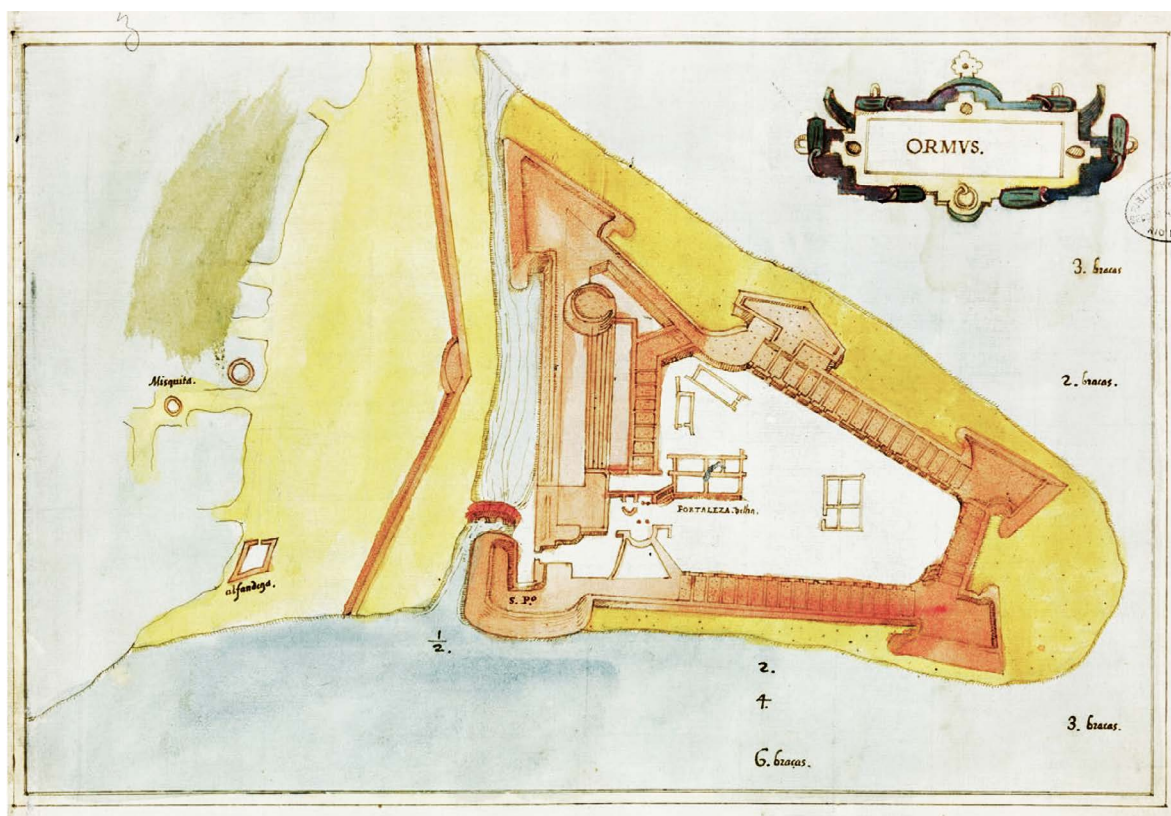
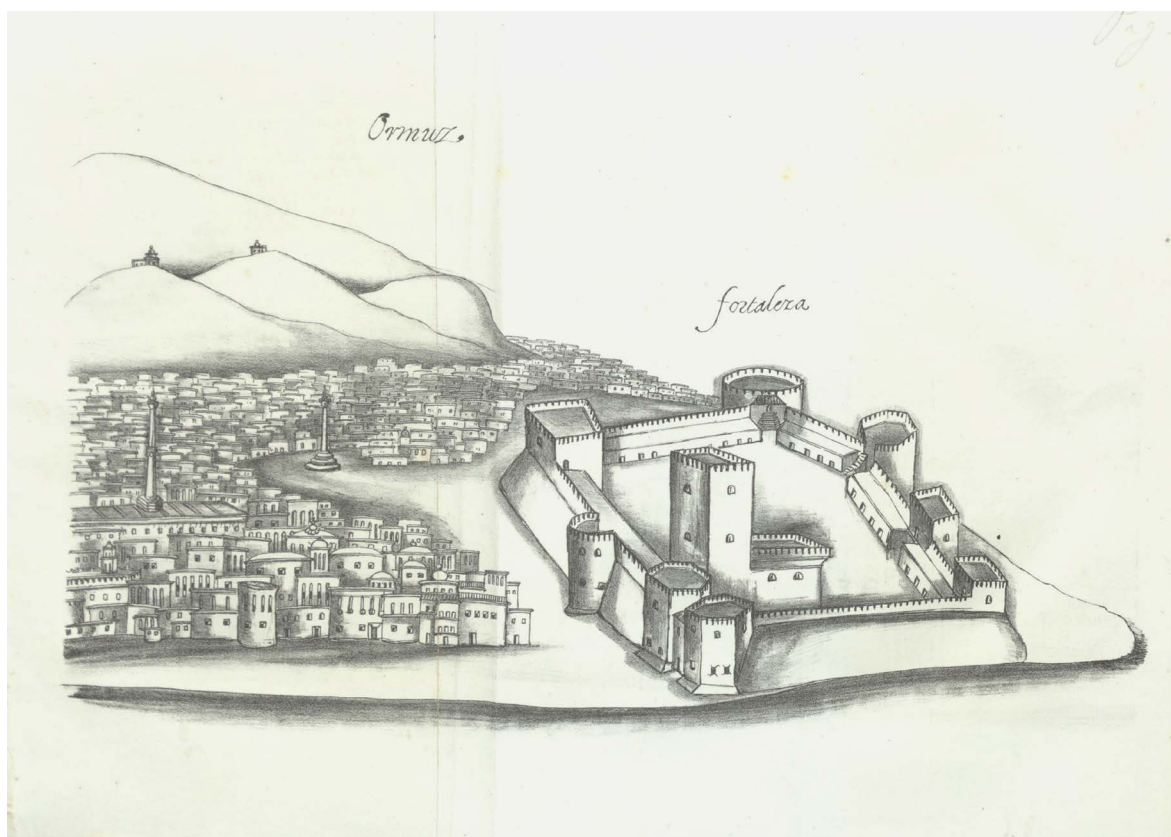


5 Manuel Godinho de Erédia (atr.), 'Fortaleza de Ormvs', *Livro de Plantaforma das Fortalezas da India*, fol. 88r, in *Atlas miscelânea*, c. 1615-1622

Armando Zuzarte Cortesão e Avelino Teixeira da Mora, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, pref. J. Caeiro da Mata, 6 vols., Lisboa: Comissão para as Comemorações do V Centenário da Morte do infante D. Henrique, 1960, vol. IV, est. 420c.

6 Manuel Godinho de Erédia (atr.), 'Fortaleza de Ormvs', c. 1620, in Manuel de Godinho Erédia (c. 1620) e Anónimo (c. 1640), *Livro de Plantaforma das Fortalezas da India*, fol. 18

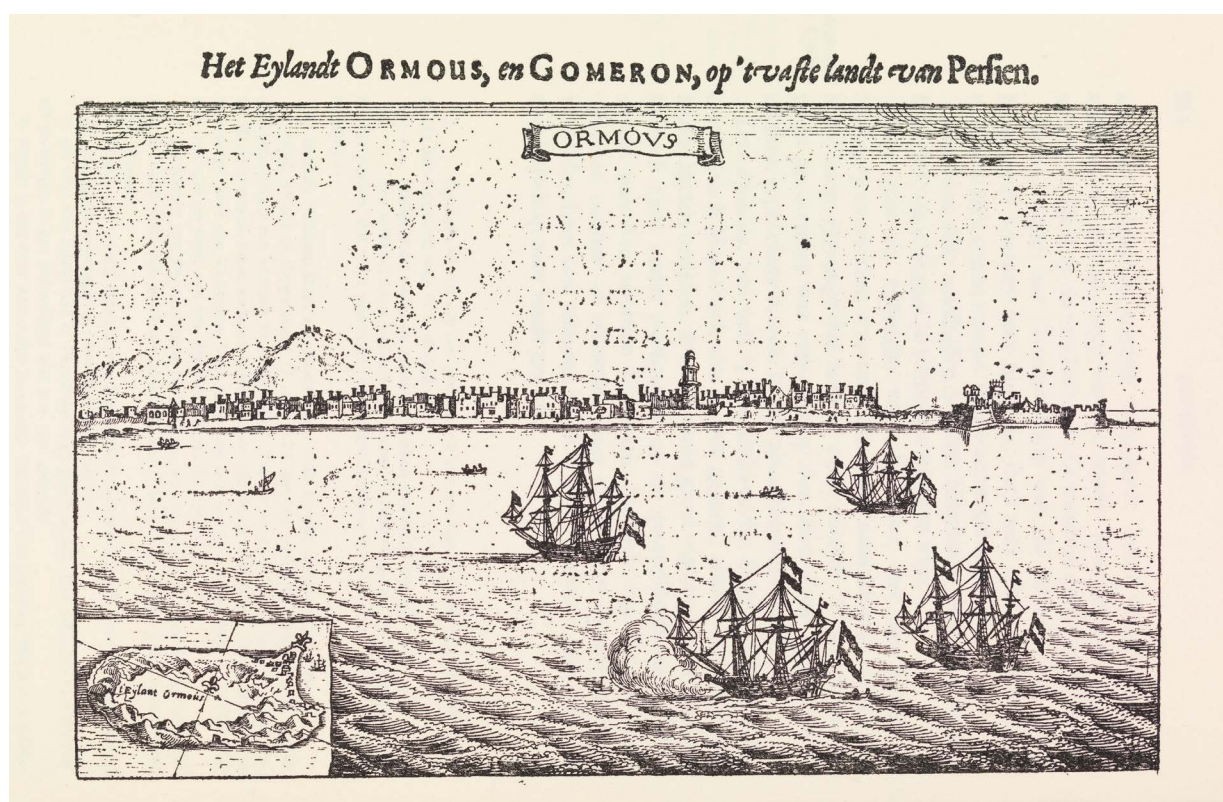
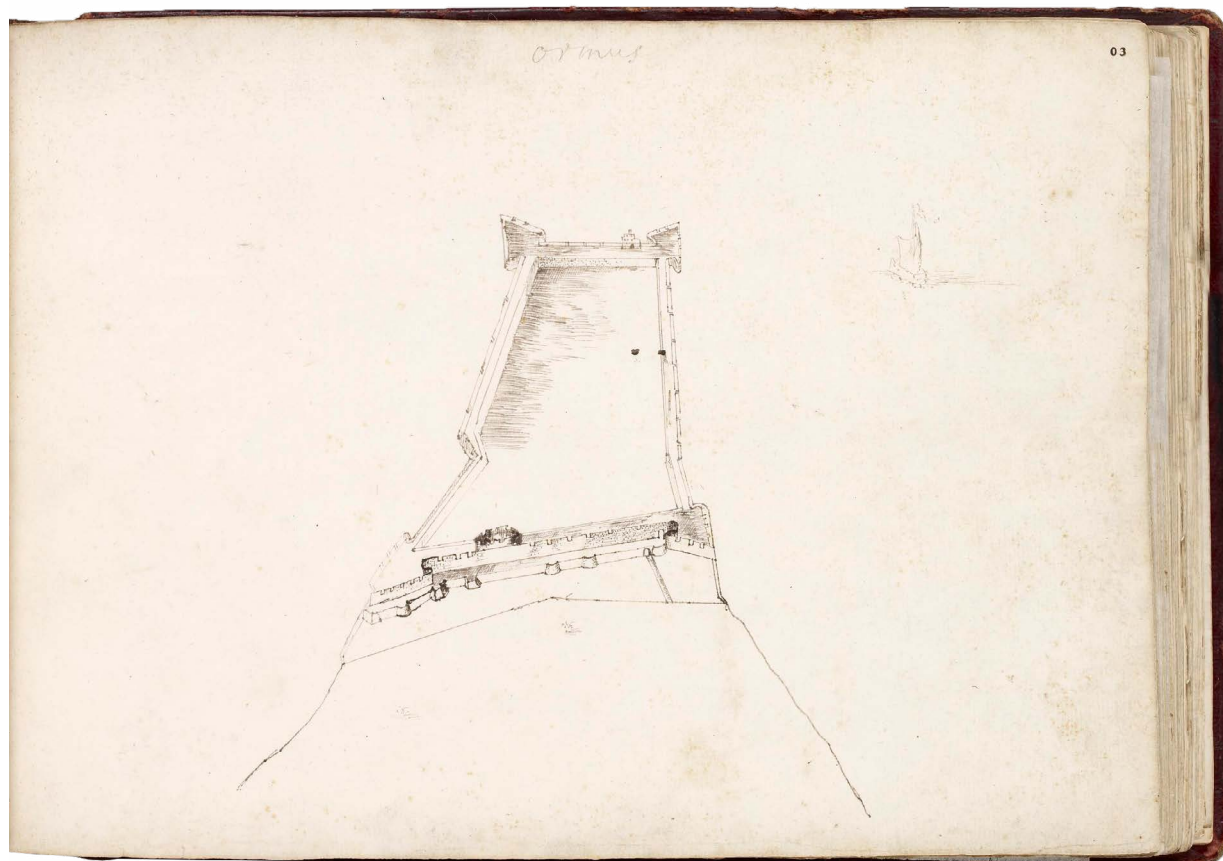
Arquivo de Defesa Nacional, PT/ADN/FOTO-AF/048/DCJ-C-053



7 Gaspar Correia, 'Ormuz', *Lendas da Índia* publicadas de ordem da Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras da Academia Real das Sciencias de Lisboa, sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner, Lisboa: na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858-1866, Tomo II, Livro II, cap. li, pp. 438-439.

8 Manuel Godinho de Erédia, 'Ormvs', 1610, in *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal Feytas por ordem de Ruy Lourenço de Tavora Vizorey da Índia. Por Manoel Godinho de Eredia. Cosmographo em 610*, fol. 4

Fundação Biblioteca Nacional (Brasil), cart990145
 <objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/
 cart990145/cart990145.htm>

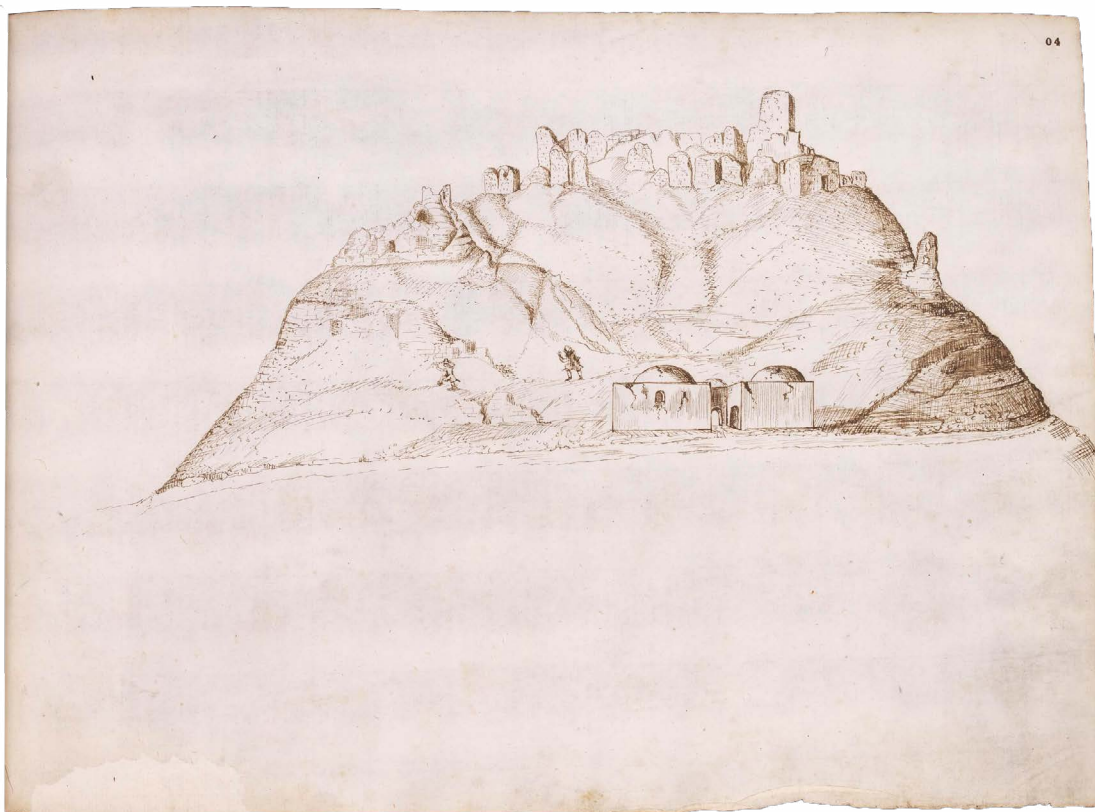


9 Engelbert Kaempfer, 'Ormus', *Album de desenhos* 1864–1865

The British Museum, 1974.0617.0.1.10
www.britishmuseum.org/collection/object/W_1974-0617-0-1-3

10 Pieter Van den Broecke, Ormovs', 'Oost-Indien. Het Eylandt Ormous, en Gomeron, op't vaste landt van Persien', 1629, in Willem Philippus Coolhaas (ed.), *Pieter van der Broeck in Azie*, 2 vols., facsim. 's-Gravenhage: Martinus Nijhoff, 1962–1963, vol. II, pp. 352–353.

KB, national library of the Netherlands



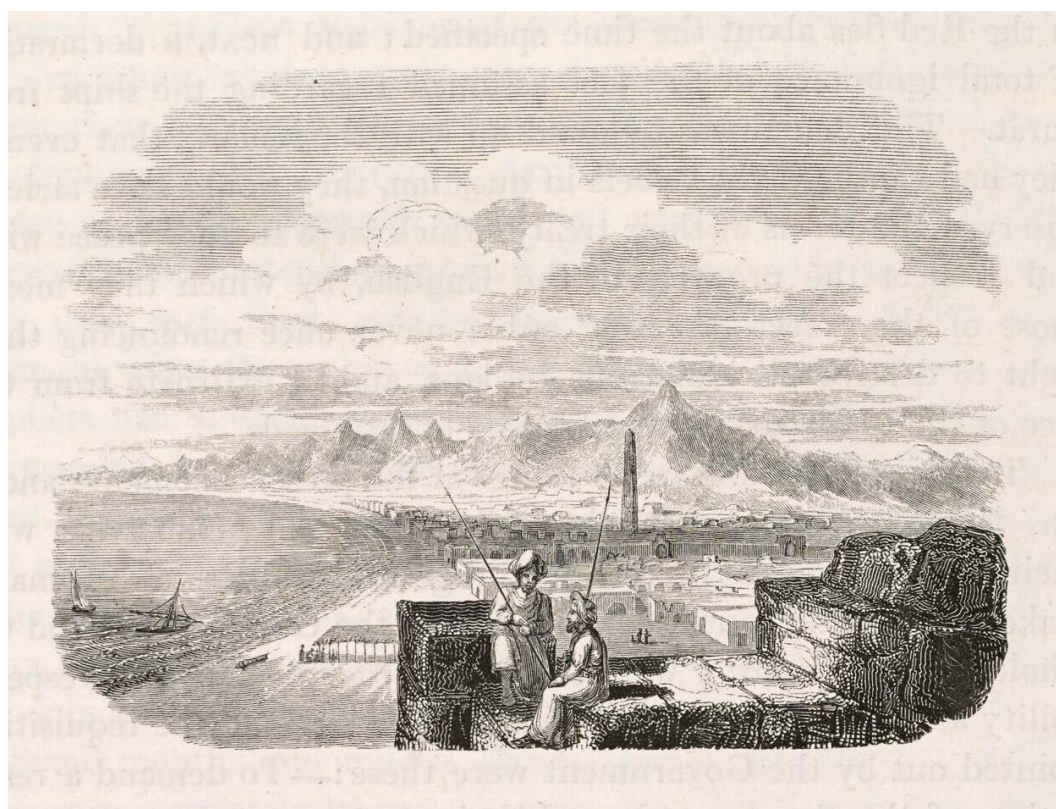
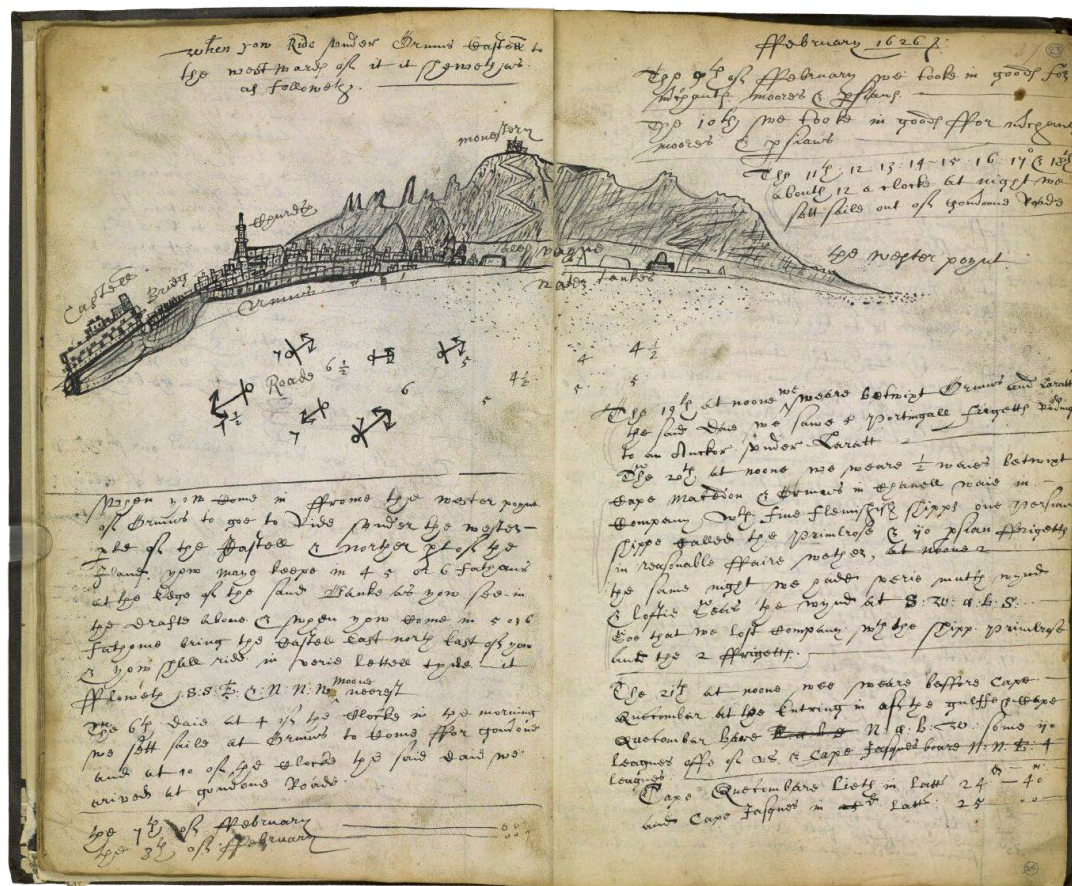
11 Engelbert Kaempfer, [A colina de sal em Ormuz], Álbum 1684-1685

The British Museum, 1974,0617,0.1.4

www.britishmuseum.org/collection/object/W_1974-0617-0-1-4

12 Engelbert Kaempfer, 'Ormuz', 1685-1688

British Library, ADD. MS. 5232 Fol.73

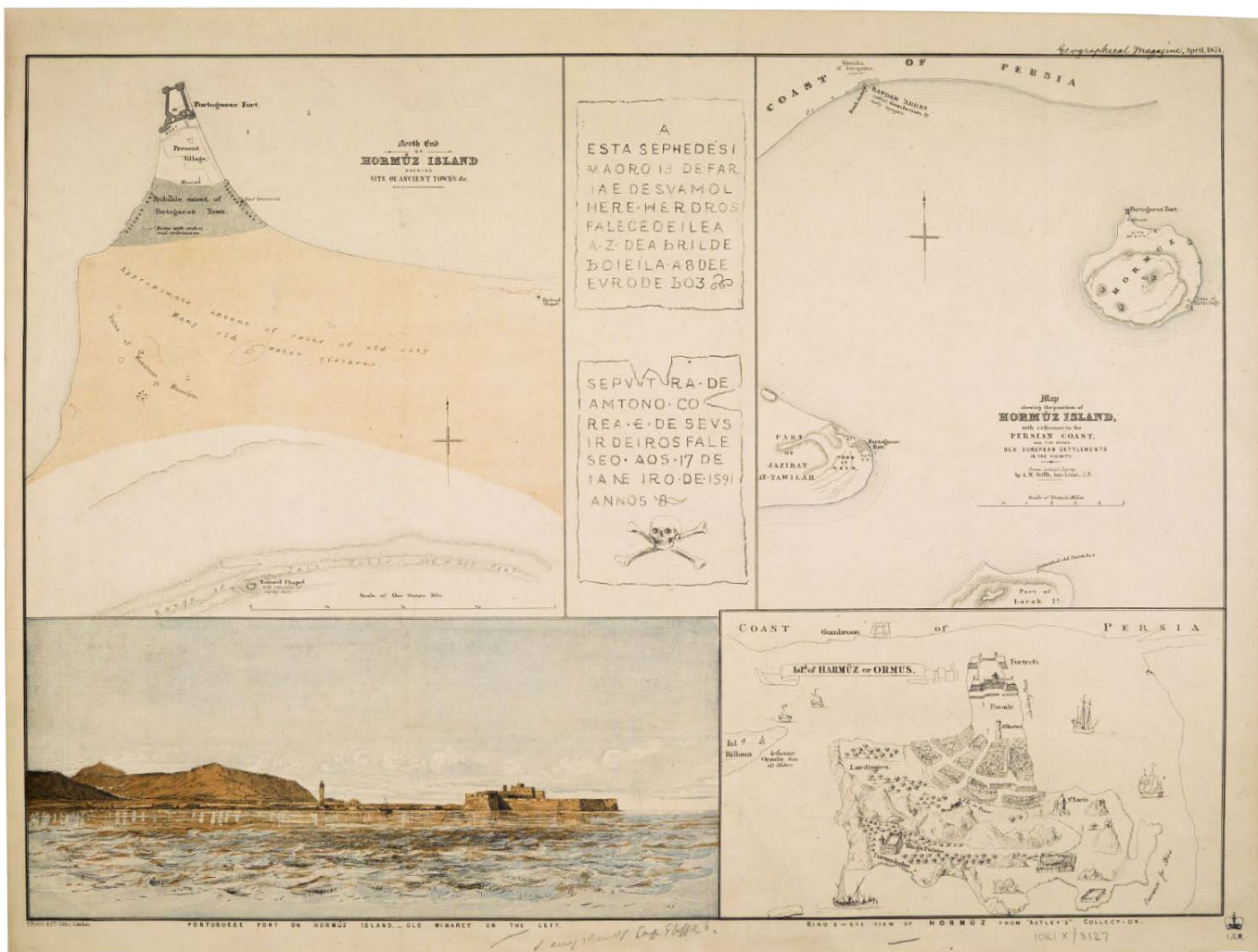


13 David Davies, [Vista da ilha de Ormuz a partir do barco Discovery], Journal: *Discovery*, 7 Apr. 1626–18 Dec. 1629

British Library: India Office Records and Private Papers, ior/l/mar/a/xliv, in Qatar Digital Library
www.qdl.qa/archive/81055/vdc_100095791448.0x000032

14 Vista da cidade e minarete a partir da fortaleza], c. 1829, in James Silk Buckingham, *Travels in Assyria, Media, and Persia, including a journey from Bagdad by Mount Zagros, to Hamadan, the ancient Ecbatana, researches in Ispahan and the ruins of Persepolis, and journey from thence by Shiraz and Shapoor to the sea-shore. Description of Bussorah, Bushire, Bahrein, Ormuz, and Muscat, narrative of an expedition against the pirates of the Persian Gulf, with illustrations of the voyage of Nearchus, and passage by the Arabian Sea to Bombay*, London: Henry Colburn, 1829, p. 428

British Library: Printed Collections, 567.g.5, in Qatar Digital Library https://www.qdl.qa/archive/81055/vdc_100023859738.0x000032



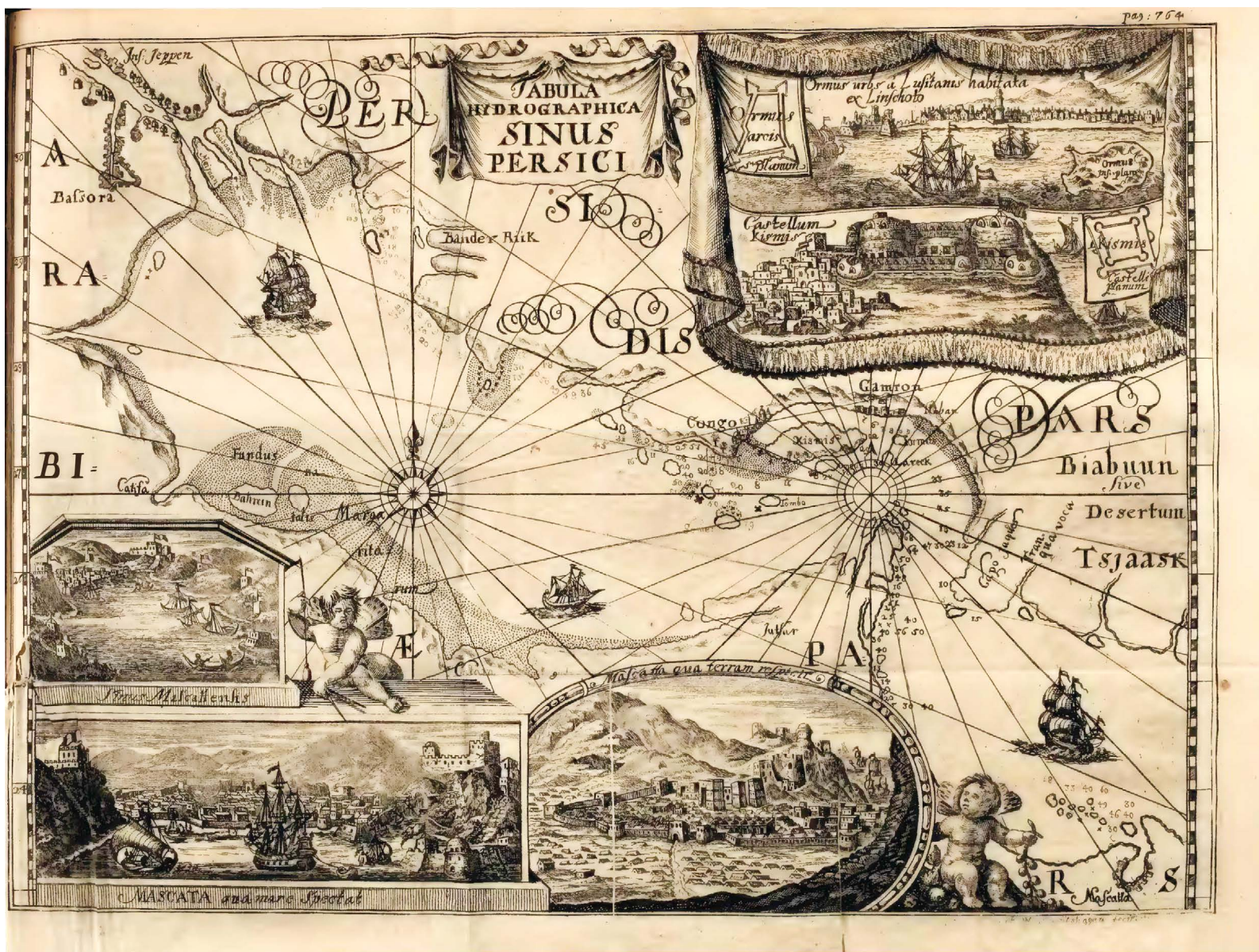
15 A.W. Stiffe, 'The Island of Hormúz (Ormuz).', in Clements R. Markham, C.B., F.R.S. (eds.), *The Geographical Magazine*, vol. I-1874, London: Trübner & CO. 1874; April 1874, pp. 12-17, e mapa. Historical maps of Hormúz Island, British Library: Map Collections, IOR/X/3127, in *Qatar Digital Library*

<https://www.qdl.qa/archive/81055/vdc_100000006836.0x000001>

16 'Minarete em Ormuz', in Dunlop Smith Collection: *Sir Charles Aitchison Album of Views in India and Burma*, [25r-a]

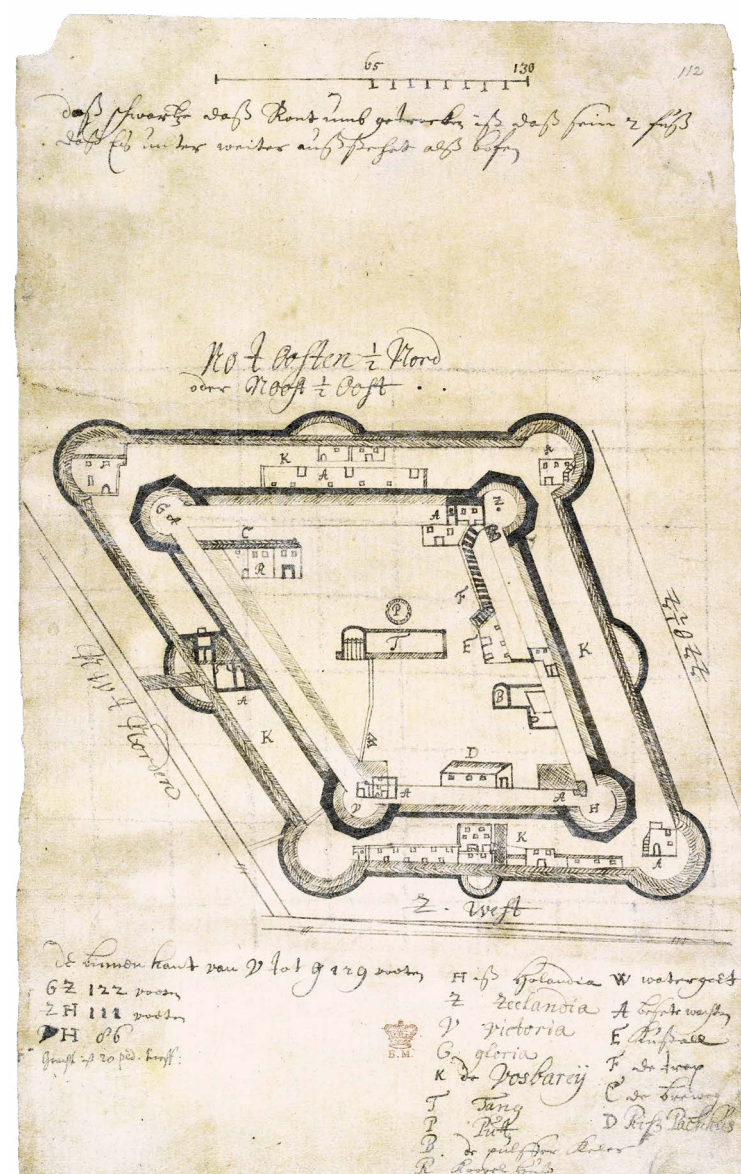
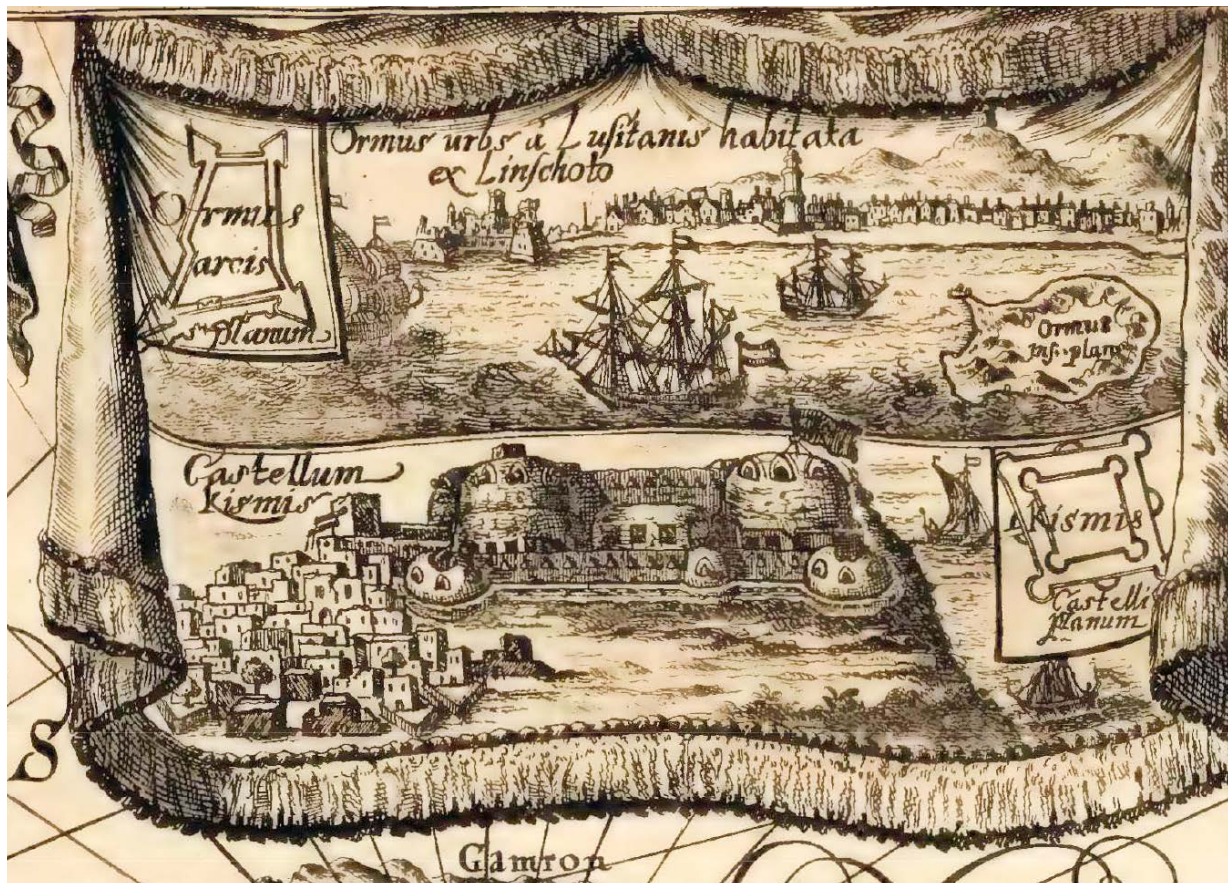
British Library: Visual Arts, Photo 355/1/48, in *Qatar Digital Library*
<https://www.qdl.qa/archive/81055/vdc_100023617660.0x0000010>





17 'Ormus urbs á Lusitanis habitata ex Linschoto' e Castellum Kismis', in Engelbert Kaempfer, *Amœnitatum Exoticarum Politico-Physico-Medicarum Fasciculi V, Quibus continentur Variæ Relationes, Observationes & Descriptiones Rerum Persicarum & Ulteriores Asiæ, multâ attentione, in peregrinationibus per universum Orientem ab Auctore Engelberto Kæmpfero, D. (Lemgoviaë [Lemgo]: Typis & Impensis Henrici Wilhelmi Meyeri 1712), fasciculo V, p. 764*

<<https://archive.org/details/amoenitatumexoticoakaem/page/n851/mode/2up>>



18 Engelbert Kaempfer, [Planta da Fortaleza de Qışm], 1685-1688, cópia de levantamento efectuado, entre 1684 e 1685, pela Verenigde Oost-Indische Compagnie

British Library, ADD. Ms.5232 Fol. 112, in Jos Gommans e Jeroen Bos e Gijs Kruijtzter, *Grote Atlas van de Verenigde Oost-Indische Compagnie—Comprehensive Atlas of the Dutch United East India Company: VI Voor-Indië, Perzië, Arabisch Schiereiland / India, Persia Arabian Peninsula, Vorburg, Netherlands: Atlas Maior*, c. 2006-2010, vol. VI, p. 82
[https://www.nationaalarchief.nl/en/research/archive/2.14.97/invr/11.6/file/GAVOC-VI%20dig%20\(Pagina%20082\)>](https://www.nationaalarchief.nl/en/research/archive/2.14.97/invr/11.6/file/GAVOC-VI%20dig%20(Pagina%20082)>)



59. FORT OF HORMUZ, SEEN FROM BEACH TO WEST

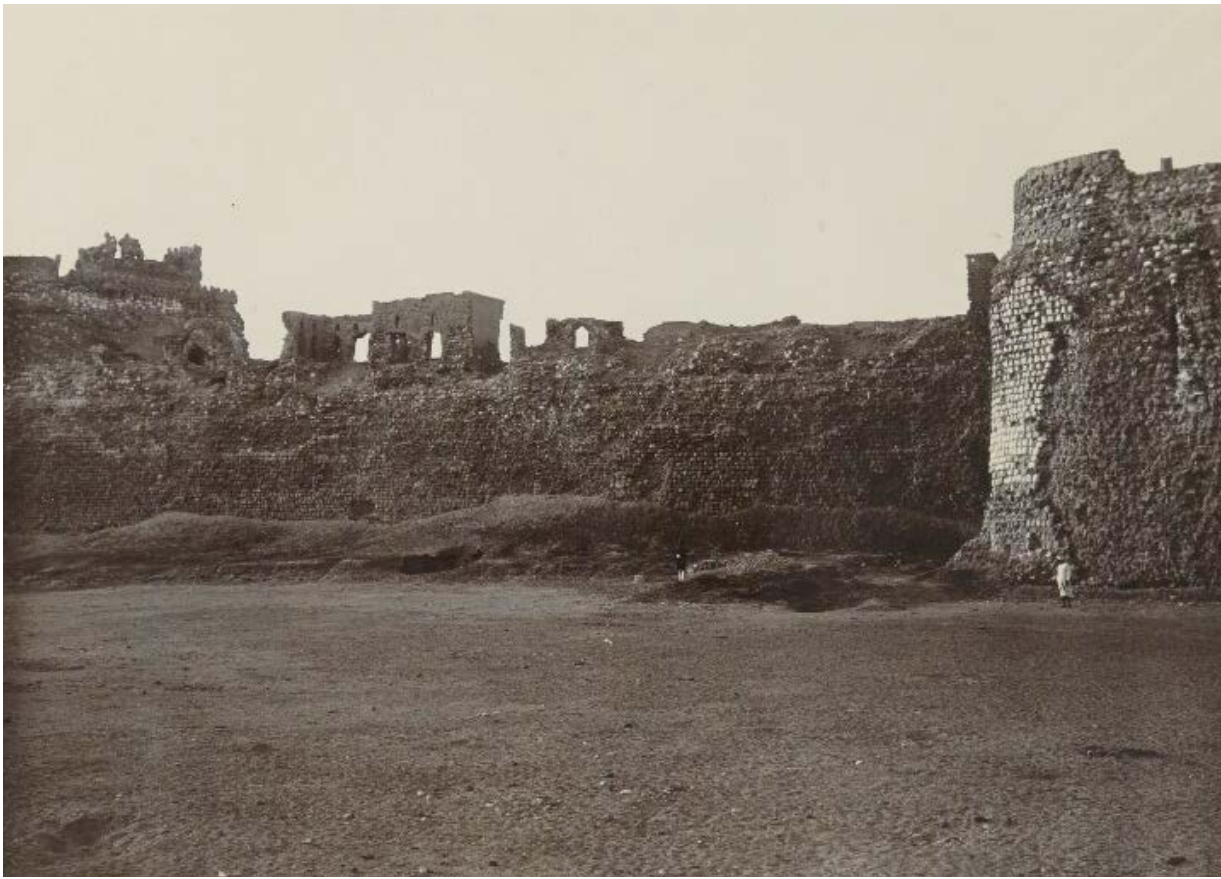


19 'Fort of Hormuz, Seen from Beach to West',
in Sir Aurel Stein, *Archæological Reconnaissances
in North-Western India and South-Eastern Irān
carried out and recorded with the support of Harvard
University and the British Musuem by Sir Aurel Stein*,
London: Macmillan and Co., 1937, p. 190v, fot. 59.

<https://archive.org/details/in.gov.ignca.33940/page/n235/mode/2up>

20 Sir Arnold Talbot Wilson, [Vista da enseada
nascente e Fortaleza, para norte], 1907

Royal Geographical Society, London, Photographic Collection,
084642



21 Lord Curzon (Marquess Curzon of Kedleston), 'Exterior of Fort, Hormuz, showing mouldring walls', Dane Collection: *Photographs of Lord Curzon's tour in the Persian Gulf, November, 1903*, 49/1

British Library: Visual Arts, Photo 49/1/12, in *Qatar Digital Library*
https://www.qdl.qa/archive/81055/vdc_100024111424.0x000012

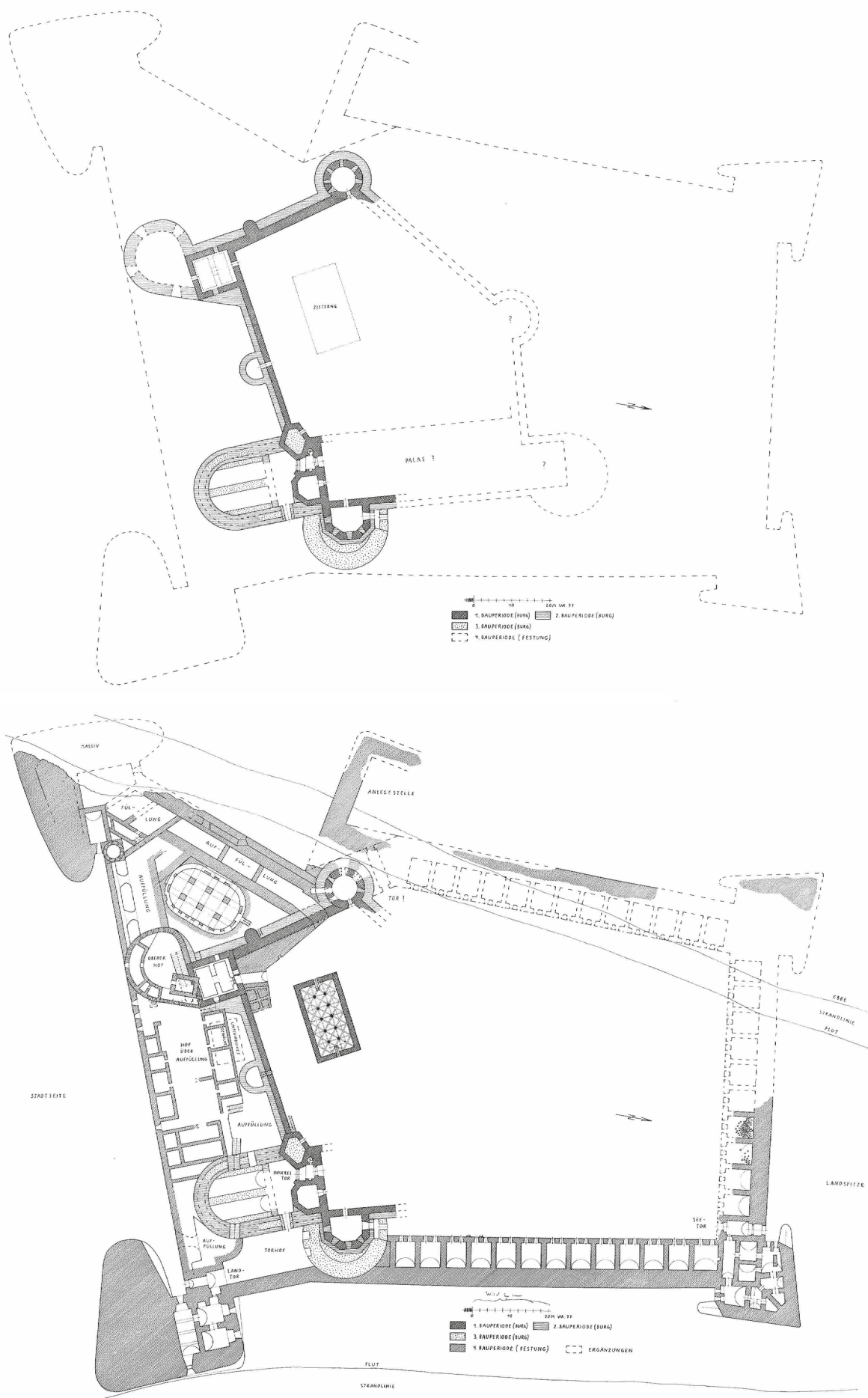
22 Sir Arnold Talbot Wilson, [Perspectiva do recinto da fortaleza na direcção do baluarte de sudoeste; vista da cobertura da cisterna enterrada; torre do alcaide; arco de passagem à cisterna do rei], 1907

Royal Geographical Society, London, Photographic Collection, 084640



23 [Vista do recinto da fortaleza em direcção ao baluarte noroeste], in Sir Aurel Stein, *Archeæological Reconnaissances in North-Western India and South-Eastern Irân carried out and recorded with the support of Harvard University and the British Musuem by Sir Aurel Stein*, London: Macmillan and Co., 1937, p. 190v, fot. 61.

Royal Geographical Society, London, Photographic Collection, 084015



24 Wolfram Kleiss, 'Ormuz, a fortaleza portuguesa, planta de 2.º e 3.º período de construção'; 'Planta do 4.º período de construção (plano geral)'

Wolfram Kleiss, 'Die portugiesische Seefestung auf der Insel Hormoz am Persischen Golf', *architectura. Zeitschrift für Geschichte der Baukunst/Journal of the History of Architecture*, Band 8.2, München Berlin: Deutscher Kunstverlag, 1978, pp. 166–183, figs. 11–12.

garantindo uma presença militar, nos primeiros anos, na expectativa de os portugueses tentarem a sua recuperação. Em Dezembro de 1622, Pietro della Valle permanece breves dias, na ilha, tendo efectuado uma visita detalhada à fortaleza. Na descrição que faz, reflecte sobre a desactualização dos dispositivos de defesa, e manifesta a sua admiração, porque tinha ouvido portugueses dizerem, que era uma fortaleza inexpugnável.²⁵³ Entre outras considerações, indica que posição da artilharia, no alto dos baluartes e cortinas apenas garantia o disparo à distância, não sendo possível efectuar tiros rasantes, em situação de ataque de proximidade. Não disporia de um segundo nível de protecção no interior do recinto,²⁵⁴ nem de percursos adequados de circulação ao longo das cortinas. As cisternas não seriam suficientemente grandes para um lugar tão árido. O fosso seria estreito e pouco profundo, apenas enchendo na maré cheia, mas a água estagnava, sem corrente, e era possível atravessar a vau. Aponta a realização de obras pelos persas, incluindo a duplicação da largura do fosso, a construção de parapeitos, e principalmente, a realização de uma contraescarpa, na beira do fosso, para defender a entrada na fortaleza.

Engelbert Kaempfer visita Ormuz, durante a sua estada em Bandar-e 'Abbās, ao serviço da Companhia das Índias Orientais holandesa, entre finais de 1685 e início de 1688. Realiza vários desenhos, entre os quais uma perspectiva da fortaleza, a partir da evidência das estruturas que ainda permaneciam de pé, e daquelas que jaziam arruinadas, ou, entretanto, tinham sido levantadas de novo pelos iranianos,²⁵⁵ em especial os baluartes de Santiago e do Sino, e o lanço de muro que os unia, a parte mais afectada nos confrontos de 1622 (Fig. 9)

A figura mostra a ponte, que dava acesso à entrada principal da fortaleza, e referencia a posição de uma barbacã, que se estendia do baluarte sudeste, até ao mar, a oeste. O desenho prolonga a barbacã até ao vértice do baluarte de sudoeste, de tal modo que parece bloquear uma passagem, desse lado, de acesso à porta, que havia num dos lanços de muro do lado poente. Não seria essa a situação, durante o protectorado português. A cava não se encontrava aberta, no extremo poente, para facilitar a circulação por aquela porta. Não sendo possível actualmente reconhecer a sua posição, porque esse lado se arruinou e desapareceu, com o avanço do mar, Wolfram Kleiss estima que a entrada poderia estar abrigada, entre o baluarte redondo manuelino e o baluarte com reveses, da ampliação da metade norte da fortaleza. Em todo o caso, o acesso à porta era condicionado pelas marés, uma situação que é corroborada não apenas pelo levantamento da fortaleza, efectuado por Wolfram Kleiss, onde se encontram anotados os limites de baixa-mar e preia-mar, como é lembrada em episódios do cerco e queda de Ormuz.²⁵⁶

A igreja dentro da fortaleza

A posição original da igreja, de invocação de Nossa Senhora da Conceição, instituída por Afonso de Albuquerque, em 1515, foi assinalada, desde logo, pelo altar armado, no sobrado do cubelo, à direita da entrada na fortaleza, o baluarte de São Pedro. Essa igreja do tempo de fundação da fortaleza permaneceria como a igreja maior da cidade. A sua dignidade era simbólica e cerimonial, e nesses termos teria de ser compreendida, quando surgia designada como «Sé». Em geral, em documentos em que a indicação de um lugar toma como referência a igreja/Sé, não suscita dúvida de que se trata do espaço religioso situado nas imediações da entrada, no ângulo sudeste da fortaleza, e não no meio do recinto da cerca original, porventura o próprio edifício identificado como cisterna.²⁵⁷ A igreja ter-se-á mantido, provavelmente, numa posição superior, a nível do sobrado, segundo a sua fundação original. Porém, sempre em ligação directa com a entrada, uma vez que à ilharga da porta de entrada na fortaleza, do lado de fora, existia uma escada de caracol, em pedra, que dava acesso ao andar.²⁵⁸

Com início em Janeiro de 1525, encontra-se documentada a realização de obras importantes na igreja da fortaleza preexistente.²⁵⁹ Os trabalhos descritos indicam uma intervenção substancial de

ampliação da igreja original, situada no sobrado do baluarte de São Pedro. Certas referências surgem a par da menção de casas do armazém, o que poderia indicar que as obras corriam em paralelo, ou que a igreja estaria a ser ampliada sobre uma parte das casas do armazém. A sequência das despesas (envolvendo uma quantidade substancial de materiais) poderá ajudar a compreender a natureza da intervenção.²⁶⁰ Surgem despesas com inúmeros tipos de pregos (inclusive com diferentes especificações: «pregos palmares», e pregos que haviam de «ser dos malabares»), em grandes quantidades, para «cimbres que se fazem para os arcos da igreja», «soalho», «duas traves», e «emadearamento da igreja». Há o registo de despesas com tabuado (largo) para soalhar; o «corregimento» do terrado da igreja; pedra grande acarretada em jangadas, gesso branco em pedra; cordas para andaimos para as obras da igreja, 5400 pedras miúdas para as paredes da igreja; 280 esteiras de ola e feixes de paus para cobrir a igreja, 212 arecas; 18000 braças de «bando» (cairo de Ormuz);²⁶¹ «6540 pedras pequenas e 40 cantos grandes, para as obras desta igreja e da fortaleza»; e já no final, estanhar certas peças das portas da igreja, e grude para as portas. Em 25 de Março de 1526, gastam-se pregos para «se armar a ygreja, per se coreger o cruzeyro»; e, em Abril, surge a referência a «huum pao pera a comieira da ygreja que comprou a el-rei d'Ormuz, a saber, pera a capela».²⁶² Deste modo, a igreja compreenderia dois espaços: uma nave e uma capela, ou ousia, com uma passagem compreendida como «cruzeiro». Como as paredes eram em pedra miúda e pedra de canto, a referência a traves, arcos e emadearamento poderia indiciar um tecto e/ou uma abóbada de madeira. A cobertura da 'nave' seria feita em esteiras e folhas de palmeira (nessa altura, talvez apenas como obra provisória?). Por sua vez, a compra, ao rei, de um «pau» destinado à cumieira da capela, parece indicar que se tratava de uma peça ornamentada, a aplicar numa cobertura mais qualificada e definitiva. O tempo que medeia entre a realização das obras envolvendo a colocação de traves, soalho e emadearamento do corpo da igreja, por um lado, e o «corregimento» do cruzeiro e as referências à capela, por outro, poderia indicar que, numa primeira fase de obras, foi edificada a nave de igreja, e numa segunda fase, considerando a formulação «corregimento», foi feita de novo, sob a forma de cruzeiro, a ligação à capela — porventura a capela original, que poderá ter passado a formar a ousia da nova igreja. A indicação de que, em 1622, Simão de Melo «se foi para o baluarte de S. Pedro recolhendo-se na Se», poderia corroborar a ideia de que capela original se encontrava integrada no perímetro da edificação 'igreja'.²⁶³

A praça e terreiro da fortaleza

Numa carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel, o governador refere que mandou fazer na metade da praça um pelourinho. Dava assim sinal de como era entendido o espaço fronteiro à fortaleza, um espaço urbano de «praça», lugar publico central (Fig. 7).²⁶⁴ A descrição de Gaspar Correia, indica a posição estratégica do pelourinho relativamente ao bazar: «o Gouernador mandou no bazar da cidade fazer huma picota sobre hum masto, com muytos degraos derrador».²⁶⁵ Desse modo se infere que, do lado ocidental, a metade da praça frente à fortaleza, confinava com o bazar. Um dos arruamentos norte-sul, que partia da praça (aquele mais a oeste), seria uma das ruas do bazar. Cruzava-se com uma das ruas travessas, ligando as enseadas e os portos da cidade nascente e poente; uma dessas ruas travessas era uma rua principal.²⁶⁶ Resultando do cruzamento de dois arruamentos principais; talvez o bazar ou mercado se desenvolvesse, em parte, em duas direcções perpendiculares entre si.

Com o sucessivo reforço e imposição do domínio português, no reino e na cidade, o espaço urbano, na frente norte da malha urbana, face à fortaleza, transforma-se. Torna-se progressivamente num espaço de terreiro subordinado a uma lógica defensiva de esplanada da fortaleza (Figs. 28, 29). Sucessivas intervenções de ampliação

e desobstrução dessa área têm início, com extensas demolições realizadas por ocasião do derrube do palácio real, do «madraçal», e de outras casas, que, segundo Salgur Šāh II, acontecem a partir de 1537–38.²⁶⁷ Terá sido um processo complexo de intervenção urbana. Talvez, significativamente, há notícia de um Alvará de D. João III, de 1545, ordenando que, em Ormuz, sejam pagas as rendas de aluguer de casas devidas, e que não sejam tiradas casas a ninguém, contra sua vontade.²⁶⁸ Entretanto, verifica-se a presença de Simão Botelho, vedor da Fazenda real, em Ormuz, entre 8 de Maio e 22 de Setembro de 1546. A sua ida a Ormuz tem por objectivo fazer o tombo das propriedades de el-rei.²⁶⁹

O Tombo, concluído em 1550, reúne informações respeitantes à Fazenda real, entre as quais um levantamento de medidas tiradas na praça, a ‘Medida do Terreiro’ da fortaleza.²⁷⁰ A descrição começa por lembrar a demolição de casas já efectuada, com o propósito de ‘fazer terreiro’.²⁷¹

A sequência de medições da distância variável, vai sendo tomada sucessivamente, entre a cava e as casas fronteiras à fortaleza, começando na enseada nascente, e terminando na enseada poente. As casas ainda existentes, referenciadas na medição, encontravam-se, na sua maior parte, em mão de portugueses. Seguindo a enumeração: João Rodrigues, barbeiro («ao longuo da praya»); João Fernandes, serralheiro; de permeio, umas casas pequenas, na realidade casas pertencentes à Fazenda real, mas que tinham sido feitas mercê ao condestável, que depois as vendera; e as casas de padre Pero Rodrigues. Esta sequência formava «tudo terreiro e Rua muito larga» (um dos arruamentos norte-sul). Seguem-se as casas de Francisco Ferraz; do patrão (segundo o Regimento da fortaleza de Ormuz, o mestre da Ribeira também servia de patrão);²⁷² de «ençenço ffernandez»; e as de António Machado. Por fim, muito significativamente, as «casas que fforão de Reeiz calçadim, que estão ao longuo do maar da outra banda, onde se chama bandel do dito Reeiz xaraffo [Ra‘īs Šarafuddīn], as quoaes estão peguadas com as casas que fforão do dito Reeiz xarafo, em que ora estaa el-Reey».²⁷³ Dentro do terreiro, abrangidas na medição, encontravam-se umas casas de palha onde morava o tanoeiro. O «chão» fora cedido, para consertar as pipas, porém, sendo de el-rei, não podia dar lugar a construção de casas de pedra. No final da enumeração, fica claro que as medições citadas tinham sido realizadas havia tempo, em 1546.

Em resultado das demolições urbanas do palácio real e de outras casas, o terreiro passava a medir aproximadamente sessenta braças [132 m], da cava às casas da cidade, segundo informação de D. Manuel de Lima.²⁷⁴ Porém à data da conclusão do Tombo, aquela medida já se encontra ultrapassada, porque a frente da fortaleza estava a ser edificada de novo, avançando sobre a antiga cava e o terreiro, no decurso da campanha de obras realizadas por Francisco Pires. A cava teve de ser alargada, e foram derrubadas mais casas. Ainda à data de conclusão do Tombo, o vice-rei mandava que se demolissem outras, e se fizesse o terreiro maior, por ser necessário para a defesa da fortaleza.²⁷⁵

A igreja da Misericórdia e o hospital

Depreende-se de uma incursão de forças portuguesas, dentro da cidade já tomada pelos persas, em 1622, que a igreja da Misericórdia ficava perto do bazar, e próximo, a norte, dos paços do rei.²⁷⁶ Estes, por sua vez, confrontavam a enseada, a ocidente, segundo o Tombo de 1550. No mesmo contexto de guerra, os persas acabariam por dispor uma forte tranqueira, frente à fortaleza, e levantaram uma plataforma na igreja da Misericórdia, a partir da qual faziam bateria aos baluartes do Sino e de Santiago. Juntando estas informações, seria possível inferir que a igreja assinalada por Manuel Godinho de Erédia, na frente ao terreiro, sobre o lado poente, com a legenda «s. ioam», na planta de Ormuz, integrada no *Livro de Plantaforma das Fortalezas da India*, fol. 88r, poderia ser a própria igreja da Misericórdia (Fig. 6).²⁷⁷

Quando Pietro della Valle, visita Ormuz, em Dezembro de 1622, viu a igreja da Misericórdia arruinada, com o pavimento levantado, mas não tanto quanto as outras igrejas; tinha uma tribuna e um retábulo no altar-mor.²⁷⁸

Numas escavações efectuadas, em 1977, nas imediações do sítio do minarete da antiga grande mesquita (desaparecida), Hossein Bakhtiari encontrou duas lápides de sepulcro, com inscrições portuguesas, uma relativa ao primeiro fundador da Casa da Misericórdia, falecido em 1601, a outra com uma prece. Os sepulcros indicariam a posição aproximada da igreja da Misericórdia.²⁷⁹ Na realidade, o lugar mais central da cidade parece conjugar a mesquita grande, uma praça e as casas do rei (onde passou a residir, depois da demolição do seu palácio), irradiando, daí em volta, nas vizinhanças (entre noroeste e nordeste), o bazar, a Misericórdia, a alfândega e o hospital. Como a mesquita e as casas do rei ocupavam uma área alargada, os restantes equipamentos acabavam por estar próximos, considerando a forma como a ponta da península ia estreitando o espaço da malha da cidade.

As referências citadas fazem pensar que a Misericórdia terá sido fundada nesse local, apenas após o alargamento do terreiro frente à fortaleza, e a concomitante demolição de uma parte da malha urbana que avançava até próximo da cerca manuelina. A possível fundação da Misericórdia na segunda metade do século XVI é plausível, à luz da data de falecimento do seu fundador (1601). A igreja implantava-se no gaveto de uma das ruas norte-sul, que desembocavam na praça, possivelmente uma rua do Bazar. Como o pelourinho terá sido deslocado, no contexto das intervenções no terreiro, se manteve o mesmo princípio de relacionamento com a rua do Bazar, provavelmente viria a situar-se fronteiro à edificação religiosa. Desse modo, a disposição relativa do pelourinho e da igreja da Misericórdia lembraria dois lugares públicos significantes da cidade portuguesa, que frequentemente se encontram associados.

O hospital não se encontrava anexo à Misericórdia; seria uma estrutura independente. No início, foi instalado, em condições precárias, próximo da fortaleza, nas imediações ou em parte do antigo «madraçal», perto do paço real. Cerca de 1546, decorrem obras no hospital, contudo, nessa altura, já não estaria instalado no antigo ‘madraçal’, que fora demolido, juntamente com o palácio do rei. A existência de obras é mencionada no regimento de D. João de Castro, dado a Ra‘īs Šarafuddīn, em que é determinado que a metade de certas multas recolhidas, por infracções cometidas, seja aplicada nas obras daquela instituição.²⁸⁰ Nessa altura, o hospital estava alojado numas casas «d’aluguer, muito pequenas e Royns», como regista Simão Botelho. Ao voltar a Ormuz, em 1550, o vedor da Fazenda compra umas casas, para instalar devidamente os doentes do hospital. As casas situam-se na linha da praia de levante, e partem, a poente com a rua pública e ao norte com as casas das urracas do rei. O hospital passa a integrar duas câmaras sobre as «urracas», que o rei tinha cedido ao proprietário, um português que então as vende.²⁸¹

Em 1622, o hospital é citado na descrição de confrontos entre as forças portuguesas e persas, quando a cidade já tinha sido entrada, pouco antes da entrega a fortaleza. Entende-se que a sua posição é contígua às casas do vedor da Fazenda e, a nível do piso baixo, às lógicas da alfândega.²⁸²

Os portos

O porto de levante, surgidouro e varadouro

O porto de Levante compreendia globalmente a extensão da baía, entre o cabo de Nossa Senhora da Esperança e a fortaleza, para a qual se abre a frente urbana mais qualificada da cidade. O surgidouro correspondia a uma área de águas mais profundas, a meio da enseada. Em 1617, Don García de Silva indica que essa área se situava entre os conventos do Carmo e de Santo Agostinho. As embarcações maiores, e de longo curso

ancoravam ao largo, fazendo-se o transbordo de pessoas e mercadorias, para embarcações mais pequenas, que varavam na praia.²⁸³

Na frente urbana, em relação com o porto, situavam-se a alfândega, e a casa do vedor da Fazenda, e a «xabandaria», o posto de trabalho do xabândar, que era o capitão do porto ou patrão da ribeira.²⁸⁴ Em meados do século XVI, as casas próximas encontram-se em mãos de moradores relacionados com a presença portuguesa, fossem do reino ou casados.

A grande e formosa mesquita maior da cidade ocupava um sítio central, a meio do arrabalde. A sua posição poderia ser referenciada na mediana, em relação com o varadouro, como parece depreender-se de um relato de 1515.²⁸⁵ Todavia, não integrava a frente urbana nascente em contacto directo com a praia. Orientando-se com a fortaleza na retaguarda, voltado para a malha urbana, Don García de Silva dizia «[e]n la parte izquierda desta persectiua de edificios como se viene de la fortaleza, pegado[s] con la Marina estan los almagenes y casa de Alfandega del Rey, comenzando desde aqui la parte de la çiudad que mira al Nordeste, Les Nordeste e Leste y que cae sobre el Mar» (Fig. 10).²⁸⁶

A partir de cerca de meio do arrabalde, para sul, começava o sítio do varadouro, onde eram careados e consertados os navios, e se faziam novas embarcações. Associado ao varadouro surge a referência a uma ramada,²⁸⁷ uma construção que também é mencionada em outros portos.²⁸⁸ A ramada era utilizada para guardar embarcações, e aprestos, e servia, em parte, de estaleiro. No caso de Ormuz, é provável que fosse construída integralmente em madeira, consistindo os esteios em «paus» de areca e palmeira. No *Livro de plantaforma das fortalezas da India*, fol. 88r, Manuel Godinho de Erédia situa uma estrutura de ‘ramada’ em relação com a «ribeira dos nauios» (Fig. 5). O desenho mostra uma construção alongada, com cobertura em duas águas, possivelmente feita em folha de palma. Implantava-se paralelamente à linha de água, de modo a receber as embarcações varadas em terra. Uma tal estrutura, aproximadamente no mesmo local assinalado por Erédia, embora numa disposição perpendicular, pode ser observada numa gravura de c. de 1829 (Fig. 14).

Em 12 de Dezembro de 1622, Pietro della Valle teria a oportunidade de visitar a ilha de Ormuz, para uma breve estada de dias, acompanhando uns ingleses. Teria desembarcado na praia de levante. Desde logo menciona uma casa da cidade, junto ao porto, que tinha no exterior uma alta galeria, voltada ao mar; indica que era onde se aposentava o «Cadiz», ou juiz dos cristãos (o ‘ouvidor’).²⁸⁹ Seria a casa da ouvidoria, onde se realizavam as audiências.

O porto das terradas, na enseada ocidental

Na frente marítima da cidade, do lado ocidental, situava-se o porto procurado pelas embarcações de menor volume, principalmente as terradas, que faziam um intenso movimento de ligação entre terra firme e as ilhas vizinhas, transportando pessoas, mantimentos e toda a espécie de outros bens que sustentavam a vida e o comércio da cidade. O bazar da cidade teria uma estreita relação com essa parte da ilha.

No *Livro de Plantaforma das fortalezas da India*, fol. 88r, atribuído a Manuel Godinho de Erédia, encontra-se identificada uma edificação com a função de «estrebarias de caualos», no remate do terreiro da fortaleza e praça, perto da beira de água do porto ocidental (Fig. 5). Nesse porto, eram desembarcados os cavalos, em trânsito provenientes da Pérsia e da Arábia, na passagem pelo entreposto de Ormuz, a caminho do Indostão e de outras partes da Ásia. O edifício desenhado mostra uma disposição alongada, aproximadamente norte-sul, com entrada larga no topo. A representação sugere que se tratava de uma construção possivelmente em madeira, com cobertura em folha de palma, talvez aberta nas frentes nascente e poente, atendendo ao modo como se dispõem, lateralmente, três cavalos. No ‘Livro da despesa das obras’ é registada, em Abril de 1526, a compra de quatro esteios de palmeira para a «estrebaria da ponta».²⁹⁰

Se a estrutura urbana da cidade era marcada por alguns arruamentos norte-sul, que uniam a ponta norte ao campo, a sul, não eram menos importantes os percursos de atravessamento nascente-poente, um dos quais, uma rua principal, fazia a ligação entre as frentes marítimas e os dois portos da cidade.

A alfândega, a xabandaria

A «alfândega velha» encontrava-se junto do palácio real; as receitas da alfândega que providenciava eram a principal fonte de recursos do rei. No início do século XVI, além da função de governar, o vizir («guazil», nas fontes portuguesas) acumulava o cargo de administrador da alfândega («juiz da alfândega».)²⁹¹ No decurso das negociações para obter o lugar, na ponta de Morona, para aí construir a fortaleza, em 1515, o que implicava a apropriação de certas edificações, Pero de Albuquerque, capitão-mor da armada, mandou dizer ao rei, que «não aceitaria outro senão o Espirital, ou Alfandega, porque em cada hum destes mandava Afonso Dalboquerque que se fizesse, por serem junto dos seus paços, onde a gente, e mercadorias delRey de Portugal estariam mais seguras, não lhe querendo dar a sua. O Rey lhe respondeo (...) que quanto á Alfandega, que era huma casa, em que se pagavam os direitos antigamente aos Reys de Ormuz, que tirando-lha, era tirarem-lhe a vista dos olhos, e que em nenhuma maneira do mundo lhe podia dar nenhum daquelles lugares».²⁹²

Em 1523, é renegociado, entre o rei de Ormuz e o governador do Estado da Índia, D. Duarte de Meneses, o contrato que estabelece o regime de protectorado português em Ormuz. O rei obriga-se a dar «casas ao feitor d’el-rei nosso senhor em lugar seguro e proveitoso pera as mercadorias».²⁹³ A partir de 1 de Janeiro de 1543, as rendas da alfândega são tomadas para a Coroa portuguesa, de modo a remir uma dívida acumulada pelos reis de Ormuz, a D. João III.²⁹⁴ Segundo o acordo estabelecido, a cedência dos direitos, por parte do rei de Ormuz, tinha como contrapartida o pagamento de uma tença anual ao rei, para os gastos da sua casa e outros, que tradicionalmente lhe estavam cometidos. Esta alteração é acordada no tempo em que um filho de Salgür Şâh II (ainda criança, talvez o futuro rei Tūrân Şâh V) ocupava o trono interinamente, porque o rei se encontrava preso em Goa (1541–1544).²⁹⁵ Um documento coetâneo (c.1541–1543), inventaria rendas e gastos do rei, relacionando-se com a alteração de relações resultantes da integração da alfândega na Coroa portuguesa.²⁹⁶ A perda das rendas da alfândega seguia-se à cedência do palácio, com a inerente perda de uma posição de representação maior da sua casa, no espaço da cidade, que ocorrera nos anos precedentes, para ampliação do terreiro da fortaleza e obras na fortificação.

Em 1546, o feitor Bastião Lopes Lobato escreve a D. João de Castro sobre a falta de condições dos armazéns da alfândega e a necessidade de obras de reparação: as coberturas não resguardam do tempo; e «não tem casas em que algumas fazendas ficassem arrecadadas sob chave», o que prejudica os mercadores e a Fazenda real.²⁹⁷ A alfândega a que se refere já não era a mesma identificada no início da presença portuguesa como a «alfândega velha». Está agora situada, mais a sul, mas sempre na frente do surgidouro. Mercadorias com certas provisões de isenção de taxas são despachadas na praia, «em frente da porta da alfandega».²⁹⁸ Teria um terreiro anexo, que se desenvolveria na profundidade da parcela urbana, por detrás de umas casas vizinhas, implantadas a sul. Em 1550, o vedor da Fazenda real Simão Botelho compra-as para residência do feitor.²⁹⁹ A descrição das confrontações indicia que a alfândega não se encontrava no mesmo alinhamento da casa a sul; antes, estaria numa posição recuada, na realidade favorável, por dispor de uma área fronteira maior, para pousar as mercadorias desembarcadas, como por estar mais a salvo de marés altas. Há notícia de que, por vezes, o mar chegava até as casas daquela frente urbana.³⁰⁰

Em meados do século XVI, a feitoria portuguesa encontra-se instalada nas casas que tinham sido cedidas aos governadores, aquando do assento de pazes e acordos negociados com o rei de Ormuz. A casa que fora dada a Afonso de Albuquerque, em 1515, era próxima da fortaleza, e tinha pelo menos duas frentes, uma para a praia, e outra para uma rua nas traseiras. As confrontações descritas no Tombo de 1550 não contemplam a referência à frente voltada à praia. Como se tratava de uma casa grande, com pátio interior, é provável que a feitoria agora ocupasse apenas uma parte, voltada para a rua de trás, chamada «rua da Feitoria»; além da rua, apenas são referidas as confrontações a norte e a sul.³⁰¹

A xabandaria situava-se situavam-se a sul da alfândega, perto do varadouro, a meio da enseada. D. Manuel de Lima, capitão de Ormuz referia a D. João de Castro: «Depois da terrada despejada a mandei varar defromte da xebamdarya, que he o meio da cidade».³⁰² Será o que se pode inferir de um relato de 1622, acerca da incursão de uma pequena força portuguesa que, pela calada da noite, intenta, pela retaguarda, passando pela xabandaria, fazer o assalto a um baluarte que os persas tinham instalado, «da alfandega para a praia», a partir do qual bombardeavam a fortaleza.³⁰³ Apesar de os documentos portugueses relativos a Ormuz utilizarem, em geral, a denominação ‘xabandaria’, segundo Jean Aubin, em Ormuz, a xabandaria dava pelo nome de «bangsâr».³⁰⁴ As palavras confirmam a intensa relação comercial da cidade, em especial com Cambaia, e a dominante presença dos mercadores indianos, em Ormuz. Perto situavam-se o posto de trabalho do xabândar (šāh-bandar) e as lojas.

Entre cartas e outros documentos remetidos da Índia, pelo governador do Estado da Índia, e cartas do rei de Portugal, encontram-se requerimentos apresentados pelo rei de Ormuz e queixas de mercadores, motivados pelo trato indevido e prepotente, por parte do capitão da fortaleza, ou de oficiais que tratavam do despacho na alfândega.³⁰⁵ As cartas apelavam a que não houvesse discriminação, por preferências, e fossem aplicadas as taxas devidas, conforme os regimentos de preços e pesos. As situações, de que se queixavam o rei e os mercadores, comprometiam o bom nome de Ormuz, como praça de negócios segura e honesta, e suscitavam o desvio de mercadorias para outros portos. Jean Aubin salienta que Ormuz se inserira num sistema social e económico, com ligações complexas, assente em princípios de honestidade e de solidariedade que se tornaram a marca de probidade comercial ormuziana.³⁰⁶ Ora, em 1618, o vice-rei, procurando atalhar certos desmandos que lhe chegaram, por notícia do capitão de Ormuz, passa uma provisão em que manda levantar «hũ padrão de pedra» na xabandaria, onde sejam postos «por escrito em letra mourisca todos os costumes antigos que houvesse naquella fortaleza sobre o que por regimento os ditos mercadores estrangeiros fossem obrigados a pagar, e os ditos officiaes lhe deuião leuar para que assy lhes fosse tudo notorio e não recebessẽ engano algũ e ouuesse com isso mayor concorrencia delles».³⁰⁷

Ocorre pensar que poderia haver um desdobramento da ‘xabandaria’, de modo a dispor de uma estrutura igualmente na enseada de poente, onde aportava um trânsito intenso de terradas transportando produtos locais, e de várias outras embarcações, incluindo as taforeias, de transporte de cavalos, tendo em conta que a estrebaria se situava desse lado. Em 1622, Pietro della Valle menciona um edifício, que os persas chamariam «Banksâl» (bangsâr). A indicação de que se encontrava situado, perto da igreja da Misericórdia, na mesma praça, leva a admitir que se referia a um bangsâr nas proximidades do porto ocidental. De facto, a referência que faz ao bangsâr não surge em relação com o momento em que desembarcou na ilha, mas após ter visitado a Misericórdia e ter dissertado sobre a função social da instituição. Desse modo entender-se-ia melhor a descrição que dele faz, indicando que seria um edifício de dimensões modestas, com galerias abertas para o exterior, na altura arruinado.³⁰⁸

Título de cidade

Em 1605, D. Filipe II responde a uma petição dos moradores de Ormuz, que lhe chegara por intermédio de Aires de Saldanha, solicitando fosse dado «título de cidade para aquella fortaleza». Fundamentavam o pedido no facto de o próprio rei, em cartas suas, «a nomear por tal». Como em outros casos, o rei não tomara ainda uma decisão, delongando o assunto. Pedira informação adicional ao vice-rei, na altura ainda Aires de Saldanha (finais de 1600-inícios de 1605), pretendendo saber «se na dita fortaleza viviam sómente portugueses, ou se havia entre elles alguns mouros», ao que lhe fora respondido, que na fortaleza assistiam «alguns soldados portugueses, e que na cidade, que estava separada», viviam «os casados e moradores, assi christãos, como mouros de mistura, tirada hũa só rua que está ao longo do mar, que é toda de...». E como escreve el-rei: «porque me não hei satisfeito com esta informação, e quero saber a conta de christãos casados e moradres que há assi fora como dentro da cidade, e o modo por que se governam assi eles, como os mouros, e os privilegios que pretendem», encomenda ao vice-rei D. Martim Afonso de Castro, que mandasse de pedir de novo aos moradores sua petição, e que a mesma lhe fosse enviada com um parecer do vice-rei, para «com elle» resolver.³⁰⁹

O documento citado não se encontra preenchido, ou não estará legível, num ponto de informação crucial: deixa em aberto, em que sentido a «rua que está ao longo do mar» constitui a excepção, relativamente a uma forma de habitar miscigenando de cristãos e mouros. Contudo, como foi possível depreender, desde o início da presença portuguesa em Ormuz, e ao longo de Quinhentos, foi ocorrendo um processo de transformação social de lugares urbanos, com a sistemática apropriação, pelos portugueses, das casas situadas na rua da enseada e varadouro da cidade, a nascente; essa seria a rua de excepção. Era a frente principal da cidade, avistada na aproximação da navegação proveniente do Estreito. Além da feitoria, implantaram-se aí, igualmente, as ordens religiosas: a casa dos Dominicanos, cujo local poderá ter sido apropriado, mais tarde, pelo convento de Eremitas de Santo Agostinho, e o convento de Carmelitas Descalços.

Apontamentos sobre a população

Seria difícil comparar e conferir os valores demográficos estimados por vários autores, em diferentes momentos do século XVI. Jean Aubin sintetiza a ideia geral de Ormuz ter sido a cidade mais populosa do Golfo Pérsico, que teria atingido cerca de 50000 habitantes no início do século XVI, e reduziria, ao longo da centúria, porventura para cerca de 40000, no início do século XVII.³¹⁰ De facto, a densidade de ocupação da área urbana e subúrbios da cidade, considerando as edificações e as cabanas, dificultava o cálculo de uma situação, que era ela própria, por natureza, muito variável. Havia a movimentação diária da tripulação das terradas, e de gente da pesca; a trasladação regular de população, para a ilha de Qišm e terra firme, que acontecia em tempo de veraneio; e nos momentos de fuga, em que a cidade se despovoava, quando surgia o rumor, ou se tinha por certa a ameaça de assédio e guerra. Sobretudo, acrescia uma constante flutuação de mercadores e navegantes, e de forças militares portuguesas, que dependendo da época do ano, permaneciam residentes, durante certo período, tendo em conta a dificuldade ou mesmo impossibilidade de navegar nas direcções pretendidas, por força das monções, no Índico, e de particularidades dos ventos, no Golfo Pérsico.

Mouros, gentios e judeus vestir-se-iam de forma semelhante, com excepção dos mercadores da Índia, «que estos traen su abito ordinario de Banianes, y ansi mesmo algunos de los Mechanicos de algun caudal». As mulheres das três nações trariam «un mesmo abito, cubiertas con unas grandes mantas de algodón blanco e azul, hasta los pies y solos los ojos descubiertos, y en la nariz metido un clauo de oro».³¹¹

As fontes são relativamente parcas em informação, relativamente à situação da mulher. A sua visibilidade no espaço urbano, em geral, não parece ser objecto de registo. A existência dos passadiços, que uniam as casas, a nível dos terrados, favorecia a comunicação e um convívio de proximidade, que podia estabelecer-se sem passagem pela rua. Contudo, o facto de as casas serem habitadas, conjuntamente, por moradores de diferentes nações e religiões, poderia impor alguma limitação na passagem entre moradas. Todavia, é conhecido que as mulheres podiam deslocar-se para fora da área urbana. Don García assinala a sua presença no campo, fora da cidade: «Es cosa muy notable ver las muchas mugeres de estas naciones *que* a las tardes van a visitar estas sepulturas, sentadas alderedor dellas, de toda suerte, donzellas y casadas, muchas o la mayor parte de las, quales, lleuan sus offrendas, de cosas de comer, en unos platillos y caçoletas pequeñas, siendo en casi todas general esta costunbre, aprendida por los Moros y Judios, en gran parte de los Gentiles, com mas tenazes y oseruantes de su rreligion. Va tambien mucha desta gente a visitar, con particular deuocion, los entierros (...) labrados mas sumptuosamente por auer sido de algunos sanctones tenidos de los Moros y gentiles en gran veneracion con grande opinion de sanctidad».³¹²

Don García registaria, ainda, os banhos de mar: «En el Mar, *que* muchas de las casas tienen tan cerca, esta lleno, quando los calores son mayores, ansi de mujeres como de honbres, de toda edad, de gente de la tierra, porque de la de Europa, pocos lo vsan por ser el agua tan salada *que* les haze mudar el cuero».³¹³

Nos primeiros tempos da presença portuguesa em Ormuz, não seria possível omitir um breve apontamento sobre a situação de mulheres cristãs, ou convertidas, que surgem mencionadas ‘para uso dos homens’, em Ormuz (e em Cananor), e sobre mulheres pobres, a quem era dada uma esmola.³¹⁴

Aquando da sua estada em Ormuz, Don García de Silva y Figueroa assinala que «los vezinos Portugueses moradores de Ormuz no pasan de dozientas casas o famílias y fuera de este numero algunos soldados casados». Quase todos esses vizinhos teriam seus cavalos, «para las ocasiones que se pudiesen offerecer de guerra». Em geral teriam muitos escravos e escravas, e as suas mulheres e filhas não saíam de casa, senão para ouvir missa em dias de festa, «y esto antes que amanezca, y de dia al canpo en palanquines». Os seus trajes e costumes eram os mesmos que as mulheres portuguesas da Índia, «sino que las de Ormuz, criadas y naçidas en el hablan Persiano, aprendido com la comunicacion y trato de las mugeres de la tierra». Também os homens portugueses se vestiam como os da Índia.³¹⁵

No primeiro Concílio provincial realizado, em Goa, em 1567, seria aprovado um decreto que determinava a cristãos estrangeiros, e cristãos «novamente convertidos» o uso de traje como o dos cristãos «nossos naturais»; impedia a «mouro» e «infel» o vestido cristão, e impunha um sinal às mulheres gentias para que se distinguissem das «cristãs naturais». A disposição seria acolhida em Lei, por D. Sebastião.³¹⁶

4 A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA

A Ordem dos Pregadores

A Ordem dos pregadores terá sido a primeira ordem religiosa a marcar presença em Ormuz. Não seria possível determinar, com certeza, uma filiação religiosa dominicana, todavia está documentada a intenção de enviar para a cidade, em 1510, o padre Frei João, «vigário que vinha pera Ormuz», e logo de seguida, é dado como «vigário de Ormuz», o doutor Frei Pedro.³¹⁷ De facto, o religioso, já em Fevereiro desse ano, acusava a recepção de «hum misal de canto desencadernado», para Ormuz, que recebera do feitor de Cananor, por mando de Afonso de Albuquerque.³¹⁸ Em 1530, a Ordem solicitava, ao rei, o envio de religiosos pregadores, para os principais lugares do Estado da Índia, entre os quais, Ormuz.³¹⁹

Mais tarde, Frei João dos Santos, O. P., consagraria a notícia de que os dominicanos tinham instituído, em Ormuz, «onde residiram muitos anos», uma casa que «largaram aos padres de Santo Agostinho, os quais inda hoje conservam nela a Confraria do glorioso S. Gonçalo de Amarante, que ali ficou em muita veneração e tem feito muitos milagres» (segundo o religioso dominico, a casa teria sido fundada antes da de Macau).³²⁰ A informação é retomada, num documento elaborado no convento de São Domingos, em Goa, em 31 de Dezembro de 1679, a ‘Summária Relação do que obraram os religiosos da Ordem dos Pregadores’, relacionando a possível fundação da casa, da invocação de Madre de Deus, com a acção de Frei Gaspar da Cruz, que teria passado a Ormuz, depois das missões que realiza em Malaca, Camboja e nos reinos da China.³²¹ Um outro documento, relativo à fundação da Congregação dos Eremitas de Santo Agostinho, de 1817, o ‘Manual eremítico da Congregação Augustiniana da Índia Oriental’,³²² e bem assim as ‘Memórias da Congregação Agostiniana na Índia Oriental’,³²³ registam que os Agostinhos receberam um convento, que fora anteriormente dos religiosos de São Domingos.³²⁴

A Companhia de Jesus

A primeira missão, padre mestre Gaspar Barzeu

A primeira missão da Companhia de Jesus, em Ormuz, tem início, em 1549. A actividade da Companhia, no *Sinus Persicus*, surge documentada em cartas escritas pelos padres e irmãos que residiram na Ilha, e por outros jesuítas que disseminavam as notícias suas, como era costume na Ordem, em missivas dirigidas aos companheiros, em outras partes do mundo. Os relatos, escritos em causa própria, não sem exagero sobre o êxito da missão, fixariam um testemunho sobre alguns acontecimentos, que geraram grande agravo entre as comunidades muçulmanas e de ouros credos. Entre os primeiros religiosos, o padre mestre Gaspar Barzeu (Gaspar Berzé ou Gaspar Barzaeus),³²⁵ segundo os documentos da Companhia de Jesus, ter-se-ia distinguido como grande pregador, pela sua edificação, e fervor e zelo, na confissão, na propalação da doutrina e na assistência aos enfermos, permanecendo como referência maior da presença jesuíta, em Ormuz, e, depois em Goa. Numa carta ao padre Inácio de Loyola, em 1551, após regressar a Goa, efectua o balanço sobre a missão que realizou em Ormuz, fazendo também uma breve alusão retrospectiva ao seu percurso: era natural de Zelanda, estudara em Lovaina, obtendo o grau de mestre em Artes; alistara-se na milícia do Imperador, contra França, mas decidira deixar essa vida, em Itália; tomara ordens no colégio da Companhia de Jesus, em Coimbra.³²⁶

Em 20 de Janeiro de 1549, S. Francisco Xavier comunica ao padre Simão Rodrigues a intenção de enviar mestre Gaspar em missão a Ormuz.³²⁷ Data de princípios de Abril o memorando que prepara intitulado «Lembrança do que haveis de fazer em Ormuz e ordem que guardareis o tempo que lá estiverdes» —, que enquadra a missão do padre jesuíta, no plano pessoal, e no âmbito do seu múnus pastoral; o documento seria invocado em missões subsequentes.³²⁸ As primeiras notícias sobre a presença de mestre Gaspar, em Ormuz, e sobre a sua acção datam de Setembro daquele ano (juntar-se-ia depois um «irmão de missa»). Uma extensa carta do próprio, aos seus confrades na Índia e na Europa, de 1549, informa sobre a terra, e modos de vida, costumes e práticas, e bem assim sobre assuntos da vida comercial da cidade (são implicados no modo como conduz a pregação, a confissão e penitência, a conversão, e os ofícios religiosos), entre outros aspectos da missão, que lhe estava cometida.³²⁹ Alcança sucesso em disputas sobre questões religiosas, com os diferentes credos, em que participa: ao sábado, com os judeus, (menciona duas sinagogas, um documento refere-se à lição lida em um dos debates);³³⁰ à sexta-feira, com os «mouros», nas mesquitas; e à segunda-feira, com gentios e iogues.

Desde cedo, mestre Gaspar encontra modos de afirmar, na realidade, impor a marca de uma presença cristã, na cidade.

Em cada dia de doutrina, organiza uma procissão à ermida de Nossa Senhora da Esperança, situada a meia légua da cidade (uma vez, os «mouros» teriam atirado pedras); aos sábados vão «de noite descalços cantando as ladainhas pelo povo»; e todas as noites, quando caminha pela cidade, tange uma campainha, a encomendar as almas do Purgatório (percorre também a cidade, chamando para a doutrina, com uma campainha).³³¹ O seu trabalho é intenso, de dia como de noite, tornando-se penoso, por força das duras condições do clima local. Nos primeiros tempos, como a assistência ao hospital tinha sido confiada aos Jesuítas, mestre Gaspar recolhe-se aí, com o companheiro. O capitão da fortaleza tinha mandado levantar «hum casa no alto, de palha», para os religiosos se recolherem.³³²

O padre Gaspar reconhece que, por meio da doutrina incutida aos meninos, alcança que estes, à noite, em suas casas, exerçam influência junto dos pais, e de escravos e escravas que não podem ir à igreja.³³³ A conversão de escravos, em Ormuz, motivava queixas de mercadores e moradores, em Ormuz, e era um assunto controverso. No início, estava instituída a prática de que os escravos fossem avaliados, uma vez tornados cristãos, ficando forros e livres, assumindo os cristãos, entre si, o custo do ressarcimento aos antigos possuidores. Em 4 de Março de 1533, o governador do Estado da Índia, D. Henrique de Menezes, abolira essa prática, em Ormuz, como em Malaca, determinando que os escravos e escravas libertados, depois de confirmada a fé, fossem passados à Índia.³³⁴

A conversão de um iogue, “superior” de uma comunidade que vivia fora da cidade, na encosta do monte, dá aso a que o padre jesuíta se aproprie do pequeno «mosteiro». Após a festa de baptismo de «Paulo da Santa Fé», o mestre Gaspar Barzeu, «con una cruz grande levantada», volta pelo meio da cidade, até ao eremitério, que era o lugar de pagode, e «derribando luego sus ydolos», faz uma igreja; aposenta-se no mosteiro, fundando aí um «collegio» da Companhia, onde passa a residir.³³⁵ O governador do Estado da Índia, Jorge Cabral, respondendo favoravelmente a uma petição de mestre Gaspar, para uma provisão e soldo, menciona esse «collegio» jesuíta.³³⁶ Em carta aos religiosos de Coimbra, em 1550, mestre Gaspar descreve o lugar como capaz «para tener hasta corenta personas y esta a cerca de la ciudad, en mejor sitio que a yen la isla».³³⁷ A obra do colégio, a que deu a invocação de Bom Jesus (contudo, seria conhecido sob o nome de São Paulo), já estaria provida de quantidade de esmolas. No entanto, justifica que, pelos muitos trabalhos que tem, ainda não pôde acudir à obra.

Por acção de mestre Gaspar, dá-se a conversão ao Cristianismo da mulher e da filha de um «philosofo natural muy docto en medicina y astrologia», que eram «mugeres de mucho precio de la casta del Zair, parientes de Mahoma», e a sua fuga de noite. O seu baptismo é festejado publicamente pelos cristãos, seguindo-se o casamento com «dos portogeses muy hombres de bien».³³⁸ As explicações e contextualização dos acontecimentos dada pelo padre jesuíta, em cartas que escreve, não evitam a impressão de a cidade viver um ambiente de grande proselitismo, e de efectivo agravo pelos acontecimentos, que desencadeiam uma situação de confronto religioso e dissensão, opondo a presença militante da Companhia de Jesus, representada pelo padre Barzeu, aos diferentes credos. Mestre Gaspar dá-lhe nome de «gran confusion», à qual contrapõe a proclamação da perfeição da fé católica, em debate público, e mediante práticas visíveis pelas ruas da cidade.

Principalmente, torna-se controversa a actividade de missionação do padre Barzeu, perspectivando a conversão ao Cristianismo do próprio rei de Ormuz, e de membros destacados da comunidade muçulmana que o acompanhariam nessa intenção. Sucodem-se movimentações e variadas pressões, incluindo queixas apresentadas ao Xá da Pérsia. Também uma de duas cartas, que mestre Gaspar escreve ao governador do Estado da Índia, a que se refere a resposta citada anteriormente, trata provavelmente desse assunto. Na resposta, Jorge Cabral anuncia que iria escrever ao rei, como de facto faria no dia seguinte. A carta do governador ao rei de Ormuz, além de lembrar

os benefícios espirituais do caminho de salvação que o rei intentava, encomenda-lhe que se aconselhe com mestre Gaspar, e promete, em nome de el-rei (de Portugal), que lhe serão acrescentados maiores senhorios e rendas.³³⁹ Padre Barzeu converte também uma «sobrina del xarife de Meca, rey de Arabia, pariente de Mahoma, que era casado com un gran señor de persia, embaxador del Xatamas, el qual pedio justicia a su emperador de Persia», e promove o seu casamento «com un hombre muy homrado».³⁴⁰

A conversão do rei acaba por não acontecer. Mas é no contexto dessas movimentações, que se dão dois acontecimentos de grande impacte, tomados por injúria, pela comunidade islâmica. Uma noite, após a pregação sobre a Paixão de Cristo, mestre Gaspar organiza uma procissão, e levando uma cruz grande pelo meio da cidade, sobe ao monte, alçando-a «con piedra y cal, en lo mas alto», numa «mesquita» que aí existia, acima do colégio jesuíta. Justifica que dessa mesquita «injuriavan la crux de Christo». Da mesquita, o padre faz uma «una hermita devotissima para contemplacion de Nuestra Señora de la Penha», e aí mantém «un hombre de buena vida, que haze penitencia».³⁴¹ Anteriormente, a mesquita, situada «no piquo da serra», tinha um eremitão, que em 1541-1543 constava no rol de gastos do rei de Ormuz.³⁴² Era assim fundada a ermida de Nossa Senhora da Pena (Figs. 5, 6, 12).

No mesmo contexto de afrontamento ao Islamismo, no dia seguinte, mestre Gaspar manda fazer cinco cruzeiros e leva-as levantadas pela cidade, em procissão, cantando em voz alta e dizendo «Señor Dios Mio», até à porta do palácio do rei, com a intenção de tomar, com os meninos da doutrina, a mesquita e pôr uma cruz nela. Nos acontecimentos que se sucedem, estando o padre Gaspar Barzeu, com o rei de Ormuz, o jesuíta chama a si a autoridade, para que não mais se efectuasse a chamada à oração, a partir do minarete da grande mesquita, e o rei manda tapar com pedra e cal o «alcorão» (Al-Qur’ān), como é referido em fontes portuguesas (Figs. 6, 11, 16).³⁴³

Mestre Gaspar fecha a carta aos seus companheiros em Coimbra, não sem antes referir que a cidade vive, então, em sossego, e cresce a Igreja; e encomendar Paulo da Santa Fé, que seguirá para Portugal, com D. Manuel de Lima, no final da sua residência em Ormuz. Também o padre jesuíta iria terminar, em breve, a sua missão em Ormuz (em Janeiro de 1551 ainda se encontrava na cidade). No mesmo contexto, D. Álvaro de Noronha, o novo capitão da fortaleza, dá conta a D. João III, da situação, na ilha. Encontrou o «alcorão dos Mouros tapado, que mestre Guaspar e Dom Manoel taparão». Muita gente era «yda desta cidade», por «parecer que lhe queriamos tirar a ley», e o «povo amdava com gramde alvoroço e a tera estava toda hallevamtada».³⁴⁴ O rei de Ormuz enviara-lhe uma petição, para que mandasse destapar o minarete, que fora mandado tapar, por ordem de mestre Gaspar e de D. Manuel de Lima. A formulação da carta dá nota ambígua de desacordo do novo capitão, sobre o que se passara, mas, na parte final da missiva, não deixa de encomendar a el-rei o louvor da acção de mestre Gaspar. Reunira em conselho com fidalgos e cavaleiros, mas não se dispõe, sem mandado de D. João III, a reverter aquelas medidas tomadas, e tenta «aplacar» os mouros, com palavras, esperando que o tempo de ida e volta das missivas curasse, e o que se viesse a fazer, fosse em acordo com o rei e «hos homrados deste reino».³⁴⁵

Ao relatar, ao padre Inácio de Loyola, as circunstâncias em que ordenou ao rei, que mandasse tapar o minarete, valendo-se do seu ascendente como religioso, o padre Gaspar Barzeu justifica-se, mencionando que a sua acção teria dado origem a uma carta, que o vigário-geral de São Domingos, do Estado da Índia, lhe escreveu, à qual teria respondido.³⁴⁶ Junto com a sua carta ao jesuíta, envia a correspondência trocada, acrescentando, numa ambígua formulação, «pera saber que em toda a parte há hum pedaso de mao caminho».³⁴⁷

O percurso de padre Barzeu não deixaria de ser enaltecido: tornar-se-ia reitor do colégio de São Paulo, em Goa, e vice-provincial da Companhia. A sugestão de canonização do padre Gaspar Barzeu

obteria aprovação de Roma, em Julho de 1608, mas a causa da beatificação não chegaria a ser apresentada.³⁴⁸

Outras missões dos Jesuítas

Preparando a saída de mestre Gaspar, São Francisco Xavier envia, para Ormuz, o padre Gonçalo Rodrigues, e encomenda-lhe um modo de proceder que, em certos aspectos, denota uma crítica e um distanciamento, relativamente à acção do padre Barzeu. Muito recomenda a obediência ao vigário e o acatamento de outros padres, guardando-se de ser singular; de «entender» em casamentos, «sem expresso mandado ou licença do Padre vigário». As pregações não deviam escandalizar ninguém, e não devia procurar pregar «couzas sotis de letras, senão moraes todas».³⁴⁹

O padre Gonçalo Rodrigues chega a Ormuz, poucos dias depois da saída de mestre Gaspar. Em carta aos padres e irmãos de Coimbra, descreve a realidade que encontra, e a ameaça de assédio que se vivia, e se viria a concretizar, pouco tempo depois, com o cerco de Ormuz, pela armada turca comandada por Pīrī Re'īs, em 1552. Os «christãos da terra» tinham passado para a terra firme: «por não aver agoa na fortaleza pera tantos», foram mais de trezentos para «huma fortaleza de mouros (...) os quais estão sujetos ao reino de Ormuz; he terra mui enferma; chama-se Mina ou por outro nome Mogostão».³⁵⁰ Um irmão da Companhia seguira com os cristãos, para dar assistência. Em breve, como aconteceria em outros casos, pela inclemência das «calmas» da terra, e por enfermidades contraídas, o padre Gonçalo Rodrigues seria chamado a regressar, por mal de saúde, porém ainda permanecia muito enfermo, na ilha, no ano seguinte, assim como a gente da cidade, uma situação que resultava também do cerco pela armada turca.

Seria, então, enviado o padre António Vaz; chega a Ormuz, em 20 de Março de 1553.³⁵¹ O religioso jesuíta tinha entrado para a Companhia, no Estado da Índia («foi ca recebido»).³⁵² Talvez esse facto concorra para explicar a relação de apreço e tolerância que se teria estabelecido entre o padre e Tūrān Šāh V (r.1543–1565), como o rei manifesta em carta que lhe dirige.³⁵³ A este padre António Mendes se deve a descrição objectiva da realidade do colégio, que mestre Gaspar alegava ter fundado, no sítio do antigo pagode: «Nesta cidade não tem a Companhia collegio nem casa, senão somente huma irmida, que não sera mea legoa da cidade, em lugar seco e alto, com tres scelasinhas que o padre mestre Gaspar fez, a contemplação de hum famoso jogue, que naquelle lugar (onde tinha huma cova e casinha em que vivia) se converteo a nossa santa fe. (...) *Porem* nenhuma maneira se pode dali exercitar o estatuto da Companhia, sem muito detrimento, e alguma deminuição do fructo espirital, pois dali não se pode comodamente acudir as necessidades que se offerecem, e occorrem de noute e de dia aos padres, conforme a nossa posição».³⁵⁴ Como afirmaria o vice-rei a D. Filipe III, em 1625, as notícias, que eram enviadas para o reino, sobre o sucesso dos religiosos missionários, podiam ser exageradas.³⁵⁵

Estava em causa o sítio do 'colégio', porque obrigava a constantes deslocações à cidade, debaixo de calor escaldante. O padre deixa, então, um eremita na ermida ('colegio') de São Paulo, e institui «nela uma confraria de Jesus, por que se não perdesse a devoção», e passa a viver na cidade. Aposenta-se numas casas junto do hospital, que tinham um pátio, onde pregava algumas vezes (na casa onde estava, tinha uma «capelazinha»). Pela descrição, o padre jesuíta ocupa uma parte de uma das casas grandes, com frente para a praia, a nascente, que tinham sido apropriadas pelos portugueses, desde o primeiro momento de presença na cidade.

O padre António intentaria algumas medidas visando a separação das moradas de cristãos e mouros, que em geral moravam miscigenados, inclusive nas mesmas casas, como já mestre Gaspar observara, com desagrado, em 1549 e 1551.³⁵⁶ A operação estava facilitada, por motivo de a cidade se ter despovoado, com o assédio dos turcos. Moravam, na altura, como refere, cerca de cento e

cinquenta casados, entre portugueses e cristãos. Com apoio do capitão, junta as mulheres cristãs solteiras, «que estavam esparzidas polas cidades, em duas ruas, pera que estivessem apartadas dos mouros e de sua comunicação; fes-se mais: que toda a gente christã se recolhesse pera toda aquella parte».³⁵⁷ Descrições ulteriores de viajantes demonstram que a coabitação, ou a morada comum, numa mesma casa, com sobrados, permaneceria em larga medida um dos traços característicos da cidade de Ormuz.

Reflectindo sobre a missão jesuíta em Ormuz, que nos anos seguintes irá perdendo vigor, até se extinguir em meados dos anos sessenta, o padre António Vaz aponta a dificuldade de consolidar os trabalhos que realizava: «E isto permaneceria, se os desta terra não vivessem em continua mudança, porque tudo he embarcar e desembarcar, por onde o fructo nunca se colhe maduro mas verde, e com assas trabalho de espirito, porque o do corpo nunca se sente com a consideração de Christo».³⁵⁸

Em 1560, o padre Aires Brandão regressa de Ormuz, onde estivera em missão. Coincidiu a sua estada com a ida do capitão da fortaleza, com forças portuguesas, a socorrer a ilha de Barém, que se encontrava cercada pelos turcos (1559), em que adoeceu uma grande parte de ambas as armadas, disseminando-se a enfermidade depois em Ormuz. Seria o próprio padre a destacar duas investidas que realizou contra os judeus. Na primeira, entrou subitamente na sinagoga, onde decorria uma cerimónia reunindo os principais da cidade, e achando «hum propiciatorio», «os cinco livros de Moises, escritos em papeis enrolados e metidos em cinco caixas forradas de brocado, e huma maneira de alampada de muytos labores e obra muyto sutil diante», deu «com o santuario no chão».³⁵⁹ Numa outra casa fechada, apreendeu «quarenta e oito biblias ebraicas novas, doiradas, muyto curiosas»,³⁶⁰ que um judeu tinha trazido de Veneza para vender ali. Foi necessário o capitão da fortaleza intervir, intercedendo junto do padre, para que devolvesse as bíblias, o que fez apenas com a garantia de que o judeu partiria, e não mas voltaria a Ormuz. A carta ressalta o assombro e terror que estes acontecimentos teriam provocado entre os judeus, de tal modo «que ate se partir para a India, não ousarão mais levantar nella [sinagoga] cabeça nem fazer cerimonias».³⁶¹ Durou pouco, o tempo de missão do padre Aires Brandão, regressou ao fim de um ano e meio, sem se conhecer um motivo de saúde, como foi invocado em outros casos. Em Ormuz não ficaria ninguém da Companhia, por que não havia quem para lá fosse.³⁶² Voltaria a registar-se a presença de jesuítas na Ilha, entre 1563 a 1568, com frequente substituição de religiosos enviados, e sem referência a missões realizadas.

Disposições do Concílio Provincial de 1567

Em Outubro de 1567 reúne, em Goa, o primeiro Concílio Provincial, convocado por D. Jorge Themudo, arcebispo de Goa, primaz das Índias e partes orientais.³⁶³ Entre os decretos aprovados figuram disposições, que já tinham sido praticadas antes, por padres jesuítas, em missão em Ormuz, resultando em controvérsias, percebidos agravos e injúrias, pela população da cidade de outros credos. Indicam-se, muito sumariamente, alguns decretos gerais, e referentes, em particular, a Ormuz, que tinham como propósito limitar e impedir o culto de outros credos religioso, e as suas formas de manifestação e sinais públicos, afastar todos os que não fossem cristãos do governo e da administração portuguesas, e da utilização de serviços, e promover a integral separação religiosa e social.³⁶⁴

Na sequência do Concílio, é publicada uma lei régia, pelo vice-rei, acolhendo a maior parte das disposições do Concílio de Goa.³⁶⁵ Contudo, o rei ressalva certos aspectos particulares significativos, por se distanciarem do que fora aprovado, nomeadamente em relação ao derrube de pagodes e de mesquitas, «o que não se entenderá nas [minhas terras] de Ormuz, por alguns respeitos que pera isso ha».³⁶⁶ Quanto à obrigação de os «mouros» passarem a viver em bairros separados dos cristãos, e ao impedimento de cristãos lhes alugarem

casas, tais imposições deveriam entrar em vigor somente «do dito Concílio futuro por diante», que ficara aprazado para 1571; já as disposições relativas aos judeus aplicam-se, desde logo.³⁶⁷

Apesar das disposições conciliares proibirem que os cristãos recorressem a serviços prestados por pessoas de outros credos (incluíam «físicos», artífices de diferentes artes, entre outros), na prática, continuariam a recorrer aos seus serviços. Dependendo das regiões do Estado da Índia, tais disposições gerais não se cumpriam localmente, como é possível verificar largamente, por exemplo no domínio da marinharia, na costa oriental de África, onde está documentada a existência de tripulações inteiramente constituídas por marinheiros e pilotos «mouros». Também sobre a expulsão de judeus, é de crer que não tivesse sido executada, atendendo à informação de Pedro Teixeira, quando passou em Ormuz, de que havia cerca de 150 casas de judeus.

A Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho

Missão e conversões

A Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho obtém licença de D. Sebastião, para fundar um convento, em Ormuz, em 1572. Desde o início do século XVII, no que se refere aos territórios do Índico ocidental, tinha entrado em execução uma medida tomada pelo arcebispo de Goa e inquiridores (nos lugares que parecesse necessário), em concertação com o vice-rei, relativa à demarcação de áreas específicas de incidência pastoral e missionação (ainda que não mutuamente exclusivas), a repartir entre a Ordem dos Pregadores, a Companhia de Jesus e a Ordem de Santo Agostinho.³⁶⁸ Aos Gracianos estava atribuída a missão de assistir a cristandade, no espaço do mundo islâmico ou islamizado, abrangendo Ormuz, Mascate, Socotorá (onde a missão «não teve o sucesso que se esperava»), Mombaça e a costa de Melinde.³⁶⁹

Os religiosos agostinhos tiveram um período fluorescente de actividade, enquanto foram a única ordem religiosa presente em Ormuz, e no tempo do arcebispado de D. Frei Aleixo de Meneses, arcebispo de Goa (1595–1612), que era religioso da mesma Ordem, e foi também governador do Estado da Índia (1607–1609). O prior do convento agostinho era o comissário do Santo Ofício.³⁷⁰

Em Ormuz, os religiosos agostinhos empenhar-se-iam na conversão de membros distintos da sociedade ormuziana.³⁷¹ Estes casos inscrevem-se num crescente proselitismo, que teve o concurso do capitão da fortaleza, num contexto de interferências, com o poder local, que suscitaram grave controvérsia, e reacção regional, e bem assim têm o enquadramento das disposições do Terceiro Concílio Provincial de Goa (1585).³⁷² O padre Frei Ambrósio da Graça terá convertido um filho e uma filha do vizir, respectivamente D. Afonso e D. Filipa Nordim.³⁷³ Em 1586, o padre Frei Sebastião de Moraes, prior do convento, alcança a conversão de uma princesa do reino, D. Margarida, e de um seu filho, D. Filipe.³⁷⁴ Anos mais tarde, é convertido um filho de Tūrān Šāh VI, rei de Ormuz (r.1597), D. Jerónimo («o Joete»). Matias de Albuquerque, entretanto, já vice-rei da Índia (1591–1597) terá procurado influenciar os círculos de decisão do reino, para que fosse sancionada a pretensão de D. Jerónimo ao trono de Ormuz.³⁷⁵ O baptismo do protegido terá ocorrido em Goa, sendo seu padrinho o arcebispo D. Frei Aleixo de Meneses; acabaria por professar, em Goa, em 1607, tomando o nome de Frei Jerónimo dos Anjos. Frei Jerónimo teria voltado a Ormuz, em missão, até à queda da cidade em 1622; depois, seria nomeado prior do convento em S. Tomé de Meliapor, vindo a falecer em Goa, em 1638.³⁷⁶

A partir de 1582, os religiosos Gracianos também se encontram presentes, na Pérsia, pelo que o desenvolvimento da missão em Ormuz, seria visto numa perspectiva integrada da sua presença na região. Os padres agostinhos residentes na Pérsia, iriam empenhar-se no projecto de união das Igrejas Católica Romana e Arménia, que acabaria por não se concretizar.³⁷⁷

As casas dos Gracianos em Ormuz

Quando o rei D. Sebastião, em 1572, manda fundar um «mosteiro» da ordem dos religiosos Eremitas de Santo Agostinho, sob a invocação de Nossa Senhora da Graça, na cidade de Ormuz, encomenda ao capitão que, juntamente com o Prior e os padres do dito mosteiro, fosse ver «o sitio, e lugar onde se melhor e mais comodamente possa fazer, e eles pera isso pedirem», e com seu «parecer e dos offiçiais da Camara da dita Cidade» lhes fizesse dar.³⁷⁸ A primeira pedra do convento é lançada a 15 de Agosto de 1573 (o tempo transcorrido desde a emissão dos alvarás corresponde, em grande parte, ao tempo que demorava um documento, emitido em Lisboa, a chegar a Goa, e depois a Ormuz).

A Congregação também viria a fazer uma «igreja pequena», em terra firme, no bandel do Comorão, e uma outra igreja na ilha de Qišm, «aonde assistia hum religioso com os sacramentos aos christaons, e com a pregação evangelica aos infieis».³⁷⁹

Na ilha de Ormuz, os agostinhos assumiriam a continuidade da devoção, na ermida de Nossa Senhora da Penha, estabelecendo aí um irmão converso, o irmão Gaspar da Graça, filho de pais «gentios» de Diu, que foi batizado em adulto.³⁸⁰

Ainda fora da cidade, no sítio de Kahūrū, Don García de Silva indica que os frades mantinham «una casa aunque pequeña, en que uan a recrear algunos religiosos, y en ella un muy buen estanque con algunos arboles para sonbra, demas de una gran çisterna de agua llovediza, de que abundantemente tienen para beuer muchos días, y henchir el estanque».³⁸¹ Como quase não faz referência ao convento, que terá sido a casa onde se hospedou, é possível que tivesse passado alguma temporada naquele local mais ameno, que a cidade.

Em Ormuz, a casa dos Agostinhos situava-se na frente da enseada de levante, aproximadamente na área do varadouro, já perto do limite da malha urbana (Figs. 6, 29). Junto do «Hospital, & Mosteyro de Sancto Agostinho» havia «hum caes, que ficaua junto a elle de tres braças [c. 6,6 m], pegado à capella mòr sobre o mar».³⁸² Era uma área da cidade, popular e de gente de trabalho, de terra e mar, e possivelmente embarcados. Ainda existiam algumas casas em pedra, mas a maioria eram cabanas, cobertas com folhas de palma. Encontravam-se na zona «muchos bodegonçillos, y tiendas com cosas de comer, de carne e pescado adereçado, com frutas secas y verdes».³⁸³

Como havia um cais «pegado» à capela-mor, possivelmente a igreja do convento estaria orientada, a nascente, voltando a capela-mor para o mar. Contudo não é essa a representação na imagem de Manuel Godinho de Erédia. Embora seja essa a orientação tradicional, neste caso, seria possível reconhecer, igualmente, uma forma de orientação característica de lugares relacionados com a navegação — portos de mar e de rio, e pontas de terra —, onde essa disposição tomava o sentido de abençoar, na despedida. A fachada da igreja voltar-se-ia para um arruamento de saída da cidade, formando, em articulação com edificações anexas, o recorte de um terreiro fronteiro, à ilharga da rua. Na figura, está assinalado um lanço de cerca da cidade, a sul, junto ao convento (Fig. 6).³⁸⁴

O convento tinha uma casa de catecúmenos e escolas públicas, e dava assistência a doentes, nas suas casas, mas à Ordem também fora atribuída a administração do hospital da cidade, pelo capitão Matias de Albuquerque.³⁸⁵ No final da primeira década de Seiscentos, no contexto da presença dos religiosos Gracianos junto do Šāh ‘Abbās, estaria a ser visada a conversão de «Cristãos de São João».³⁸⁶ É considerada a possibilidade de «trazer meninos órfãos para aprenderem, provavelmente para Ormuz, onde já «estavam dous no collegio de Santo Agostinho».³⁸⁷ Com a sua conversão, estaria a ser visado fazer passar, «poucos e poucos», para uma das ilhas próximas, «onde se poderá recolher e viver na pureza da fé com sacerdotes, por ser fértil, grande e quasi despovoada», desse modo equacionando o início de povoamento.³⁸⁸ É muito significativo o contexto em que, também em Ormuz, surgia a ideia, pois em várias partes do Estado da Índia, estava a desenvolver-se o processo de tomada e aforamento de terras.

Acção local à luz da Igreja pós-tridentina

Diferentemente das igrejas portuguesas na Índia e no Brasil, e em certas ilhas dos Açores, que voltam as suas fachadas à vista larga da paisagem e do mar alto, nenhuma das igrejas construídas, em Ormuz, parece ter procurado impor uma presença urbana destacada. Seria talvez um sinal de reconhecimento de uma copresença com outros credos, num mundo predominantemente islâmico. Porém, na sequência do Concílio de Trento, em sucessivos concílios provinciais realizados em Goa (1567/1568, 1575, 1585, 1592 e 1606) foram sendo aprovados decretos a respeito do derrube de mesquitas e pagodes. Em 1606, no âmbito do V Concílio provincial, celebrado em Goa, pelo arcebispo de Goa, D. Frei Aleixo de Meneses, mais uma vez, terá sido aprovado um decreto ordenando o derrube de mesquitas e de todos os pagodes e templos gentílicos. Chegada a informação ao reino, com o desfazamento de tempo que sempre acontecia, entre uma comunicação e a decisão tomada sobre o mesmo assunto, é enviada uma carta, de Valladolid para a Índia, em 1610, com a resposta de D. Filipe II de Portugal. Relativamente à ordem de derrube «de todos os pagodes e casas de idolatria gentílica em Diu e Ormuz», o rei após a consulta de teólogos, entende, com base nos seus pareceres, que «para aumento e conservação da christandade» do Estado da Índia, não convém interferir nas ditas casas e templos, pelo que ordena a suspensão do decreto, com a declaração de que não seja autorizada a construção de outros novos. A carta encomenda uma forma ponderada de relação entre cristãos e «gentios e mouros».³⁸⁹

Em todo o caso, terá sido por esses anos, que são destruídos três banhos públicos de Ormuz.³⁹⁰ Tanto o embaixador da Pérsia, como o rei de Ormuz, Muḥammad Šāh IV (r. 1609–1622), pedem a D. Filipe II concedesse «poderem-se levantar de novo os banhos». O rei solicita licença igualmente ao vice-rei, para os reedificar (na altura, era governador o arcebispo de Goa). Porém, D. Filipe II não autoriza, em 1612, e volta a negar, em 1614, invocando o parecer do arcebispo primaz, D. Frei Aleixo de Meneses.³⁹¹ O rei de Ormuz pediria igualmente lhe fosse concedida licença para reedificar as mesquitas, justificando que estavam muito danificadas, porque havia 114 anos que não se efectuavam obras. D. Filipe II remete essa matéria para ser decidida pelo vice-rei, caso o arcebispo não visse inconvenientes.³⁹²

No entanto, até a grande, e muito formosa e sumptuosa mesquita de Ormuz, ou já estava, ou seria, em breve, derrubada parcialmente. Na sua passagem pela cidade, Don García de Silva y Figueroa deixa um comentário crítico sobre a acção: «Derribose esta gran Mezquita de muy pocos años a esta parte, por la poca prudencia de algunos ministros, con gran dolor y mucha indignacion, no solo de los Moros de la ciudad, pero de todos los de la tierra firme comarcana, particularmente del mesmo Rey de Persia de que a resultado, euidentes daños a esta çiudad, con perdida de lo que poseia en tierra firme».³⁹³ No contexto, e tendo presente disposições conciliares que renovavam a determinação de derrube de pagodes e mesquitas, a palavra «ministros» poderia deter uma conotação eclesial, eventualmente comprometendo religiosos (de uma) das comunidades regulares estabelecidas na cidade.

A Ordem dos Carmelitas Descalços

Religiosos Carmelitas Descalços partem de Roma em 1604, e seguem para a Pérsia (onde a Ordem já tinha assento); são recebidos pelo Šāh Ābbās. Depois de considerada uma possível autorização para fundar um convento no Irão, que não se concretizaria, obtém permissão para fundar um convento, em Ormuz. O projecto carmelita perspectiva a acção missionária na região, visando sobretudo o Irão. A missão é realizada com o acordo do Papa e da Congregação do Santo Ofício. No âmbito da Ordem carmelita, a fundação tem o enquadramento da Congregação de Santo Elias, o ramo italiano, e não da Congregação

de São José, o ramo presente nos territórios do império, no tempo da União das Coroas de Portugal e Espanha.

Um carmelita chega pela primeira vez à ilha de Ormuz, no início de Março de 1609, mas volta a Roma, em 1610. O processo de fundação da casa ocorre à revelia das instruções precisas de D. Filipe II, dadas ao governador do Estado da Índia, em 1616,³⁹⁴ sobre a necessidade de demover os religiosos do seu propósito, e de os levar a sair da ilha e reenviá-los para o reino. Não tem, igualmente, o apoio do Padroado de Goa, nem do arcebispo primaz de Portugal, D. Frei Aleixo de Meneses, religioso agostinho, que foi arcebispo de Goa e governador do Estado da Índia.³⁹⁵ Contudo, em Ormuz, a Ordem Carmelita obtém o apoio do capitão D. Henrique de Noronha, e da Confraria da Misericórdia, mas conta com a oposição dos religiosos agostinhos. Em 1612, os religiosos carmelitas já estão novamente em Ormuz. Com a compra de casas, o convento é inaugurado no dia 16 de Julho, sob a invocação da Madre de Deus e de São José, o dia em que se festeja a Virgem do Carmo.³⁹⁶ A invocação da Madre de Deus poderia sugerir que os religiosos se apropriavam da memória de uma antiga presença dominicana.

Continuariam as diligências para regularizar a situação eclesiástica face ao Padroado de Goa. Com a entrada do novo capitão D. Francisco de Sousa, há a tentativa de cumprimento da ordem real e mandado, de demolição das casas que a Ordem ocupa, obrigando os religiosos carmelitas descalços a embarcarem para a Índia, para daí partirem para o reino. Perante a revolta popular desencadeada, a acção acabaria suspensa. Numa carta, sem data, de finais de 1618, o governador do Estado da Índia descreve certos acontecimentos, que se passaram «na Igreja na portaria, e nas crastas».³⁹⁷ Fernão de Albuquerque, entretanto o novo governador do Estado da Índia, também escreve a el-rei, em 1621, mas a sua descrição omite a real dimensão da obra, que os Carmelitas já têm em execução.³⁹⁸ Na carta, a menção à existência de uma ermida dedicada a Santo Amaro, no local tomado pelo convento, tem interesse, por se situar dentro da área urbana, em relação com o varadouro, constituindo uma invocação frequente, em portos e lugares de mareantes.

A Ordem avança para Ormuz com um projecto, que incluía um noviciado e casa de estudo para as vocações, que iam de Goa, das possessões portuguesas e da Pérsia.³⁹⁹ No entanto, em breve desiste de acolher noviços, considerando o clima excessivamente quente da ilha. Don García situa a posição da casa dos Carmelitas, na malha urbana, relacionando-a com a parte do «povoado», que é a melhor fábrica de casas de toda a cidade, e chega até ao convento de Nossa Senhora do Carmo. Este implanta-se, tal como o dos Agostinhos, na enseada de nascente, porém a meio, voltando as janelas do dormitório, ao mar, e talvez também o oratório (Fig. 29).⁴⁰⁰ A Igreja do Carmo seria a escolhida para sepultura do almirante João Borralho, no início de 1621, que foi morto na batalha naval contra os ingleses, ao largo do cabo de Jasques (Jāsk), e do capitão de Ormuz, D. Francisco de Sousa, que faleceu pouco antes do cerco e perda de Ormuz.⁴⁰¹

5 O desenho da cidade

O desenho constitui parte integrante deste estudo transversal. Foi concebido através da articulação das fontes e do diálogo contínuo entre investigadores, acompanhando o próprio processo de investigação. O corpus desenhado assume-se, assim, simultaneamente como ferramenta de experimentação e como instrumento de produção de conhecimento — uma linguagem comum entre os intervenientes.

Parte-se de uma tentativa de representação dos lugares e das suas transformações no espaço urbano e periurbano, procurando construir uma imagem da cidade de Ormuz, desde o período anterior à entrada dos portugueses até à sua retirada. Privilegiou-se o desenho do conjunto urbano: as representações da fortaleza não aparecem isoladas, integrando sempre apontamentos dos limites do terreno e da relação com o terreno.

O processo de interpretação da cidade, através do desenho, recorreu a diversas fontes documentais, sobretudo iconográficas. Estes registos assumem particular relevância na medida em que veiculam as primeiras impressões visuais de lugares distantes, tornando as descrições mais tangíveis e expressivas. O acto de desenhar *in situ* revelava-se fundamental, exigindo aos viajantes destreza no uso dos instrumentos e suportes gráficos. Tratava-se de desenhos que reuniam informação de carácter prático, com objectivo de auxiliar o poder régio na administração dos territórios orientais.

No âmbito destas práticas, é possível identificar diferentes tipos de representação. Por um lado, surgem desenhos de carácter impressionista, resultantes de uma observação directa e imediata; por outro, desenhos de síntese, que agregam múltiplas camadas de informação — arquitectónica, urbana e geográfica —, mais ou menos fantasiosa, e que, por vezes, incorporam também o registo de acontecimentos. Na sua maioria, eram determinados por encomenda régia e orientados por objectivos específicos. Procurar nestes desenhos uma veracidade estritamente mimética não se revela pertinente: o seu propósito era transmitir densidade informativa de forma clara e graficamente eficaz. Não se tratava apenas de mapas de representação da realidade, mas de dispositivos complexos onde a representação surgia entre a intuição e a observação.

Neste contexto, importa referir Duarte de Armas,⁴⁰² o escudeiro de D. Manuel, cujo papel foi determinante nas vistas “a partir do *natural*”.⁴⁰³ O seu desenho combinava a observação directa com a necessidade de comunicar dados de forma clara e inteligível. Tal exigência conduzia a um uso ponderado do suporte e a uma economia de vistas: recorriam-se frequentemente a expedientes geométricos, mais ou menos intuitivos, que permitiam esclarecer o lugar representado. Diferentes enquadramentos coexistem na mesma composição, com as vistas ‘rebatidas’ no mesmo plano, recorrendo à distorção ou ao exagero de planos posteriores para se tornar perceptíveis determinados limites e configurações espaciais.

No caso específico de Ormuz, o debuxo de Gaspar Correia, constitui elucidativo: a fortaleza manuelina de 1515 surge representada numa vista isométrica, enquanto que a cidade se organiza numa sucessão de planos verticais. De natureza distinta é a planta da cidade,⁴⁰⁴ traçada entre 1610 e cerca de 1622, por Manuel Godinho de Éredia, com base em informações recolhidas no local. Este desenho articula cartografia e apontamentos axonométricos dos edifícios. Identificam-se três eixos principais que ligavam o terreiro da fortaleza aos arrabaldes, embora estes possam não ter tido expressão formal marcada, reconhece-se uma clara intenção de ligação entre dois polos estruturantes. Os atravessamentos no sentido nascente-poente, igualmente relevantes para a leitura da malha urbana, não foram considerados nesta representação.

Procura-se, deste modo, conceber uma imagem de Ormuz resultante do cruzamento entre fontes iconográficas e históricas, integrando no desenho essas distintas linguagens gráficas. A análise dessas representações permite propor uma nova leitura da paisagem e da estrutura urbana. Nas sucessivas reproduções a cores das plantas de Éredia e Pedro Barreto de Resende predominam os tons quentes, a fortaleza destaca-se em siena e carmesim. Os desenhos agora produzidos procuram igualmente transmitir atmosfera, evocando as características geológicas e geomorfológicas da ilha.

Como já referido em capítulos anteriores,⁴⁰⁵ a malha urbana, apesar das transformações verificadas sobretudo no terreiro e na frente nascente, mantinha uma intrincada rede de ligações. A ocupação densa preenchia a planície a norte, rematando com a Fortaleza. Testa-se, em desenho, a implantação dos edifícios estruturantes de uma cidade compacta e complexa, marcada por uma diversidade populacional, cultural e religiosa. Reconhece-se, contudo, a impossibilidade de reconstituir uma imagem plenamente fidedigna do tecido urbano quinhentista. Ensaiou-se, ainda assim, um traçado especulativo no qual os possíveis eixos longitudinais principais são projectados a partir

dos arruamentos e cadastros actuais. Procuram-se relações entre ruas, enfiamentos, pátios, acessos e paredes de meação que pudessem indiciar atravessamentos de épocas anteriores. O levantamento do cadastro actual, a partir da vista aérea, constituiu suporte fundamental para este processo de interpretação do passado da cidade. O desenho afirma-se, assim, como instrumento e simultaneamente resultado da investigação, numa dinâmica de reciprocidade entre análise e representação. Trata-se de um exercício interpretativo desenvolvido na ausência de evidências materiais directas, embora a morfologia urbana actual sugira intervenções posteriores, nomeadamente o rasgamento de quarteirões para o alargamento de um eixo norte-sul. O atravessamento actualmente identificado não contribui para uma interpretação histórica coerente, razão pela qual se considera que a designada “Rua Larga” poderá ter assumido uma posição mais axial na estrutura urbana. Este eixo articulava a grande mesquita, a praça central e o terreiro, culminando no Baluarte do Sino, implantado no centro do pano sul da fortaleza manuelina. A definição deste eixo revelou-se determinante para a implantação dos edifícios referidos e, em alguns casos, representados nas fontes históricas, nomeadamente em relatos de viagem e vistas da cidade.

Para a composição das frentes urbanas nascente e norte, recorreu-se a uma vista, atribuída ao holandês Pieter van den Broecke, datada de 1629.⁴⁰⁶ A gravura representa a chegada à ilha pelo porto de Levante: quatro navios holandeses dominam o primeiro plano marítimo e, no canto inferior esquerdo, surge um apontamento da planta da ilha.⁴⁰⁷ Ao focar a frente urbana, estabelece-se um paralelo com a planta da cidade, procurando articular uma correspondência de escala entre as duas representações. A leitura dos elementos figurados permite estabelecer relações entre o construído e os atravessamentos nascente-poente. Os edifícios não surgem indiferenciados, apresentando especificidades formais. Entre o ritmo regular dos elementos verticais — interpretados como chaminés de ventilação — identifica-se à esquerda, rematando o perfil edificado e muito próximo da linha da costa, uma edificação com cobertura de duas águas que poderá corresponder ao Convento dos Agostinhos. No centro da frente urbana, destaca-se outro edifício, com cobertura semelhante que, pela localização, poderá ser identificado como a Igreja do Carmo, implantada de forma mais recuada relativamente à praia.

A frente nascente é claramente perceptível até cerca de metade do perfil representado; a partir deste ponto verifica-se uma torção da vista, tornando visível a frente do terreiro, a norte. Esta área apresenta-se mais obscurecida e menos definida no desenho, não obstante, reconhecem-se alguns elementos singulares, como o minarete e demolições no seu entorno. No centro, da frente norte, identifica-se outra fachada de duas águas, possivelmente correspondente à igreja da Misericórdia, enquanto os restantes edifícios assumem uma representação mais indiferenciada até à margem poente.

Quanto aos limites da cidade, colocam-se diversas questões, particularmente no que respeita ao início da malha urbana a partir do terreiro. No já referido Tombo de 1550 surge uma descrição detalhada das medidas do limite da cava em relação à frente urbana voltada para o terreiro da fortaleza.⁴⁰⁸ Sabe-se, contudo, que estas medidas já se encontravam desatualizadas à data do registo, uma vez que a cava fora ampliada e algumas das casas demolidas. Ainda assim, o documento revela-se fundamental para posicionar a frente urbana numa relação de proximidade com a fortaleza.

A interpretação dessas medidas exigiu diversos estudos geométricos, procurando compreender de que modo as casas poderiam estar implantadas em 1550. A esta leitura acrescenta-se outro desenho de Éredia, datado de 1610, representando a fortaleza, onde surge um apontamento do arranque da mesma frente urbana, reforçando a articulação entre fontes na compreensão da estrutura e dos limites da cidade.⁴⁰⁹

A cidade contemporânea foi utilizada como base para a interpretação à qual se integraram os dados históricos disponíveis.

Apesar das incertezas quanto à sua localização exacta dos edifícios, optou-se por uma leitura do conjunto urbano que considera a fortaleza e a cidade como um todo indissociável.

Do mesmo modo, a imagem da ilha de Ormuz procura integrar essa leitura do conjunto alargando-a ao território e trabalhando a partir os atributos trazidos pelos relatos, fontes e representações. Sobre uma vista aérea recente, sobrepõem-se as curvas de nível, em tons de siena queimada, e assinalam-se as principais localizações. A ilha surge bordejada por um mar em tons de terra sombra natural, destacando-se o seu perfil pela diversidade da sua composição geológica.

Mais do que um exercício de reconstituição formal, este processo evidencia o desenho como instrumento de investigação histórica. O desenho afirma-se, assim, como lugar de mediação entre passado e presente, entre documento e hipótese, constituindo simultaneamente método e resultado do próprio processo de conhecimento.

6 O BANDEL DO COMORÃO

Entre os portos da linha de costa iraniana, as fontes portuguesas destacam o bandel do Comorão.⁴¹⁰ Nesse porto, talvez um dos mais próximos e mais convenientes, para a passagem de mercadorias ao porto da ilha de Ormuz, os portugueses construíram uma pequena fortaleza, onde devia residir em permanência um capitão. Em 1523, no Comorão, tal como em Ormuz, na mesma época, as casas eram «palhaças»: o lugar era «habitado por gente pobre que aqui têm os mercadores de Ormuz para lhes apanharem as tâmaras, de que a terra é bem provida».⁴¹¹ Principalmente, o porto oferecia abrigo para os mercadores das cáfilas, que ali convergiam, com as suas mercadorias e bens, e ficavam a aguardar o embarque para a ilha. Em 1614, por ordem do vice-rei, D. Luís da Gama, capitão de Ormuz, vai visitar a fortaleza do Comorão e as ilhas de Qišm e Lārak, para segurar a água para Ormuz. Acha «ser a fortaleza do Comorão de barro tão fraca que não pode jugar mais que falcõys mui mal provida o que se chama fortaleza he pequeno circuitto com quatro baluartes re[dondos] nos cantos mas comtynua ce com ella hũa serca de canas e barro muito fraca e he gran[de] omde se recolhe algũa gente da terra o que faz a fortaleza mais fraca e menos defencave[l]. Neste circuito ha muitos posos e alguns de muito boa agoa e he bastante para sustentar esta fortaleza de Ormus e a cidade em hum tempo de nececidade».⁴¹² A visita ocorre em Agosto. A versão da carta escrita ao rei, é conhecida numa cópia, que não está assinada e não tem data, mas pode ser referenciada a meados do mesmo ano de 1614, antes de ter início o cerco da fortaleza do Comorão, porque não é mencionado.⁴¹³

Com a ascensão do Šāh ‘Abbās I ao poder, o quadro de relações comerciais e políticas que tinha vigorado entre os Safavida e o protectorado português de Ormuz, ao longo do século XVI altera-se.⁴¹⁴ Tem início uma estratégia de expansão persa sobre territórios do litoral do Golfo, em não menor parte precipitada por questões envolvendo tributos, e direitos relativos à circulação de mercadorias.⁴¹⁵ Em 1603, as forças de Allah Verdi Kahn, governador da província de Fārs, na Pérsia, conquistam certos lugares do litoral, que integravam o reino de Lār, mas tinham-se mantido, sob domínio do reino de Ormuz, por acordo, após a tomada pelos portugueses.⁴¹⁶ Nesse contexto, ocorrem os primeiros momentos de assédio ao Comorão, em 1602 e 1605. Em 1607, os iranianos penetram as defesas externas da fortaleza do Comorão. Por fim, em 1614, o Bandel é sitiado, e o forte é entregue, por capitulação, a 21 de Dezembro. Apesar das condições precárias da estrutura defensiva, a reduzida força de soldados portugueses e «casados» ofereceu denodada resistência, durante o cerco que se prolongou por quatro meses.

Num primeiro momento após a conquista do forte, como observariam Pietro della Valle e o religiosos carmelita Frei Redento da Cruz, os iranianos arrasam o forte e constroem uma nova fortaleza, nas imediações, porém mais para o interior, de modo que a artilharia

de navios portugueses não a pudesse alcançar.⁴¹⁷ Bocarro refere igualmente que o forte português foi arrasado, e a fortaleza construída pelos iranianos foi implantada noutra sítio.⁴¹⁸ Contudo, é o próprio Pietro della Valle a dar nota, que um dia, pouco antes de partir para a Índia, viu os persas a retomarem a edificação da fortaleza, na beira mar, próximo do sítio, onde tinham arrasado o forte português.⁴¹⁹

O lugar do bandel do Comorão não se encontra identificado com segurança, todavia não coincidiria com o sítio das feitorias europeias, junto a Bandar-e ‘Abbās, fundação do Šāh ‘Abbās I, após a queda de Ormuz, para onde se transfere a população de Ormuz. Contudo, permanece alguma ambiguidade na distinção dos dois lugares, com topónimo «Gombron», a designar uma área abrangendo distintos pequenos portos. Em todo o caso, seria possível atentar à posição deslocada lateralmente do topónimo «Comorão», relativamente ao lugar das feitorias, na carta de Anónimo, no *Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da India*, fol. 17 (Figs. 3, 4).

Num documento de 1614, é feita uma referência à «fortaleza do Bandel, onde chamam o Bandaly».⁴²⁰ E. K. Faridany, analisando diversos estudos e referências de autores e viajantes, destaca, em particular, a observação de Lewis Pelly, numa visita efectuada em 1863.⁴²¹ Jean Aubin centra a atenção em dois lugares, Dōsar e Bandar Īgān, que se encontram associados a praias, onde eram descarregadas, e de onde partiam as caravanas de Fārs.⁴²²

Lewis Pelly considera a posição do forte de Ormuz, relativamente a um possível lugar e porto, mais próximo, em terra firme. «[T]he Portuguese preferred the point where their fort now stands, because it was at once naturally protected, the nearest position to the old landing-place on the mainland, which stood near de present Bunder Abbas*» [em nota: «*Four miles east of Bunder Abbas]. E acrescenta: «Immediately opposite the Hormuz Fort on the mainland, and about four miles to the eastward of the present Bunder Abbas, are the traces of a small ancient creek, now silted up; some masonry work is still visible. It is at this spot that goods are said to have been shipped for, or landed from, ancient Hormuz».⁴²³ Seria, pois, esse o lugar do bandel do Comorão, com a pequena fortificação portuguesa. Depois de visitar Ormuz, Lewis Pelly passa a Bandar-e ‘Abbās, que indica encontrar-se situado a 12 milhas, a noroeste. Descreve a povoação, tecendo algumas considerações sobre a inaptidão do porto, por estar exposto a ventos e correntes marítimas, e sobre o afastamento e condições de abastecimento de água.⁴²⁴

7 A ILHA DE LĀRAK

A maior parte das ilhas, dispersas no meio do Golfo, tinha uma população ínfima.⁴²⁵ Entre essas ilhas, Lārak destaca-se, por se situar próximo do Estreito, e de Qišm e de Hurmuz, mas não tem a mesma importância, dentro do sistema territorial do reino de Ormuz, pois certas condições particulares não a predispõem a desempenhar uma função de complementaridade específica. Em 2008, João Campos apresenta a referência de um autor iraniano, que teria concluído que a fortificação de Lārak seria de «origem portuguesa», considerando ser do mesmo tipo da fortaleza de Qišm. Na mesma ocasião, Campos lembra que nos desenhos de Manuel Godinho de Erédia e Pedro Barreto de Resende, se encontra assinalada a existência de um forte, na ilha de Lārak. Em 2011, propõe a atribuição do projecto do forte de Lārak ao mestre Inofre de Carvalho, considerando que a obra mostrava ter sido realizada de uma só vez.⁴²⁶

No âmbito deste trabalho, não tendo sido efectuada uma investigação específica sobre a ilha de Lārak, não seria possível considerar a estrutura defensiva, existente na ilha, que foi identificada como património de influência portuguesa, com a sugestão de que o projecto poderá ser atribuído a Inofre de Carvalho. Em desenhos atribuídos a Erédia e autores posteriores, como Pedro Barreto de Resende, encontram-se indicadas, e sucessivamente vão

sendo copiadas, duas estruturas defensivas, em locais distintos da ilha (Figs. 3, 4). A figura de um pequeno forte, com torre, aparenta uma forma semelhante à representação da casa-forte de Ormuz, levantada em 1507–1508. No local, onde se desenvolveria a povoação principal, observa-se um cercado mais alargado, com uma torre alta. O tipo de fortificações representadas é fundamentalmente distinto das fortalezas indicadas nas ilhas de Ormuz e de Qišm. Ora, se a fortaleza já existia na forma quadrangular, com bastiões angulares, que subsistiu até à actualidade, e era obra de «origem» portuguesa, reconhecível coetaneamente, carecem de explicação as figuras que foram sendo replicadas, pelos autores portugueses.

De facto, não parecia haver notícia de uma estrutura defensiva recente, levantada no âmbito do protectorado português, quando D. Filipe II escreve ao vice-rei, dando conta da informação que D. Luís da Gama, capitão de Ormuz, lhe dera sobre a ilha, na visita que fizera em 1614.⁴²⁷ A carta de D. Luís da Gama, a que faz referência, não tem data e não está assinada, mas pode ser identificada, pois a carta régia transcreve a informação comunicada pelo capitão de Ormuz, na missiva ao vice-rei. Segundo o capitão, «[a] ilha de Lareca tem muito agoa, mas fica lomge, e no Verão se não podia hir laa em muitas dias, por cursarem ventos comtrarios e fazerem grandes marés e assy pelo que vi e a experiencia me tem mostrado emtendo que não convem fazer fortaleza em nenhuma destas ylhas».⁴²⁸ Também Don García de Silva, nas observações que faz sobre a ilha, não refere a existência de uma fortaleza dos portugueses. É uma terra de colinas cortadas por pequenos vales, com matas de monte baixo e claro, onde se criavam gazelas, algumas lebres e grande quantidade de perdizes, mas toda a caça era «en sumo grado, desabrida e dura», mormente as perdizes, duras e secas.⁴²⁹ «Es tierra del todo desabitada, aunque ay en ella comodidade para criarse ganado, pozos de agua y alguna leña: pero no la mora nadie, porque no pudiéndose poblar ningun lugar grande en ella, por ser importuosa, corrian notorio peligro, sus moradores por causa de los muchos Cosarios Naytaques y Niquiluzes, de la costa de Persia, que de ordinario andan haciendo daño, con sus teradas, en todo lo que hallan, ansi de la Isla de Queyxome, como en lo demás deste Mar, y costa de Arabia».⁴³⁰ Em Dezembro de 1622, Pietro della Valle traçaria um quadro semelhante: a ilha era «um lugar deserto»; viu casas e sepulturas abandonadas, arruinadas, e destruídas pelos «piratas».⁴³¹

Poderia ter havido uma pequena estrutura defensiva, dos primeiros tempos do protectorado português. Aquando da visita efectuada, em 1614, essa fortificação ainda poderia subsistir, ou estar arruinada. Talvez o pequeno forte indicado nos desenhos portugueses fosse o remanescente de tal edificação. Porém não teria merecido a atenção de D. Luís da Gama, uma vez que a missão, de que o capitão estava incumbido, era verificar se se justificava edificar uma fortificação nova e actualizada. O seu parecer terá resultado negativo, apreciando a oportunidade do sítio, e considerando objectivos de defesa, esforço e custos de construção, e o provimento de forças armadas e artilharia.⁴³² Observando a forma da fortificação existente, em Lārak, segundo os desenhos e imagens apresentados por João Campos, não parece que a obra executada denote influência portuguesa.⁴³³

8 A ILHA DE QIŠM

A ilha, espaço vital de Ormuz

A ilha de Qišm era grande e fértil, com boas nascentes de água, abundante vegetação e boas condições para agricultura. A ilha tinha a mais estreita relação com Ormuz, como extensão do seu espaço vital. As suas qualidades ambientais (na actualidade, menos expressivas) dispunham a ilha como reserva de espaços de veraneio, e temporada de caça, para o rei, que aí tinha umas casas, tal como outras figuras gradas ormuzianas, e seus familiares. Principalmente, as relações decorriam da complementaridade da ilha, para a vida em Ormuz, no

que se refere a produção de mantimentos, sobretudo trigo e toda a espécie de viveres, abastecimento de água e fornecimento de madeira e lenha. Significa, também, que parte do negócio de abastecimento da cidade se fazia e geria, com sede em alguma das povoações da ilha, em particular aquela que se situava na ponta mais próxima de Ormuz, onde o rei tinha o paço fortificado, e existiam poços de água potável.

De facto, a ilha de Qišm foi o primeiro assento do reino de Ormuz, antes de se fixar na ilha de Ġarūn (Ormuz). Na sequência de ataques dos tártaros, o rei e a corte, bem como uma parte da população, trasladaram-se, em 1301, da antiga cidade de Ormuz, em terra firme, para Qišm. Aí foi construído um palácio fortificado, para onde se retiraria um rei de Ormuz, forçado a abdicar do trono, em 1417.⁴³⁴ Em 1522, por ocasião da revolta da cidade de Ormuz, contra o protectorado português, uma grande parte da população transfere-se para Qišm, com a perspectiva de aí construir uma nova capital.⁴³⁵ Essa trasladação, entre ilhas e a terra firme, também acontece em tempos de assédio à cidade, como em 1552, com o cerco da armada dos turcos. Perante a notícia do iminente assédio «se começou a despejar a cidade, a gente para a banda do Magostão, e a principal e mais rica para ilha de Queixome [Qišm], que está perto e Ormuz, e el Rey e o goazil se recolherão para a fortaleza [de Ormuz] com suas mulheres, e todas suas riquezas».⁴³⁶

Sinais da presença portuguesa na ilha

Em 2004, Daniel T. Potts, tendo notícia de que uns anos antes, tinha sido descoberto um cemitério português, na borda de água, no decurso de certas obras de alargamento do porto da ilha, teve oportunidade de analisar uma lápide de sepultura recolhida (foi o único espólio preservado, uma vez que o sítio foi destruído pelos trabalhos de escavação). Na pedra tumular lê-se a inscrição «SEPV[LTVRA] DE / AMTON[IO] C[O] / REA E DE SEVS / ERDEIROS FALE / / SEO AOS 17 DE / IANEIRO DE 1591 / ANNOS», acompanhada de uma caveira gravada, com dois ossos cruzados.⁴³⁷ A figura é algo inusitada, em lápides de tradição portuguesa, da época, mas o desenho da letra é de referente clássico.

Na realidade, a pedra já tinha sido observada, no século XIX, por A.W. Stiffe, Lieut. R.N. A notícia foi publicada, postumamente, em 1874,⁴³⁸ juntamente, com a nota da inscrição de uma outra pedra: «A / ESTA SEP HE DE SI / MAO RO 13 DE FAR / IA E DE SVA MOL / HER E • HERDROS / FALECEO EILE A • Z • DE ABRIL DE / BOI EILA • A 8 DE F / EVRO DE BO3» (Fig. 15). Seria possível ler: «A ESTA SEP[ultura] HE DE SIMAO ROIZ DE FARIA E DE SVA MOLHER E HERDROS FALECEO EILE A Z [?] DE ABRIL DE 601 E EILA A 8 DE FEVRO DE 603»⁴³⁹. Stiffe apenas refere, sem precisar, que foi informado por habitantes locais, que chuvas recentes, muito fortes, tinham posto a descoberto umas pedras, pelo que foi ao sítio onde tinham sido encontradas. A pedra tumular relativa a António Correa mostra que a personagem lembrada talvez não tivesse um enquadramento religioso cristão próximo, à luz da figura de caveira escolhida. Porém, a menção do destino familiar do sepulcro, denota um reconhecimento público, que era extensível à sua família. Como desde cedo os portugueses participaram do negócio de terradas, que atravessavam do Mogostão (e seguramente também de Qišm) «as carnes, e frutas, e arequas, e tavadado, e outras cousas que vem pera se venderem na dita cidade» de Ormuz,⁴⁴⁰ seria de aventar a hipótese de se tratar, porventura, de um elemento das forças portuguesas «casado», que se teria radicado na ilha, alcançando estatuto social na sociedade local.⁴⁴¹

Daniel T. Potts identifica mais outro local de enterramento, e um assentamento de referência portuguesa, em «Souza» ou Bandar-e Suzeh, na costa sul da ilha. Na visita ao sítio, além do sepulcro, observou «many ruined walls and structures (...) spread over a hilly area of c. 50 × 150 m», onde encontraria «middle and late Isamic ceramics (celadon and Jolfar ware)». No sopé do monte, a tradição local lembra um certo «'St. Francis of Souza', a famous Portuguese mathematician (?)», que estaria sepultado no pequeno cemitério.⁴⁴²

Lugares de aguada e fortificações preexistentes

Na ilha de Qışm, não parece ter havido uma fortaleza portuguesa, definida como tal, antes de 1621. Não é essa, contudo, a interpretação de João Campos, que entende reconhecer a existência de uma primeira fortaleza, de cronologia quinhentista manuelina, cuja existência e desenvolvimento são o seu foco de atenção. Esta ocuparia o local identificado como 'aguada' em desenhos de Manuel Godinho de Erédia e de outros autores. Nesse sentido, a obra de fortificação seiscentista teria sido dirigida, sobretudo, a uma adaptação das estruturas preexistentes, realizando um reforço, em espessura, e rebaixando e actualizando o perfil das cortinas da fortaleza manuelina, de acordo com os requisitos do emprego de artilharia.⁴⁴³

Porém, no sítio onde seria levantada a fortaleza, em 1621, havia uma povoação, e aí, como em outro lugar da ilha, em posições associadas a pontos de água (sítios de aguada e poços), existiam casas fortificadas pertencentes aos reis de Ormuz. Em diferentes momentos, poderia ter havido um aproveitamento e reforço de estruturas defensivas, nos primeiros tempos de presença portuguesa, como na altura da entrada dos iranianos na ilha. No âmbito da expansão territorial sobre o litoral, o governador de Lār terá iniciado, por volta de 1608, a construção de uma fortificação, de modo a colocar sob seu controlo os poços da ilha, que eram buscados pelos ormuzianos.⁴⁴⁴

De facto, na carta de D. Luís da Gama, já referida, sobre as fortalezas de Ormuz, o capitão de Ormuz informa o rei sobre a visita que fez, a seu mando, à fortaleza do Comorão, e às ilhas de Qışm e Lārak, para se segurar a aguada para a fortaleza de Ormuz. Sobre a ilha de Qışm, onde havia de «considerar o sitio para uma fortaleza, que [o rei] queria mandar fazer n'ella para segurar a agua, que Ormuz não tinha», não faz menção a alguma obra dos iranianos, em curso. Apenas regista: «A ilha de Queixomé tem muitas agoadas tres da parte de leste que he a que fica mais vesinha a esta de Ormus a do meio he mais acomodada para com todo o tempo se poder hir a ella mas tem neccidade de seiscentos e oitenta passos de muro para se segurarem os passos [poços?] todos e de hum baluarte e nas pomtas outro modo de baluartes mais pequenos para ficar com a segurança nesaria a todos os cazos que podem acomtecer esta obra sera de muito custo por lhe aver d'ir tudo de fora e fara muito dano aos moradores da ilha por quão preyudicias são semelhantes presidios omde ha gente pobre e coitada e sem falta se despovoara de todo porque o ter hum xabândar português que Vossa Magestade proveo os molesta tanto que me he nesario trazer muito os olhos nelle para que os não tiranizem».⁴⁴⁵

D. Luís da Gama realiza a visita, em Agosto, «com um grande aparato de armada, e uma galé e muitos navios». ⁴⁴⁶ No quadro dessa movimentação do capitão de Ormuz, «sabendo o Cam de Xiraz que se fazia, ajuntou tambem gente para vêr aonde ia dar».⁴⁴⁷ Terá sido essa visita, com o aparato de que se rodeou, a oferecer o pretexto que precipita os acontecimentos no Comorão, pois logo de seguida, as forças iranianas avançam para o Bandel, e começam o cerco à fortaleza, que levaria à sua capitulação e entrega, em 21 de Dezembro.

Considerando a necessidade de defender o acesso aos poços, talvez o segundo local, identificado por D. Luís da Gama, fosse um dos lugares que Afonso de Albuquerque mandara visitar, na ilha, por sugestão do rei de Ormuz, para que escolhesse fazer aí a fortaleza. «[N]a Ilha avia hum lugar grande ao longo da ribeira do mar, no qual o Rey tinha humas casas velhas derribadas; e a agoa, que se dali trazia pear Ormuz, era de huns poços, que estavam afastados hum pedaço da ribeira, e tudo ao derredor da Ilha era parcel de baixo fundo».⁴⁴⁸

De facto, no meio da ilha situa-se uma povoação, Bruht, cuja importância justifica que, por vezes, desse o nome à ilha. Aí havia um palácio real,⁴⁴⁹ e os gastos com os «ortelãos de hũa orta que el Rey tem na ylha de Queixome», figuram na lista de gastos do rei, c. 1541-1543.⁴⁵⁰

D. Luís da Gama informa, também, sobre o sistema de defesa da ilha de Qışm, que tinha sido introduzido pelo capitão de Ormuz, D. Henrique de Noronha. Consistia na imposição de uma quantia fixa,

recolhida entre os moradores, para sustentação de «sesenta espains mouros» a quem cometia a defesa da ilha. D. Luís da Gama entende que a medida não surtira o efeito pretendido, e que «na arrecadação molestão a todos, retendo lhes mais do que lhes cabe», pelo que tinha assentado que não se recolhesse mais o tributo e, em alternativa, os moradores fossem obrigados a terem armas, segundo as suas possibilidades. Desse modo ficava «a ilha com mais de mil homeins para sua defensão cem molestya de nenhum dos moradores».⁴⁵¹ Sobre a fortificação, o capitão entende «que não convem fazer fortaleza em nenhuma destas ylhas a de Qu[ei]xomé se pode defender com duas fustas e dous terranquins a todo o poder do Xa e ser despesa menor que a que a de fazer o presidio».⁴⁵² Contudo, atendendo ao «estado presente das cousas de Ormuz e movimentos da Persia contra aquella fortaleza», e ao que já tinha escrito em ano anterior, sobre a «defensão da agua de Quexome», D. Filipe II encomenda ao vice-rei, que encarregue o capitão da «fortificação da ilha de Quexome, e que proceda n'ella de maneira que, em qualquer occasião que sobrevenha, esteja defensável e segura a aguada, de que depende (...) a sustentação de Ormuz». Acrescenta, mais, que António Pinto da Fonseca havia de levar «tambem a seu cargo ordenar a fortificação da aguada de Queixome».⁴⁵³

Seria necessário considerar pequenos apontamentos de Manuel Godinho de Erédia sobre a natureza dessa aguada, onde o autor da imagem terá estado. No *Livro de Plantaforma das Fortalezas da India*, fol. 88r, a ponta da ilha é identificada pela legenda «Y.^a QYXIME. ONDE / FAZEN AOGADA» (Fig. 5). Um pequeno rectângulo, a cheio, antecedido da indicação «poso» marca o sítio da aguada, e não a partir de um reservatório do tipo cisterna. Por sua vez, no *Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da India*, a imagem fol. 18, igualmente atribuída a Erédia, já representa uma fase de ilustração: uma legenda semelhante identifica o local («y.^a de quexime: / onde fas Aagoada.»), e o poço é representado por um pequeno bocal, com a escala da sua altura a ser dada pela figura de três pessoas que o rodeiam (Fig. 6). Como dado novo, o sítio do poço é assinalado na embocadura de um esteiro. Em nenhuma das imagens há a indicação de uma estrutura defensiva, com desenvolvimento suficiente, para merecer registo.

Edificação da fortaleza, cerco e capitulação

A obra da fortaleza de Qışm é realizada, em 1621, sob a direcção de Rui Freire de Andrade, capitão-mor da armada de alto bordo. Esta armada partira de Lisboa a 1 de Abril de 1619. Juntamento com a armada ordinária de remo, competia-lhe, no Índico (em particular no Estreito de Ormuz e no Mar Vermelho), impedir a navegação dos navios europeus, sobretudo de ingleses e holandeses, que começavam a surgir, com a pretensão de introduzirem trato e comércio na Pérsia; e proteger as naus portuguesas, e a segurança das fortalezas portuguesas no Golfo Pérsico.⁴⁵⁴ Após uma viagem atribulada, a armada inverte em Moçambique; perdura um dos navios, e as gentes das naus tinham sido devastadas pela doença. Rui Freire de Andrade alcança o Estreito do Golfo Pérsico, em 20 de Junho de 1620. Em Ormuz reforça o esquadrão e dirige-se ao cabo de Jāsk, esperando navios ingleses, que avista a 16 de Dezembro de 1620. Estes, em parte, retiram-se para Surrate, mas retornam com reforços.⁴⁵⁵ Os navios ingleses preparavam-se para carregar a seda, no porto de Jāsk, onde tinham surgido pela primeira vez, em 1616, fundando subsequentemente uma feitoria, no âmbito de acordo comercial alcançado com o Xá da Pérsia. A batalha naval dá-se a 26 de Dezembro, e de novo a 7 de Janeiro, e termina pelo apartamento das duas armadas, não sendo possível evitar a consideração de derrota dos portugueses. Os ingleses não são impedidos de carregar a seda, enquanto que a armada portuguesa sofre perdas desproporcionalmente grandes, considerando o falecimento de João Borralho, capitão-mor da armada de remo, e de forças militares, e recolhe-se a Ormuz para extensiva reparação dos navios.

Em 7 de Maio de 1621, Rui Freire de Andrade parte para Qišm, para construir a fortaleza, segundo instruções régias que teria recebido.⁴⁵⁶ A decisão de avançar com a obra foi confirmada em conselho, que se ordenou para o efeito em Ormuz, merecendo, entre outros, o apoio do rei de Ormuz, por considerar que a ilha integrava, de direito, o seu reino, e fizera parte do acordo com o Xá da Pérsia, com a Coroa portuguesa, que estabeleceu o regime de protectorado. Contudo, foi negativo o parecer de D. Francisco de Sousa, capitão de Ormuz, e sobretudo tem a oposição do vice-rei, Fernão de Albuquerque, a quem Rui Freire de Andrade estava «somente subordinado no que toca ás Armadas e gouerno dellas».⁴⁵⁷

A operação é preparada e levada à execução intensivamente, num curto espaço de tempo de poucos meses.⁴⁵⁸ Na armada embarcam «dous mil soldados velhos Portuguezes, & mil Mouros Ormuzianos».⁴⁵⁹ Aportam em Qišm, na manhã seguinte, encontrando, ao desembarcar, mil persas a cavalo, que se retiram sob o fogo da artilharia, com perdas, e bem assim forças entrincheiradas, que fogem. Da descrição parece depreender-se que as forças comandadas por Rui Freire de Andrade ocupam o lugar, onde as forças iranianas estiveram entrincheiradas. Esse lugar, de alguma forma, não era totalmente aberto, antes implicava uma noção de recinto, porque nele «entraram»: «[o capitão-mor] mandou marchar para o lugar, em que estavaõ [«os Persas»], & entrando nelle se alojaraõ em estancias fazendo tendas das vellas, & mandando desembarcar muytas pipas se entulharaõ, & se fez com ellas pella parte do campo hũa trincheyra, que cercaua o arrayal de mar a mar».⁴⁶⁰ As forças iranianas eram comandadas por 'Abdullah Khan, sobrinho do Emâmqoli Khan, governador de Fârs.

Primeiro, são construídos quatro baluartes, com mastros da armada e pranchas de tabuado, tendo sido entulhados até a altura de quarto braças (8,8 metros). Tal como na fortaleza de Ormuz, também em Qišm, a artilharia havia de ficar colocada de modo a disparar, apenas, a partir de uma posição alta, uma situação que dificulta a defesa, numa fase de assalto próximo às cortinas e baluartes. As paredes dos baluartes são de oito palmos de espessura (1,76 m), «feytas de pedra, & um barro azul muy fino, que liaua como cal, & a face de pedra & cal». Os muros das cortinas são construídos, do mesmo modo, mas com a espessura de cinco palmos (1,10 m), «com suas andaynas & séteyras, & hũa caua que tinha quatro braças de fundo (8,8 m) até a nacença da agoa, & vinte passos de largo».⁴⁶¹ O primeiro baluarte, próximo do mar, toma o nome de Madre de Deus; os dois seguintes, em terra, Espírito Santo, e Santiago, e o quarto baluarte, de novo assente perto do mar, recebe a invocação de Santo António. No recinto são levantadas oficinas e uma casa da pólvora.⁴⁶²

A quinhentos passos, situam-se um palmar (ou «palmarinho»), que as forças iranianas ocupam, e fortificam com trincheiras; e umas pedreiras. As duas posições encontram-se ligadas, entre si, por grandes valos, com profundas covas. Mais afastado, um monte, para além do qual se esconderia a maior parte do exército e a cavalaria que, entretanto, foram chegando. Fortificam-se, também, dentro de três mesquitas, «que estavam junto das pedreiras».⁴⁶³

Enquanto decorre o cerco, e o ataque dos persas, as forças dos portugueses executam pontuais operações de assalto às suas posições. Entretanto, a obra de consolidação da fortaleza prossegue com muito esforço, pela acumulação de tarefas e intensidade dos trabalhos, como pelas «grandes calmas» e «febres malignas», que começam a afectar os soldados. A partir dos dois baluartes, que ficavam a «menos de cem passos» do mar, foram lançados dois muros até à linha de água, com três braças de altura (6,60 m) e cinco palmos de espessura (1,10 m), para assegurar e defender um espaço de desembarque. O muro que saía do baluarte de Santo António, seguia desviado para sudeste, rematando num «fermoso baluarte», na borda da água. A cava acompanhava estes muros, pelo que a fortaleza ficava «feyta Ilha». Nos baluartes de Madre de Deus (onde ficava o capitão-mor) e no de Santo António foram abertas portas no «reues», protegidas por uma

parede que fazia de anteparo, pelo exterior. Nesses dois pontos, uma escada dava acesso ao fosso (Fig. 18).⁴⁶⁴

Com a aproximação das forças iranianas, à cava, quando estavam já a sessentas passos, perante a necessidade de contínua vigia e prontidão para disparo, Rui Freire de Andrade manda «cobrir o muro, & fechar pella parte de dentro com forte madeyramento, de modo que ficauão os soldados com os mosquetes nas seteyras muyto à sua vontade, sem poderem ser vistos do inimigo, por lhe ficarem às escuras».⁴⁶⁵ Sendo conhecido, por espias, que os persas preparam a realização de uma mina, mas não sabendo qual a direcção que toma, o capitão-mor ordena o reforço das cortinas da fortaleza, aproveitando uns muros velhos. «[A]ssi mandou fazer hum muro de pedra, & cal de quatro palmos de largo, apartado dez palmos do muro velho, atrauessando hum, & outro com paredes da mesma largura em proporção, que entulhados os vãos ficaua o muro muyto forte, & espaçoso, & nesta ordem o cercou todo em redondo acrecentando noue palmos na altura do muro velho, que seruia de parapeyto, no qual se fizerão seteyras enuiesadas com fortes bugios fechados por todas as partes, & abertos pella de bayxo, de modo, que pella abertura se podia lançar hũa alcanzia sem nenhum impedimento» (Fig. 17a).⁴⁶⁶

A indicação de um muro velho constituiu a informação crucial, para que seja possível estabelecer uma relação com a possível existência de uma estrutura defensiva mais antiga, porventura realizada pelos portugueses, que teria sido reaproveitada, em 1621. Contudo, como também tem sido aventado, mais certamente tratar-se-ia de estruturas remanescentes do paço velho, fortificado, que o rei de Ormuz possuía na ilha. O sítio da fortaleza inscrevia-se num local habitado, como é sugerido pela referência a três mesquitas fortificadas pelas forças iranianas sitiantes. Uma parte da pedra utilizada na construção da fortaleza foi obtida de edificações que se encontravam arruinadas, ou pertenciam à povoação, que foi arrasada, na altura, como regista T. Wilson, um cirurgião, que acompanha as forças inglesas: «for the building of this Castle they pulled downe a fine Towne with Churches and Tombes, onely for the Stones, some of which he burned and made Lime, and with the other he made the Castle wall of a great height and thicknesse, with half Moones and Flankers very artificially, which in fiue moneths and a halfe hee had finished : a thing wonderfull in so short a time to be effected, and with a great deepe drie Moat round about». O inglês observa que «the place where this castle was to be erected, was about certaine Wels of fresh water the which was for the vse of *Ormuz*».⁴⁶⁷

Seria também de lembrar uma primeira, e, sobretudo, a segunda ida de Afonso de Albuquerque à ilha de Qišm, com a determinação de tomar água, durante o cerco que pôs à cidade de Ormuz, em Janeiro de 1508, e o confronto que teve com certas forças do reino de Ormuz. A descrição do desembarque, na ilha, e do percurso até certas casas, onde foi travada uma luta com três capitães do rei, tem alguma afinidade com a descrição do percurso das forças de Rui Freire de Andrade. As casas, que foram cometidas pelos capitães de Afonso de Albuquerque, eram «humas casa grandes». Enquanto dois capitães portugueses quebraram as portas com machados, e os «mouros recolheram-se a hum pátio, e ali se defenderam por hum bom espaço, sem os poderem entrar», um terceiro capitão foi cometer os capitães do rei de Ormuz, «por detrás das casas por cima das paredes de huns quintaes». Talvez os «muros velhos», mencionados em 1621, pertencessem aquelas antigas casas, e essas fossem propriamente o paço fortificado, que o rei de Ormuz possuía na ilha. Fora das casas havia «hum terreiro», e é mencionada a «Villa», com o sentido de povoação.⁴⁶⁸ A fortaleza construída por Rui Freire de Andrade teria assim aproveitado estruturas de uma edificação fortificada preexistente, implantada, numa ponta da ilha, junto ao sítio dos poços de água fresca.

A perspectiva da iminente realização de uma mina, e de um assalto com mantas, que se prepara, apontando à cortina do lado de terra, entre os baluartes do Espírito Santo e de Santiago, leva à execução de certas obras de reforço da cava. Já em Dezembro, as companhias de guarda

destacadas para escutar os movimentos dos persas, no rompimento da mina, tinham de permanecer longas horas na cava, «onde estão sempre com os pés na agoa, nos rigorosos frios de Dezembro, sem vontade para o sustento, nem espaço para o sono». O capitão-mor manda, então, «alimpar a caua, & fazer do pé do muro à parede do campo hũa abobada, ficando o vão de oytto palmos de largo (1,76 m), & tanto *que* se fechaua, se hia entulhando, & igualando com o campo, semeandolhe espessos, & agudos abrolhos encrauidos em pranchas onde ficauam seguros; abriãose sêteyras na parede da caua em seis palmos de altura (1,32 m) pella parte de fora, & fizeraõse quatro escadas com portas por bayxo do chão para seruintia das vigias, que estão postas na caua, & para lhe acodirem, se lhe fosse necessario». ⁴⁶⁹

Rui Freire de Andrade ainda ordenaria uma incursão, em certos lugares do litoral do Golfo, procurando impedir a chegada de forças iranianas adicionais, e obter o concurso e reforço de aliados. ⁴⁷⁰ Contudo, o cerco e ataque iraniano são realizados com forças muito numerosas, detendo a supremacia, no domínio no terreno e na ofensiva. Já as forças portuguesas e ormuzianas, sem possibilidade de renovação, diminuem em número, a cada dia. Encontram-se retidas dentro da fortaleza, sem provimento adequado de artilharia, e meios de abastecimento, e são solicitadas, em extremo, para a defesa, e eventual contra-ataque, vendo-se obrigadas a continuamente refazer a estrutura da fortaleza, que foi construída de forma precipitada, precária e com fragilidade evidente do cerco de muros, abalados pela artilharia dos atacantes.

Isolados, em terra, sem que tivesse sido providenciada uma coordenação com a armada, que em parte está estacionada, sem comando, em Ormuz, Rui Freire e as suas forças esperam o socorro de Goa, que não chega a tempo. A situação torna-se insustentável, quando uma armada inglesa se junta aos iranianos, desembarcando a artilharia, e bombardeando a fortaleza. A presença dos ingleses resultava de negociações estabelecidas com os iranianos, para um acordo comercial anglo-persa, e para uma colaboração militar, que visava a tomada de Ormuz, regulava a divisão de despojos, e bem assim definia o destino dos derrotados, portugueses e ormuzianos.

Disposto a resistir até ao fim, o capitão-mor acabaria por ser desarmado, e preso por elementos das suas forças, que, por conselho de alguns religiosos que as assistiam, estabelecendo um acordo de capitulação, a troca da vida dos portugueses. Rui Freire de Andrade seria entregue aos ingleses, e levado preso numa das naus, enquanto que os soldados ormuzianos seriam entregues aos persas, «who formerly had promysed them mercie, but falsely murthered them most unhumanly». ⁴⁷¹

A rendição da fortaleza de Qišm ocorreu a 1 de Fevereiro de 1622. A 19 de Fevereiro, seis navios ingleses e uma enorme flotilha de pequenas embarcações persas surgiam à vista de Ormuz. No dia seguinte, a forças iranianas, sob o comando de Emām qolī Khan, desembarcavam perto da ponta de Kahūrū, e entravam na cidade, que «se lhe largou». ⁴⁷² A capitulação e entrega da fortaleza aconteceria a 1 de Maio de 1622, e a saída dos portugueses da fortaleza, a 3 de Maio. ⁴⁷³

Em Dezembro de 1622, depois de visitar Ormuz, Pietro della Valle passaria alguns dias na ilha de Qišm. Aportou junto à fortaleza, onde encontrou cem homens a trabalhar no fosso, alargando-o, tornando-o mais profundo, e fazendo escarpa e contraescarpa. Sobre a fortaleza, diria : «[i]l n’y auoit rein dans la Citadelle qui meritast d’estre veu que trois Puits d’eau, pour la conseruation desquels les Portugais auoient basty ce Fort à la haste, en faueur des *Ormuziens*. (...) *Kesem* n’est pas vne Forteresse, c’est vn *Pigeonier*, qui ne merite pas seulement le nom de maison forte». ⁴⁷⁴

A ilha de Qišm após a queda do reino de Ormuz

A ilha de Qišm permaneceria no foco de disputas, em Seiscentos e inícios de Setecentos. Por parte dos portugueses, em 1629–1630, seria sujeita a um ataque e saque por forças, comandadas por Rui Freire de

Andrade; e, em 1673 ainda decorriam negociações, com os iranianos, a respeito de tributos que os portugueses entendiam devidos. Em 1729, ocorreria uma última tentativa de ocupação, na região, visando afastar os ingleses, e retomar Qišm (e Larāk e Ormuz), por parte de forças portuguesas, reforçadas com soldados sindi, comandados pelo coronel Cienfuegos. ⁴⁷⁵

Entretanto, em 1645, os holandeses, em conflito com o Xá da Pérsia, tinham efectuado, sem sucesso, a tentativa de captura de Qišm. Mais tarde, a partir de Agosto de 1684, e por um breve período de onze meses, a fortaleza estaria na posse da Verenigde Oost-Indische Compagnie. ⁴⁷⁶ Em finais de Seiscentos, a ilha mudava de mãos, entre persas, ingleses e forças omãs. ⁴⁷⁷

Entre finais de 1685 e o início de 1688, durante a estada ao serviço da Companhia das Índias Orientais holandesa, na feitoria holandesa de Bandar-e ‘Abbās, Engelbert Kaempfer visita a fortaleza de Qišm, que terá encontrado ainda em bom estado, e possivelmente reabilitada, após a rendição e entrega da praça, pelos portugueses. A este médico e explorador alemão se deve um desenho da planta da fortaleza (Fig. 18). A representação de Kaempfer constitui uma cópia de um original holandês, com anotações acrescentadas em alemão, à legenda em língua holandesa. O desenho terá sido copiado de um levantamento realizado, pouco tempo antes de Engelbert Kaempfer ter chegado a Bandar-e ‘Abbās, durante o breve período em que a fortaleza esteve na posse da Verenigde Oost-Indische Compagnie. ⁴⁷⁸ A representação da fortaleza incluiu os alçados das edificações rebatidos, e em perspectiva, e a indicação de medidas. Na legenda da planta da fortaleza de Qišm, os baluartes são identificados pelos nomes Holanda (Madre de Deus), Zeelandia (Santo António), Gloria (Santiago), e Victoria (Espírito Santo). Para a identificação da correspondência entre os nomes dos baluartes holandeses e portugueses, consideram-se os alçados, representados junto de dois baluartes, contendo a indicação de uma escada de acesso à cava, e uma porta de saída (localizada nos reveses dos baluartes), porque esses eram os baluartes «da banda do mar». ⁴⁷⁹ A planta inclui a identificação do poço («P Putt»), uma construção assinalada com abóbada e, juntamente, um ‘tanque’/cisterna («T Tang»), no meio do recinto, com um canal de água, dirigido ao baluarte Victoria. É assinalada uma edificação abobadada, próximo de uma das cortinas da fortaleza: a casa da pólvora (B: «De pulffer keler»); seria possivelmente enterrada, dado que é designada como ‘Keller’, e não é apresentado um alçado. ⁴⁸⁰ A sua posição é aproximada aquela, edificada na fortaleza de Ormuz, na última fase de intervenções. O estudo da planta realizado por Igor Outeiro e as hipóteses levantadas oferecem sugestões para a restituição da fortaleza de Ormuz.

Engelbert Kaempfer faria incluir uma representação da fortaleza de Qišm, em planta e em vista, com o título ‘Kismis Castelli planum’, numa gravura integrada na sua obra *Amœnitatum Exoticarum Politico-Physico-Medicarum* (1712) (Figs. 17, 17a). ⁴⁸¹ A vista da fortaleza inclui a representação da povoação adjacente.

9 ALGUNS PASSOS DA PERDA DO REINO DE ORMUZ

São conhecidos, e têm sido estudados aspectos, de ordem geral, que concorreram para o declínio do reino de Ormuz, sob o protectorado português, ⁴⁸² e para entender a queda de Ormuz, no contexto da situação do Estado da Índia. Múltiplos factores concorreram e acumularam-se, ao longo do tempo. Consideram-se, neste contexto, alguns aspectos que se prendem com decisões envolvendo a acção recente de diferentes intervenientes, e se relacionam com o lugar da fortaleza e da arquitectura militar, interrogando o seu alcance numa arte da guerra em transformação.

A perda do bandel do Comorão

A queda do bandel do Comorão, em 1614, marca o início do desfazimento da «célula territorial» (Jean Aubin), espaço vital de relações próximas, de quotidiano e contínuo domínio político e de controlo do tráfego comercial, que alimentava a cidade e sustinha o reino de Ormuz, numa triangulação próxima, compreendendo o litoral de terra firme, e as ilhas de Qišm e de Ġarūn. O bandel do Comorão não era apenas o porto principal, onde convergia o trânsito comercial, e um ponto fulcral de abastecimento de água da cidade de Ormuz. Também a fortaleza detinha uma posição chave, pois era compreendida como parte do sistema defensivo avançado da ilha. A notícia da sua perda é recebida com muito sentimento, em Ormuz, «prognosticando logo alguns velhos e antigos de Ormuz, que em se perdendo o Comorão logo Ormuz se perdêra, porque lhe ficava sendo como barbacã, em que os inimigos da Persia quebravam sua fúria, para quando vinham a Ormuz estarem prevenidos».⁴⁸³

Contudo, a situação em que se encontrava o reino de Ormuz, relativamente ao domínio do espaço insular do golfo, e dos territórios exteriores, em terra firme do Irão, da Arábia e de Omã, já se tinha alterado profundamente, no decurso do século XVI. Com a subida ao poder, o Šāh Ābbās I (r.1588–1629) «turned his attention to the Gulf and incorporated much of its littoral and the islands of Hormuz and Bahrain into his realm».⁴⁸⁴ A tomada do Barém, em 1602, ainda antes do princípio do assédio ao Comorão, tinha significado uma perda considerável para Ormuz.

O comércio da seda, diplomacia em desencontro

Desde meados do século XVI, decorriam contactos diplomáticos, entre Portugal e a Pérsia, que respeitavam a assuntos de âmbito comercial, na alfândega de Ormuz, motivados, entre outros, por queixas sobre vexações a mercadores, e perda de direitos, e bem assim tratavam de assuntos de âmbito religioso e cultural, relacionados com percebidas ofensas à comunidade islâmica. Em paralelo, desenvolviam-se negociações políticas e diplomáticas, considerando um possível acordo, entre uma liga de reinos cristãos da Europa, e o Xá da Pérsia, para uma actuação concertada contra os Otomanos, na frente do Mediterrâneo, e na frente oriental. Esses contactos, que deixam de ter interesse, com a paz acordada entre o imperador do Sacro-Império e os turcos, em 1606, influíam no interesse com que eram encarados os contactos diplomáticos que decorriam, em particular, entre o Xá da Pérsia e a União das Coroas ibéricas.

O avanço safávida sobre territórios da orla marítima, e a presença de forças iranianas na ilha de Qišm, cerca de 1608, a par de pressão sobre o bandel de Comorão (e sobre Ormuz) ofereciam ao Xá a possibilidade de articular as rotas de caravanas, com a rede marítima de comércio, entre o Indostão e o Irão, a partir do seu porto de Jāsk, no litoral, transformando-o «numa réplica de Ormuz, o que inevitavelmente destruiria o porto original».⁴⁸⁵ Cerca de 1600, é conhecida, em Lisboa e pela União das Coroas, a presença de ingleses junto da corte safávida.⁴⁸⁶ Os interesses que apresentam ao Xá oferecem uma perspectiva de diversificação de relações comerciais, alternativa ao monopólio que os portugueses mantinham, através do protectorado, em Ormuz. Ao mesmo tempo, continuavam contactos, entre o Xá da Pérsia e D. Filipe II, prolongando-se (a espaço, «entretendo», numa formulação, em cartas régias), através da troca de enviados — inglês, persa, religiosos agostinhos e carmelitas —, numa complexa teia de interesses próprios, e objectivos divergentes, à luz de um horizonte regional de acção dos diferentes intervenientes.⁴⁸⁷

Em certo momento, ainda tendo presente as relações difíceis com os otomanos, surge a hipótese de fazer prosseguir o comércio da seda, por uma via alternativa à rota principal, que seguia por Aleppo (outra, menos utilizada, seguia por Moscovo). A possibilidade de encaminhar os mercadores persas, com a seda, através de Ormuz,

para Goa, e daí para Lisboa, pela rota do Cabo de Boa Esperança, mereceria a atenção positiva de D. Filipe II. Em finais de 1611, admite a logística de uma operação, sob auspícios régios, encomendando ao vice-rei certas medidas a tomar, e a ponderação de outras necessárias, em conselho.⁴⁸⁸ Posteriormente, reconhece «algumas dificuldades» no empreendimento, mas entende que não seria de impedir o negócio, se os mercadores, por sua vontade, quisessem efectuar a viagem.⁴⁸⁹

Em todo o caso, logo no início de 1612, perante o intento dos ingleses de «tomar o trato da seda», e abrir o «commercio da Persia com Inglaterra», considera-se a necessidade de tomar medidas para a todo o custo o impedir.⁴⁹⁰ Sucedem-se as instruções régias para o reforço das fortificações. Quando, em 1616, D. Filipe II escreve a D. Jerónimo de Azevedo, sobre as fortalezas de Ormuz, tem por base a informação de 1614, recebida do capitão-mor, D. Luís da Gama. Ainda desconhece a perda da fortaleza do Comorão, mas considera a eventualidade de tal vir a acontecer. Estimando que a retoma podia ocorrer com facilidade, dada a fragilidade da construção, manda que a obra seja realizada «de pedra e cal», e encarrega o vice-rei de a fazer «fortificar, ordenando a Antonio Pinto da Fonseca que com a brevidade possível passe a Ormuz, e seja esta a primeira cousa de que trate, para que se ponha em execução com pouca despesa». Esta recomendação reflecte a escassez de recursos do Estado da Índia. O mandado régio, redigido, em nome do rei, em Lisboa, denota como eram subestimados os previsíveis sitiantes, no que se refere à arte da guerra, e habilitação para fazer minas, e relativamente à possibilidade de o assédio se realizar com numerosas forças militares, e com o real poderio de fogo da artilharia da época. Se não houvesse lugar a fazer, segundo o mandado do rei, cabia ao vice-rei propor em conselho, se conviria «reduzir a dita fortaleza a feitoria, para não provocar com o nome de fortaleza aos persas a intental-a».⁴⁹¹ Desse modo, se evidencia o dilema entre estabelecer uma feitoria, ou fazer, e manter uma fortaleza.⁴⁹² António Pinto da Fonseca havia de levar «tambem a seu cargo ordenar a fortificação da aguada de Queixome».⁴⁹³

A perda do bandel do Comorão acontece pouco antes de os ingleses, em Eşfahān, em 1615, estabelecerem um acordo para a abertura de trato da seda, através do porto de Jāsk. O trato inicia-se, logo no ano seguinte, a partir da posição que já detinham em Surate, onde tinham chegado em 1608. No mesmo ano de 1619, em que Jāsk se torna o centro de actividades comerciais da East-India Company, para o comércio da seda,⁴⁹⁴ D. Filipe II envia ao Xá da Pérsia, assinada, a proposta de capítulos do acordo, sobre o comércio e trato da seda, na expectativa que o tratado pudesse ser firmado, pelo Xá e o embaixador, Don García de Silva y Figueroa.⁴⁹⁵ A Coroa portuguesa compromete-se a «cerrar o passo do Mar Roxo», como tinha sido proposto pelo Xá. No entanto, apenas o fará, na medida que o Xá satisfaça o que lhe é pedido, relativamente a repor o bandel do Comorão, restaurando-o e desfazendo o forte construído pelos persas. Ainda na perspectiva de manter o monopólio do comércio, D. Filipe II, «em demonstração de boa vontade», e sublinhando ser «tanta a liberalidade», propõe a régia concessão de o comércio e trato da seda serem efectuados, em Ormuz, Goa, ou em Lisboa, com condições e benefícios a respeito dos direitos alfandegários. Relativamente aos mercadores persas e arménios, D. Filipe II lembra o que «el rey da Persia prometera», a respeito de impedir o comércio e trato, com todos os agentes da Europa, e o comércio por via da Turquia, sem o que ficaria sem efeito a proposta de acordo. Nas indicações enviadas a Don García de Silva sobre como proceder, o embaixador é instruído no sentido de alcançar a retirada das forças iranianas estacionadas em Qišm, admitindo que pudesse ficar em aberto o pedido relativo à restituição da ilha do Barém, constante de uma das cláusulas da proposta.⁴⁹⁶ A missão do embaixador, que demora a partir de Lisboa, e a chegar à Pérsia, estava votada ao insucesso.

A decisão de construir a fortaleza de Qišm

A construção de uma fortaleza em Qišm, na situação em que se encontrava Ormuz, precipita a queda do protectorado português e a perda do reino. O processo de tomada da decisão de fortificação, e as circunstâncias do levantamento e defesa do forte seriam intensamente debatidos, quer na antevisão das consequências possíveis, quer após o desfecho dos acontecimentos. O mesmo aconteceria nas decisões tomadas relativamente à defesa da cidade e fortaleza de Ormuz. Na circunstância da acção de cada um dos intervenientes, no terreno, estava em causa a compreensão da situação política e diplomática, mas igualmente, uma visão integrada sobre a função de uma fortaleza, à luz da arte da guerra, nesse tempo, em que se condensaria o destino de Ormuz.

Segundo um relato, no conselho realizado na fortaleza de Ormuz, sobre a construção da fortaleza de Qišm, Rui Freire de Andrade tomou a palavra, em primeiro lugar, apresentando a missão: «Sua Magestade me encarregou, conforme o regimento com que parti do Reyno, & esta carta, que o mes passado chegou (& desabotoando a roupeta tirou do seo a carta, & o regimento) *que* no Cabo de Iasques defendesse aos Ingleses o porto, & a seda, como fiz com tão valerosa gente, & que asi com toda abreuidade possiuel puzesse em effeyto a fortaleza de Queixome, dando lugar as cousas daquelles Estreytos, para o que estou prestes».⁴⁹⁷ De facto, o Regimento que recebera, em 1619, não fazia menção explícita à construção da fortaleza, mas referia outras cartas, que Rui Freire de Andrade havia de levar, juntamente com o mesmo Regimento, para que entendesse tudo o que convinha. Porém, numa formulação velada, o Regimento indicava duas directrizes importantes. Encomendava ao capitão-mor, que evitasse um acto de provocação, que pudesse justificar o rompimento de relações com o Šāh ‘Abbās I: «E por que eu tenho mandado que entre meos vassalos e os dEl Rey da Persia haja boa correspondência e de presente está em minha corte hum embaixador seu, e outro meu na Persia aduertereis que a guerra que se hade fazer hade ser somente aos estrangeiros que se acharem assi no mar como na terra, e não aos Persas e outros Vassalos do Xa com os quaes tereis toda a boa correspondencia, sem consentir que se lhes dê justa ocasião de queixa ou Rompimento». E indicava o modo como deviam ser tomadas certas decisões (provavelmente sobre a construção da fortaleza de Qišm): «Quando uos achardes em Ormus para faser jornada tereis sobre a ordem della conselho com o capitão da fortaleza e Vedor da fazenda e os capitães da uossa Armada pera que com seus pareceres se possa melhor resolver e executar o que conuiar a meu seruiço».⁴⁹⁸

A construção da fortaleza teve a oposição das pessoas de maior autoridade e experiência: ali presente, o capitão-mor da fortaleza, D. Francisco de Sousa, e, em Goa, o vice-rei, Fernão de Albuquerque. Numa carta de 21 de Março de 1621, que se destaca, porque ser escrita ainda a tempo de poder ser revertida a decisão de avançar para Qišm, Fernão de Albuquerque escreve a Rui Freire de Andrade, respondendo a um pedido de reforços para provimento da armada de alto bordo e da armada de remos: «lembro, que não convem, que, por nossa parte, se rompa a guerra com o Xá, porque d’aqui não ha que esperar nenhum socorro de dinheiro com que ella se haja de sustentar, e tanto que a houver, está certo fecharem-se os portos da Persia e seccar o commercio e o rendimento d’essa Alfandega, com que tudo perecerá».⁴⁹⁹

No rasgo de levantar uma fortificação, em Qišm, e do esforço, e custos em vidas humanas, a que a sua defesa obrigou, haviam de ter estado presentes, as considerações de natureza política e diplomática, considerando a disposição das relações, com o Šāh ‘Abbās, a consideração dos interesses comerciais, que sustentavam do reino de Ormuz, mas também as questões, do âmbito da estratégia militar, a respeito da natureza da fortaleza, a criar de novo, e dos meios, em recursos humanos e provimentos, para assegurar a sua sustentação, em continuidade. Nenhum desses requisitos se

encontrava assegurado, na deliberação tomada em conselho, em Ormuz. O princípio geral do mandado de el-rei, não dispensava, em última análise, a avaliação e tomada de decisão, conforme a situação local, em obediência ao mandado do vice-rei: «e Sua Magestade, postoque manda que se faça o forte de Queixome, diz, todavia, que se tenha n’isso consideração ao estado das cousas, e ellas estão no que Vossa Mercê deve ter entendido, e aqui lhe aponto. E convem, que, conforme a isso, se regule o que se houver de emprehender».⁵⁰⁰ Mais tarde, sendo informado pelo capitão-mor da situação precária em que se encontrava, por ocasião do forte que foi fazer, o vice-rei confronta Rui Freire, com argumentos incisivos.⁵⁰¹

A Introdução da milícia que se usa na Europa

É possível que a perspectiva de fortificar a ilha de Qišm, e bem assim de retomar o bandel do Comorão, e reforçar a sua estrutura defensiva se inscrevessem numa visão da Coroa, que considerava a posse de força militar sobremaneira assente, e dependente da fortaleza das fortificações, conjugada com forças militares enquadradas, como corpo disciplinado, estanciado nas fortalezas.

Em 1610, D. Filipe II indicava a necessidade de fazer prover a fortaleza de Ormuz, com 700 soldados. Quando retoma o assunto, em 1612, explicita a necessidade de introduzir medidas para os soldados «se exercitarem e fazerem praticos na milicia de Hespanha».⁵⁰² No entanto, revelava-se particularmente difícil, em Ormuz, mantê-los encerrados dentro da fortaleza, não apenas pela exiguidade da área, mas, sobretudo, porque o recinto estava sob calor abrasador, sem vento, por força da altura da muralha, o que tornava as condições insuportáveis. O alerta para esta situação já tinha sido dado num ‘Memorial’, anteriormente citado: «Esta aquella plaça muy falta de soldados la rason es por ser el presidio sarrado de manera que el soldado que entre en el no le daxan salir y asy se huyen por qualquier camino que pueden y por este rigor no ay soldado que quiera oy hir aquella praça».⁵⁰³

No entanto, o rei continua a insistir no mandado de fazer «reduzir a milícia da Índia à que se usa em Europa». Em 1617, numa carta de D. Filipe II ao vice-rei, o conde de Redondo D. João Coutinho, o rei justifica a necessidade de disciplina, «por haver a experiencia mostrado que por falta d’ella se padeceram algumas perdas de consideração, e em tempo em que a guerra se faz aos hollandezes, que é gente bem disciplinada, é ainda mais importante, que se procure effectuar, e porque se tem representado alguns inconvenientes na execução». Nesse sentido, se dirige ao vice-rei: «vos encarrego muito que a trateis em conselho com a devida consideração, estando presente Antonio Pinto da Fonseca, e, respeitando tudo o que de uma parte e outra se offerecer, executeis o que mais convier á conservação d’aquelle Estado, e boa disciplina dos soldados; e quando entenderdes que geralmente se não pode usar em milica de Europa, vereis se em particular se poderá conservar em algumas partes que para ella tenham disposição».⁵⁰⁴ A resposta do conde de Redondo, em 1519, é significativa, porque introduz a realidade da guerra que se faz, no Estado da Índia, ser, essencialmente, uma guerra feita «por mar». D. João Coutinho reunira o conselho, em Goa, e comunica ao rei, que tinham sido apresentados «muitos inconvenientes para isto se não poder executar para a guerra d’este Estado se não fazer em terra, e toda por mar daquela disciplina, no Estado da Índia», entre outros motivos que expõe. Como o próprio rei tinha admitido, que o vice-rei poderia vir a entender que, geralmente, não pudesse ser usada a milícia da Europa, tinha apelado a que visse, se, em particular, se poderia «conservar em algumas partes que para ella tenham disposição», devendo, nesses casos, ser ordenado que se assentasse pô-la em efeito. O conde de Redondo concedia que «só nas fortalezas se podia isto fazer, como se faz em Ormuz, Moçambique e Malaca».⁵⁰⁵ Em 1622, D. Filipe III, lembrando a última ordem de D. Filipe II, de 1620, encarrega o vice-rei de fazer «poer em execução o que nestas matérias

se tem ordenado por parecer assy conviniente a meu serviço e que ao menos se observe a deciplina militar nas fortalezas de Moçambique, Malaca e Ormuz que tem prezidios e nas mais em que os ouver».⁵⁰⁶

Defesas da cidade e fortaleza de Ormuz

Com o protectorado, a coroa portuguesa assumira o compromisso de defesa do reino de Ormuz. Contudo, com o tempo, prevaleceria a visão restringida aos interesses da Fazenda real, dos capitães e portugueses, centrados no bom funcionamento da praça comercial da cidade de Ormuz, e dos lugares que com ela se articulavam, assegurando os circuitos de mercadorias e bens, e aqueles próximos, dos quais dependia o dia a dia da ilha. Sucessivamente, o reino de Ormuz perderia lugares e senhorios vassallos de Ormuz. Sob a atenção de D. Filipe II estavam a recuperação do bandel do Comorão, a disponibilidade de acesso à ilha de Qışm, e, sobretudo, a fortaleza de Ormuz, assistida por uma armada, no Estreito, com a perspectiva de reforços adicionais, enviados de Goa, em socorro, nas situações de assédio. Inclui-se a recuperação do Bahreyn havia de permanecer em suspenso.⁵⁰⁷

As medidas tomadas, por D. Filipe II, respondiam uma necessidade mínima, configurada pela escassez de recursos, de articular forças terrestres e marítimas, e suportar uma guerra em terra, e no mar. Foram emitidas disposições de reforço da fortaleza de Ormuz, e foi criada a armada de alto-bordo, sob o comando de Rui Freire de Andrade, para, juntamente com a armada de remo, em que foi provido do comando o capitão-mor João Borralho, irem reforçar o sistema defensivo de Ormuz e do espaço marítimo, no Estreito de Ormuz (e no «de Meca»), onde já existia, actuando na proximidade, uma armada do Estreito, sob o comando de um alcaide do mar. As duas armadas funcionavam de modo complementar. A armada de alto bordo detinha a capacidade de fogo, mas a falta de vento dificultava a manobra de galeões e naus, expondo-os ao ataque de navios mais pequenos,⁵⁰⁸ como se vira em duas batalhas navais que se deram, entre portugueses, com D. Fernando de Noronha, e forças turcas comandadas por Seyyidi 'Alî Re'îs, em 1553 e 1554, ao largo do cabo de Masandam, e no mar de Omã, ao largo de Masqaţ.⁵⁰⁹ O calado das grandes embarcações representava uma condicionante de navegação, em águas pouco profundas, na abordagem a terra. A armada de remos respondia bem, na oposição a embarcações mais pequenas (segundo as fontes portuguesas, em geral, «terradas» e «terranquins»), compensando a falta de poderio de fogo, com uma maior agilidade na movimentação, e complementava, pela facilidade de navegação em águas menos profundas, vedada aos navios maiores.

Os confrontos que levaram à capitulação final de Ormuz foram estudados do ponto de vista de fontes e relatos das diferentes partes em acção, e, desde logo, coetaneamente, entre as forças portuguesas se tornaram evidentes, em tempo real, e no decurso de inquéritos e processos judiciais subsequentes, as razões particulares de estratégia militar errada, que foram tomadas perante a ofensiva anglo-persa. Na realidade, as condições e os acontecimentos militares que se deram no decurso do cerco das fortalezas de Qışm e de Ormuz, até à capitulação e entrega, constituem a confirmação da inviabilidade de uma fortaleza subsistir num persistente isolamento. Por maioria de razão, em Ormuz, atendendo a decisão de envasar conjuntamente os principais galeões e naus da armada de alto bordo, entre os baluartes de São Pedro e do Espírito Santo (os navios seriam destruídos pelos ingleses), abdicando do concurso da armada, na defesa das posições em terra; a diminuída resistência da construção das cortinas da muralha, face ao desenvolvimento do poder de fogo da artilharia; a desactualização de formas de arquitectura militar; e a desproporção de forças militares em combate.

A 'cidade' portuguesa, em Ormuz, como se depreende das considerações régias, sobre a petição de título de cidade, parecia ser o espaço da fortaleza, com a suficiência possível de poder acolher, dentro de muros, em situações de dificuldade, a casa do rei e os

habitantes casados moradores nos subúrbios. Já a consideração de um sistema de defesa, englobando a cidade de Ormuz, propriamente dita, embora equacionada em vários momentos, acabaria por não ter efeito. Ainda em 1607, em carta ao vice-rei, é referida a informação que fora transmitida por D. Pedro Coutinho, capitão da fortaleza, numa carta por terra, dizendo que encontrara a fortaleza «mui damnificada, assi na fortificação, como no rendimento da alfandega; e que era de parecer se fortificasse a cidade, o que se poderia fazer com se deitar hum muro de mar a mar pelas costas d'ella». É especialmente importante o aviso que é feito acerca de tal fortificação, pelos subscritores da carta, que, em Lisboa, escrevem em nome do rei: «E postoque sobre o cercar da cidade se me tem representado alguns inconvenientes de que o maior he ser a ilha tam estéril e falta de agua que não poderá sofrer o cerco, e com elle se lhe poderá fazer tanto damno que a fortificação fique sem fructo algum». Ao vice-rei é encomendado que mande «sobreestar» na fortificação, e envie «hũa planta de toda a ilha», e mande ver a fortaleza «pelo engenheiro d'esse Estado ou por outra pessoa experta, e que faça hũa planta da forma em que ora está, e do mais que lhe parecer se deve emendar ou accrescentar».⁵¹⁰

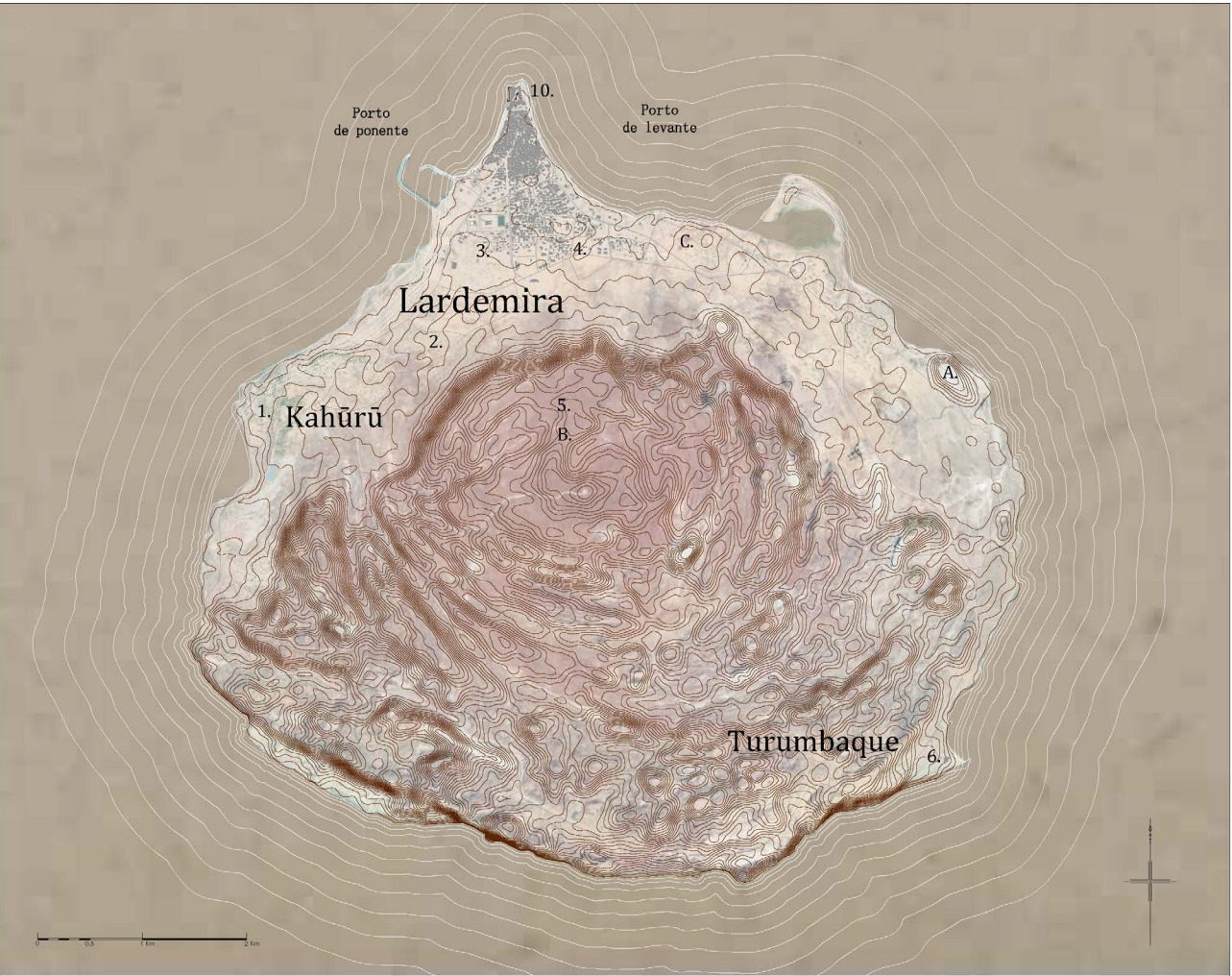
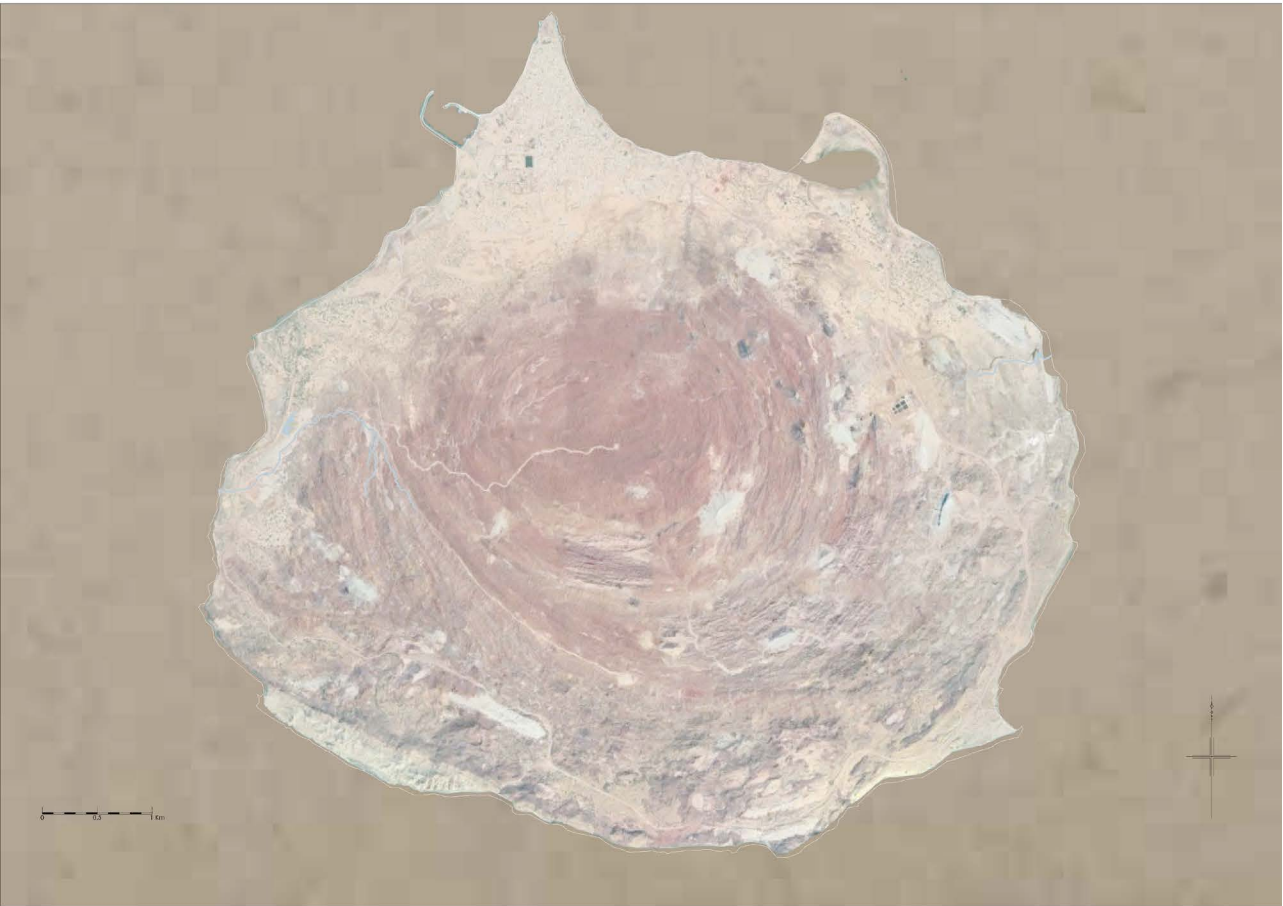
Todavia, o assunto da fortificação da cidade mantém-se em discussão, e volta a ser abordado em 1610, considerando o levantamento de «huns baluartes antigos que [a ilha] tem sobre o surgidouro», «ou fazendo-se hum muro com hũa cava empedrada pela banda do campo de lardemira, de mar a mar, e fechando as ruas dom suas guaritas e portas».⁵¹¹

Na urgência dos acontecimentos de 1621-1622, ainda durante a capitania de D. Francisco de Sousa (1620-1622), começam algumas dessas obras de fortificação, que não chegariam a ser concluídas. A assistência contínua, que deu aos trabalhos de provimento da fortaleza, abastecimento de mantimentos, e defesas da cidade, aliada a muita idade e doença do capitão, precipitaram o seu falecimento.⁵¹² Talvez o lanço de muralha, que Manuel Godinho de Erédia representa a defender o convento de Santo Agostinho, no limite sul do arrabalde da cidade, corresponda à referida obra em curso (Fig. 6). Por último, já na iminência do assalto dos exércitos persas, em face da inacção do novo capitão, Simão de Melo Pereira, o rei de Ormuz, Muḥammad Šāh IV, com aprovação do conselho, «só (...) com a sua gente, sem o acompanhar Christão algum, fez tanto que cercou a Cidade toda».⁵¹³ Contudo, T. Wilson, cirurgião que acompanhava as forças inglesas, aquando dos confrontos que levaram à queda da fortaleza de Qışm, e de Ormuz, registava que a obra apenas fora começada em várias partes.⁵¹⁴

Com o cerco da ilha de Ormuz, e o desembarque das forças persas, o rei, com a sua casa, o tesouro, e a família, e o «guazil» recolhem-se, na fortaleza, na torre de menagem. Mais tarde, rompendo o cerco, D. Manuel de Sousa, filho do anterior capitão, iria numa galeota buscar a sua mãe, o príncipe e outras pessoas, levando-os para Goa.⁵¹⁵ Na fortaleza acolhem-se os portugueses que habitavam na cidade, enquanto que a restante população ormuziana — em larga medida, mulheres e crianças, mouras e gentias —, é deixada desamparada na cidade, entregue à sua sorte.⁵¹⁶ As garantias oferecidas aos sitiados dentro da fortaleza, no acordo de capitulação firmado com os ingleses, permitiriam salvar a vida e a partida de portugueses, para Masqaţ, com certos bens, e gente rmuzianos, nomeadamente o rei e o «guazil», que foram levados pelo comandante das forças iranianas, o Khan de Shīrāz. O vizir seria morto em Lār, e o rei levado para Eşfahān, onde permaneceu, em prisão, durante largos anos, às ordens do Xá da Pérsia.⁵¹⁷

A entrega da fortaleza marcava o fim do protectorado português, e a irremediável extinção do reino de Ormuz, com a sua incorporação na Pérsia.

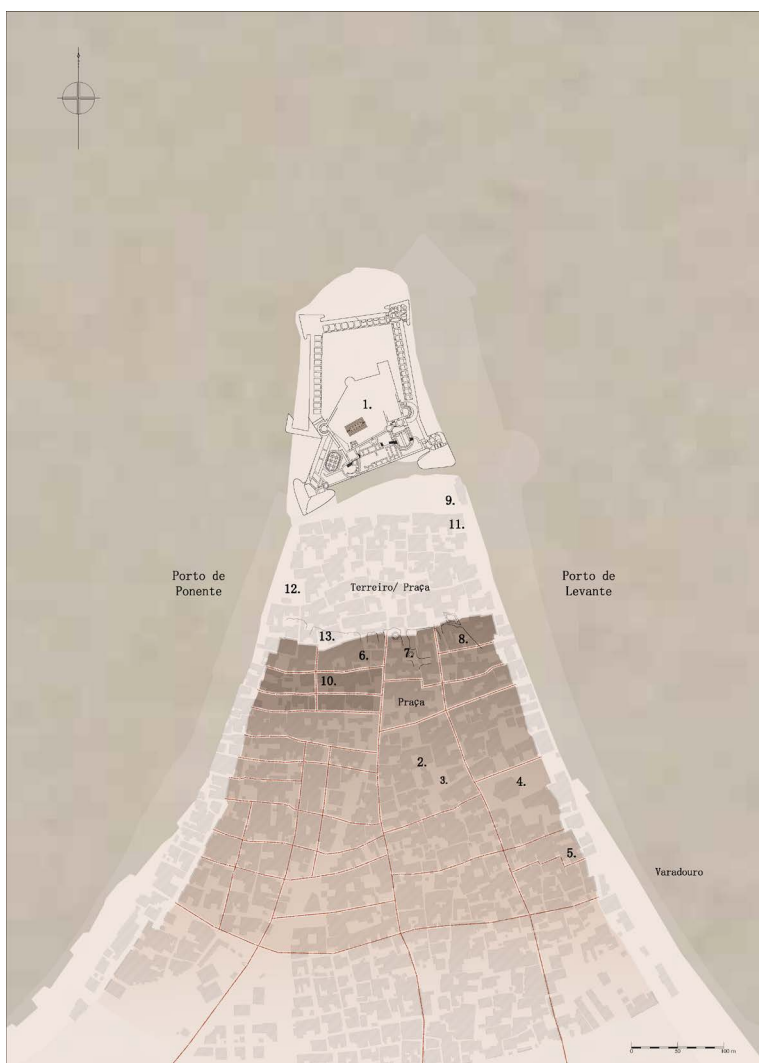
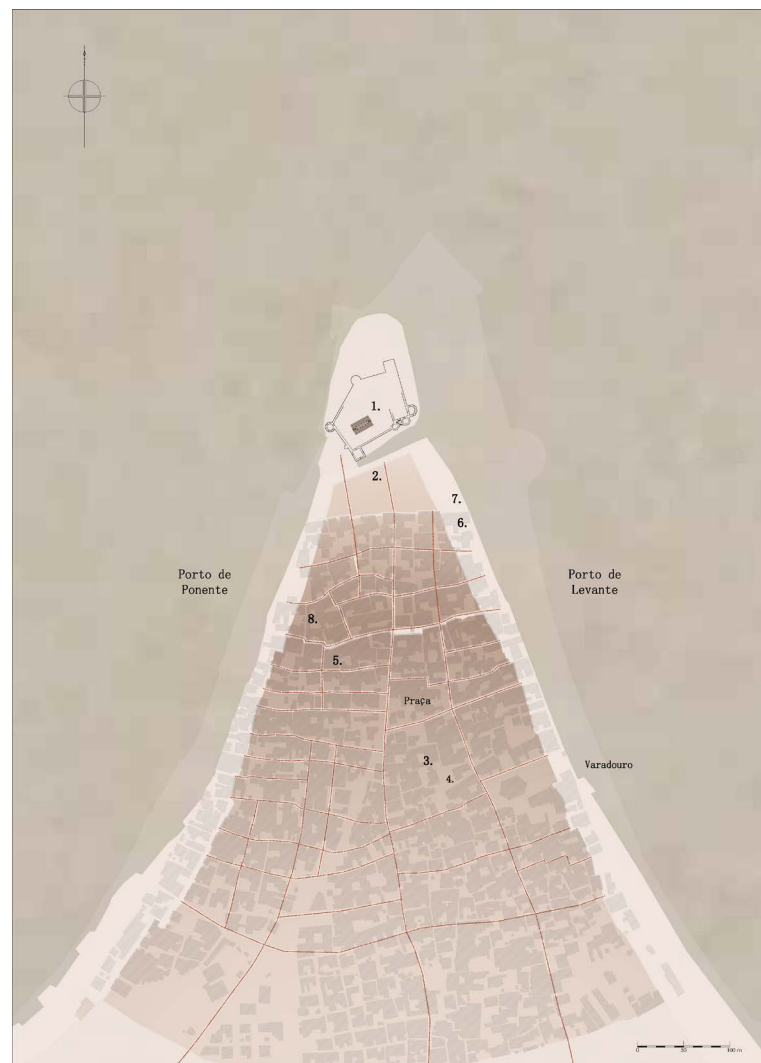
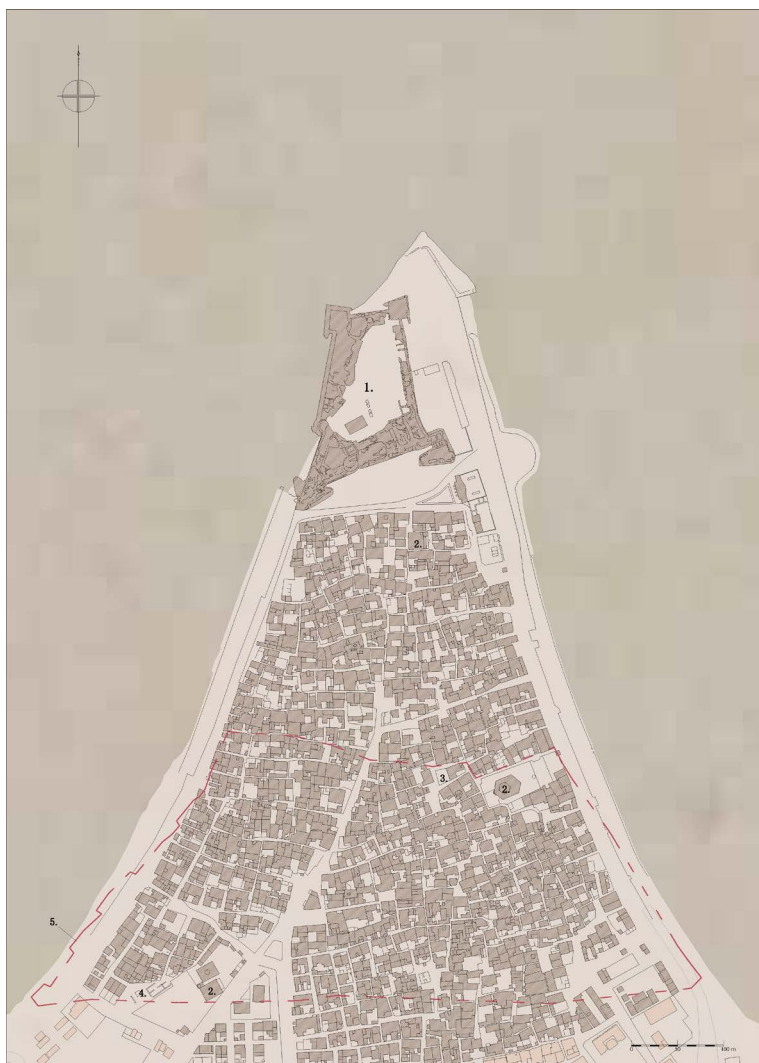
Pietro della Valle estava em Lār, quando, a 14 de Maio de 1622, o cortejo que levava o rei, em pequenas jornadas, chega à cidade. «C'est vn homme de moyen âge, assez gras & replet, fort bazané de visage, mais d'vne prestance majestueuse & grave, ressentant son Europien, comme s'estant formé aux mœurs & aux façons de faire



1. Praia de Kahūrū - Casa de recreio dos frades Agostinhos de N. S. da Graça;
 2. Lardemira - campo com espaços de lazer;
 3. Área com sepulturas disseminadas de muçulmanos, judeus e gentios e mausóleos;
 4. Planície com poços e cisternas cobertas com abobadas;
 5. Ruínas de “Bibi Gol Qaleh”, segundo W. Kleiss;
 6. Turumbaque — Casa de recreio dos Reis de Ormuz, horto, tanque e três poços;
 7. Fortaleza Nossa Senhora da Conceição;
- Localização conjectural:**
7. Ermida de Nossa Senhora da Esperança;
 8. Ermida de Nossa Senhora da Penha;
 9. Ermida de Santa Lúcia;

25 Desenho 01. Vista aérea da ilha de Ormuz
(imagem Google Earth 2004)

26 Desenho 02. Planta da ilha sobre vista aérea



- ↖
1. Ruínas do Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição
 2. Mesquitas
 3. Localização conjectural do Minarete
 4. Ruínas com arcos
 5. Limite da cidade portuguesa segundo A. W. Stiffe (1874)

- ←
1. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição
 2. Hospital
 3. Mesquita
 4. Minarete
 5. Bazar
 6. Feitoria
 7. Alfândega
 8. Casas do Rei?

- ↑
1. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição
 2. Mesquita
 3. Minarete
 4. Convento dos Carmelitas Descalços
 5. Mosteiro de Santo Agostinho
 6. Igreja da Misericórdia
 7. Hospital
 8. Casas dos Portugueses
 9. Alfândega
 10. Bazar
 11. Feitoria?
 12. Estrebarias de cavalos
 13. Pelourinho

27 Desenho 03. Planta da cidade actual.

28 Desenho 04. Reconstituição conjectural da planta da cidade (século XVI)

29 Desenho 05. Reconstituição conjectural da planta da cidade (século XVII)



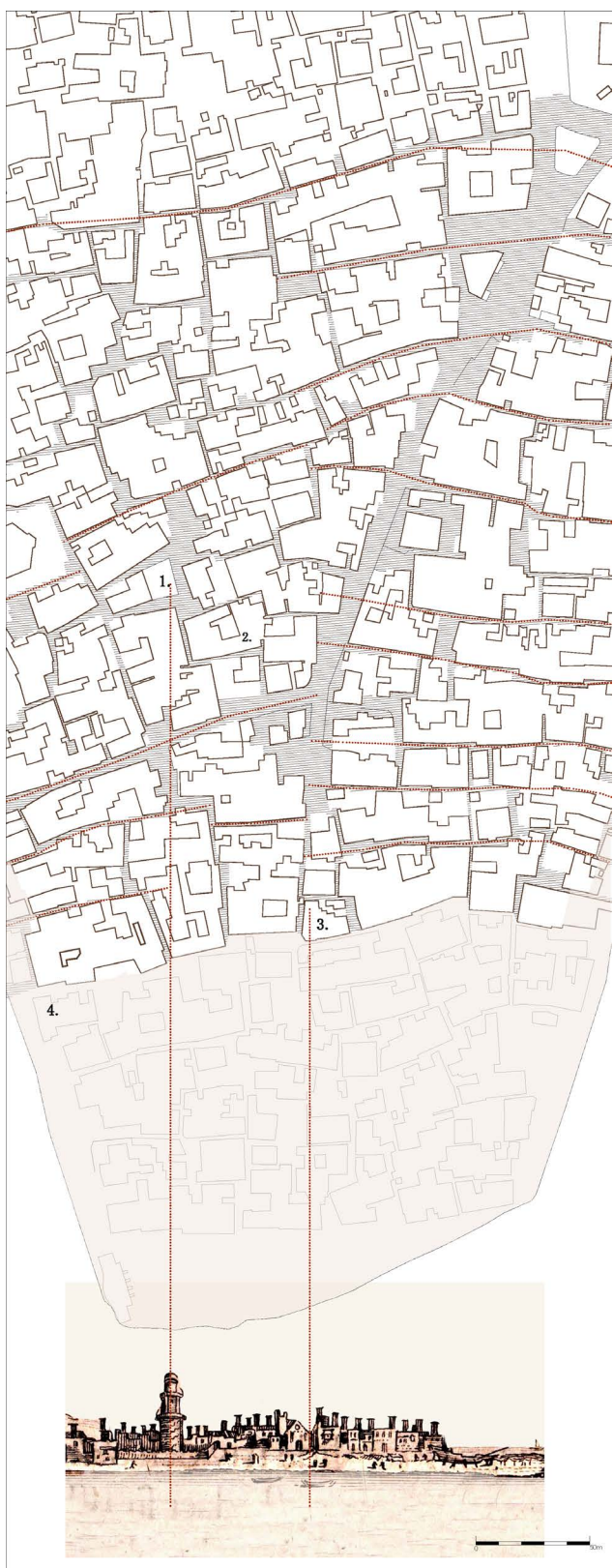
- ↑
1. Torre de menagem
 1. Torre da Igreja
 3. Torre do Alcaide-mor
 4. Cistera Manuelina
 5. Cave
 6. Adro dos enterramentos
 7. Caminho de serventia
 8. Baluarte do Sino
 9. Baluarte de Santiago
 10. Baluarte diante da porta
 11. Casa da Pólvora?
 12. Transformações na cava
- ←
1. Torre de menagem
 1. Torre da Igreja
 3. Torre do Alcaide-mor
 4. Cistera Manuelina
 5. Cave
 6. Adro dos enterramentos
 7. Caminho de serventia
 8. Baluarte do Sino
 9. Baluarte de Santiago
 10. Baluarte diante da porta
 11. Casa da Pólvora?
 12. Transformações na cava



30 Desenho 06a. Reconstituição conjectural da evolução do traçado da fortaleza manuelina.

31 Desenho 06b. Reconstituição conjectural da evolução do traçado da fortaleza abaluartada.

32 Desenho 07. Reconstituição conjectural das transformações do terreiro da fortaleza, entre o século XVI e XVII



← **Localização conjectural**

1. Minarete
2. Mesquita
3. Igreja da Misericórdia
4. Alfândega

↑ **Localização conjectural**

1. Convento dos Carmelitas Descalços
2. Mosteiro de Santo Agostinho
9. Alfândega

33 Desenho 8. Planta e perfil nascente da cidade, com base na vista de Pieter van den Broecke (1629), trabalhada graficamente.

34 Desenho 9. Perfil norte, frente do terreiro da Fortaleza, com base num detalhe da vista de Pieter van den Broecke (1629), trabalhada graficamente.

des Portugais. Il auoit vne mine fort triste, vn habit fort riche à la Persane, d'or & de soye, vne surueste surson dos en forme de nos Balandras, qui sont peu à l'usage des Persans, auec des bas de soye à nostre mode, il marchoit seul à cheual, selon la coûtume des Grands, & les plus qualifiez de sa maison derriere luy, sans aucune marque qui témoignast qu'il fust prisonnier, sinon qu'il auoit deux rangs de mousquetaires Persans à ses costez qui le gardoient».⁵¹⁸

A 28 do mesmo mês, assistia à entrada em triunfo, na cidade, de dois sinos da igreja de Ormuz, e de despojos, que foram recebidos com grande solenidade, e seguiriam, para serem levados ao Šāh 'Abbās. O fim do dia, Pietro della Valle iria vê-los. Em um dos sinos, diria : «ie vis sur vne ces paroles escrites tout à l'entour du costé que i epeus leslire, *Priez pour nous qui sommes femmes, & que le fruit de vostre femme soit benist*, auec vn nom de IESVS vn peu à costé». Interpretaria o sino como um «presente» que as mulheres tinham feito à igreja de Ormuz, e não transmite o nome inscrita no outro sino. Era, afinal, o sino de Nossa Senhora da Conceição, de Lisboa, posto na igreja da fortaleza, aquando da fundação. No outro sino, viu um nome e a data de 1609.⁵¹⁹

Após a perda do reino de Ormuz

Rui Freire de Andrade lograria evadir-se da nau inglesa em que foi levado preso, quando esta estava ancorada em Suvali (Gujrāt), entre 26 de Março e 2 de Abril de 1622.⁵²⁰ Alcança Damão, e Baçaim, aprestando-se com alguns meios e forças militares, para voltar a Ormuz, e retomar o comando da armada. Já em Masqaṭ, surge a armada comandada por D. Constantino de Sá, mas tarde demais. A ida em socorro de Ormuz fica sem efeito, com a chegada das primeiras embarcações de refugiados da fortaleza.

Em 1623, depois de retomar a posição de capitão-mor da armada de alto bordo, Rui Freire de Andrade leva a cabo ações militares, que reforçam a presença portuguesa, na costa de Omã, por mais algum tempo. Em Maio de 1623, volta ao Golfo, saqueando lugares do litoral iraniano; ainda efectua uma tentativa de bloqueio a Ormuz, atacando os navios ancorados junto à fortaleza, entre os quais um inglês e um holandês. Nos anos seguintes, a sua armada encontrar-se-á envolvida numa ação militar concertada com os turcos, forçando o afastamento dos persas de Baçorá, em 1625, e, entre os finais de 1624 e inícios de 1625 apronta-se para cometer novamente Ormuz, com o concurso da armada comandada pelo capitão-geral Nuno Alvares Botelho, que seria determinante para as batalhas que se seguiram, contra forças aliadas de ingleses e holandeses, em Fevereiro desse ano, no Estreito e no cabo de Masandam.

Apesar destas movimentações, logo no início do ano de 1623, e no início do seu segundo vice-reinado, o conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, deparando-se com a realidade da situação que encontra, no seu segundo vice-reinado, e as grandes «necessidades na Fazenda» real, que comprometiam o provimento de socorros ao Estado da Índia, é de parecer que D. Filipe III deveria «tratar por todas as vias de concluir e assentar a paz de que se tratava ao tempo da minha partida com os olandeses ainda que seja com lhes permitir que mandem quá algũas naos como seja aos portos de Vossa Magestade».⁵²¹ A paz seria firmada com os ingleses, a 18 de Janeiro de 1635, mas com os holandeses, as tréguas e um acordo de paz ainda tardariam a ser implementados, em especial no espaço do Índico.⁵²² O interesse dos portugueses continuava focado no reforço de posições no Golfo. É nesse particular contexto que se enquadram as cartas de Pedro Barreto de Resende, no *Breue Tratado ou Epilogo de Todos os Visorreys, que tem hauido no Estado da India. Successos, que tiuerão no tempo de seus governos*. (...), de 1635-1636, e de Anónimo, no *Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da India*, de c. 1640, descrevendo a nova realidade, em volta de Ormuz, com a presença inglesa, a par da iraniana (Fig. 3, 4).

Naquele mesmo ano de 1623, Ingleses e holandeses tinham estabelecido feitorias em Bandar-e 'Abbās. Evidenciava-se a prevalência de interesses comerciais, que favoreciam a presença negociada,

estimulada pelo exemplo das oportunidades mercantis desenvolvidas com a constituição das Companhias das Índias Orientais, inglesa (1600) e holandesa (1602). Os ingleses reforçariam a segurança da sua feitoria, dando-lhe a forma de um recinto fortificado, a par da fortaleza levantada pelos persas, como se vê nas cartas referidas; contudo, o trato comercial iria reduzir-se, com o tempo. Ao longo de Seiscentos, a relação comercial dos holandeses com os iranianos iria prevalecer; logo, em 1631, estabeleciam um acordo especialmente favorável com a Pérsia.⁵²³ Na região, fundariam ainda uma feitoria em Bassorah (1652), e detiveram uma em Masqaṭ (1672-1675). Por força da acção de Rui Freire de Andrade, no Estreito e no Golfo, Portugal alcança a fundação de uma feitoria, em Bandar-e Kong, em 1630. No acordo comercial, estabelecido com o Khan de Shīrāz (província de Fārs), obtém direitos alfandegários em condições semelhantes às dos ingleses, em «Gombron».⁵²⁴ Continuariam a ser envidados esforços, visando a recuperação da ilha de Qiśm, por último em 1729.⁵²⁵ Todavia, posições e medidas tomadas não se revelariam sustentáveis. A Companhia Portuguesa das Índias Orientais, criada em 1628, não teria mais que efémera existência, até 1633. E a feitoria, instalada em Bandar-e Kong, acompanharia o declínio da povoação, que acontece nos anos finais da dinastia Safávida, sendo suplantada pelo porto de Lingeh, a oeste,⁵²⁶ e pela transformação do porto de Bāssydūh, situado na extremidade ocidental da ilha de Qiśm, num activo centro de trato comercial, sob domínio de um xequê árabe local (Fig. 17).⁵²⁷

Uma última nota sobre a fortaleza de Ormuz

A forma de guerra, que se observa nas batalhas da primeira metade de Seiscentos, em que os portugueses se vêm envolvidos, em Qiśm e Ormuz, é uma arte de guerra, que já não podia ser feita de modo acantonado, valendo-se apenas das cortinas da fortaleza. Esse um dos reparos feito ao capitão-mor Simão de Melo Pereira, por Luís Marinho de Azevedo, em *Apologeticos Discursos*: «mas sua demasiada cõfiança deu cauza à perdição de Ormûs, deprezãdo ao inimigo, parecendolhe que enserrado dentro de seus muros a podia defender ao poder do mundo».⁵²⁸ Não porque à fortaleza de Ormuz ainda faltasse apurar uma forma geométrica ofensiva adequada, à luz de requisitos da arquitectura militar mais avançada (de que realmente carecia), mas porque faltou reconhecer o engenho e habilitação dos persas, contar com a certeza da acção dos ingleses, e considerar que se confrontavam forças, em número desproporcional, e com meios ofensivos com apreciável poder de fogo.

O território de confronto e a arte da guerra requeriam outras estratégias de movimentação de forças, que se jogavam num quadro de maior incerteza, na variação de geografia, de correntes e condições atmosféricas do espaço aberto, entre a terra e o mar. Contudo, em última análise, como se veria pelos desenvolvimentos subsequentes, a respeito dos diversos intervenientes, a presença e o concurso de diferentes nacionalidades, no espaço regional, apenas seria sustentada por respeito e interesses mútuos, e por acordo e negociação.

ABSTRACT

Hormuz was the name of a kingdom in the Persian Gulf that flourished between the fourteenth and seventeenth centuries, encompassing numerous islands and coastal settlements along Persia, Arabia, and Oman. The city bearing the same name, established on an island at the gateway to the Indian Ocean, became a major commercial entrepôt where caravan routes converged and maritime trade connected Asia, the Mediterranean, and Europe. In the early sixteenth century, in 1507–1508 and, from 1515 onwards, under Afonso de Albuquerque, governor of the *Estado da Índia* [State of India], the kingdom of Hormuz was placed under a protectorate imposed by the Portuguese forces.

This study examines the period of Portuguese presence in Hormuz and the architectural and urban transformation of the city and its surrounding periurban space. The works undertaken during this period reflect the combined efforts of craftsmen from different nations involved in their construction, including Portuguese, Hormuz, Malabari, and Lascarin craftsmen, and embody influence as much as processes of local assimilation and adaptation.

Drawing on textual, iconographic and cartographic descriptions of the city and its buildings, along with a re-examination of Portuguese documentary collections, this study provides more precise information on the architectural form, chronology, authorship and urban context of works already identified. It also introduces additional structures that have not previously been considered and which performed supporting functions for the fortress, the port and the community of Portuguese and “Christians of the land”. The transformation of the urban space is explored through drawing.

The documentary and iconographic sources examined largely reflect the perspective of the Portuguese protectorate in Hormuz and that of Western foreign visitors. It has not been possible to present the viewpoints of regional authorities and local communities on equivalent terms, nor to take into account their scholarly production, including studies resulting from archaeological surveys. The study therefore assumes the open character of work in progress, recognising both the limitations imposed by what remains unknown and the lack of full complementarity between its different parts.

The magnificent city of Hormuz stood on an arid and barren island whose daily sustenance depended on the transport of water, provisions and goods from the Persian mainland, which formed part of its dominion, as well as from the island of Qišm. The urban area developed between two inlets and their respective harbours. At the northern extremity stood the great fortified royal palace, along with a madrasa and the houses of the vizier. The dignitaries possessed larger residences along the eastern side facing the anchorage and along the western side, adjacent to an extensive bazaar and the local transit port, where stables accommodated the horses destined for shipment to the nations of the Indian Ocean. The city was dense and carefully laid out. Some streets directly connected the square and forecourt of the fortress to the north with the exits from the city leading southwards to the *campo* [open ground] beyond it, while cross streets connected the two ports. Amid this layout, the urban fabric dissolved into narrow passages between tall houses, shaded by the walkways linking them to one another. At the centre, beside a square, stood the great mosque, notable for its tall minaret, visible from the Iranian continental coast along which the navigation route ran.

A complex cultural landscape animated the city, shaped by the encounter of peoples from many nations within a context of tolerant coexistence. It was a mixed settlement of ethnicities, religions and cultures, with places of worship belonging to different faiths both within the city and in the *campo* (broad, flat open ground extending beyond the limits of the built area) of Lard-i Amīr to the south. There, among the cisterns belonging to the residents of the city were spaces for recreation, places of worship and burial grounds, as well as

mausoleums erected in honour of the kings of Hormuz and notable figures.

Under the peace agreement concluded in 1507, the king of Hormuz became a vassal of King Manuel I. He retained independence in the government and administration of his kingdom, while undertaking to pay an annual tribute in the form of a fixed sum of *páreas* drawn from the revenues of the kingdom. The agreement also provided for the construction of a house for the safekeeping of the goods of the Portuguese Crown, a euphemistic designation reflecting the divergence between the expectations of the two parties: the rulers of Hormuz envisaged a factory, whereas the Portuguese intended a fortress. The purchase and sale of goods belonging to the King of Portugal were exempt from duties, and those of the Portuguese were likewise free from such charges upon entry. In return, Portuguese forces ensured the protection of the kingdom within a regional context undergoing transformation. Turks and Persians confronted one another as their expansion advanced towards the shores of the Persian Gulf. The Ottoman Empire established itself in Lower Mesopotamia, the Arabian Peninsula and Egypt, while the Iranians, under the Safavid dynasty, though essentially land-based, began to show growing interest in the coastline.

In October 1507, overcoming the resistance offered by King Saifuddin and the vizier Ḥwāḡa ‘Aṭā, Afonso de Albuquerque began construction of the tower of the fortress. It occupied a strategic position between the royal palace and the extremity of the island. The tower was intended to rise to three storeys above the ground floor and to be equipped with cannon on every level and on the roof; the work was overseen by the gunner João de Flandres. Once the walls of the ground floor had been raised, eight wooden tanks were installed. The entrance was ornamented with three marble anchors taken from the great ship of the king of Cambay, captured during the naval engagement that took place in the city’s harbour when the Portuguese fleet arrived at the island. The conflict soon resumed, and the captain-major withdrew with the fleet in early February 1508. The king took possession of the tower and completed it to a height of two storeys above the ground floor, opening a connecting door to the palace.

In 1515, Afonso de Albuquerque returned, following a diplomatic exchange of ambassadors between the king of Hormuz, Manuel I, Šāh Ismā‘īl, and the captain-major himself, by then governor of India. Under threat of force, he secured the surrender of the tower and proceeded to construct the enclosure. The master Tomás Fernandes supervised the laying out of its pentagonal plan, with angular bastions. The main entrance was flanked by two hexagonal bastions; on the upper floor of the eastern bastion, that of São Pedro, a church was founded dedicated to Our Lady of the Conception. A spiral staircase, beside the entrance to the fortress, gave access to the upper level; above the entrance a lamp illuminated the image of Our Lady placed in a niche. The tower received an additional storey. The powder magazine and the bell of Our Lady of the Conception were placed at the top. The bell, adorned with twelve gilded apostles and sent from Lisbon, had previously belonged to the church of the same dedication in that city. Within the enclosure, several “old houses” of the king, by then Tūrān Šāh IV, were incorporated, along with a series of “large residences” on the western side that had belonged to the vizier Ḥwāḡa ‘Aṭā, to establish the factory. The former gate leading to the city remained in use.

Construction of the cistern also began, comprising two water reservoirs, one for drinking water and the other for general consumption. To the north, a postern opened onto a sandy point, where a forecourt was laid out for burials. The artillery formerly kept by the king in the loggias of the palace was transferred to the fortress, initiating the demilitarisation of the kingdom, a process that would be further developed in the agreement of 1523. A pillory was erected in the middle of the square, facing the bazaar street

(1515), and the administration of justice, mediated by the Portuguese Crown, was established. Since 1507, the houses facing the eastern harbour had been assigned to the governor and to the captains of the ships. By 1516 a hospital was already in operation, occupying part of the madrasa beside the palace.

During the following three decades, works were undertaken to strengthen the fortification: the stretches of wall were reinforced by the addition of an external facing wall, and further towers were erected; spaces for various services were added; and in the quarters traditional materials and techniques were used, with timber posts and palm-thatched roofs. The powder magazine and the bell were removed from the tower, and a *ramada* [palm-thatched structure] was constructed on the upper terrace, similar to those found on the houses of Hormuz and used as a place for sleeping. In 1533 reference is made to works on the vaults of the cistern.

In 1525 the church was enlarged with the construction of a nave and the “reconfiguration” of the crossing, connected to a chancel chapel. Timber and nails were used in the flooring and arches, while palm leaves covered the roof of the nave. Its position remained aligned with that of the original chapel, perhaps incorporated as the core of the building.

On the southern front of the fortress the following works were carried out: to the south-east, the quay and the new bastion of the entrance, with a rounded profile (c. 1525–1540); to the south-west, the bastion beside the tower of the *alcaide* (1537–1541); and the bastion of the church, to the east of the bastion of *São Pedro* (1544). At its junction with the curtain wall of the enclosure, a gate opening onto the sea was created. A counter-wall was erected between the two new bastions of the southern front.

The fortification of the southern front of the fortress entailed an urban intervention involving the levelling of the urban fabric, with the demolition of the royal palace around 1537–1538, of the madrasa, and of the row of houses along the square and open ground, in order to enlarge the cleared area in front of the fortress. From early 1543, owing to an accumulated debt of *páreas* to be paid under the agreement governing the protectorate, the revenues of the customs house of Hormuz were transferred to the Portuguese Crown, the king thereafter receiving a fixed sum for his personal expenses, the maintenance of his household and other expenses for which he was responsible. These decisions involved King Salḡur Šāh II and possibly Tūrān Šāh V, the heir, still a child, during the period when he temporarily occupied the throne.

In 1546 the ditch, which had received the counter-wall, was closed by walls at both ends and filled in between the two projecting bastions of the fortification. In that year Simão Botelho, *vedor da fazenda real* [royal financial overseer], carried out the register of royal properties in Hormuz and measured the width of the open ground between the fortress and the houses, from one shore to the other. After the demolitions, the houses identified there were held by Portuguese residents of different social backgrounds and occupations. The residence of a Hormuz dignitary stood at the western corner of the open ground, facing the inlet, while the adjoining houses of Ra‘is Šarafuddin became the royal palace. To the east, these buildings opened onto the square and the mosque known as the “fair mosque” as well as onto the *rua larga*, the broad principal street forming the city’s main north–south axis; some “schools” stood near the palace, and the bazaar lay close by.

The transformation of the fortress into a bastioned fortification began around 1547; the governor Dom João de Castro is thought to have travelled to Hormuz. The work can be attributed to the master Francisco Pires. Three new stretches of wall and two angular bastions with flanks were built, extending the northern half of the fortress. To the south, the curtain wall was pushed forward and ended in two new bastions to the south-east and south-west. By July 1550 the works were complete, except for the finishing of the south-eastern

bastion, which protected the main entrance to the fortress and reinforced the defence of the eastern wall. It was this new fortress that withstood the Turkish siege and offensive led by Pīrī Re'īs in 1552. The design of the new bastion of Santiago, to the west, envisaged the incorporation of a cistern, but the work, attributed to the master Inofre de Carvalho, was carried out only in the late 1550s.

Between the end of the sixteenth century and the fall of Hormuz, further works were undertaken to repair parts of the fortress that had collapsed, to improve accommodation for the military forces, to pave the walkways along the curtain walls and bastions, and to install new wooden tanks. On the outer wall of the chancel chapel of the church, above the entrance to the fortress, a figure of Afonso de Albuquerque was affixed, his right hand resting on the hilt of a sword and his left holding a sphere (1584–1588). Near the western stretch of the wall a new powder magazine was built (1609, completed after 1618). A ditch surrounded the fortress, and entry was made by means of a bridge with a gate at its head, as can be inferred from the ceremonial reception of King Muḥammad Šāh IV in 1622.

Architects and military engineers inspected the fortress and recommended strengthening the defensive system of curtain walls and bastions, a measure that was never carried out. The placement of the cannon along the upper parapets did not enable close-range defence at ground level, and the height of the walls, although imposing, caused them to shake under the recoil of the artillery, threatening collapse. This was particularly the case with the three northern stretches of the enclosure wall, built with weaker masonry and reinforced on the interior by projecting buttresses connected by vaults.

In 1550 houses on the eastern side of the city were purchased to install the hospital. After the demolition of the madrasa, the hospital had for some time operated precariously in rented houses. The same area accommodated the customs house and the *bangsār* [harbour customs office], the factory, the factor's residence, and the house of the *ouvidor* [judicial magistrate], with a high gallery facing the sea, as well as the *xabandaria* [office of the harbour master] and a *ramada* serving the landing place.

Throughout the sixteenth century the Portuguese protectorate subordinated the security of the kingdom to its commercial interests, providing only the level of protection necessary to safeguard them. Men of authority and integrity served there; nevertheless, there were numerous cases of officials of the government and administration of the captaincy whose actions defrauded the royal treasury and prompted complaints from the king of Hormuz, among others. These irregularities led to inquiries and corrective measures issued by the government in Portugal in an attempt to curb them. The presence of religious orders, along with the decrees of the provincial councils of Goa following the Council of Trent, brought an intensification of the mission to expand the faith and promote Christianisation. This process interfered with established forms of life based on tolerance and coexistence, and gradually impressed a Catholic Christian mark upon the cultural landscape of the city and the view of the island.

The Order of Preachers appears to have been the first to arrive in Hormuz, perhaps with Friar Pedro, the first vicar to be sent there in 1510. The Dominicans introduced the cult of *São Gonçalo de Amarante*, which was still observed when the Hermits of Saint Augustine arrived later.

The Society of Jesus established missions between 1549 and 1568. Among the earliest missionaries, Father Gaspar Barzeu was particularly notable for his intense pastoral activity of doctrinal instruction and for the impact of his preaching and public debates on matters of faith with members of other religious communities in the city. His actions, however, were controversial: he sought the conversion of the king; he promoted the public affirmation of Catholicism in the city through processions that passed through its streets bearing raised crosses and sought to carry them into the mosques; he took possession of a “mosque” on the summit of the

island and founded the hermitage of *Nossa Senhora da Pena* [Our Lady of the Rock]; and he was responsible for the decision to cover the minaret of the city's great mosque. He also secured the conversion of a yogi belonging to a small community living on the outskirts of the city and took possession of their cluster of cells, announcing the foundation of a large college on the site. The plan soon proved illusory in the face of local realities.

Outside the city, on the side of the island facing the Strait of the Persian Gulf and visible from the navigation route, the hermitage of *Santa Luzia* and, further away, that of *Nossa Senhora da Esperança* [Our Lady of Hope] stood on small elevations on the shoreline, alongside the Islamic mausoleums, the latter hermitage overlooking a small harbour sheltered inland. The site was already used for processions during the time of Master Gaspar Barzeu.

The church of *Misericórdia* stood in front of the open ground of the fortress, near the Bazaar street, which Manuel Godinho de Erédia appears to have recorded as dedicated to Saint John.

In 1572 the Order of Saint Augustine founded its convent. The friars directed their work of conversion towards the upper strata of the Hormuz society and achieved success in several notable cases. Within the convent they opened both a public school and a school for catechumens, provided care for the sick, and assumed responsibility for the administration of the hospital. Their missionary project extended to Persia. They participated in diplomatic missions of the Portuguese Crown with the Shah and sought the conversion of religious communities erroneously regarded as Christian, such as the “Christians of Saint John”.

In 1612 the Discalced Carmelites within the Congregation of Saint Elias, the Italian branch of the Order, founded the convent of *Nossa Senhora do Carmo*, despite the opposition of the Archbishop of Goa and of the Portuguese Crown. They likewise sought to expand their missions in Persia, where they maintained a political, diplomatic and evangelising presence.

The convents and churches of these two religious orders stood along the inlet of the eastern harbour, in the area of the landing place. The Carmelites occupied a more central position near the mosque, on the site where a hermitage of Saint Amaro had previously existed. The Augustinians were established further south, at the point where the city gave way to its periphery. A broad quay lay beside the chancel of their church.

The directives of the provincial councils of Goa were felt in Hormuz, although the Portuguese Crown in some cases granted exceptions or delayed the enforcement of some decrees there. The authorities ordered the separation of the dwellings of Christians from those of other religious communities, although later travellers' accounts did not confirm that such a measure was effectively implemented. They also ordered that converted women be settled in a single street. Three public baths were closed and destroyed, and the principal mosque of the city was ruined.

On the mainland the *bandel* of Comorão (from Persian *bandar*, ‘port’, referring to the harbour quarter often inhabited by foreigners) functioned as an advanced outpost of the city of Hormuz, where caravans arrived and where one of the best watering places was located. A Portuguese captain was permanently stationed in the small earthen fortress with four corner bastions. An enclosure made of reeds and clay surrounded the houses of neighbouring inhabitants in 1614. It is uncertain whether this site corresponded to the settlement of Bandar-e ‘Abbās, and no continuity can be established between the location of the Portuguese fortification and the fortress built by the Persians after the capture of the *bandel* of Comorão at the end of that same year. The new Iranian fortification stood nearby but further inland so that Portuguese naval artillery could not reach it.

The conditions of the island of Larāk, namely the difficulty of navigation at certain times of the year and the presence of communities associated with corsair activity in the Gulf, did not

favour a complementary relationship with Hormuz. The captain-major of Hormuz did not mention the fortress that stands there when he visited the island in 1614 to assess the need for fortification. Don García de Silva y Figueroa did not refer to it in 1617, and Pietro della Valle likewise did not mention it in 1622. Contemporary Portuguese images also failed to represent it. These omissions make it difficult to attribute the project to Inofre de Carvalho or to place its construction within the period of the Portuguese protectorate.

The island of Qišm formed the nearest extension of the territory of Hormuz. Its fertility and its good watering places provided the products required by the city. The inhabitants of the island devoted themselves to this provisioning trade, and some Portuguese *casados* may also have engaged in it, as also occurred in the *bandel* of Comorão. The Hormuz court and the inhabitants of the city had summer residences there, and the kings of Hormuz maintained houses and a fortified palace beside wells at one of the island's watering places.

In May 1621 Rui Freire de Andrade built a fortress to defend access to these wells. He made use of pre-existing structures that may have belonged to the fortified royal palace previously standing on the site and demolished part of the adjacent settlement. The new structure took a quadrangular form with round bastions at the corners and two extensions of wall, and from the two bastions on the seaward side walls extended towards the sea, flanking and defining a broad corridor that connected the fortress with the beach. The surrounding ditch included, along one stretch of the wall, a vaulted surveillance corridor. While construction was under way, the works were attacked and besieged by Iranian forces commanded by a nephew of Emāmqolī Khan, governor of Fārs, in conjunction with an English fleet acting under an Anglo-Persian agreement.

The captain-major remained besieged within the fortress with limited forces and without the support of the deep sea and oared fleets that were essential elements of the plan devised during the reign of Philip II. In these circumstances the fortress surrendered on 1 February 1622. Soon afterwards the Persian army, accompanied by the English fleet, captured the city of Hormuz. The capture of the fortress and the surrender led to the fall of the kingdom of Hormuz in early May of the same year.

Both fortresses underwent further modifications after the end of Portuguese rule. The fortress of Qišm saw the more extensive development because it remained permanently occupied and passed during the seventeenth century between Iranian and European forces. The Dutch company Verenigde Oost Indische Compagnie held the fortress for a brief period and produced a survey later supplemented with additional information by Engelbert Kaempfer. In the drawing that he also made of the fortress of Hormuz, advanced works and the ditch can be identified, the latter later widened by the Persians.

REFERÊNCIAS

1 As autoras manifestam o seu agradecimento aos professores Doutor João Carlos Garcia e Doutor Walter Rossa, pelos contributos e comentários, e o apoio concedido no decurso dos trabalhos. Agradecemos também o contributo de Giuseppe Resta, no período em que integrou a equipa PORTofCALL e desenvolveu, na fase inicial, o estudo e desenho da morfologia urbana da cidade de Ormuz.

2 Jean Aubin, ‘Cojeatar e Afonso de Albuquerque’, *Mare Luso-Indicum. Études et documents sur l’histoire de l’océan Indien et des pays riverains à l’époque de la domination portugaise*, Tome I (Genève : Librairie Droz, 1971), pp. 99–134; id., ‘Le royaume d’Ormuz au début du XVIe siècle’, *Mare Luso-Indicum. Études et documents sur l’histoire de l’océan Indien et des pays riverains à l’époque de la domination portugaise*, Tome II (Genève : Librairie Droz, 1973), pp. 77–179; Wolfram Kleiss, ‘Die portugiesische Seefestung auf der Insel Hormoz am Persischen Golf’, *architectura. Zeitschrift für Geschichte der Baukunst/Journal of the History of Architecture*, Band 8.2 (München Berlin: Deutscher Kunstverlag, 1978), pp. 166–183; João Teles e Cunha, ‘Sombras no ocaso do imperium mundi. A família real e a luta pelo poder em Ormuz (1565–1622)’, *Anais de História de Além-Mar*, vol. III (2002), pp. 177–198; João dos Santos de Sousa Campos, *Arquitectura militar portuguesa no Golfo Pérsico-Ormuz, Keshm e Larak* (Coimbra: Ed. autor, 2008; Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra); entradas e conteúdos no portal Fundação Calouste Gulbenkian, Heritage of Portuguese Influence Portal/Património de Influência Portuguesa (2007–2012), <<https://hpiip.org/pt/>; Dejanirah Couto and Rui Manuel Loureiro (eds.), *Revisiting Hormuz : Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period* (Wiesbaden: Calouste Gulbenkian Foundation, 2008); José Mattoso (dir.), *Património de origem portuguesa no mundo : arquitetura e urbanismo — África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, coord. Filipe Themudo Barata e José Manuel Fernandes (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010); Rudi Matthee e Jorge Flores (eds.), *Portugal. The Persian Gulf and Safavid Persia* (Lovanii: Peeters, 2011); José Pedro Paiva e Roger Lee de Jesus (eds.), *Os Portugueses no Golfo Pérsico 1507–1650: uma história interligada=The Portuguese in the Persian Gulf 1507–1650: An Interlinked History* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2023); Walter Rossa, ‘II. ‘Dobrado o Cabo per esta Costa d’Arabia’: A imagem do Golfo na cartografia’, in Paiva e Lee de Jesus (eds.), *Os Portugueses no Golfo Pérsico*, pp. 82–89.

3 Igor Viegas Outeiro, *No Irão, Ormuz: fortaleza de influência portuguesa e enredos intersticiais para uma paisagem cultural contestada* (Ed. autor, 2023; Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto); Id., ‘Engelbert Kaempfer’s 17th Century Plano f the Fortress of Qeshm: Translation and Insights for a Reassessment of the Fortress of Hormuz’, L. Hermida González et al. (eds.), *EGA 2024, SSDI 44*, pp. 1–8, <https://doi.org/10.1007/978-3-031-57579-2_3; Mariana Martins de Carvalho, ‘Redesenhar a partir do desenho. Representar Sofala e Ormuz’, in Marta Oliveira; João Carlos Garcia (coord.), *PORTofCALL. Descrições e Mapas de Portos do Índico (séculos XVI–XIX). Cartografias de investigação* (Porto: FAUP, 2025), pp. 24–35. Estes trabalhos foram desenvolvidos no âmbito do projecto de investigação PORTofCALL. Encontros entre África, Ásia e Europa: património cultural e portos de escala no Oceano Índico durante a época primo-moder-na’, com a referência FCT/PTDC/ART-DAQ/4357/2021. doi. org/10.54499/PTDC/ART-DAQ/4357/2021.

4 Jean Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, p. 80. Nomes e toponímia apresentados conforme as fontes portuguesas, e, se possível, indicados igualmente segundo a transcrição por Jean Aubin, ‘Avertissement’, *Mare Luso-Indicum. Études et documents sur l’histoire de l’océan Indien et des pays riverains à l’époque de la domination portugaise*, Tome I (Genève : Librairie Droz, 1971), p. XIV.

5 Willem Floor, ‘Two Revenue Lists from Hormuz (1515, 1543)’, in Matthee and Flores (eds.), *Portugal. The Persian Gulf*, pp. 87, 88.

6 Jean Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, 79.

7 De volta ao Cairo, Pero da Covilhã encontrou-se com dois judeus, que o procuravam, com cartas de D. João II. Remeteria a carta a el-rei, com toda a informação que lograra alcançar, por intermédio de um portador, Josef, o judeu sapateiro, natural de Lamego, que já estivera na Babilónia e ouvira falar de Ormuz. Pero da Covilhã voltaria, então, a Ormuz, com o outro judeu, Abraão, um rabi natural

de Beja, para lhe mostrar a cidade. Padre Francisco Álvares, *Verdadeira informação das terras do Preste João das Índias* (nova edição, conforme a de 1540, ilustrada de diversos fac-símiles, Lisboa: Imprensa Nacional, 1883), cap. ciiij, p. 129. Sobre a missão de Pero da Covilhã, e as viagens, em particular até à segunda ida a Ormuz: Conde de Ficalho, *Viagens de Pêro da Covilhã*, reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1898 da Biblioteca Nacional, apresentação de Manuel Villaverde Cabral (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988), pp. 53–66; 80–124.

8 Nos documentos portugueses, a designação de ‘mouru’ era aplicada genericamente. Na realidade, «[o]s navios e os marinheiros árabes tinham ainda grande importância na metade ocidental do oceano Índico; mas o seu lugar na metade oriental fora quase todo ocupado pelos mercadores e navegadores muçulmanos da Índia, Guzerate, Malabar, Coromandel e Bengala». Charles Boxer, ‘O Império Português no Oriente no século xvi’, in Charles Boxer, *Opera Minora*, ed. Diogo Ramada Curto, 3 vols. (Lisboa: Fundação Oriente, 2002), vol. III, p. 460.

9 «Eastern empire». «The Portuguese empire in Asia and Africa (...) can be described as a commercial and maritime empire cast in a military and ecclesiastical mold». Charles Boxer, ‘Four centuries of Portuguese expansion, 1415–1925: A succinct survey’, in Boxer, *Opera Minora*, vol. III, pp. 366, 368.

10 Sobre os acontecimentos e datação, Dejanirah Couto, ‘Portuguese-Ottoman rivalry in the Persian Gulf in the mid-sixteenth Century: The Siege of Hormuz, 1552’, Matthee and Flores (eds.), *Portugal. The Persian Gulf*, pp. 153–154.

11 Zoltán Biedermann, ‘Mapping the backyard of an Empire: Portuguese cartographies of the Persian littoral during the Safavid period’, in Matthee and Flores (eds.), *Portugal. The Persian Gulf*, p. 75. No conselho realizado por Afonso de Albuquerque, com os capitães da armada, na barra de Goa, em 20 de Fevereiro de 1515, é decidido ir consolidar a situação, em Ormuz, ante a perspectiva de um avanço do Xá da Pérsia, e de o rei de Ormuz se dispor a tornar-se seu vassalo: «o qual Xéque Ismael se hũa vez metesse o pé em Ormuz como vezinho dante a pórtia, e mais tam poderoso que era hum freo naquelle tempo do Turco, auia de ser muy máo de lançar fóra». João de Barros, *Asia de Joam de Barros Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Segunda Decada, quarta edição conforme a edição princeps, iniciada por António Baião continuada por Luís F. Lindley Cintra (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974), Liv. X, cap. ii, pp. 422–423.

12 Rudi Matthee, ‘Distant allies: diplomatic contacts between Portugal and Iran in the reign of Shah Tahmasb, 1524–1576’, in Matthee and Flores (eds.), *Portugal. The Persian Gulf*, pp. 219–247, em particular, p. 246.

13 *Ibid.*, p. 219.

14 Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, p. 86, n. 27.

15 *Ibid.*, p. 106.

16 É possível que o Estreito de Ormuz já tivesse sido navegado por comunidades, desde o Paleolítico inferior até ao Pleistoceno inferior e médio. Dashtizadeh, ‘Preliminary Report on the Discovery of a Late Lower Paleolithic and Middle Paleolithic Site on the Island of Qeshm, Persian Gulf’, *Journal of Iranian Archaeology*, Vol. 1, n.º 1 (2010), pp. 15–20, in Sepehr Zarei, ‘A Historical Account of Archaeological Research on the Islands of the Province of Hormozgan’, in Fereidoun Biglari et al. (eds.), *Human and the Sea. A Review of Thousands of Years of Relationship between the Humans and the Sea in Iran* (National Museum of Iran and Ports and Maritime Organization of Iran, 2020), p. 206.

17 Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, pp. 106–107; 109–110.

18 «Le monopole des échanges avec l’Inde détenu par Djaroun [Ġarūn] prenait le Golfe Persique dans un réseau d’intérêts et de contraintes plus fort que celui des dépendances politiques et des intrigues sans cesse nouées et dénouées». *Ibid.*, p. 142.

19 As naus maiores surgiam quase fora da baía, a seiscentos passos da cidade, e as galeras a quinhentos. Don García de Silva y Figueroa, ‘Commentarios de Don García de Silua que contienen su viaje a la India y de ella a Persia (...)’, in Rui Manuel Loureiro; Ana Cristina Costa Gomes; Vasco Resende (eds.), *Comentarios de la Embaxada al Rey Xa Abbas de Pérsia* (1614–1624) — Partes I, II (Lisboa: CHAM, 2011), Parte I, Liv. III, p. 190.

20 Gaspar Correia descreve as terradas, referindo o uso em contexto militar: «são grandes nauios de vela e remo, que andão muy equipados, sem artelharia, sómente muytos frecheiros d’arquos troquisquos». Gaspar Correia, *Lendas*

da India publicadas de ordem da Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras da Academia Real das Sciencias de Lisboa, sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner, 4 vols. (Lisboa: na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858–1866), Liv. I, Tomo I–Parte II, cap. ii-ano 1507, pp. 792–793. Terrada: do árabe ṭarrād, Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, com uma introdução de Joseph M. Piel, 2 vols. (Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1921, reprint 1982), vol. II, p. 438.

21 Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, p. 95.

22 Maria Augusta da Veiga e Sousa, *O livro de Duarte Barbosa*, edição crítica e anotada (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996), p. 158.

23 (Trad.) Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, p. 153.

24 (Trad.) *Ibid.*, p. 78.

25 Sousa, *O livro de Duarte Barbosa*, p. 150.

26 Brás de Albuquerque, *Commentarios do grande Afonso d’Albuquerque capitão geral que foi das Indias Orientaes em tempo do muito poderoso Rey D. Manuel o primeiro deste nome*, 4 vols. (Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1774), Parte I, cap. xxxvii, p. 189.

27 Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, pp. 86–88.

28 Testemunhos de Jerónimo Rodrigues e do capitão de Ormuz, D. Pedro de Castelo Branco, cit. *ibid.*, p. 87, n. 34.

29 Correia, *Lendas*, Liv. II, tomo II, cap. I-Abril 1515, p. 436.

30 As «orraquas» são referidas na confrontação de uma casa comprada pelo vedor da Fazenda real, Simão Botelho. ‘Titolo das casas que sua Alteza tem n’esta cidade e da medida do terreiro d’esta fortaleza’ [de Ormuz], in Simão Botelho, ‘Tombo do Estado da India’ [1550], in Rodrigo José de Lima Felner (dir.), *Subsidios para a Historia da India Portuguesa publicados de Ordem da Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas-Lettras da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868), p. 92.

31 Correia, *Lendas*, Liv. II, tomo II, cap. lii-Julho 1515, pp. 450–451.

32 ‘Trelado do comtrato e comcerto que o governador Dom Duarte de Meneses fez com el-rei d’Armuz Mama Xa e com Rei Xaraffo que emtam era seu regedor e assy com os miras’, Ormuz, 1523.07.15, in António Dias Farinha, *Os Portugueses no Golfo Pérsico (1507–1538). Contribuição documental e crítica para a sua história* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991), doc. 17, pp. 81–82.

33 «Ponte de madeira»: Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. II, cap. iiij, p. 62. «Cerame», «varanda»: Damião de Góis, *Crónica do felicissimo rei D. Manuel I*, 4 Partes (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1949–1955), Parte II, cap. xxxiv, p. 115. «Cerame»: Brás de Albuquerque, *Commentarios*, Parte I, cap. xxxvi, p. 182.

34 Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. II, cap. iiij, p. 62.

35 Correia, *Lendas*, Liv. II, tomo II, cap. I-Abril 1515, p. 436.

36 *Ibid.*, Liv. II, tomo II, cap. I-Abril de 1515, p. 433.

37 Çargol Xa, Ormuz, 1541.09.11, in Georg Schurhammer, *Die zeitgenoessischen Quellen zur Geschichte Portugiesisch-Asiens und seiner Nachbarlaender zur Zeit des Hl. Franz Xaver 1538–1552* (Rom: Institutum Historicum S.I., 1962), n.º 834, p. 58.

38 ‘Carta do Ouvidor geral, Pero Fernandez a D. João III’, Goa, 1539.10.31, *ibid.*, n.º 428, p. 34.

39 Cunha, ‘Sombras no ocaso’, pp. 178–181.

40 Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, p. 88 e n. 48.

41 Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. X, cap. iij, p. 428.

42 Brás de Albuquerque, *Commentarios*, Parte IV, cap. xxiv, p. 128. Pero de Albuquerque foi enviado, a Ormuz, em 1514, na qualidade de capitão-mor da armada do estreito do Mar Roxo, para recolher as páreas que estavam em dívida do ano anterior, e para tratar com o rei «sobre cousas da fortaleza que elle Afonso Dalboquerque tinha começado». Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. X, cap. i, p. 419.

43 Hospital de Ormuz, 1516.06.06, in *Documentação para a história das Missões do Padroado Português do Oriente: Índia* (=DHM), coligida e anotada por António da Silva Rego, 12 vols. (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1947–1958), vol. I, doc. 132, p. 283. Em anos subsequentes, por vezes é mencionada a entrega de quantidades de «teadas» e «balas» de algodão, provenientes de presas de navios, efectuadas pela armada. Como exemplo, o recibo relativo a presa pelo capitão-mor do mar, D. Luís de Meneses, irmão do governador, D. Duarte de Meneses, 1522.05.09, *ibid.*, vol. I, doc. 202, p. 458. Outros recebidos relativos a presas de «teadas» para «gasto dos doentes», entregues ao hospital, em Abril e Julho de 1533, *ibid.* vol. II, docs. 81 e 87, pp. 216–217; 241–242.

44 Góis, *Crónica*, Parte IV, cap. lxxx, p. 216.

45 *Ibid.*, Parte II, cap. xxxii, p. 108.

46 António Tenreiro, *Itinerário* (Lisboa: Estampa, 1980), pp. 18, 121–122.

47 Joaquim Veríssimo Serrão (ed.), *Un voyageur portugais en Perse au début du XVIIe siècle Nicolau da Orta Rebelo* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972), p. 94.

48 A. Stein, *Archaeological Reconnaissances in North-Western India and South-Eastern Iran* (London: Macmillan & Co., 1937), cit. in Zarei, ‘A Historical Account of Archaeological Research’, p. 197.

49 Pedro Teixeira, *Relaciones de Pedro Teixeira del origen descendencia y sucession de los Reyes de Persia, e de Harmuz, y de un viage hecho por el mismo autor dende la India Oriental hasta Italia por tierra* (En Amberes, En casa de Hieronymo Verdussen, 1610), ed. Eduardo Barajas Sala (Madrid: Miraguano Ediciones e Ediciones Polifemo, 1994). José Manuel Garcia, ‘Pedro Teixeira et Fr. António de Gouveia: leurs intérêts pour la Perse’, in Couto and Loureiro (eds.), *Revisiting Hormuz*, pp. 206–207.

50 Entre as obras de Frei António Gouveia, em particular, *Relaçam em que se tratam as guerras e grandes victorias que alcançou o grãde Rey da Persia shah Abbas do grão Turco Mahometto. & de seu filho Amethe: as quais resultarão das Embaixadas, que por mandado da Catholica & Real Magestade delRey D. Felipe segundo de Portugal fizeram alguns Religiosos da ordem dos Eremitas de S. Augustinho a Persia, Composto pello Padre F. Antonio de Gouuea Religioso da mesma ordem, Reitor do Collegio de santo Augustinho de Goa, & professor da sagrada Theologia* (Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1611), ff. 34v–336v. Garcia, ‘Pedro Teixeira et Fr. António de Gouveia’, pp. 208–210.

51 Michele Bernardini, ‘Giovann Battista and Gerolamo Vecchietti in Hormuz’, in Matthee and Flores (eds.), *Portugal. The Persian Gulf*, pp. 265–281.

52 ‘Carta de Bastião Lopes Lobato a D. João de Castro, governador do Estado da Índia’, Ormuz, 1546.02.03, in Armando Cortesão e Luís de Albuquerque (eds.), *Obras Completas de D. João de Castro*, 4 vols. (Coimbra: Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1968–1982), vol. IV, doc. 131a, p. 25.

53 (Trad.) Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, p. 144.

54 *Ibid.*, p. 161.

55 Bernardini, ‘Giovann Battista and Gerolamo Vecchietti’, p. 277.

56 ‘Carta de Afonso Albuquerque a D. Manuel I’, Ormuz, 1515.09.22, in Raimundo António de Bulhão Pato e Henrique Lopes de Mendonça (eds.), *Cartas de Afonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*, 7 tomos. (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa and Imprensa Nacional, 1884–1935), tomo I, doc. 101, p. 379.

57 Sobre Hwāḡa Aḡā, em particular, Jean Aubin, ‘Cojeatar et Albuquerque’, pp. 103–107. Em documentos portugueses, Cojeatar é referido como ‘governador’, ‘regente’ / ‘regedor’.

58 *Ibid.*, pp. 106, 125–126. Aquando do regresso de Afonso de Albuquerque a Ormuz, em 1515, o jovem rei tinha sido morto pelo irmão, que então reinava, e «Cojeatar», o vizir, já tinha falecido.

59 Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, pp. 139–140. Jean Aubin destaca o interesse de João de Barros, pela história recente dos reis ormuzianos, antes da chegada dos portugueses. *Ibid.*, 128–129.

60 *Ibid.*, p. 89.

61 *Ibid.*, pp. 89–90, e nota 57.

62 De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, p. 187. Don García de Silva y Figueroa, embaixador de D. Filipe III de Espanha / II de Portugal, enviado à Pérsia, foi um viajante observador e conhecedor, inclusive de escritos de outros autores sobre Ormuz. Chegou à cidade, a 29 de Abril de 1617, e partiu, a 12 de Outubro, em embaixada ao Šāh ‘Abbās I. No regresso a Espanha, via Goa, permaneceu em Ormuz, entre 19 de Outubro de 1619, e 5 de Abril de 1620 (contudo, depois de embarcar, ainda surgiria, ao largo da ilha, no sítio dos poços de Turumbaque, até 8 de Abril, por falta de vento para navegar). *Ibid.*, Parte I, Liv. III, pp. 181, 199; Parte II, Liv. VI, pp. 581, 596. O embaixador faleceria na viagem de regresso ao reino, já depois de ter passado o cabo de Boa Esperança.

63 Análise da visibilidade do minarete, Fig. 5, in Giuseppe Resta, ‘Mapping the Invisible: Problems of Interpretation and Representation of Hormuz Island, Iran’, *Athens Journal of Architecture* 11 2 (2025), pp. 201–232. <https://doi.org/10.30958/aja.11-2-5>.

64 ‘Título das casas que sua Alteza tem n’esta cidade e da medida do terreiro d’esta fortaleza’ [de Ormuz], in Simão Botelho, ‘Tombo do Estado da Índia’ [1550], in Felner (dir.), *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, p. 94. Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, p. 88

65 Aquando da conquista de Ormuz, pelo exército persa, em 1622, uma força de portugueses, que estava colocada numa das entradas da cidade, a sul, viu-se na retaguarda das forças assaltantes, já entradas na cidade, e retrocede em direcção à fortaleza: «E mandando tocar se sahirão pela rua larga abayxo até a porta dos Paços, que ficava em huma praça, na qual auia huma Mezquita, em que estauão muytos Mourros, sahirão ao encontro dos nossos, a que acharão tão animosos». *Commentarios do Grande Capitam Ruy Freyre de Andrada. Em que se relatam suas proezas do anno de 1619. Em que partio deste Reyno por Geral do mar de Ormuz, & Costa da Persia, & Arabia até sua morte. Tirados de humas relações, & papeis verdadeyros por industria de Paulo Craesbeeck* (Lisboa: Paulo Craesbeeck, &, 1647), Liv. II, cap. xxxii, p. 106.

66 Perante um rumor de que o rei teria sido morto, há um levantamento e alvoroço da população. Correia, *Lendas*, Liv. II, tomo II, cap. I-Abril 1515, p. 432. A descrição dos acontecimentos de Ormuz (1515), por Gaspar Correia, tem a importância de ser um relato presencial. O autor das Lendas da Índia chegou à Índia em 1512, entrando em Cochim, em 20 de Agosto de 1512. A. A. Banha de Andrade, ‘Gaspar Correia, o 1.º historiador português do Oriente?’, in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (orgs.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa — Actas* (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985), p. 679.

67 A rua norte-sul que ligava à mesquita formosa e praça adjacente, com as casas do rei, para onde se transferiria, depois da demolição do palácio, é indicada como «rua direita», em 1515 (Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. X, cap. v, p. 434); «principal rua da mesquita grande» (Correia, *Lendas*, Liv. II; Tomo II, cap. I-Abril 1515, p. 432); «rua principal da Cidade» (Brás de Albuquerque, *Commentarios*, Parte IV, cap. xxxiv, p. 174); «Rua muito larga», em 1550 (Botelho, ‘Título das casas’, p. 94); «rua larga», em 1622 (*Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxxii, p. 106). Jean Aubin destaca que também a rua transversal, que passava a sul do palácio do rei e ligava os dois portos era uma rua principal. Cfr. Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, p. 92, e nota 75.

68 Correia, *Lendas*, Liv. I, Tomo I-Parte II, cap. v-Ano 1507, p. 815.

69 Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, pp. 146, 162.

70 Na realidade, o português foi a mando de Afonso de Albuquerque espia a cidade (1507). Correia, *Lendas*, Liv. I, Tomo I-Parte II, cap. v-Ano 1507, p. 823.

71 «[O]s Mourros que estauão de guarda da cisterna, nom podendo resistir ás forças dos nossos se recolherão a quatro ruas grandes que vinhão ter á cisterna». *Ibid.*, Liv. I, Tomo I-Parte II, cap. viii-Ano 1508, p. 861.

72 Em 1507, Gaspar Correia descreve o percurso dos portugueses, quando desembarcaram em terra para ir ao palácio do rei, para que este alçasse, no alto do terrado, a bandeira que levavam, «branca e cremesym, e nella cortadas as quinas, com escudo e coroa de tafetá azul e amarela, muyto bem feita, e grande de huma braça per quadra, e cordões azues e brancos, posta em hum pique com o ferro estanhado». «Jorge Barreto foy desembarcado em braços de marinheiros que o poserão em terra com trinta homens, e se desembarcaram dos outros batés fidalgos muyto bem vestidos (... [seguem a cavalo]) e assy entrarão pola principal rua da cidade, que Gaspar Rodrigues, o lingoa, os hia encaminhando; com que forão ter á mesquita d’ElRey, que estaua junto da praça, e d’ahy voltarão, e forão ás casas d’ElRey». *Ibid.*, Liv. I, Tomo I-Parte II, cap. vi-Ano 1507, pp. 833, 834.

73 De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, pp. 188, 189.

74 *Ibid.*, Parte I, Liv. III, pp. 188, 191.

75 Pietro della Valle descreve as torres de ventilação de Lār: «On les nomme en Persan (...) Bad-ghir, comme qui diroit Pille-vent». *Troisiesme partie des fameux voyages de Pietro della Valle Gentil-homme romain sur nomme l’illustre voyageur* (Paris : Chez Gervais Clovzier, 1663), Lettre XVI. Des Iardins de Sciraz, p. 398 (1622.07.27).

76 De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, pp. 188–189, 190, 192. Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, p. 93.

77 De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, p. 189.

78 *Ibid.*, Parte I, Liv. III, pp. 189–190.

79 «São tantas as Nações, que nella habitão, que entrando eu em hũa caza a vizitar hum amigo, vi dentro nesta, mesma caza morarem christãos, Iudeos, Gentios, mas cada Ley em seu Repartimento: mas em soma se comunicavão, e fallavão como querião». Serrão (ed.), *Un voyageur portugais*, p. 92. O mesmo é referido por missionários jesuítas, em meados de Quinhentos.

80 Teixeira, *Relaciones*, p. 330. Don García conta «pocas menos de çien casas de Judios los mas dellos gente misera y pobre, fuera de algunos pocos que tienen algun caudal». Com a excepção desses, seriam judeus apenas de nome, porque não sabiam «Hebreo, ni outra cosa perteneçiente a su religion sino algunas cerimonias della mezcladas com otras de los Moros y Gentiles». De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, p. 191.

81 *Ibid.*, Parte II, Liv. VI, p. 593.

82 *Ibid.*, Parte I, Liv. III, p. 171.

83 *Ibid.*, Parte I, Liv. III, pp. 184–185, 187.

84 Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. III, cap. ij, p. 107.

85 Correia, *Lendas*, Liv. II, tomo II, cap. xlvii-Janeiro 1515, p. 408.

86 Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento & Conquista da Índia pelos Portugueses*, 3.ª ed. conforme a edição príncipes, revista e anotada por Pedro de Azevedo, 4 vols. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924–1933), vol. II, Liv. III, cap. cxlviii, p. 335.

87 Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, pp. 94–95 e nota 95; De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, pp. 184–185.

88 *Ibid.*, Parte I, Liv. III, p. 185; sobre o significado de Lard-i Amīr, Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, p. 195.

89 De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, p. 184.

90 Serrão (ed.), *Un voyageur portugais*, p. 94.

91 ‘Título das despesas da remda d’elRey d’Ormuz em cada hum ano’: ‘Gastos que mais ffaez em sua casa e alguns de fora’ (c. 1541–1543), *Mare Luso-Indicum. Études et documents sur l’histoire de l’océan Indien et des pays riverains à l’époque de la domination portugaise*, Tome II (Genève : Librairie Droz, 1973), p. 225.

92 Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, p. 94.

93 *Ibid.*, p. 95. ‘Carta do padre Gaspar Barzeu aos religiosos de Coimbra’, Ormuz, 1550.11.24, in DHM vol. IV, doc. 93, p. 533.

94 De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, p. 184.

95 Góis, *Crónica*, Parte II, cap. xxxv, p. 120. «A cisterna estaua da parta da praya qasy hum tiro de berço» (em tiro horizontal, cerca de 280 m). Correia, *Lendas*, Liv. I, Tomo I-Parte II, cap. viii-Ano 1508, p. 860. Pedro Marques de Sousa, ‘O conflito entre a China e Portugal em 1521–1522. A artilharia portuguesa no Oriente’, in ‘Dossier: Génese do Império Português do Oriente’, *Revista Portuguesa de História Militar*, Ano III, n.º 5 (Dezembro 2023), p. 132.

96 Serrão (ed.), *Un voyageur portugais*, p. 94.

97 Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, p. 95.

98 De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, p. 184. O ‘costume’ de depor e cegar o rei, não constituía uma tradição antiga, e terminaria com o acordo de protectorado português.

99 Kleiss, ‘Die portugiesische Seefestung’, p. 170, figs. 2 e 3. Embora a interpretação de Kleiss suscite dúvida, seria de considerar, que a situação de Ormuz, nos últimos tempos do protectorado português, mais do que em outro momento, poderia oferecer suficiente justificação, para o levantamento de uma estrutura de vigilância. Além disso, em Portugal, na época, estava a ser desenvolvida uma rede de postos de observação e aviso à navegação, ao longo da costa atlântica, e o assunto merecia, igual atenção, em territórios além-mar, do Estado da Índia. Em Moçambique, estava a ser considerada a instalação de serviço de avisos e sinalização, em Angoche, na segunda década de Seiscentos.

100 *Breue Tratado ov Epilogo de Todos os Visorreys, que tem hauido no Estado da Índia. Successos, que tiuerão no tempo de seus governos. Armadas de Nauios, & Galeoens, que do Reyno de Portugal forão ao dito Estado. E do que succedeo em particular a algãs dellas nas Viagens, que fizeram. Feito Por Pedro Barreto de Rezende Secretario do Senhor Conde de Linhares Vizorrey do Estado da India. No Anno de 1635.*, fol. 148 (Bibliothèque Nationale de France). A obra foi começada em 1635 e terminada em 1636. Teixeira da Mota considera que Pedro Barreto de Resende não foi o autor das setenta plantas manuscritas, que integram o exemplar de c. 1636, da Bibliothèque Nationale de France. Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica* (=PMC), 6 vols. (Lisboa. Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960–1962), vol. V, pp. 66–67. A imagem fol. 148 parece constituir um desenho apenas apontado, que ainda não foi trabalhado, conferindo uma precisão de traço, e finalizando os pormenores, o que dificulta a consideração da sua autoria..

101 Brás de Albuquerque, *Commentarios*, Parte I, cap. xxxvii, p. 189.

102 De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, p. 185.

103 *Ibid.*, Parte I, Liv. III, pp. 185–186.

104 Teixeira, *Relaciones*, p. 329.

105 Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, pp. 82–83.

106 De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, pp. 181–182.

107 Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, *Portvgaliae Monvmenta Cartographica* (=PMC), 6 vols. (Lisboa. Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960–1962), vol. IV, est. 420c.

108 De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, p. 193.

109 (No cerco pela armada dos turcos, em 1552) «O capitão da fortaleza dom Alvaro de noronha, inda que andaua mal desposto de coartans, sahio fóra com seiscentos homens, e chegou até a cruz de fóra da cidade, donde mandou espiar os inimigos, e sabendo estarem todos em terra, se recolheo para a fortaleza por conselho de todos os seus, até se ver o que os inimigos determinauão». Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, introdução e revisão por M. Lopes de Almeida (Porto: Lello & Irmão, 1976), Parte IV, cap. lxxxxiii, p. 1140.

110 A imagem corresponde ao folio 88r-«Fortaleza de Ormvz»; pertence ao *Livro de Plantaforma das Fortalezas da India*, integrado num ‘Atlas miscelânea’, de c. 1615-c. 1622. O códice anónimo é atribuído a Manuel Godinho de Erédia. A imagem corresponderá à parte mais antiga dos desenhos reunidos no Atlas, pois figura num fólio recto. PMC, vol. IV, est. 420c; pp. 39, 58–59. O desenho da cidade não inclui uma referência ao convento de Nossa Senhora do Carmo, dos Carmelitas Descalços, pelo que seria de supor que o seu autor visitou a ilha antes da fundação conventual dessa ordem mendicante, em 1612.

111 Manuel Godinho de Erédia (c. 1620) e Anónimo (c. 1640), *Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia* (Biblioteca da Fortaleza de São Julião da Barra, Arquivo de Defesa Nacional), in Rui Carita, *O lyvro de plantaforma das fortalezas da Índia: da Biblioteca da fortaleza de São Julião da Barra* (Lisboa: Defesa Nacional Inapa, 1999), p. 26 e fol. 18. Por comparação: a representação das três ermidas na imagem, e do estreito braço de mar, que forma um pequeno porto, junto a Nossa Senhora da Esperança, na imagem do *Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da India*, fol. 18. Sobre a obra: PMC, vol. IV, p. 71–73.

112 Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. II, cap. iiij, pp. 61, 64.

113 *Ibid.*, Liv. II, cap. iiij, p. 64.

114 Correia, *Lendas*, Liv. I, Tomo I-Parte II, cap. VII, p. 846. Brás de Albuquerque descreve com pequenas diferenças, e ressalta a visibilidade da torre, a partir de terra firme: «[C]omeçou a abrir os aliceces da torre de menagem a vinte e quatro dias do mês de Outubro do anno de mil e quinhentos e sete; e porque esta torre avia de ser tão alta, que podesse ser vista de toda a terra firme da banda da Persia, mandou fundar os alicerces muito largos, e da mesma maneira mandou fundar os muros da fortaleza, a que pos nome Nossa Senhora da Vitoria». Brás de Albuquerque, *Commentarios*, Parte I, cap. xxxvii, pp. 191–192.

115 Teixeira, *Relaciones*, p. 329–330.

116 Correia, *Lendas*, Liv. I, Tomo I-Parte II, cap. vii-ano 1507, p. 848.

117 Góis, *Crónica*, Parte II, cap. xxxiv, p. 116.

118 A ‘Planta da Fortaleza de Malaca’ integra o manuscrito autógrafo *Declaracam de Malaca e India Meridional com o Cathay em III Tract. ordenada por Emanuel Godinho de Eredia dirigido a S.C.R.M. de D. Phel. Rey de Espã. N.S.*, com a data de 1613, no frontispício. PMC, vol. IV, est. 412 G, e pp. 49–50.

119 Aubin, ‘Cojeatar et Albuquerque’, p. 134.

120 Góis, *Crónica*, Parte II, cap. xxxvi, p. 125. João de Barros não menciona o terrado. Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. III, cap. ij, p. 107.

121 Wolfram Kleiss, ‘Die portugiesische Seefestung’, pp. 166–183), p. 172, e Fig. 10.

122 Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. X, cap. ii, p. 422. No conselho esteve presente o embaixador do rei de Ormuz. Era natural da Sicília e tinha sido feito cativo dos Turcos, «e leuádo áquellas partes de Ormuz onde o fizeram mouro»; como tal entrara em Portugal, «e vendo o error em que andáua tornou-se recôcilhar com a igreja e foy de ca cô nome de Nicoláo Ferreira: quis Afonso Dalboquerque per os méritos que já tinha de fiel christam que esteuésse naquele consêlho». *Ibid.* Correia, *Lendas*, Liv. II, tomo II, cap. xlvii-Janeiro 1515, p. 405.

123 O rei teria 22 anos, pelo que corria o risco de ser cegado e afastado do trono. *Ibid.*, Liv. II, tomo II, cap. xlviii-Maço 1515, p. 419–420. Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. II, cap. ii, p. 423; cap. iij, p. 426. Em 1515, estavam mortos Sayfuddin, o rei com quem tinha sido estabelecido o acordo de protectorado (assassinado pelo irmão, que então era o rei), e o regente Hwāğa Āṭā («Cóge Atar»). Ra‘is Nūru-ddin, O regente que então governava, era «hómem velho e gotoso».

124 Correia, *Lendas*, Liv. II, tomo II, cap. xlviii-Abril 1515, p. 420.

125 *Ibid.*, Liv. II, tomo II, cap. liii-Agosto 1515, p. 453. Sobre o pedido «de hūas cásas vezinhas á fortaleza» para Afonso de Albuquerque e para o aposentamento de alguns capitães, *vid.*, igualmente, Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. X, cap. ii, p. 426.

126 Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. II, cap. i, p. 419; cap. iij, p. 426.

127 Correia, *Lendas*, Liv. II, tomo II, cap. xlviii-Abril 1515, p. 421.

128 Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. II, cap. iij, p. 426. Segundo Barros, Ra‘is Nūruddin ao ir ao encontro de Afonso de Albuquerque, foi acompanhado de um irmão do sobrinho, para actuar como «escuta», «porque sabia que este Raez Nórdim sempre se inclinára a nóssas cousas», mas o vice-rei falaria à parte com o regente. *Ibid.*

129 Correia, *Lendas*, Liv. II, tomo II, cap. xlix-Abril 1515, p. 422.

130 Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. II, cap. iij, p. 427. Sousa Viterbo elenca detalhadamente as intervenções atribuídas a Tomás Fernandes, contudo, após citar as fortalezas de Goa, Pangim e Calicut, não menciona, no seguimento, a de Ormuz. Sousa Viterbo, *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, 3 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988), vol. I, pp. 352–355. Tomás Fernandes era o mestre de obras reais da confiança de Afonso de Albuquerque. As obras de fortificação de Calecute e Goa, que realizou, tinham merecido elogios do governador, em duas cartas ao rei, de Novembro e Dezembro de 1513. Bulhão Pato e Mendonça (eds.), *Cartas de Affonso de Albuquerque*, tomo I, cartas n.º 26, p. 133, e n.º 41, p. 201. Após a morte de Afonso de Albuquerque, o mestre teria regressado ao reino, pelo que não teria permanecido, em Ormuz, a acompanhar a obra da fortaleza. Receberia uma carta de tença de D. Manuel, por serviços prestados, em 29 de Agosto de 1516.

131 Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. II, cap. iij, p. 427. Quarta-feira da Semana Santa terá sido dia 5 de Abril de 1515.

132 Entre os muitos presentes, o governador recebeu uma «cabaia»; «mostrando muyto prazer, tudo tomou, e deitou a cabaia sobre sy». Mais tarde, ofereceria os presentes aos fidalgos e capitães, que o acompanhavam, excepto a cabaia, dizendo, que «por todos faria huma vestimenta pera Nossa Senhora da Serra». Seria nessa ermida, de invocação da Conceição, em Goa, que seria sepultado, no fim desse ano. *Ibid.*, Liv. II, tomo II, cap. xlix-Abril 1515, pp. 424, 425.

133 O sobrinho do regente era persa; seria «capitam do Xéque Ismael», e pretendia tomar o poder, em Ormuz. Barros narra o assaltou que efectuou à casa do rei, ameaçando-o de morte, e poupando-lhe a vida, pelo que o tinha em suas mãos; teria também prendido o seu tio regente. Seria morto pelos portugueses, na casa onde pousava Afonso de Albuquerque, e os seus familiares e partidários forçados a abandonar a ilha; e o filho e mãe entregues ao rei para o que decidisse. Estes acontecimentos dão-se durante a estada da embaixada do Šāh Ismā‘il, em Ormuz, mas o embaixador não teria estado envolvido. Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. II, cap. v, pp. 430–438.

134 Correia, *Lendas*, Liv. II, tomo II, cap. li-Maio 1515, p. 438.

135 Luis Silveira, *Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do Ultramar*, 4 vols. (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1960), vol. III, n.º 514, p. 324.

136 Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, p. 83, e n. 17a.

137 Kleiss, ‘Die portugiesische Seefestung’, p. 172, e Fig. 9.

138 Correia, *Lendas*, Liv. II, tomo II, cap. li-Maio 1515, p. 439. «O Guernador foy com toda a gente armada, (...) entrando pola porta dos paços, que era perto da porta da fortaleza, onde o veo receber Resnordim [Ra‘is Nūruddin], e o gozil, homem mancebo, chamado Raix Xarafo [Ra‘is Sharaf], que lhe fizeram suas grandes cortezas», *ibid.*, cap.lii-Julho 1515, p. 448.

139 *Ibid.*, Liv. II, tomo II, cap. li-Maio 1515, p. 439.

140 Kleiss, ‘Die portugiesische Seefestung’, p. 172.

141 *Ibid.*, p. 181 e Fig. 24.

142 ‘Azeite para a lâmpada de Nossa Senhora’, Ormuz, 1524, in DHM vol. II, doc. 12, p. 35.

143 Certificado de Simão de Melo Pereira, emitido a pedido de D. Gonçalo da Silveira, Mascate, 1622.07.03, in ‘Processo Inedito do Seculo XVII’, in Luciano Cordeiro, *Batalhas da India: Como se perdeu Ormuz* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1896), p. 291.

144 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. I, cap. xxiii, p. 76.

145 Os capitães diriam ao Governador que os alicerces «erão fraquos, que deuião de ser mais grossos. Elle respondeo: ‘Estes assy como vedes, se os guardarem com verdade e sem tirania, são tão fortes que sobejão; mas se n’estas terras se nom guardar verdade e humanidade, a soberba nos derrubará quantos muros tiuermos, por mais fortes que sejam. Portugal he muyto pobre, e os pobres cobiçosos se conuenterão em tyranos. As cousas da Índia fazem grandes fumos: hei medo que pelo tempo em diante o nome que agora temos de guerreiros se torne em tyranos cobiçosos’». Correia, *Lendas*, Liv. II, tomo II, cap. li-Maio 1515, p. 439; descrição da construção da cerca, *ibid.*, pp. 438–440.

146 As torres de forma oitavada, com a função de torre de ventos e faro, correspondiam a um conhecimento praticado, em obras realizadas, mas não escrito. No renascimento, os desenhos de Giuliano da Sangallo, da torre de Boécio, de Pavia, e da torre dos Ventos, de Atenas (esse desenho, uma cópia de um levantamento original de Ciriaco de Ancona, integrando uma recolha de antiguidades gregas), ofereceriam uma imagem de referência, que seria incorporada, em figura e descrição, nos tratados de arquitectura do Renascimento, em particular na imaginação da torre de ventos, ilustrando uma passagem do tratado de Vitruvio, *De architectura*.

147 Barros, *Asia*, Segunda Decada, Liv. III, cap. iiij, p. 66.

148 Andrada, *Crónica*, Parte IV, cap. lxxxxiii, p. 1141.

149 Correia, *Lendas*, Liv. II, tomo II, cap. li-Junho 1515, p. 442.

150 Carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel I, Ormuz, 1515.09.22, in Bulhão Pato e Mendonça (eds.), *Cartas de Afonso de Albuquerque*, tomo I, doc. 101, p. 379.

151 Acrescenta justificando, «porque ho chão que tinha parela era muyto pequeno pera se poderem alojar mil & quinhêtos homens, & mantimentos pareles, & estrebarias pera cem caualos, & a feytoria que auia destar dentro: & a fora isso que a fortaleza era cercada dagoa com preamar dagoas viuas, & não podião ir aa cidade se não per mar o que era muy grande oressam pera os que morassem dentro, por isso que lhe auia de dar seruentia por aquelas casas». Castanheda, *História*, Liv. III, cap. cxlviii, p. 355.

152 «A nosa forteleza per aquela parte e cerço que entra nas casas del Rey, fica lhe o muro sobre o pouso dos ponemtes; e porqe ás vezes as mareas d aguas vivas sam gramdes, e a porta principall da forteleza está na praya, fiz outra porta contra a cidade, e abry as casas velhas del Rey, e faço hum caminho e seruentia per aly pera a cidade em tall maneira que, afora a nosa forteleza, todo lamço do seu muro que eles tinham da bamda do ponemte, fica comnosco e hũa porta gramde de sua seruentia que hia pera o mar, e junto com a porta hūas casas muy gramdes e bem obradas que cojatar fez, em que espero d asemtar a vosa feytoria; fica por agora de servimtia a elRey hūua porta que vay pera a cidade, e outra que vay pera o pouso dos levamtes». Carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel I, Ormuz, 1515.09.22, in Bulhão Pato e Mendonça (eds.), *Cartas de Afonso de Albuquerque*, tomo I, doc. 101, p. 379.

153 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxxxi, p. 148.

154 Correia, *Lendas*, Liv. II, tomo II, cap. lii-Julho 1515, p. 446.

155 *Ibid.*, Liv. II, tomo II, cap. v-Maço 1516, p. 478. Moreira (dir.), *História das fortificações portuguesas* (Lisboa: Alfa, 1989), p. 114.

156 Em trabalho de campo, João Campos obteve, em 2002, a informação de um guarda do monumento, de que a porta do lado poente não teria existido, «tendo sido feita uma padieira utilizando os blocos de pedra talhada em coral que pertenciam às nervuras das abóbadas próximas». Esse dado concorre para a sua interpretação de que a edificação teria sido originalmente destinada a igreja, e subsequentemente teria sido transformada em cisterna. Campos, *Arquitectura militar portuguesa no Golfo Pérsico*, pp. 226–227, e nota 81. Cfr. referências a apontamentos de João Campos, in Outeiro, *No Irão Ormuz*, p. 67–68. Não seria possível, neste contexto, reunir e desenvolver os argumentos para as hipóteses alternativas de cisterna ou igreja, considerando as

informações obtidas em trabalhos de campo, elas próprias condicionadas pelo que se observa, e se busca na interpretação. Será de referir que a grande cisterna de «Cojeatar» também tinha duas portas: «Diniz Fernandes de Mello se adiantou com sua gente do mar, que leauauão alavancas, e picões, e enxadas, com que foy ás portas da cisterna, que erão duas, e as quebrou, e per cyma quebrou as paredes e bocas da cisterna». Correia, *Lendas*, Liv. I, Tomo I-Parte II, cap. viii-Ano 1508, p. 861.

157 Correia, *Lendas*, Liv. II, tomo II, cap. liii-Agosto 1515, p. 454.

158 ‘Livro dos pesos da Ymdia, e assy medidas e mohedas escripto em 1554 por Antonio Nunez’, e ‘Tabella das medidas de capacidade que se usavam na India reduzidas á medida métrico-decimal’, in Felner (dir.), *Subsídios para a Historia da India Portuguesa*, p. 59.

159 Tabela da correspondência — Ormuz, in ‘Livro dos pesos da Ymdia’, pp. 50-54. Considerando os valores indicados, segundo o tipo de mercadoria, o valor mínimo de «baar» equivaleria a cerca de 207,50 kg, e um valor médio a cerca de 235,80 kg, um peso equivalente ao da capacidade de uma ‘pipa de quarto’.

160 Kleiss, ‘Die portugiesische Seefestung’, p. 172.

161 Campos, *Arquitectura militar portuguesa no Golfo Pérsico*, p. 197 (legenda, n.º 3); p. 222.

162 ‘Livro da despesa das obras efectuadas por Cristóvão da Gama, feitor de Ormuz’, Ormuz, Junho de 1525 a Junho de 1527, in Farinha, *Os Portugueses no Golfo Pérsico*, doc. 18, pp. 82-93.

163 Registo em Janeiro de 1526, ‘Livro da despesa das obras’, p. 86.

164 ‘Livro da despesa das obras’, pp. 89, 91, 92.

165 Moreira (dir.), *História das fortificações portuguesas*, p. 114. Carta de Cristóvão de Mendonça a D. João III, Ormuz, 1528.07.11, in Schurhammer, *Die zeitgenoessischen Quellen*, n.º 116, p. 11. A carta foi enviada por terra.

166 ‘Carta de Luís Martins de Portalegre a D. João III’, Cochim, 1527.12.07, in Schurhammer, *Die zeitgenoessischen Quellen*, n.º 113, p. 11.

167 ‘Livro da despesa das obras’, passim, p. 89.

168 D. João de Castro, ‘Roteiro que fez Dom Joam de Crasto da Viagem que Fezeram os Portugueses Desda Imdia Atee Soez’, in Cortesão e Albuquerque, *Obras Completas de D. João de Castro*, vol. II, p. 320.

169 ‘Livro da despesa das obras’, pp. 87, 92.

170 *Ibid.*, pp. 91, 93.

171 *Commentarios do Grande Capitam*, passim.

172 Registo de despesas em Novembro de 1526 e Fevereiro de 1527, ‘Livro da despesa das obras’, pp. 90, 91.

173 Martim Afonso de Melo a D. João III, Ormuz, 1540.09.25. Corpo Cronológico, Parte I, mc. 68, n.º 41. <PT/TT/CC/1/68/41. <https://digitarq.arquivos.pt/document-details/abcbabofba2e4cd2be69de57af62d09b>. «Baute Torbollwerk und contramuro, begann Westbollwerk», in Schurhammer, *Die zeitgenoessischen Quellen*, n.º 568, p. 42.

174 *Ibid.*

175 Documento de Çargol Xa, 1541.09.11, *ibid.*, n.º 834, p. 58.

176 Requerimento de Sebastião Lopes Lobato, finais de 1541, *ibid.*, n.º 881, p. 61.

177 (Trad.) ‘Carta de Luís Falcão a D. João III’, Ormuz, 1544.11.25. «Baute Bollwerk um Kirche und Mauer», in Schurhammer, *Die zeitgenoessischen Quellen*, n.º 1313, p. 88.

178 Kleiss, ‘Die portugiesische Seefestung’, p. 176.

179 ‘Carta de Luís Falcão a D. João de Castro, governador do Estado da Índia’, Ormuz, 1546.01.01, in Cortesão e Albuquerque, *Obras Completas de D. João de Castro*, vol. III, doc. 118, pp. 113-114.

180 «As obras que fiz nesta fortalleza sem Sua A. fazer nenhuma despesa foy hum hymtulho como balluarte da Igreja ao balluarte do alcayde mor, que tem hem compyrdão dozemos e cimquoemta pez e hem llarguo dez pez e hem allto vymte cimquo palmos, que foy avallado este ymtulho hem quaremta leques; tapey mays ha caua por amballas bamdas com parede de dezaseys pez de llarguo, que me custou dez; ysto tudo fiz com piditoryos e com ser mays desemvergonhado e hempurtuno que hum framcisquano». ‘Carta de Luís Falcão a D. João de Castro, governador do Estado da Índia’, Ormuz, 1546.01.01, *ibid.*, vol. III, doc. 118, pp. 113-114.

181 ‘Carta de Luís Falcão a D. João de Castro, governador do Estado da Índia’, Ormuz, 1545.11.12, *ibid.*, vol. III, doc. 98, p. 101.

182 ‘Resumo de carta de Bastião Lopes Lobato a D. João de Castro, governador do Estado da Índia’, Ormuz, 1546.03.07, *ibid.*, vol. III, doc. 150, p. 133.

183 ‘Carta de Bastião Lopes Lobato a D. João de Castro, governador do Estado da Índia’, Ormuz, 1546.11.30, *ibid.*, vol. III, doc. 392, p. 271.

184 Duas cartas de D. Manuel de Lima a D. João de Castro, governador do Estado da Índia, Ormuz, 1547.07.23, e 1547.09.27, *ibid.* vol. III, doc. 568, p. 424, e III, doc. 603, p. 456.

185 O Caderno de despesas, relativo à fortaleza de Diu, inclui registos, entre 1546.11.22 e 1547.04.15. ‘Caderno de despesas que se fizeram no fazimento da fortaleza de Dio, Diu, 1546.11.22 a 1547.04.15, in Schurhammer, *Die zeitgenoessischen Quellen*, n.º 3021, p. 200.

186 A indicação é breve: «As obras da fortificação abaluarda que substituíram a primitiva devem ter começado pouco depois, sob orientação, e por certo também, o plano de Francisco Pires». Pedro Dias, *Arte de Portugal no Mundo. África Oriental e Golfo Pérsico* (Lisboa: Público, Comunicação Social, 2008), p. 103.

187 Fernando de Souza (de Távora) a D. João III, Baçaim, 1547.11.24, in Schurhammer, *Die zeitgenoessischen Quellen*, n.º 3484, p. 227.

188 Kleiss, ‘Die portugiesische Seefestung’, pp. 172-173.

189 *Ibid.*, p. 179.

190 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxxiii, p. 111.

191 «Se a V. S. lhe parecer bem que esta fortaleza se faça cousa muy forte, como parece rezão que esta e Dio sejam jnespunabes, duas cousas vy nela que se podem fazer desta fortaleza com ela ficar forte: esta fortaleza esta asentada peguada com a agua do mar que bate nos baluartes em huma ponta, e de hum mar ao outro, que he a largura do terreiro que esta defromte da fortaleza, he oyntenta braças, e se pode fazer huma caua tão largua que se meta lo mar por huma bamda e pela outra e que fique sempre a caua alaguada e a fortaleza fiquara como Ilha; e da caua que agoura tem esta fortaleza as casas da çidade o que fica em terreiro a sesemta braças de comprimento e tambem tem desposição para se fazer outro muro e baluartes como os que V. S. mandou fazer a fortaleza de Dio, aymda que a ordem que V. S. de lla der qa ade ser melhor que todas; e esta fortaleza crea V. S. qu’a mester fazerse forte porque tem diso muita neçesidade». ‘Carta de D. Manuel de Lima, capitão da fortaleza, a D. João de Castro, governador do Estado da Índia’, Ormuz, 1547.07.23, in Cortesão e Albuquerque, *Obras Completas de D. João de Castro*, vol. III, doc. 568, p. 425.

192 Mir Beruz ao rei, Ormuz, 1548.12.03, in Schurhammer, *Die zeitgenoessischen Quellen*, n.º 4065, p. 266.

193 ‘Carta de D. Manuel de Lima a Pero de Alcáçova Carneiro’, Ormuz, 1549.12.12, *ibid.*, n.º 4311, p. 290.

194 ‘Carta de Thomé Serrão a D. João III’, Ormuz, 1550.11.24, *ibid.*, n.º 4539, p. 307.

195 «Que logo primeyro que tudo entendesse com muyta diligencia em fortificar a fortaleza de Ormuz, porque ainda que por cartas de dom Manoel de Lima, que então era capitão della, tinha auiso que estaua tão forte que se podia bem defender, todauia trabalhasse polla fazer mais forte, e lhe acrescentasse as cousas que leuaua em hum apontamento que lhe mandara dar sobre isso, e desse ordem com que a gente da terra e os escrauos dos moradores, e os del Rey seruissem nella pois se fazia para comum defesaõ de todos, por onde parecia que serião bons de persuadir a isso». Andrada, *Crónica de D. João III*, Parte IV, cap. lxxi, pp. 1070-1071.

196 ‘Carta de D. Álvaro de Noronha para D. João III’, Ormuz, 1550.11.25, in Salih Özbaran, ‘Two Letters of D. Alvaro de Noronha from Hormuz. Turkish Activities along the Coast of Arabia 1550-1552’, in *The Ottoman Response to Portuguese Expansion. Studies on Ottoman-Portuguese Relations in the Indian Ocean and Ottoman Administration in the Arab Lands during the sixteenth century* (Istanbul: The Isis Press, 1994), pp. 247-261.

197 *Ibid.*, p. 248.

198 *Ibid.*, pp. 248-249.

199 *Ibid.*, p. 249.

200 *Ibid.*, p. 249.

201 Os galeões vararam-se «entre o baluarte de Sam Pedro, & o do mar em sinquo braças de fundo, lugar & sitio, a onde mais representauão embarcações de mercadores, que galeões de armadas Portuguezas, temor, & assombro de todo o Oriente». *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxx, p. 99.

202 ‘Carta de D. Álvaro de Noronha a D. João III’, Ormuz, 1550.11.25, in Özbaran, ‘Two Letters’, p. 250.

203 Ida do cortejo real à fortaleza: «Em chegando à fortaleza se tocauão os tambores na praça darmas, & vinha saindo para fora huma companhia de soldados, que

estendida pella ponte se punha em guarda della, apeauase el Rey à porta da ponte, por não dar lugar ao Capitão da fortaleza que lhe tuesse o estribo (conforme seus estatutos) & indo andando pella pôte lhe sahia o Alferez no meyo della, & lhe abatia sinquo vezes a bandeyra, pello que tinha del Rey cem pataquas todas as vezes, que hia à fortaleza, & a companhia se não sahia da ponte até que se recolhia». *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. I, cap. viii, p. 25.

204 Botelho, ‘Título das casas’, p. 94.

205 ‘Carta do padre Gaspar Barzeu aos seus confrades na Índia e na Europa’, Ormuz, 1549.12.01, in DHM vol. IV, doc. 71, p. 375.

206 ‘Carta de Reis Nordim a D. João III’, Ormuz, 1551.10.05, in Schurhammer, *Die zeitgenoessischen Quellen*, n.º 4693, p. 321.

207 ‘Carta do padre António Mendes a S. Inácio’, Ormuz, 1554.10.20, in DHM vol. VII, doc. 67, p. 338. Em 1549, o padre Gaspar Barzeu faz referência que invernavam, na fortaleza, sempre, 700 a 800 homens. ‘Carta do padre Gaspar Barzeu aos seus confrades na Índia e na Europa’, Ormuz, 1549.12.01, in DHM vol. IV, doc. 71, p. 388.

208 Dejanirah Couto, ‘O ocase de uma carreira excepcional: Piri Re’is, o cerco de Ormuz (1552) e a questão de Bassorah’, in *Uma relação entre Portugal e a Turquia em torno de Piri Reis* (Lisboa: Academia de Marinha, 2018), p. 130.

209 Andrada, *Crónica*, Parte IV, cap. lxxxiii, pp. 1141.

210 Kleiss, ‘Die portugiesische Seefestung’, p. 180.

211 *Ibid.*, Fig. 12.

212 ‘Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Afonso de Noronha’, Ormuz, 1552.10.31, in Özbaran, ‘Two Letters’, pp. 262-263.

213 ‘Carta do padre António Mendes a S. Inácio’, Ormuz, 1554.10.20, in DHM vol. VII, doc. 67, p. 338.

214 ‘Carta de D. Álvaro de Noronha a D. João III’, Ormuz, 1550.11.25, in Özbaran, ‘Two Letters’, p. 249.

215 Kleiss, ‘Die portugiesische Seefestung’, Fig. 12.

216 Nelson Moreira Antão, *D. Antão de Noronha. Esboço do percurso biográfico de um vice-rei da Índia. 1520-1569 (2002)*, p. 8.

217 Diogo do Couto, *Da Asia* (Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1683), Década VII-Parte II, Liv. VII, cap. x, p. 142. Rafael Moreira, ‘Inofre de Carvalho, a Renaissance Architect in the Gulf’, in ‘Bahrain in the 16th Century — An Impregnable Island’, Monika Kervan, *French Archaeological Mission at Bahrain* (State of Bahrain: Min. of Information, 1988), p. 91.

218 ‘Carta de D. Filipe II a D. João Coutinho, vice-rei da Índia’, Lisboa, 1620.03.27, in Raymundo Antonio de Bulhão Pato e António da Silva Rego (dir.), *Documentos remetidos da Índia ou Livros das Monções publicados de ordem da Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas-Lettras da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (=DRI), 10 tomos (Lisboa: Academia Real das Ciências / Imprensa Nacional, 1880-1982), vol. VII, doc. 76, p. 75. Durante a dinastia filipina, as cartas escritas em Lisboa, em nome do rei, implicavam um processo mais complexo de decisão e transmissão de ordens régias, e, em função dos assuntos, um nível de governo prosseguido pelo vice-reinado, em Lisboa.

219 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxxviii, pp. 137-138.

220 O elogio da sua acção em Ormuz compreende três vertentes, a primeira relativa ao provimento das «notáveis obras que fez para fortificação», e outros aspectos de âmbito militar (cap. 13.º); a segunda acerca do seu grande zelo, «em matérias da religião», relativas à história da conversão de D. Filipa e de seu irmão mais pequeno D. Afonso (cap. 14.º); e a terceira a respeito do seu «bom governo» da capitania (cap. 15.º). Antonella Vignati, ‘Vida e Acções de Mathias de Albuquerque Capitão e Viso-Rei do Estado da Índia’ (Parte I e II), *Mare Liberum* n.º 15 (Junho 1998), pp. 139-245, e n.º 17 (Junho 1999), pp. 267-360.

221 Vignati, ‘Vida’ (Parte I), pp. 197, 233.

222 *Ibid.*, pp. 197-198. Matias de Albuquerque nasceu em Lisboa, em 1547; e ainda criança foi entregue à guarda de seu tio, Brás de Albuquerque, filho de Afonso de Albuquerque. Com cerca de 12 anos entrou no Paço, a servir el-rei D. Sebastião. *Ibid.*, pp. 157-159. Integrava assim o núcleo de jovens fidalgos, que juntamente com o jovem rei, partilhavam de um ambiente e formação a que se chamaria a ‘aula do Paço’, preparando para uma alta carreira militar e política. À luz dessa formação se poderiam enquadrar certas medidas tomadas por Matias de Albuquerque, Apesar do carácter panegírico do esboço biográfico da vida de Matias de Albuquerque, não seria possível deixar de reconhecer,

nas medidas tomadas relativamente à fortaleza e direcção dos homens, que lhe estavam cometidos, decisões de bom governo.

223 *Ibid.*, p. 197. O arquitecto seria Giovanni Battista Cairati, ou Cairato, que seguiu com D. Duarte de Meneses (1584–1588) para a Índia, e terá acompanhado o vice-rei na sua ida a Ormuz.

224 *Ibid.* As «florestas de teca, na costa ocidental da Índia, forneciam de madeiras duráveis as docas de Goa», para a construção naval. Boxer, ‘O Império Português’, p. 468.

225 Vignati, ‘Vida (Parte I)’, p. 198.

226 Goís, *Crónica*, Parte I, cap. liii, p. 125. A figura do infante D. Henrique já não apresenta a espada levantada.

227 A fortaleza «al principio quando Alphonso de Albuquerque la fundo, no era mas que dos torres pequenas, que agora estan despues de la primera puerta y la cabo de una plaçeta que allí se haze, estando, como esta agora, en lo grueso de la pared de la primera torre, una figura de este famoso capitán armado». De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, p. 186.

228 Vignati, ‘Vida’ (Parte I), p. 199.

229 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxx, p. 97. Don García também menciona o fosso e a facilidade com que poderia ser aberto, entrando a água do mar por ambas as partes. De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, p. 187.

230 ‘Carta de D. Filipe I, por Miguel de Moura, ao vice-rei’, Lisboa, 1591.01.12, in J.H. da Cunha Rivara, *Archivo Portu-guez-Oriental* (1.ª ed. 1861, New Delhi Madras: Asian Educational Services, 1992 reprint), Fascículo 3.º, doc. 76, p. 268.

231 ‘Carta em nome de D. Filipe I, por Miguel de Moura, ao vice-rei’, Lisboa, 1591.01.12, *ibid.*, doc. 33, p. 117.

232 ‘Carta de Diogo Velho ao vice-rei, o Conde-Almirante’, Lisboa, 1593.04.05, *ibid.*, doc. 337, p. 884–885.

233 Viterbo, *Dicionário histórico e documental*, vol. I, n.º 105 bis, p. 527–528. Em 1595, João Bautista Cairato, pretendia regressar ao reino, dispondo-se a levar consigo a ‘Relação’, que tinha elaborado, para entregar em mão a el-rei, não deixando uma cópia na Torre do Tombo de Goa (regressaria em 1596).

234 Carta não terminada e sem data (posterior a Setembro 1516), in DRI tomo V, doc. 1137, pp. 248–249.

235 (Trad.): «untererdisches Gewölbe». Kleiss, ‘Die portugiesische Seefestung’, Fig. 12.

236 ‘Carta de Luís Falcão a D. João de Castro, governador do Estado da Índia’, Ormuz, 1546.01.01, in Cortesão e Albuquerque, *Obras Completas de D. João de Castro*, vol. III, doc. 118, pp. 113–114.

237 (Trad.): «Hof über / Auffühlung». Kleiss, ‘Die portugiesische Seefestung’, Fig. 12.

238 Carta não terminada e sem data (posterior a Setembro 1516), in DRI tomo V, doc. 1137, p. 249.

239 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxxvii, p. 134.

240 *Ibid.*, *passim*.

241 ‘Carta de D. Filipe II a Rui Lourenço de Távora, vice-rei da Índia’, escrita pelo Conde Almirante, Lisboa, 1610.02.13, in DRI tomo I, doc. 110, pp. 322–331.

242 As informações foram obtidas, por Alexandre Pinto da Fonseca, que ali foi com os religiosos de Santo Agostinho. ‘Carta de D. Filipe II ao vice-rei’, Lisboa, 1611.03.15, in DRI tomo II, doc. 205, pp. 100–105.

243 ‘Carta de D. Filipe II a D. Jerónimo de Azevedo, vice-rei da Índia’, Lisboa, 1615.01.03, in DRI tomo III, doc. 488, p. 172.

244 ‘Carta de D. Filipe II ao vice-rei’, subscrita em Lisboa pelo Duque de Villahermosa, e o Conde de Ficalho, 1618.02.05, in DRI tomo IV, doc. 967, p. 346.

245 Até 1619, ainda era aguardada a ida de António Pinto da Fonseca a Ormuz, quando regressasse de Malaca (DRI tomo IV, *passim*). Em 1619, estava em Goa, como desembargador; em 1620, era vedor da Fazenda de Malaca, havia três ou quatro anos; e em 1621, detinha o cargo de capitão-geral do Sul, residindo em Malaca. Em 1620, como também não podia assistir nas fortificações das terras de Bardez, conforme mandado do rei, Júlio Simões seria incumbido de tirar «hũa planta do sitio das ditas terras, e das fortificações que tem, e que com todas as declarações necessárias», devendo o vice-rei enviar a António Pinto da Fonseca.

‘Carta de D. Filipe II ao vice-rei’, Lisboa, 1620.03.05, in DRI tomo VI, doc. 27, p. 317. Sobre este assunto e outros envolvendo António Pinto da Fonseca, DRI tomo VI e VII, *passim*.

246 ‘Carta de D. Filipe II ao vice-rei’, Lisboa, 1620.03.05, in DRI tomo VI, doc. 13, p. 305. No mesmo dia, o rei escrevia outra carta ao vice-rei, encomendando que enviasse Júlio Simões à fortaleza de Soar, uma vez que António Pinto da

Fonseca se achava em Malaca e não podia sair dali com a brevidade que importava «prover se na defenção de Soar». *Ibid.*, doc. 10, pp. 301–302. Nessa altura, Júlio Simões era já cavaleiro fidalgo da casa de el-rei, e um mestre considerado, engenheiro-mor do Estado da Índia e mestre arquitecto das obras da Sé de Goa. Seguiu para a Índia na armada com o vice-rei, o conde almirante D. Francisco da Gama, em 1596, para tomar o cargo que fora de João Bautista Cairato, e ainda vivia em Fevereiro de 1621. Viterbo, *Dicionário histórico e documental*, vol. III, pp. 50–59.

247 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxxv, p. 116.

248 ‘Part of a letter written to Sir Iohn Wostenholme by T. Wilson Chyrurgion; containing many particulars of the Ormuz warre and cause thereof; as also of the most admirable taking of a great Portugal ship well manned, by a small English Pinesse.’, *Purchas His Pilgrimes. In Five Bookes, The Second Part* (London: Printed by William Stansby for Henrie Fetherstone, 1625), Lib. 10, § III, p. 1791.

249 ‘Memorial de algunos avisos importantes al servicio de Vuestra Magestad acerca de la conservacion de la fortaleza de Ormuz y de la conveniencia que ay de llevar a Vuestra Magestad adelante la amistad con el rey de Persia enquanto se fortifica para la seguridad della y de toda la isla y a la India por el capitan y sargento mayor Silvestre de Borja Pacheco’, subscrito por Cristóvão Soares, sem data, c. 1618–1619, in DRI tomo VII, doc. 81, p. 85.

250 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxxv, p. 118.

251 ‘Carta do Veador da fazenda de Ormuz para o Gouvernador Fernão d’Albuquerque’, Ormuz, 1622.04.28, *Apologéticos Discursos Oferecidos a Magestad Del Rei Dom Ioam Nosso Senhor quarto do nome entre os de Portugal. Em Defesa da Fama, e Boa Memoria de Fernão d’Albuquerque do seu Conselho, e Governador, que foi da India. Contra o que delle escreueo D. Gonçalo de Cespedes na Chronica del Rei D. Phelippe quarto de Castella. Por Lvis Marinho D’Azevedo natural desta Cidade* (Lisboa: Por Manoel da Sylua, 1641), Discurso decimosexto, p. 124. Cfr. a mesma carta (2.ª via), in ‘Processo Inedito do Seculo XVII’, in Cordeiro, *Batalhas da India: Como se perdeu Ormuz*, p. 207.

252 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxxviii, pp. 135–136.

253 *Troisiesme partie des fameux voyages de Pietro della Valle*, Lettre XVIII. Dv Vaisseav de la baleine, iv, pp. 631–635.

254 «Et ce qui est le pis, c’est qu’il n’y a aucun rempart ou terrain au-dedans des murailles, pour se retrancher en cas qu’on soit pressé, qui est le plus grand défaut d’une place». *Ibid.*, Lettre XVIII, iv, p. 632.

255 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxxxi, p. 150.

256 (Os persas) «[E] assi se resolverão em derribar com minas o baluarte de Sanctiago pela caua, que inaduertida, e obstinadamente se não abrio, & continuando a que lhe tinha cahido, encostados mais ao mar, com agoa pelos juelhos, se chegarão ao pé do baluarte, fortificando [a mina] para que o estrôdo da artilharia a não tornasse a arruynar». *Ibid.*, Liv. II, cap. xxxv, p. 116–117. Após um contra-ataque dos portugueses, «chegarão os nossos de volta ao pé do baluarte da casa da poluora, a tempo, que acharão já a marê chea, & com tam grande mateta, & tam grossa, que era impossuiel poder passalo a pé. O que vendo Simão de Mello mandou terranquins, em que se recolherão à fortaleza, aonde forão recebidos com tanta gloria, como suas audenteadas obras merecião». *Ibid.*, Liv. II, cap. xxxvi, pp. 125–126.

257 Tem sido aventada a hipótese de que o edifício de cisterna, implantado no meio do recinto manuelino, teria sido originalmente construído com a finalidade de igreja, considerando a escala, a organização em três naves e o esforço construtivo investido na sua edificação. O tipo de grande sala, com suportes verticais e cobertura em abóbada, foi aplicado em edifícios com múltiplas finalidades de uso. A finura de desenho e a qualificação ornamental, entre outros aspectos de acabamento, contribuiriam para estabelecer a distinção, segundo a finalidade. Se a obra tivesse sido realizada de início, com a finalidade de igreja, não se compreende o silêncio que se abateu sobre a edificação, na documentação e na narrativa de visitantes, que nunca a mencionam. No espaço de cultura do Mediterrâneo, como no Golfo Pérsico, no contexto em que se se encontravam os portugueses, a cisterna constituía uma garantia estratégica de sobrevivência, dir-se-ia mais importante e prioritária do que uma grande igreja.

Por sua vez, a organização de igreja de três naves justificava-se em função de uma estratificação social, e de género,

uma situação que não se afiguraria premente, no caso das forças militares e de civis portugueses, estantes em Ormuz, aquando da fundação da fortaleza. Considerando os regimentos régios atribuídos a fortalezas do Estado da Índia, em particular os capítulos impondo ao porteiro o controlo apertado de entradas e saídas, não seria plausível considerar um acesso corrente dos moradores cristãos locais, aos recintos fortificados, obrigando inclusive a um percurso alongado, devassando o interior da fortificação. Desse ponto de vista, por sugestiva que seja, não parece pertinente a comparação com o caso da igreja paroquial, dentro do castelo de Viana do Alentejo, em Portugal, cuja configuração é semelhante à fortaleza manuelina de Ormuz.

258 Kleiss, ‘Die portugiesische Seefestung’, p. 172, e figs. 11, 12.

259 A sequência de documentos, relativos a obras, é acompanhada de registos de despesa com cinco «mãos» de azeite de gergelim para a lâmpada da igreja, que haviam de ser gastas, por mês, em três ou quatro meses seguintes. Doc. Despesa com azeite de gergelim para lâmpada da igreja, Ormuz, 1525.01.02, DHM vol. II, doc. 15, p. 45; 1526.03.02, *ibid.*, doc. 33, p. 79; 1526.06.04, *ibid.*, doc. 38, p. 95. Os documentos relativos a obras encontram-se publicados igualmente em DHM vol. II, *passim*, e bem assim constam no ‘Livro da despesa das obras’ do feitor Cristóvão da Gama (1525 a 1527).

260 Citam-se em pormenor algumas das obras, porque a descrição revela a amplitude da intervenção: 70 «pregos de solhado, pera os symprez [cimbres] que se fazem pera os arcos da igreja (1525.01.09); 6 «pernes grandes» para pregar duas traves da igreja (1525.03.20); 40 «pernetes para pregar humas traves na igreja» (1525.03.21); 150 «pregos palmares, e quatro duzias de tachas para emmadeyrarem a igreja» (1525.03.30); 200 «pregos palmares» para a mesma finalidade (1525.04.04); 250 «pregos de solhado pera a igreja» (1525.04.08); 100 «pregos pequenos pera armar a ygreja as Endoenças» (1525.04.11); 1000 «pregos de galeote pera se pregar e solhar esta igreja» (1525.04.30); 600 «pregos de toda a sorte pera pregar e solhar a igreja» (1525.05.04); 60 «pregos pera se armar a ygreja, per se coreger o cruzeyro» (1526.03.25); 50 «pregos pera o coregymento da dita yrgeja, e estes pregos ande ser dos mallabares» (1526.03.27), in DHM vol. II, docs. 16, 19–26 e 35–36, pp. 46, 50–57, 88–89. O ‘Livro da despesa das obras’ do feitor Cristóvão da Gama contém o registo de outras despesas, realizadas entre Junho de 1525 e Junho de 1527, mas não inclui estas constantes em DHM vol. II.

261 ‘Glossário’, Farinha, *Os Portugueses*, p. 106.

262 Obras na Igreja de Ormuz, 1526.03.25, in DHM vol. II, doc. 35, p. 88. ‘Livro da despesa das obras’, p. 87.

263 Em cartas dos padres jesuítas, que estiveram em missão, em Ormuz, é feita referência ao número de pessoas que assistiam a celebrações litúrgicas na igreja, contudo, por vezes, em particular a informação prestado pelo padre Gaspar Barzeu, parece ser exagerada. Diz o Jesuíta que a igreja é «pequena», no entanto, afirma que ao domingo, «depois do jantar», «se ajuntão na ygreja quinhentas ou seiscentas almas para a doutrina: molheres e homens, e meninos e escravos». ‘Carta do padre Gaspar Barzeu aos seus confrades na Índia e na Europa’, Ormuz, 1549.12.01, in DHM vol. IV, doc. 71, p. 400, 402.

264 «Eu mamdey fazer na metade da praça hum pilourinho com su arca forrada de chumbo por cima, com suas pomas e grimpas com as armas de vos alteza, e com nove degraos de pedraria: aly mamdo fazer a justiça, e elRey nam faz justiça de nehuum homem da terra, sem mo primeiro mamdar dizer». ‘Carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel I’, Ormuz, 1515.09.22, in Bulhão Pato e Mendonça (eds.), *Cartas de Afonso de Albuquerque*, tomo I, doc. 101, p. 374.

265 Correia, *Lendas*, Liv. II, tomo II, cap. li-Maio 1515, p. 441.

266 Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, p. 92.

267 Çargol Xa, Ormuz, 1541.09.11, in Schurhammer, *Die zeitgenoessischen Quellen*, n.º 834, p. 58.

268 Alvará régio para Ormuz, a respeito das casas, Évora, 1545.03.13, *ibid.*, n.º 1473, p. 98.

269 Em 1547, estando já em Baçaim, Simão Botelho escreve a D. João III indicando que havia de enviar, no ano seguinte, a cópia dos tombos de Ormuz, Diu, Baçaim e Chaul, que realizara. Carta de Simão Botelho a D. João III, 2.ª via, Baçaim, 1547.11.30, ‘Cartas de Simão Botelho’, in ‘Tombo do Estado da Índia’, p. 2; cfr., in Luís de Albuquerque (dir.), *Textos sobre o Estado da Índia* (Lisboa: Alfa, 1989), p. 30. A estada de Simão Botelho é corroborada por Tūrān Šāh V que se queixa a D. João de Castro «que se gastavam as suas rendas de modo arbitrário», como o vedor da Fazenda explicaria ao governador. Resumo de carta de Tūrān Šāh V

a D. João de Castro, governador do Estado da Índia, Ormuz, 1546.08.31, in Cortesão e Albuquerque, *Obras Completas de D. João de Castro*, vol. IV, doc. 313a, p. 31. O capitão Luís Falcão refere-se à mesma ida, e juntamente Sebastião Lopes Lobato, feitor de Ormuz, preparando um assento de presentes, que o vedor da Fazenda deveria levar para D. João de Castro, no regresso. Assento de presentes, Ormuz, 1546.09.22, in Schurhammer, *Die zeitgenoessischen Quellen*, n.º 2422, p. 161. Simão Botelho de Andrade, «fidalgo muyto honrado e de grande prudencia e governo, com que mereceo ser na India Veedor da Fazenda doze anos e tambem capitão de Malaca», ingressaria na Ordem dos Pregadores, professando em 28 de Outubro de 1555. Summária Relaçom do que obrarão os religiosos da Ordem dos Pregadores na conversão das almas e pregação do Sancto Evangelho em todo o Estado da India e mais terras descobertas pellos portugueses na Azia, Ethiopia Oriental, e das Missões em que atualmente se exercitão, com todos os conventos, cazas e numero das relligiões que de prezente tem esta sua Congregação da India Oriental', in DHM vol. V, doc. 72, pp. 377–378.

270 Botelho, 'Título das casas', pp. 93–95.

271 «Item — E assy tem mais o dito senhor na dita cidade hum terreiro grande deffronte da ffortaleza, em roda d'ela, da banda da terra d'um maar athé o outro, o qual todo, ou a mayor parte d'ele, estaua cheo de casas — a saber — as d'elRey d'ormuz, que estauão peguadas com a ffortaleza, e elle as deu e fez seruiço a sua Alteza pera se deribarem, e outras muitas de partes, as quoaes fforão tomadas a seus donos e lhe fforão paguas á custa do dito senhor, e fforão todas derribadas e feito terreiro, por ser muito perto da ffortaleza, e serem muito perjudicaes a ela; e ainda aguora derribey cinco moradas». Botelho, 'Título das casas', p. 93.

272 'Regimento da fortaleza dormuz', Goa, 1568.08.20, in *Regimentos das fortalezas da Índia*, estudo e notas por Panduronga S. S. Pissurlencar (Bastorá Goa: Tipografia Rangel, 1951), p. 170.

273 Ençenço: Ascenso (família nobre). Botelho, 'Título das casas', p. 94, e nota 1.

274 'Carta de D. Manuel de Lima a D. João de Castro, governador do Estado da Índia', Ormuz, 1547.07.23, in Cortesão e Albuquerque, *Obras Completas de D. João de Castro*, vol. III, doc. 568, p. 425.

275 Botelho, 'Título das casas', pp. 94–95.

276 «E sem hauer Persa algum, que o impedisse se foy o piqueno, & fortissimo esquadram passando pelo meyo do Bazar abayxo até à Misericórdia, & o Paço, estando as ruas cheas delles, até se recolher na fortaleza» (as circunstâncias do percurso descrito permitem afirmar que estava ser efectuado, desde o limite da cidade, a sul, para norte). *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxxii, p. 106.

277 A dedicação da igreja a São João não parece surgir mencionada em documentos. A invocação tinha a particularidade de sugerir aos «Cristãos de São João» [Batista] (Mandeus) uma suposta proximidade daquela corrente religiosa ao cristianismo, na realidade, um equívoco.

278 *Troisiesme partie des fameux voyages de Pietro della Valle*, Lettre XVIII, iv, pp. 628–630.

279 A inscrição da sepultura: SEPULTURA DE P. NETO PRIMEIRO FUNDADOR DESTA SANCTA CASA. FALECEU A 27 DE DEZEMBRO DE 1601 ANO. Hosseïn Bakhtiari, 'Rapporti tra le scoperte archeologiche nell'isola di Hormoz nel Golfo Persico e i ricordi e le impressioni dei viaggiatori portoghesi', in *Vice-Almirante A. Teixeira da Mota in memorium*, 2 vols. (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Academia de Marinha, 1987–1989, pp. 95–113), vol. II, p. 112–113.

280 'Regimento dado por D. João de Castro, governador do Estado da Índia, a Ra'is Xarafo', Dio, 1546.11.30, in Cortesão e Albuquerque, *Obras Completas de D. João de Castro*, vol. III, doc. 391, pp. 267, 269.

281 «Item — E asy tem mais o dito senhor outras casas que este ano de 550 conprey pera os doentes que se curão no esprital á custa de Sua Alteza, por quanto as nom avya n'esta ffortaleza e cidade, e estauão os doentes em hūas casas d'aluguer muito pequenas e Royns, e por esta causa ffaceiaõ muitos á míngua; e a Requerimento do prouedor e Irmãos da santa misericórdia, que ministraõ o dito esprital, e dos ffizicos, conprey as casas de Jorge ffernandez por mil e cinquenta xerafins, as quoaes partem ao norte com as casas das orraquas d'elRey d'ormuz, e tem duas camaras sobre as ditas casas das orracas, por o dito Reey daar os altos das ditas casas ao dito Jorge ffernandez, E da banda do sul partem com casas de cristouão tauares, E ao leste com o maar, E ao ponente com rua Pubrica». Botelho, 'Título das casas', p. 92.

282 «Nas casas do Veador da fazenda estaua Bras Rodriguez com sincoenta soldados para defensão daquelle sitio, & das muytas fazendas, que estauão em aquella Alfandega. Porem como o inimigo não achou outra alguma defesa na Cidade, nem resistencia, & o seu poder, como era tão grãde, se podia repartir, entrando no Hospital que se continuaua com as mesmas casas, romperão as paredes, e se meterão nas logeas ficando Bras Rodrigues, & os seus em grande aperto nos sobrados ensima». *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxxii, p. 106.

283 «E aunque en este parage es lo mas ensenado de la baia, y en Mar lleno bate el agua, tres o quatro pies alta en los fundamentos de las casas, el suelo desta ensenada queda tan de poco fondo, que en baxa Mar es playa casi dozientos pasos, y por mas de otros çiento y çinquenta, se ua por el, con el agua a la rrodilla por por lo mas hondo. De manera que las Naos gruesas surgen ya casi fuera de la Baia a seisçientos pasos de la çuidad, y las galeras a quinientos». De Silva y Figueroa, 'Commentarios', Parte I, Liv. III, p. 190.

284 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxxiii, pp. 110–111. O xabândar (do persa šāh-bândar), «rei do porto») era o capitão do porto, patrão da ribeira ou chefe da alfândega. Dalgado, *Glossário*, vol. II, p. 419.

285 (Depois da ofensiva contra as naus e terradas) «Dalli foi Afonso dalbuquerque correndo de longo da ribeira, onde mādou poer fogo, & cortalas amarras a mais de trinta velas, has quaes com ho vêto forão dar consigo na costa, da banda da Persia, & passando a diante chegou aho varadouro das naos, em que estauam çento e corenta breadas, & cõcertadas pera se lançãrê aho mar, a que mandou poer ho fogo, & assi a hum arrabalde que estaua junto delle, em que hauia hūa mui fermosa mesquita». Góis, *Crónica*, Parte II, cap. xxxiii, p. 113.

286 De Silva y Figueroa, 'Commentarios', Parte I, Liv. III, p. 187.

287 «Debayxo da ramada estauão varadas a galé, & alguãs galeotas, porque com a pressa, & o estado das cousas, senão poderão concertar, & fora melhor sermos nos os que as queymassemos, que não o inimigo». *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxxiii, p. 110.

288 Na fortaleza de Sofala, em Moçambique, a ramada, com esteios de pedra, tinha dimensões avantajadas. Marta Oliveira; Mariana Martins de Carvalho, *Sofala* (Porto: FAUP, 2025), p. 24. Em Masqaṭ havia igualmente uma ramada. Na viagem de mestre Gaspar Barzeu, para Ormuz, o jesuíta pregou em Masqaṭ: «em huma ramada duas vezes ao capitão-mor da costa e outra muita gente. 'Carta do padre Gaspar Barzeu aos seus confrades na Índia e na Europa', Ormuz, 1549.12.01, in DHM vol. IV, doc. 71, p. 380. A essa ramada se refere, também, Don García, em 1617, situando-a no princípio da subida para a penha, onde está fundada a fortaleza. É «un cobertizo o rramada que mira a Sueste, y al desembarcadero de ambos puertos». De Silva y Figueroa, 'Commentarios', Parte I, Liv. III, p. 171.

289 Talvez a galeria fosse o lugar onde eram feitas as audiências, como acontece em cidades portuguesas, em certos espaços de alpendre. *Troisiesme partie des fameux voyages de Pietro della Valle*, Lettre XVIII, iv, p. 628.

290 'Livro da despesa das obras', p. 87.

291 Aubin, 'Le royaume d'Ormuz', pp. 18–149.

292 Brás de Albuquerque, *Commentarios*, Parte IV, cap. xxiv, pp. 127–128.

293 'Trelado do comtrato', Ormuz, 1523.07.15, in Farinha, *Os Portugueses*, doc. 17, p. 81.

294 'Trelado de hūa prouisião do gouernador Nuno da Cunha per que mandou a Cristouão de Mendoça que arrecadase corenta mil xerafins mais de pareas d'ElRey d'Ormuz, alem dos sesenta mil xerafins que já hera obrigado a pagar', in Botelho, 'Tombo do Estado da Índia', pp. 85–87.

295 Cunha, 'Sombras no ocaso', pp. 178–182.

296 'Título das remdas que remde a ylha d'Ororumuz', *Mare Luso-Indicum. Études et documents sur l'histoire de l'océan Indien et des pays riverains à l'époque de la domination portugaise*, Tome II (Genève: Librairie Droz, 1973), pp. 217–232.

297 'Resumo de carta de Bastião Lopes Lobato a D. João de Castro, governador do Estado da Índia', Ormuz, 1546.02.25, in Cortesão e Albuquerque, *Obras Completas de D. João de Castro*, vol. III, doc. 144, p. 129.

298 'Carta de Bastião Lopes Lobato a D. João de Castro, governador do Estado da Índia', Ormuz, 1546.03.17, *ibid.*, vol. III, doc. 166, p. 142.

299 «Item — E asy tem mais o dito senhor outras casas que este ano de 550 conprey pera sua Alteza, pera o ffeytor pousar nelas, por achar ser muito neçesaryo pousar o dito ffeitor da banda do maar, peguado com a alffandegua, nas

quoaes eu pousey em quanto ahy estiue, e vy por experiencia ser muito seruiço do dito senhor pousar nelas o dito ffeitor; as quoaes partem ao norte com a entrada que vaay pera a alffandegua, e ao sul com casas que ora são de guiomar da costa molher que ffoy do patrão, e ao leste com a praya, e ao ponente com o terreiro d'alffandegua defronte d'elas». Botelho, 'Título das casas', pp. 92–93.

300 «[C]omeçando desde aqui la parte de la çuidad que mira al Nordeste, Les Nordeste y Leste e que cae sobre el Mar, y retirandose la costa muy adentro de tierra haze una grande ensenada, batiendo, con Marea llena el Mar en las casas, y con la menguante quedando el agua tan baxa, que se puede entrar por ella mas de çiento y çinquenta pasos sin llegar a la rrodilla». De Silva y Figueroa, 'Commentarios', Parte I, Liv. III, p. 187.

301 «Item — na dita cidade tem elRey noso senhor as casas da ffeytoria, que fforão dadas aos gouernadores que ffizeraõ e asentaraõ pazas com os Reis d'este Reeyno, pera Recolhimento das ffazendas do dito senhor que aqui viesem ter, e os ffeeytores ouuesem de ffeytoryzar e vender, as quoaes estão na Rua que se chama da ffeeytoria, que partem ao norte com casas em que pousa ffrancisco pirez sapateyro, tronbeta, E ao sul com casas que fforão D'antonio fernandez, e ora são d'antonio diaz, carniceyro». Botelho, 'Título das casas', p. 92.

302 'Carta de D. Manuel de Lima a D. João de Castro, governador do Estado da Índia', Ormuz, 1547.07.23, in Cortesão e Albuquerque, *Obras Completas de D. João de Castro*, vol. III, doc. 568, pp. 425.

303 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxxiii, pp. 110–111.

304 «Bangsār» era um «vocábulo de origem indiana, cuja área de difusão se estendia de Basra à Insulíndia, com o sentido geral de 'loja, entreposto'; em Ormuz, era o nome da alfândega». Aubin, 'Le royaume d'Ormuz', p. 164, e ns. 511 e 512. O «bangsār» seria o «bangaçal», na forma portuguesa. Segundo Dalgado, empregava-se com o sentido de «armazém indiano»; em particular, em Goa, applicava-se, quase exclusivamente, com o significado de «estância de madeira». Dalgado, *Glossário*, vol. I, p. 95.

305 Na sequência de queixas e de outras situações, e depois, de modo mais geral, com D. Filipe II, começaria a ser aplicado um princípio de avaliação, no final do período de estada em residência, nas capitánias do Estado da Índia («tirar as residências»), mediante a realização de um inquérito local, sobre a boa prestação de serviços do capitão, incluindo sobre se houve «descortesias», e de officias da Coroa. As devassas e os autos conduziam a sentenças dadas pela Relação, que podiam determinar, entre outras penalizações, a obrigação de repor dinheiros, implicando eventualmente os herdeiros, porque os processos se arrastavam por muitos anos. No caso da capitania de Ormuz, referenciam-se vários documentos. DRI *passim*.

306 Aubin, 'Le royaume d'Ormuz', p. 149.

307 Carta não terminada e sem data (depois de Abril de 1618), in DRI tomo V, doc. 1137, pp. 249.

308 *Troisiesme partie des fameux voyages de Pietro della Valle*, Lettre XVIII, iv, p. 630. Jean Aubin cita a mesma passagem de Pietro Della Valle, *Viaggi*, interpretando o bangsār referido por Della Valle como o edifício principal com essa função, embora também considere a hipótese de haver um segundo bangsār no porto ocidental. Aubin regista a duplicação, no caso de Baçorá, onde se verifica adicionalmente um porto fluvial, por onde passavam os produtos locais. Aubin, 'Le royaume d'Ormuz', p. 165.

309 'Carta do rei ao vice-rei D. Martim Afonso de Castro', Lisboa, 1605.03.06, in DRI tomo I, doc. 6, p. 28. O pedido de esclarecimento relativamente ao que havia de ser entendido como 'cidade', em Ormuz, denota que nos círculos de decisão do reino e junto de D. Filipe II não parecia haver uma noção acerca da situação concreta da fortaleza e da cidade de Ormuz (citada como cidade, em documentos, ao longo de Quinhentos). Em 1607, o rei ainda aguardava a informação que encomendara ao vice-rei, lhe fosse remetida. Porém, tinha conhecimento de ter sido ordenado ao Licenciado Julião de Campos, a recolha da informação requerida. Carta de D. Filipe II a D. Martim Afonso de Castro, vice-rei da Índia, Lisboa, 1607.01.03, *ibid.* tomo I, doc. 17, p. 56.

310 Aubin, 'Le royaume d'Ormuz', pp. 150–153.

311 De Silva y Figueroa, 'Commentarios', Parte I, Liv. III, p. 191.

312 *Ibid.*, Parte I, Liv. III, pp. 184–185.

313 *Ibid.*, Parte I, Liv. III, p. 194.

314 No caso de Ormuz, o feitor ressarcia o rei, por motivo de ter sido tomada uma escrava, «que se lhe tomou sua,

sem saber que era sua (...) por quamto he christã, e nam se lhe pode tornar porque a forrey em nome del rey noso senhor para o huso dos homens, e por avitar alguns males que se poderiam fazer com as mouras, e pela terra omde estamos». Mulheres para uso dos Portugueses, Ormuz, 1515.05.11, in DHM vol. I, doc. 121, p. 268. Listas de «mulheres proves christãs da terra», algumas com filho, a quem era dada uma esmola (respectivamente, 23 e 28 mulheres): Ormuz, 1524.08.01, e 1524.09.01, in DHM vol. II, docs. 10 e 11, pp. 30–34.

315 De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, p. 192. O padre Gaspar Barzeu aponta que as mulheres «nunca vinhão à ygreja, dizendo no verão aver muita calma e no inverno muita lama». ‘Carta do padre Gaspar Barzeu aos seus confrades na Índia e na Europa’, Ormuz, 1549.12.01, in DHM vol. IV, doc. 71, p. 400.

316 Decreto n.º 39: ‘Pareceo que todos os christãos estrangeiros, como Armenios, Jorgins, e de qualquer outra nação que vierem a terras, andem vestidos como christãos nossos naturaes, ou ao menos tragam na cabeça nosso trajo, pera que sejam conhecidos por christãos; o que tambem averá lugar em os christãos novamente convertidos; e que nenhum mouro, nem outro infiel traga vestido de christão e pera que as mulheres gentias se destingão das christãs naturaes, pede o concílio a S.A. mande que tragão algum sinal sobre todos os vestidos pera que se conheção». ‘Carta do Arcebispo de Goa, D. Jorge Themudo, com os Decretos e Determinações do Sagrado Concílio Provincial de Goa, realizado em 1567’, Goa, 1568.06.10, in DHM vol. X, doc. 44, pp. 363–364. Na redacção da Lei de D. Sebastião, quanto ao traje de cristãos estrangeiros, era determinado trazer «sombreiro, ou barrete», «pera se diferenciarem dos infieis» e quanto às mulheres gentias, haviam de trazer «quando forem fora de caza, sobre o hombro descuberto hum pequeno de panno vermelho». ‘Ley de D. Sebastião, a petição do Concílio (I), publicada pelo vice-rei’, Goa, 1567, in DHM vol. X, doc. 45, pp. 411–412. Sobre este assunto, igualmente Roberto Gulbenkian, ‘Les relations entrer l’Arménie et le Portugal du moyen-âge au XVIème siècle’, *Estudos Históricos I Relações entre Portugal Arménia e Médio Oriente* (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1995), pp. 195–198.

317 ‘Mandado de Afonso de Albuquerque, governador da Índia, a Lopo Álvares, almoxarife de Cananor’, Cananor, 1510.09.13; e ‘Carta de Afonso de Albuquerque, governador da Índia, a Gonçalo Mendes, feitor de Cananor’, Cananor, 1510.10.16, in Fundação Calouste Gulbenkian (=FCG), *Das relações entre Portugal e a Pérsia 1500–1758: catálogo bibliográfico da exposição comemorativa do XXV centenário da monarquia no Irão* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972), pp. 27, 28. Segundo as crónicas da Ordem dos Pregadores, em 1503, teriam embarcado na armada para a Índia, «cinco frades dominicanos de que era prelado Fr. Domingos de Sousa, sacerdote conspícuo, austero e de grande autoridade, muito da afeição e do aprêço de Afonso de Albuquerque». José Justino Teixeira Botelho, *História militar e política dos Portugueses em Moçambique da descoberta a 1833* (Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1934), p. 159. Frei Domingos de Sousa era vigário geral das Índias, e pároco, nos sítios onde estava. Documentos de 1514.07.10, DHM vol. I, doc. 95, p. 200; e Carta do próprio a el-rei, 1514.12.22, *ibid.*, doc. 112, p. 245. A Crónica destaca a presença de um religioso dominicano, o padre Frei Rodrigo, na Índia, anteriormente à chegada de Afonso de Albuquerque. ‘Summaria Relaçam’, in DHM vol. V, doc. 72, pp. 370–371.

318 ‘Mandado de Afonso de Albuquerque’, feito em Frol de la mar, ao largo de Cananor, em 1510.02.06, DHM vol. I, doc. 27, pp. 86–87. No mandado, o governador ao referir Ormuz, diz «onde ora vou», o que não aconteceria. A Frei Pedro, doutor vigário de Ormuz, seriam entregues, mais tarde, a «capela» de Socotorá, que estava em mãos do feitor de Cananor, e bem assim «prata como capas». ‘Mandado de Afonso de Albuquerque’, Cananor, 1511.10.16, *ibid.*, doc. 51, p. 131.

319 ‘Carta de Frei Vicente de Laguna O.P. a D. João III’, Goa, 1530.09.25, in Schurhammer, *Die zeitgenoessischen Quellen*, n.º 128, p. 13.

320 Frei João dos Santos, *Etiópia Oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente*, introdução Manuel Lobato, notas Manuel Lobato e Eduardo Medeiros (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999), Parte II, Liv. II, cap. x, p. 495.

321 ‘Summaria Relaçam’, in DHM vol. V, doc. 72, pp. 493, 511.

322 ‘Manual Eremitico da Congregação da India Oriental dos Eremitas de N. P. S. Agostinho ou Historia da fundação

da dita Congregação, e de todos os religiosos della, assim dos que vierão da Provincia de Portugal, como dos que nella professarão, composto, ordenado, e novamente corrigido pelo Pe. Mc. Fr. Manoel da Ave Maria alumno da mesma Congregação, e actual Provincial da mesma.’, 1817, in DHM vol. XI, doc. 24, pp. 95–833.

323 ‘Memórias da Congregação Agostiniana na India Oriental’, in DHM vol. XII, doc. 1, pp. 3–98.

324 ‘Manual Eremitico’, in DHM vol. XI, doc. 24, p. 96.

325 José Pedro Paiva, in ‘Dinâmicas religiosas num espaço de fronteira’, in Paiva e Lee de Jesus (eds.), *Os Portugueses no Golfo Pérsico*, p. 221.

326 ‘Carta do padre Gaspar Barzeu ao padre Inácio de Loyola’, Goa, 1551.12.16, in DHM vol. V, doc. 23, pp. 71–72.

327 ‘Carta de S. Francisco Xavier ao padre Simão Rodrigues’, Cochim, 1549.01.20, *ibid.* vol. IV, doc. 45, p. 234. Enviado para Ormuz, por três anos, o padre Gaspar Barzeu acalentava a esperança de ir, em missão, para o Japão e China, como lhe teria dado a entender Francisco Xavier. ‘Carta do padre Gaspar Barzeu aos seus confrades na Índia e na Europa’, Ormuz, 1549.12.01, *ibid.* vol. IV, doc. 71, p. 394. Já depois de ter deixado Ormuz: Carta do padre Gaspar Barzeu ao padre Inácio de Loiola, Goa, 1551.12.16, *ibid.* V, doc. 23, pp. 84, 90.

328 ‘Instruções de Xavier sobre a Cristandade de Ormuz’, 1549, princípios de Abril, *ibid.* vol. IV, doc. 55, pp. 286–300.

329 ‘Carta do padre Gaspar Barzeu aos seus confrades na Índia e na Europa’, Ormuz, 1549.12.01, *ibid.* vol. IV, doc. 71, pp. 373–417. Em especial esta carta, segundo José Pedro Paiva, «ilustra uma dimensão essencial da presença portuguesa na Ásia», considerando que, «a partir do final da década de 1530, as políticas de construção de um império territorial passaram a estar articuladas com a edificação de um império da fé. Entendeu-se que a capacidade para sustentar uma presença constante de Portugal nas zonas costeiras onde os portugueses foram erigindo fortalezas e feitorias, entre a costa oriental de África e Malaca, implicava a difusão do cristianismo pelos povos nativos desses territórios». José Pedro Paiva, in ‘Dinâmicas religiosas num espaço de fronteira’, Paiva and Lee de Jesus, *Os Portugueses no Golfo Pérsico*, pp. 221–222.

330 ‘Disputa do padre Gaspar Barzeu com os judeus de Ormuz’, Ormuz, 1549.12.10, *ibid.* vol. IV, doc. 73, pp. 422–443.

331 ‘Carta do padre Gaspar Barzeu aos seus confrades na Índia e na Europa’, Ormuz, 1549.12.01, *ibid.* vol. IV, doc. 71, *passim*.

332 *Ibid.*, p. 382.

333 *Ibid.*, p. 401.

334 ‘Capítulo de uma carta do governador D. Henrique de Meneses sobre a conversão dos escravos’, 1533.03.04, *ibid.* vol. II, doc. 85, pp. 238–239.

335 ‘Carta do padre Gaspar Barzeu aos religiosos de Coimbra’, Ormuz, 1550.11.24, *ibid.* vol. IV, doc. 93, p. 528. ‘Carta de Paulo da Santa Fé de Ormuz ao padre Inácio de Loiola’, Coimbra, 1553.01.14 e 1553.02.13, *ibid.* vol. V, doc. 42, pp. 204, 205. Na carta que Paulo da Santa Fé escreve, quando se encontrava no Colégio dos Jesuítas de Coimbra, sem tomar votos, determinado a casar-se, e pedindo apoio para se sustentar e poder regressar a Ormuz, diz que tinha sido o grande sacerdote do pagode «y tenía de vinte asta trinta sacerdotes, y dízimos mui muchos del rey de Ho[r]muz y del pueblo».

336 ‘Carta de Jorge Cabral, governador do Estado da Índia, ao padre Gaspar Barzeu’, Goa, 1550.03.24, *ibid.* vol. IV, doc. 85, pp. 500–501.

337 ‘Carta do padre Gaspar Barzeu aos religiosos de Coimbra’, Ormuz, 1550.11.24, *ibid.* vol. IV, doc. 93, pp. 528.

338 *Ibid.*, pp. 524–526.

339 ‘Carta de Jorge Cabral, governador da Índia, a el-rei de Ormuz’, Goa, 1550.03.25, *ibid.* vol. IV, doc. 87, 505–506.

340 ‘Carta do padre Gaspar Barzeu aos religiosos de Coimbra’, Ormuz, 1550.11.24, *ibid.* vol. IV, doc. 93, pp. 536–537. Esta conversão, em particular, será um dos motivos que contribui para o insucesso da embaixada portuguesa, enviada ao Xá. O embaixador, Henrique de Macedo, fica retido, sem poder regressar, senão quando a convertida fosse devolvida, o que mestre Barzeu não permite. Apenas depois da morte do Šāh Tahmāsp I (r.1524–1576), Henrique de Macedo obtém autorização para regressar.

341 ‘Carta do padre Gaspar Barzeu aos religiosos de Coimbra’, Ormuz, 1550.11.24, *ibid.* vol. IV, doc. 93, p. 533. No espaço da cidade desenrola-se uma luta pela proclamação da palavra: «nós a bradar: «Jesu Christo, avei de nós misericórdia», e elles a cantar: «Hum soo hé Deus, Deus hé hum soo». Contudo, a versão dos acontecimentos relatada

pelo padre Barzeu ao padre Inácio de Loyola, não expõe tão vincadamente certos aspectos de confrontação; e quanto à fundação da ermida, diz antes que fez «huma igreja de Nossa Senhora da Pena, por estar idificada sobre huma rocha de sal». ‘Carta do padre Gaspar Barzeu ao padre Inácio de Loyola’, Goa, 1551.12.16, *ibid.* vol. V, doc. 23, p. 80.

342 ‘Titulo das despesas da remda d’elRey’: ‘Titulo dos gastos dos cacizes e irmitãos’, p. 229.

343 «Fue tanto el mistero en ver estas cruces que luego temieron huyendo todos, y luego venieron a llamarme muy depriesa de parte del rey; el qual, yendo yo, vino a mesperarme ala escalera, y llevándome para dentro con el interpre Gratia dela Peña, me hizo per fuerça assentar en su silla real, y el se echo de rodillas para bezarme la mano, pediendome perdon, y deziendo me como en algun tiempo cumpliria su palabra, e mando luego que no se gritasse mas en el Alcoran no en toda la isla por Mahoma, y tambiem que se tapasse el alcoran con piedra y cal, y dio me algunas cosas para el colegio». ‘Carta do padre Gaspar Barzeu aos religiosos de Coimbra’, Ormuz, 1550.11.24, in DHM vol. IV, doc. 93, p. 534.

344 ‘Carta de D. Álvaro de Noronha, capitão de Ormuz, a D. João III’, Ormuz, 1550.11.25, *ibid.* vol. IV, doc. 95, p. 542.

345 *Ibid.*, p. 543.

346 «No tempo em que este el-rei d’Ormuz estava abalado pera a christandade, ordenei que mandasse tapar o alcorão, (...) o qual não tan somente dava ousadia a emduricer mais na sua erronia, mas antes enduriciam e perturbavão aquelles que eram feitos christãos. (...) O fim que nisto pertendia, foi como ho de Sam Sebastião, nam fazê-los christãos por força, porque isto não lhe empidia sua solenidade, as quais faziam quando queriam, e como queriam-o; não foi pera mais, que pera impedir-lhe a liberdade de peccar; pera mais azinha conhecerem os erros em que viviam; sobre o qual me escreveo o vigairo geral». ‘Carta do padre Gaspar Barzeu ao padre Inácio de Loyola’, Goa, 1551.12.16, *ibid.* vol. V, doc. 23, p. 87.

347 *Ibid.*, pp. 87–88. As duas cartas, em anexo, não se conservaram apenas. Depreende-se que a acção do jesuíta teria suscitado um reparo do vigário geral de São Domingos.

348 Gulbenkian, ‘Uma carta de mestre Gaspar Barzeu S.J. num manuscrito arménio do século XV’, in *Estudos Históricos I*, p. 11. Mestre Gaspar Barzeu não chegaria a partir para o Japão. Faleceria em Goa, em 18 de Outubro de 1553, atribuindo-se a sua morte a «esfalfamento», pelos muitos trabalhos que tomou. ‘Carta do padre António de Quadros ao padre mestre Mirão’, Goa, 1555.12.06, in DHM vol. VI, doc. 9, p. 39.

349 ‘Carta de Xavier ao padre Gonçalo Rodrigues, missionário em Ormuz’, Goa, 1552.03.22, *ibid.* vol. VII, doc. 22, pp. 120–121.

350 O padre Gonçalo Rodrigues desembarca em 15 de Agosto de 1552. ‘Carta do padre Gonçalo Rodrigues aos padres e irmãos de Coimbra’, Ormuz, 1552.08.31, *ibid.* vol. VII, doc. 38, p. 195. O Muğistân era considerado salubre de Junho a meados de Setembro. Aubin, ‘Le royaume d’Ormuz’, p. 152.

351 ‘Carta do irmão Aleixo Madeira ao padre Luís Gonçalves’, Ormuz, 1553.09.24, *ibid.* vol. VII, doc. 63, p. 326.

352 ‘Carta do irmão Gil Barreto’, Baçaim, 1552.12.16, *ibid.* vol. VII, doc. 52, p. 276.

353 ‘Carta do rei de Ormuz ao padre António’, Ormuz, 1556.03.18, *ibid.* vol. VI, doc. 16, pp. 99–100.

354 ‘Carta do padre António Mendes a S. Inácio’, Ormuz, 1554.10.20, *ibid.* vol. VII, doc. 67, pp. 338–339.

355 Artur Teodoro de Matos, *Documentos remetidos da Índia ou Livros das Monções: (1625–1627)*, 2 vols. (Lisboa: Centro de Estudos Damião de Góis, 2000), vol. I, doc. 405, p. 135.

356 Há «casa nesta cidade em que repousão christãos, mouros, judeus, gentios, servindo-sse todos pera huma porta. E ai outras, em que a filha he christã, e a mãe e irmãs mouras, acerca disto trabalho quanto posso para dar remedio». Carta do padre António Mendes a S. Inácio, Ormuz, 1554.10.20, in DHM vol. VII, doc. 67, p. 341. «Todos andavão de mistura assy no comer como beber e pousar os christãos com os mouros». ‘Carta do padre Gaspar Barzeu aos seus confrades na Índia e na Europa’, Ormuz, 1549.12.01, *ibid.* vol. IV, doc. 71, p. 389. A situação é tratada igualmente na ‘Carta do irmão Aleixo Madeira ao padre Luís Gonçalves’, Ormuz, 1553.09.24, *ibid.* vol. VII; doc. 63, p. 328.

357 ‘Carta do padre António Mendes a S. Inácio’, Ormuz, 1554.10.20, *ibid.* vol. VII, doc. 67, pp. 341–342.

358 *Ibid.*, p. 341.

359 ‘Carta geral do irmão Luís Fróis’, Goa, 1560.12.01, *ibid.* vol. VIII, doc. 25, p. 157.

360 *Ibid.*, pp. 157–158.

361 *Ibid.*, p. 158.

362 ‘Carta do irmão Luís Fróis ao padre Marcos Prancudo’, Goa, 1560.12.12, *ibid.* vol. VIII, doc. 38, p. 238

363 ‘Carta do Arcebispo de Goa, D. Jorge Themudo, com os Decretos e Determinações’, *ibid.* vol. X, doc. 44, pp. 334–396.

364 Entre outros decretos, citam-se os seguintes: n.º 9.º, que el-rei mande nas suas terras, que «aos mouros se derribem todas as suas misquitas», e «se desfiação todos os ídolos, templos, arvoredos, e qualquer outro lugar» venerado «dos gentios»; n.º 23.º, «que nenhum Christão natural destas partes more em huma mesma caza com algum infiel» (esta proibição tem como consequência a separação dos convertidos da família e do meio originais; em certos casos, determinando o embarque e envio para Goa); n.º 24.º, que «nenhum fiel tenha estreita amizade e conversação com algum infiel, nem se sirva delles das portas a dentro, nem boy, nem faraz [*] mouro, tirando nas estrebarias gerais, em que não houver farazes christãos», entre outras especificações impedindo formas de contacto, comunicação, colaboração, etc., entre cristãos e «infiéis»; n.º 25.º, que «os mouros, assy moradores, como estrangeiros vivão separados dos christãos», com o pedido ao vice-rei que «mande fazer bairro apartado dos fieis», admitindo, porém, determinadas condições menos impositivas para «gentios estrangeiros, como Guzarates»; n.º 26.º que seja impedida a circulação de judeus em embarcações de cristãos, para as terras de el-rei, ou onde os cristãos tenham trato e comércio, e que «nenhum viva em nossas terras, nem venhão a ellas», com o pedido a el-rei, «queira confirmar a dita ley, e mandar deitar todos os judeus de Ormuz»; n.º 30.º que S.A. mande que não se guardem dias de festa de outros credos, e «proveja na alfandiga de Ormuz haja despacho á sexta-feira»; n.º 31.º, «que os infieis, que morão em cidades e povoações dos christãos, em terras de S.A. guardem os Domingos e festas que os christãos guardão» (os que moram em aldeias haviam de guardar domingos e três festas principais), e «os botiqueiros não tenham as buticas abertas nos dias de festa, senão depois da missa da terça»; n.º 33.º, que os infiéis não andem pela cidade, nem estejam às portas nem janelas, «em o dia das Indoeças, e em tempo que se fazem procissões, em que se leva o Sancto Sacramento», e encomenda aos mordomos que «desviem aos infiéis», quando o Santíssimo Sacramento é levado no espaço público, de modo que não o vejam. *Ibid.*, pp. 346–361 *passim*. * «Boy, do concaním bbôí, «porta-palanquins». Faraz deriva do árabe farāsh, «tratador de cavalos». Cf. Mons. Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, *ibid.*, p. 356, nota. Entre os decretos a respeito ‘Da Reformação das Couzas da Igreja’, a que se referia a ‘Acção Terceira’ do Concílio, encontram-se disposições de âmbito secular, como o decreto n.º 35, a respeito da interdição de venda aos «infiéis» de uma série de produtos e materiais, salvo aqueles que o interesse recomende se isentem dessa proibição, a exemplo de levar madeira necessária a Ormuz. ‘Carta do Arcebispo de Goa, D. Jorge Themudo, com os Decretos e Determinações’, in DHM vol. X, doc. 44, pp. 381–383.

365 ‘Ley de D. Sebastião, a petição do Concílio (I), publicada pelo vice-rei’, Goa, 1567, *ibid.* vol. X, doc. 45, pp. 405–413.

366 *Ibid.*, pp. 406–407.

367 *Ibid.*, p. 410.

368 ‘Carta do rei ao vice-rei, D. Martim Afonso de Castro’, Lisboa, 1605.02.28, in DRI tomo I, doc. 4, p. 20. A repartição de áreas de missão entre as diferentes ordens religiosas esteve a ser considerado pelos vice-reis do Estado da Índia e pelo rei, no entanto, a separação não seria concretizada integralmente: poderia haver áreas assistidas por mais do que uma ordem. ‘Carta de D. Filipe II ao vice-rei’, Lisboa, 1601.01.25, in *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central: 1497–1840=Documents on the portuguese in Mozambique and Central Africa: 1497–1840*, 9 vols. (Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962–1989), vol. IX, doc. 12, p. 56.

369 ‘Carta de D. Filipe II ao vice-rei’, Lisboa, 1605.02.28, in DRI tomo I, doc. 4, p. 20.

370 ‘Missões dos Religiosos’, in DHM vol. XII, doc. 2, p. 194. No final da primeira década de Seiscentos, quando os religiosos Carmelitas Descalços entram, em Ormuz, com o propósito de fundar um convento, os agostinhos encontrariam o respaldo do Arcebispoado, nas questões que os iriam opor aos Carmelitas. D. Frei Aleixo de Meneses (1559–1617), religioso eremita de Santo Agostinho foi arcebispo de Goa primaz de Goa (a partir de 1595, manteve o título de primaz, depois de regressar da Índia, no final de 1610), foi governador do Estado da Índia (1607–1609); foi confirmado na sede arcebispal de Braga (1612), sucedendo a seu tio; seria vice-rei de Portugal (1614–1615); passando, ainda em 1615, a integrar o Conselho de Portugal, em Madrid, órgão

a que presidiu. Fernanda Olival, ‘D. Fr. Aleixo de Meneses (1559–1617): um percurso biográfico em contexto’, *Revista Portuguesa de História*, t. XLIX (2018), pp. 209–226.

371 A missão dirigida a estratos sociais elevados é destacada no capítulo intitulado «Príncipes e pessoas de sangue real convertidos no Oriente pelos religiosos de S. Agostinho», in ‘Memórias da Congregação’, in DHM vol. XII, doc. 1, p. 62.

372 Cunha, ‘Sombras no ocaso’, pp. 186–187.

373 D. Afonso Nordin acompanharia o capitão de Ormuz, Matias de Albuquerque (1584–1588), na sua volta a Portugal, embarcando de regresso, com o mesmo capitão, nomeado vice-rei (1591–1597), mas falece na viagem. D. Filipa casaria com António de Azevedo, «capitam que foi de Ormuz». *Ibid.*, pp. 170–171. Vignati, ‘Vida’ (Parte I), cap. 14.º, pp. 200–206.

374 ‘Manuel eremítico’, in DHM vol. XI, doc. 24, p. 240.

375 Cunha, ‘Sombras no ocaso’, p. 188.

376 ‘Memórias da Congregação’, in DHM vol. XII, doc. 1, pp. 62–63. Contudo, os documentos da congregação Agostinha têm informação biográfica discrepante. Em particular, o Manual Eremítico’ ao referir D. Jerónimo Joete de Mello, indicando que era «filho do rey de Ormuz, Xeque Joete, e de Simoa da Costa, natural de Ormuz», refere que foi batizado em Ormuz, tendo como padrinho o capitão da fortaleza (que apenas o seria em 1622), e atribui-lhe uma estada em Lisboa, de onde teria regressado ao Estado da Índia, como sacerdote, pregador e confessor. As duas fontes concordam que o religioso foi prior do convento de S. Tomé de Meliapor. ‘Manual Eremítico’, in DHM vol. XI, doc. 24, p. 371.

377 Gulbenkian, ‘Relações religiosas entre os arménios e os agostinhos portugueses na Pérsia no século XVII’, *Estudos Históricos* I, pp. 214–253.

378 ‘Copia do Alvara delRey Dom Sebastião pera o capitão de Ormuz, no qual lhe ordena que dê a execução a fundação do convento que mandava fazer pera nossos religiosos’, Lisboa, 1572.02.20 e 1572.03.02, in DHM vol. XII, doc. 8, p. 248 (cópia por duas vias).

379 ‘Manual Eremítico’, in DHM vol. XI, doc. 24, 149–150.

380 ‘Memórias da Congregação’, DHM vol. XII, doc. 1, p. 53. Nos séculos XVI e XVII, era vedada a admissão de gentios e de mouros convertidos ao Cristianismo, ao noviciado, e estavam impedidos de tomar votos, nas ordens regulares. No entanto, podiam ser admitidos no clero secular da Igreja, particularmente após a fundação do Colégio e Seminário de São Paulo da Santa Fé, em Goa, em 1541. Charles Boxer, ‘The colour question in the Portuguese empire 1415–1825’, in Charles Boxer, *Opera Minora*, vol. III, pp. 310–311.

381 De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, p. 186.

382 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxiii, p. 109.

383 De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, pp. 187–188.

384 É possível que a representação distorcesse a perspectiva da fronteira da igreja, para sinalizar a sua vista na imagem.

385 ‘Carta do Governador do Estado da Índia a D. Filipe II’, Goa, 1619.02.15, in DRI tomo V, doc. 1107, p. 169. ‘Missões dos Religiosos’, in DHM vol. XII, doc. 2, p. 171.

386 Com fundamento no equívoco de se entender que os Mandeus, por venerarem João Batista, constituiriam uma comunidade religiosa próxima do Cristianismo, estava a ser considerada a possibilidade da sua integração na Igreja Católica Romana. Uma carta do rei ao vice-rei, Rui Lourenço de Távora, aborda o assunto: «E o dito Philippe de Meruelo, por sua carta escrita em Goa em 10 de janeiro de 609, dá conta (...) como os christãos de São João o mandaram tambem ao reitor de Santo Agostinho e provincial da Companhia, e ficavam firmes e constantes em dar obediência á igreja romana, e ficava com elles de caminho para a Mesopotamia; e que devia encomendar esta christandade aos religiosos da Companhia». ‘Carta de D. Filipe II ao vice-rei, Rui Lourenço de Távora’, Lisboa, 1611.03.12, in DRI tomo II, doc. 201, p. 97.

387 A carta está truncada em algumas passagens cruciais. ‘Carta do rei ao vice-rei, Rui Lourenço de Távora’, Lisboa, 1610.01.24, in DRI tomo I, doc. 106, p. 306.

388 Transcreve-se a passagem, que oferece dificuldade de interpretação: «Sobre os christãos de São João, que vivem nas terras do mesmo Bombareca, me escreveu o arcebispo primaz que mandára a elles dous religiosos de Santo Augustinho, que...seu patriarcha e bispos dessem todos obediencia á igreja romana e...emendar seus livros, e trazer meninos órfãos para aprenderem e os...de que estavam já dous no collegio de Santo Augustinho; e por recear que...

aos religiosos em suas terras nem fazer egreja e mosteiro, tratava de... de Quexome [Qīshm], passando-se para ella poucos e poucos; e por ser long...rey (dando-se-lhe a ajuda) que desse a ilha de Quedexe junto...d’elles se poderá recolher e viver na pureza da fé com sacerdotes, por ser fértil, grande e quasi despovoad». *Ibid.*

389 «Por um capítulo do concílio provincial, que o arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Menezes celebrou o anno de 606, se ordena que se derribem todos os pagodes e casas de idolatria gentílica de Dio e Ormuz; e por se me representar que, executando-se, resultariam d’isso inconvenientes de muita consideração, o mandei vêr por theologos; e havendo visto seus pareceres e os mais, que já outras vezes foi tratado sobre esta materia, e o que se me propoz, que para augmento e conservação da christandade d’esse Estadp convinha não se bulir per ora com eles, me pareceu dever-vos encommendar, como faço, ordeneis que se sobresteja com a execução do dito decreto, sem se derribarem as ditas casas e pagodes, enquanto eu não ordenar outra cousa; com declaração que se não alevantarão outros de novo, nem defenderão os gentios e mouros com tumulto fazer-se quem quiser christão, nem chamarão com campainha, nem haverá prégadores, nem farão suas cerimónias publicas, e farão o mais que os visitadores disserem em suas visitações e mandados». ‘Carta de D. Filipe II a Rui Lourenço de Távora, vice-rei da Índia’, Valladolid, 1610.03.09, in DRI tomo I, doc. 130, p. 369.

390 Cunha, ‘Sombras no ocaso’, p. 191.

391 ‘Carta de D. Filipe II a D. Jerónimo de Azevedo, vice-rei da Índia’, 1614.03.14, in DRI tomo III, doc. 486, p. 137.

392 O pedido do rei de Ormuz tinha «parecer [entende-se favorável] dos religiosos, sacerdotes e capitães da fortaleza». *Ibid.*

393 De Silva y Figueroa, ‘Commentarios’, Parte I, Liv. III, p. 187.

394 ‘Carta não concluída (do rei?) a D. Luís da Gama, vice-rei da Índia’, 1616.02, in DRI tomo III, doc. 785, p. 519.

395 A oposição dever-se-ia à circunstância de a presença da ordem dos Carmelitas representar uma concorrência à ordem dos Agostinhos, no exercício missionário e pastoral, e na captação de esmolos, entre os moradores cristãos, um problema que também se fazia sentir no reino, em Seiscentos. No Estado da Índia, significava ainda mais uma petição de Ordinárias, à Coroa, para sustentação dos religiosos. Seria de considerar que já no primeiro Concílio Provincial, realizado em Goa, em 1567, no âmbito ‘Da Reformação das Couzas da Igreja’, a que se refere a ‘Acção Terceira’, tinha sido tomada uma disposição, visando controlar o aumento do número de conventos. O decreto n.º 34.º determinava que «por alguns inconvenientes que ha de se fazerem mosteiros em algumas partes desta Provincia, ordena o Concilio que daquy por diante se não edifiquem de novo em parte alguma, sem licença do Ordinário, conforme ao Concilio Tridentino». ‘Carta do Arcebispo de Goa, D. Jorge Themudo, com os Decretos e Determinações do Sagrado Concílio Provincial de Goa, realizado em 1567’, 1568.06.10, in DHM vol. X, doc. 44, p. 381.

Com o início do reinado de D. Filipe III, sucedem-se mandados e disposições régias tendentes a limitar a fundação de mosteiros e conventos de raiz, no Estado da Índia, e o número de religiosos, condicionando a autorização régia a execução de obras dispendiosas, que implicavam custos para a Fazenda do Estado, e compromissos de sustento pela Ordinária. Matos, *Documentos remetidos da Índia*, vols. I e II, *passim*; ‘Carta do vice-rei, D. Francisco da Gama, a el-rei’, Goa, 1626.12.26, *ibid.*, doc. 930, p. 344.

396 Fr. Pedro Ortega OCD, ‘Misión Carmelitana de Ormuz: 1612–2012 (4.º Centenario)’, *Monte Carmelo*, N.º 3, vol. 120 (2012), p. 660. <bcd.digicarmel.com>.

397 Quantas mulheres auia na terra e os padres da mesma maneira revestidos, cõ o Senhor desenserrado» e o «povo» levantaram-se para defender o convento dos Carmelitas e a permanência dos religiosos, em Ormuz, ante a ameaça do capitão da fortaleza de executar o mandado do rei, e derrubar a casa «as bombardas». ‘Carta do vice-rei a D. Filipe II’, sem data (não concluída), (finais de 1618), in DRI tomo V, doc. 1137, pp. 254–255.

398 «Aguardar se ha a resolução de Vossa Magestade acerca deste mosteiro que os religiosos Carmelitas Descalços fundarão em Ormuz. Aqui estão ha perto de hum ano tres, dous de missa e hum irmão com pretensão de fundar mosteiro na Hermida de Santo Amaro e se recolhem em hũa casa que junto a ella comprarão e esperão para isso licença de Vossa Magestade sem a qual se lhes não consentira». ‘Carta do governador do Estado da Índia, Fernão de

Albuquerque, a D. Filipe II', Goa, 1621.01.10, in DRI tomo VII, doc. 56, p. 138.

399 Ortega, 'Missão carmelitana', p. 664.

400 Um poema sobre a casas dos Carmelitas cantava:

«halló las casas compradas / en sitio muy excelente / por el Padre Fray Vicente, / que las dejó ya pagadas. / Estaban muy mal trazadas, / sin forma de religión, / de clausura ni oración; / mas hizo, en muy breve espacio, / de la Virgen un palacio, / que causaba admiración» / «De celdas un dormitorio / fabricó, con corredores, / y a la mar sus miradores, / con un devoto oratorio. / Hizo también refectorio, / con todas sus oficinas, / que parece que las minas / del Américo abrasado, / estaban en su mandado, / que limosnas son las finas». Padre Frei Florencio del Niño Jesús, En Ormuz y en el Mogol (Editora Pamplona, 1930), cit. in Outeiro, *No Irão, Ormuz*, p. 50.

401 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. I, cap. viii, p. 23–24; cap. xxiii, p. 75.

402 Duarte de Armas, *Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela, 1509* (Arquivo Nacional Torre do Tombo, PT/TT/CF/159).

403 Luísa Trindade, 'Desenho: discurso e instrumento', in Walter Rossa e Margarida Calafate Ribeiro (org.), *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Fundação Calouste Gulbenkian, 2015), pp. 401–452.

404 Manuel Godinho de Erédia (atr.), 'Fortaleza de Ormv's', *Livro de Plantaforma das Fortalezas da Índia*, fol. 88r, in *Atlas miscelânea, c. 1615–1622*, in PMC, vol. IV, est. 420c.

405 Ver capítulo "2 A Cidade de Ormuz".

406 Pieter van den Broecke (1585–1640) foi um funcionário holandês ao serviço da Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC) e produziu numerosos desenhos das suas viagens.

407 Pieter Van den Broecke, Ormov's', 'Oost-Indien. Het Eylandt Ormous, en Gomeron, op'tvaste landt van Persien', 1629, in Willem Philippus Coolhaas (ed.), Pieter van der Broeck in Azie, 2 vols., facsim. 's-Gravenhage: Martinus Nijhoff, 1962–1963, vol. II, pp. 352–353.

408 Botelho, 'Título das casas', pp. 92–95.

409 Manuel Godinho de Erédia, 'Ormv's', 1610, in *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal Feytas por ordem de Ruy Lourenço de Tavora Vizorey da India. Por Manoel Godinho de Eredia. Cosmographo em 610*, fol. 4 (Fundação Biblioteca Nacional (Brasil), cart990145).

410 «Bandar», com o significado de 'porto'. Aubin, 'Le royaume d'Ormuz', p. 81. «Bandel» constitui uma apropriação, em português, da palavra «bandar», com o significado de bairro do porto, habitado por estrangeiros. Dalgado, *Glossário*, vol. I, p. 91.

411 Tenreiro, *Itinerário*, p. 20.

412 'Carta [de D. Luís da Gama a el-rei]', não assinada e sem data, in DRI tomo VI, p. 503.

413 'Carta de D. Filipe II a D. Jerónimo de Azevedo, vice-rei da Índia', Lisboa, 1616.01.27, in DRI tomo III, doc. 620, p. 360. O rei dá conhecimento da mesma informação ao vice-rei.

414 E. K. Faridany, 'Signal Defeat: The Portuguese Loss of Comorão in 1614 and its Political and Commercial Consequences', in Matthee and Flores (eds.), *Portugal. The Persian Gulf*, pp. 119–141.

415 Foram repostos o controlo da circulação comercial, mediante o requisito de cartazes, e certas obrigações fiscais de 'fazendas' do Xá e embaixadas, na passagem pela alfan-dega de Ormuz; e, por parte do protectorado português, verificou-se a recusa de pagamento, ao Šāh Abbās I, de um tributo pela ilha de Qīshm, que, segundo costume antigo, era devido pelo reino de Ormuz, aos reis de Lār, cujo reino, entretanto, tinha sido incorporado na Pérsia.

Houve ainda outros casos, como o do novo capitão de Ormuz, D. Luís da Gama, ter mandado «matar friamente» setenta árabes, sob «un cierto pretexto». Carlos Alonso, OSA, 'Los Agustinos en la isla de Ormuz (1573–1622)', *Archivo Agustiniiano*, vol. 92, n.º 210 (2008), p. 137.

416 Faridany, 'Signal Defeat', pp. 120–123.

417 Pietro della Valle distingue a fortaleza persa de «Gombron» daquele que foi a fortaleza portuguesa do bandel do Comorão: «ce n'est pas celle que les Portugais tenoient quand ils estoient Maistres de Combru ; parce qu'outre qu'elle auoit esté mise hors de deffense par les Persans, quand ils la battoient en ruine, les mesmes craignans que les Portugais à la faueur de leurs Vaisseaux, ne la reprissent bien tost, estant sur le bord de la Mer exposée à leurs canons la ruineent entierement, & en bastirent vne autre plus éloignée de la Mer & des habitations, & plus auant dans la terra, où ils creurent, qu'elle

seroit plus assurée». *Troisiesme partie des fameux voyages de Pietro della Valle*, Lettre XVII. De Combrv, viii, p. 579 (Gombron, 1622.11.19). Na fortaleza de «Combron», Della Valle encontraria artilharia portuguesa tomada em Ormuz, notando algumas bombardas com o nome do vice-rei que as mandara fundir gravado («Ierosme Azeuedo» e «lean Cutigno, Comte de Redonde»), e algumas com as armas e o nome do rei de Espanha. *Ibid.* A mesma distinção entre fortalezas é referida por Fr. Redento da Cruz, 'Relación de algunas cosas hechas en la Persia por los PP. Carmelitas descalzos desde el año de 1609 hasta el año 1616', cit. por Faridany, 'Signal Defeat', pp. 139–140.

418 «[O] Xá Abas, rei da Persia, mandará tomar o bandel e forte do Comorão, não só pela substancia d'elle, (sendo que tambem não deixava de ser com tenção de poder divertir o tracto da fortaleza de Ormuz para a terra firme da Persia a esta paragem, porque junto do mesmo forte do Comorão, que arrasou, fez logo outro muito mais bem situado, acabado e guarnecido) mas tambem com o intento de poder d'ahi saltar em Ormuz, que tanto desejava». António Bocarro, *Decada 13 da Historia da India composta por Antonio Bocarro chronista d'aquelle Estado publicada de Ordem da Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas-Lettras da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner, 2 Partes (Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1876), Parte II, cap. cxv, p. 511.

419 «Le septiesme de lanuier, estant sorty sur le soir assez tard auec les Anglois, tous à cheual, pour nous promener sur les riuages de Combru, (...) ie vis les grands preparatifs des Persans pour remettre sur les bords de la Mer vne Citadelle, au mesme endroit où estoit l'ancienne qu'ils ruinerent, quand ils bastirent la neusue, qui est à present plus auancée dans les terres. Il se peut faire qu'ils se soient aduisez, que celle qui est si esloignée de la Mer est inutile pour la seureté du Port & des vaisseaux ; & qu'ayans à present des Nauires de guerre, outre ceux de passage & de charge, à sçauoir les Galiotes, qu'ils prirent à Ormuz, ils ayent iugé, qu'il estoit necessaire d'en bastir vne autre sur la Mer, pour les garder, & les tenir plus assurez contre les approches de leurs ennemis». *Troisiesme partie des fameux voyages de Pietro della Valle*, Lettre XVIII, vi, p. 642.

420 'Carta de D. Filipe II a D. Jerónimo de Azevedo, vice-rei da Índia', subscrita em Lisboa pelo Conde Almirante, 1614.01.07, in DRI tomo II, doc. 401, p. 479.

421 'Visit to Lingah, Kishm, and Bunder Abbas', By Lieut.-Col. Lewis Pelly, Acting Political Resident, Persian Gulf. Communicated by the Secretary to the Government of Bombay, Read, June 27, 1864, *Journal of the Royal Geographical Society* 34 (1864), pp. 251–158 [257], cit. Faridany, 'Signal Defeat', pp. 140–141.

422 Aubin, 'Le royaume d'Ormuz', pp. 109–111.

423 'Visit to Lingah, Kishm, and Bunder Abbas.' pp. 256–257.

424 *Ibid.*, p. 258.

425 Aubin, 'Le royaume d'Ormuz', p. 97.

426 Segundo o conhecimento transmitido a João Campos, sabe-se «que não se tratava de uma fortificação árabe ou persa, mas de que não se conhecem fontes explicativas». Campos, *Arquitectura militar portuguesa no Golfo Pérsico*, pp. 251 e nota 91–252. Idem, 'Some notes on Portuguese military architecture in the Persian Gulf: Hormuz, Keshm and Larak', in Couto and Loureiro (eds.), *Revisiting Hormuz*, p. 160.

427 'Carta de D. Filipe II a D. Jerónimo de Azevedo, vice-rei da Índia', escrita em Lisboa, 1616.01.27, in DRI tomo III, doc. 620, p. 361.

428 'Carta [de D. Luís da Gama a el-rei]', não assinada e sem data, in DRI tomo VI, p. 504.

429 De Silva y Figueroa, 'Commentarios', Parte I, Liv. III, p. 182.

430 *Ibid.* Os nautiques eram piratas da costa de Mekran; os niquelus, um grupo tribal de Omã. William Floor, 'Who were the Niquelus?', in Couto and Loureiro (eds.), *Revisiting Hormuz*, pp. 89–105.

431 Depois de uma breve estada nas ilhas de Ormuz e Qīshm, Pietro della Valle e os ingleses com quem efectuava o périplo por aquelas ilhas, aos quais se juntaram uns ingleses moradores na ilha de Qīshm, em casa de quem tinham pernoitado, todos juntos, com cães de caça, navegaram até Lārak, para ver a ilha e ir à caça. Não encontrariam alojamento, não apenas porque chegaram ao fim do dia, mas porque a ilha estava desabitada; passariam a noite, em tendas em terra. Na manhã seguinte, 20 de dezembro, a maior parte da companhia partiria à caça, regressando com grande provimento de corças e gazelas. E como «Larex est vn lieu trop incommode,

nous rentrames derechef dans nostre vaisseau, ayât mis la voile au vent, nous allasmes prendre vne autrefois nostre repos dans l'Isle de Kesem». *Troisiesme partie des fameux voyages de Pietro della Valle*, Lettre XVIII, v, p. 640.

432 Semelhante decisão acerca de pequenos fortes existentes, que deviam ser abandonados, e dos fortes e fortalezas que era necessário fundar, ou reforçar e prover existentes, em função da sua posição estratégica, estava a ser tomada, na mesma altura, na frente oriental de África, na área da capitania de Moçambique e Sofala, segundo a correspondência e mandados de D. Filipe II aos vice-reis do Estado da Índia. 'Carta de D. Filipe II ao vice-rei' (referindo duas cartas de 1612), Lisboa, 1613.03.04, in DRI tomo II, doc. 336, p. 361; *id.*, Carta, Madrid, 1618.03.10, *ibid.* vol. V, doc. 1030, p. 40.

433 A forma dos bastiões angulares da fortaleza de Lārak é distinta dos baluartes com reveses, que foram introduzidos, como inovação, em meados do século XVI, em fortificações portuguesas, pelo que não parece viável substanciar uma hipótese de atribuição a Inofre de Carvalho. De igual modo, a organização do interior do recinto fortificado; bem como o perfil das abóbadas, na entrada nos bastiões (com um traçado de arco mistilíneo, em querena, ou, na parte superior, recto e apontado, e na parte inferior, curvo), não revelam uma influência portuguesa. A edificação de uma obra de tal envergadura, e o seu provimento com artilharia e forças militares carecem de referência, em documentação portuguesa. A realização da fortificação poderá ter acontecido após a queda de Ormuz.

434 Daniel T. Potts, 'The Portuguese on Qeshm', in Matthee and Flores (eds.), *Portugal. The Persian Gulf*, p. 101.

435 Aubin, 'Le royaume d'Ormuz', p. 151.

436 Andrada, *Crónica*, Parte IV, cap. lxxxii, p. 1138.

437 Potts, 'The Portuguese on Qeshm', pp. 105–106, Fig. 4.2.

438 Transcrição segundo desenho de A.W. Stiffe (Fig. 15): «SEPV[L]T[V]RA DE / AMTONO CO / REA E DE SEVS / IRDEIROS FALE / SEO AOS 17 DE / IANEIRO DE 1591 / ANNOS [a seguir, uma figura]». Comparando a imagem publicada por Potts, e o desenho de Stiffe, talvez seja possível concluir que a figura indica a idade em um número começado por «8». A.W. Stiffe, 'The Island of Hormúz (Ormuz).', in Clements R. Markham, C.B., F.R.S. (eds.), *The Geographical Magazine*, vol. I-1874 (London: Trübner & CO. 1874) (April 1874), pp. 12–13 (p. 12).

439 Na transcrição, as letras foram separadas de modo a articular as palavras, dando sentido à inscrição. As inscrições encontram-se catalogadas como sendo um texto em latim. Folha com três mapas e uma vista, um dos mapas inclui a legenda principal: «Map shewing the position of Hormúz Island with reference to the Persian Coast and the other old European settlements in the vicinity. From actual survey by A.W. Stiffe, late Lieut. R.N.» (London: T. Pettitt & Co. Litho., 1874) (British Library, Indai Office Records, Maps Collections).

440 'Alvará de D. João III, relativo ao trespasse de um Regimento elaborado pelo vice-rei, D. João de Castro, com disposições relativas a Ormuz, de 1546.11.30', publicado pelo vice-rei em Goa, 1572.01.22, in DHM vol. III, doc. 82, pp. 389–390.

441 Uma situação similar foi considerada por João Paulo Oliveira e Costa, no caso de antigos soldados, que deixaram o serviço régio, e se tornaram comerciantes particulares, entrando no sistema mercantil asiático. João Paulo Oliveira e Costa, 'O Império Português em meados do século XVI', *Anais de História de Além-Mar*, vol. III (2002), p. 103.

442 Potts, 'The Portuguese on Qeshm', p. 115. Entre as hipóteses que coloca, a remota possibilidade de atribuir a sepultura ao capitão-mor de Ormuz, D. Francisco de Sousa, não teria fundamento, à luz de fontes portuguesas que indicam o seu enterramento na igreja do Carmo, em Ormuz.

443 Campos, *Arquitectura militar portuguesa no Golfo Pérsico-Ormuz*, pp. 231–251; *Id.*, 'Some notes', pp. 158–160.

A sobreposição de ocupações e sucessivas intervenções, para renovada utilização de estruturas defendidas preexistentes, feita pelos iranianos, pela capitania de Ormuz, e de novo pelos iranianos, após a saída dos portugueses, implicaria um estudo arqueológico e arquitectónico, conferindo fontes documentais de ambas as partes.

444 William Floor, *The Persian Gulf*, pp. 209–210, cit. in Loureiro, 'The Persian Ventures', pp. 253.

445 'Carta [de D. Luís da Gama a el-rei]', não assinada e sem data, in DRI tomo VI, p. 503.

446 Bocarro, *Decada 13*, Parte I, cap. lxxix, p. 346.

447 *Ibid.*, p. 346.

448 Brás de Albuquerque, *Commentarios*, Parte I, cap. xxxvii, p. 188.

449 Aubin, 'Le royaume d'Hormuz', p. 102.

450 ‘Gastos que mais ffaaz em sua casa e alguns de ffora’, in ‘Título das remdas que remde a ylha d’Oromuz’, p. 224.

451 ‘Carta [de D. Luís da Gama a el-rei]’, não assinada e sem data, in DRI tomo VI, p. 504.

452 *Ibid.*

453 ‘Carta de D. Filipe II a D. Jerónimo de Azevedo, vice-rei da Índia’, escrita em Lisboa, 1616.01.27, in DRI tomo III, doc. 620, pp. 361–362.

454 ‘Regimento de D. Filipe II, para Rui Freire de Andrade’, Madrid, 1619.01.15, in DRI tomo V, doc. 1139, pp. 255–260.

455 Charles Boxer, ‘Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf, 1615–1635’, in *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, ed. Edgar Prestage (Watford: Voss and Michael, 1935, pp. 46–129), pp. 66–71.

456 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. I, cap. viii, pp. 26; 23–27. Sobre os argumentos apresentados e as decisões tomadas relativamente à construção da fortaleza de Qišm, e as circunstâncias de socorro prestado pelo governador do Estado da Índia, documentadas em fontes portuguesas (cartas e outros elementos de processos instaurados), além de *Commentarios do Grande Capitam*, e de DRI, em particular, *Apologeticos Discursos*; e ‘Processo Inedito do Seculo XVII’, in Cordeiro, *Batalhas da Índia: Como se perdeu Ormuz*, pp. 172–296.

457 ‘Regimento de D. Filipe II para Rui Freire de Andrade’, Madrid, 1619.01.15, in DRI tomo V, doc. 1139, p. 258

458 Sobre aspectos específicos relativamente ao sítio e aspectos arquitectónicos da fortaleza construída, segue-se, em particular, *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. I, passim.

459 *Ibid.*, Liv. I, cap. viii, p. 27

460 *Ibid.*, Liv. I, cap. ix, p. 29.

461 A cava começaria depois a ser guarnecida de paredes. *Ibid.*, Liv. I, cap. ix, pp. 28–29; cap. xi, p. 36. Vinte passos seriam, segundo a medida de um «passo andante» (equivalente a três palmos ou dois pés), cerca de 13,20m; e segundo a medida de um «passo comum» (equivalente a quatro palmos e meio, ou três pés), cerca de 19,80m, considerando informação mais tardia, in João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, 3 tomos (2.^a ed. revista e aumentada Lisboa: Na oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762), tomo I, Introdução a obra.

462 Considera-se, como hipótese que o primeiro baluarte seria aquele mais próximo do ponto onde foi efectuado o desembarque, navegando a partir da ilha de Ormuz. Nesse sentido, a sucessão dos baluartes indicaria: Madre de Deus (este); Espírito Santo (sul); Santiago (oeste); Santo António (norte).

463 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. I, cap. x, passim; cap. xvi, p. 49.

464 *Ibid.*, Liv. I, cap. xiii, pp. 39–40

465 *Ibid.*, Liv. I, cap. xviii, p. 54.

466 *Ibid.*, Liv. I, cap. xix, pp. 57–58.

467 ‘Part of a letter written to Sir Iohn Wostenholme by T. Wilson Chyrurgion’, The Second Part, Lib. 10, § III, p. 1790.

468 Brás de Albuquerque, *Commentarios*, Parte I, cap. li, p. 256–257.

469 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. I, cap. xix, pp. 58–59.

470 Potts, ‘The Portuguese on Qeshm’, pp. 111–112.

471 Relato do cerco e queda de Ormuz, in Sir William Foster, series English Factories in India, 1622–1623 (Oxford 1906–1911), cit. in Boxer, ‘Anglo-Portuguese Rivalry’, p. 77.

472 ‘Carta do Veador da fazenda de Ormuz ao Governador Fernão d’Albuquerque’, Ormuz, 1622.04.28, in *Apologeticos Discursos*, Discurso decimosexto, p. 122.

473 Sobre as datas há alguma discrepância. Pietro della Valle enquadra a diferença, à luz do uso de distintos calendários, antigo e reformado, tanto pelos ingleses, como pelos portugueses. *Troisiesme partie des fameux voyages de Pietro della Valle*, Lettre XVI, p. 406 (1622.07.27). Boxer, ‘Anglo-Portuguese Rivalry’, p. 83. Em 1515, no mesmo dia 3 de Maio, tinham sido abertas as fundações para o primeiro lanço de muro da obra da fortaleza. A data de tomada da fortaleza, pelas forças inglesas e persas, a 29 de Abril de 1622, constitui uma última notação de Manuel Godinho de Erédia (‘Atlas miscelânea de c. 1615-c. 1622’, fol. 75v-Esboço do ataque inglês e persa a Ormuz); faleceria antes de 12 de Março de 1623. Teixeira da Mota, PMC, vol. IV, pp. 57, 59.

474 Pietro della Valle e os ingleses com quem fazia a visita alojaram-se uma noite em casa de uns ingleses que moravam na ilha. Partiram todos, no dia seguinte, com cães de caça, seguindo para a ilha de Larak. *Troisiesme partie des fameux voyages de Pietro della Valle*, Lettre XVIII, v, pp. 639–640.

475 *Ibid.*, p. 116.

476 Potts, ‘The Portuguese on Qeshm’, pp. 115–116. Jos Gommans e Jeroen Bos e Gijs Kruijtzter, *Grote Atlas van de Verenigde Oost-Indische Compagnie=Comprehensive Atlas of the Dutch United East India Company: VI Voor-Indië, Perzië, Arabisch Schiereiland / India, Persia Arabian Peninsula* (2010), p. 82.

477 Potts, ‘The Portuguese on Qeshm’, pp. 115–116.

478 Potts, ‘The Portuguese on Qeshm’, pp. 115–116. Gommans and Bos and Kruijtzter, *Grote Atlas van de Verenigde Oost-Indische Compagnien*, p. 82.

479 É possível que a indicação dos pontos cardiais não esteja certa. A legenda, com enumeração dos baluartes, parte do mesmo baluarte, que a descrição portuguesa, aquele de invocação da Madre de Deus, mas a sequência é dada em sentido contrário. O desenho de Engelbert Kaempfer não indica os dois muros acrescentados à fortaleza, por Rui Freire de Andrade, para proteger e assegurar o acesso directo ao mar. Talvez estivessem arruinados, ou já não subsistissem. Essa parte da obra constituía um requisito especialmente importante, no caso das forças portuguesas, porque dependiam das armadas como principal força de apoio. Contudo, a obra terá sido realizada à pressa, e com menos cuidado na execução, pelo que não teria resistido ao tempo transcorrido. Com a passagem da fortaleza para as forças iranianas, a necessidade da sua conservação não se justificava com a mesma premência, tendo em conta a proximidade a terra firme, e a facilidade de acesso à ilha.

480 Igor Viegas Outeiro, ‘Engelbert Kaempfer’s 17th Century Plano f the Fortress of Qeshm: Translation and Insights for a Reassessment of the Fortress of Hormuz’, L. Hermida González et al. (eds.), *EGA 2024, SSDI 44*, pp. 1–8, 2024. <https://doi.org/10.1007/978-3-031-57579-2_3>.

481 *Amœnitatum Exoticarum Politico-Physico-Medicarum Fasciculi V, Quibus continentur Variæ Relationes, Observationes & Descriptiones Rerum Persicarum & Ulteriores Asiæ, multâ attentione, in peregrinationibus per universum Orientem ab Auctore Engelberto Kæmpfero, D.* (Lemgovia [Lemgo]: Typis & Impensis Henrici Wilhelmi Meyeri 1712), fascículo V, p. 764. Historia epilogus § 4, p. 764. Na mesma parte da obra, Kaempfer descreve, em pormenor, e documenta, em várias imagens, a utilidade e o aproveitamento da palmeira, incluindo a sua aplicação na edificação. *Ibid.* Fasciculus IV, Relatio X. Palmæ usus triplex. Historia epilogus.

482 Cunha, ‘Sombras no ocaso’, pp. 177–198.

483 Bocarro, *Decada 13*, Parte I, cap. lxxix, p. 349.

484 Matthee, ‘Distant allies’, p. 221.

485 (‘Trad.) Jorge Flores, ‘Solving Rubik’s Cube: Hormuz and the Geopolitical Challenges of West Asia, c. 1592–1622’, in Matthee and Flores (eds.), *Portugal. The Persian Gulf*, pp. 204–205.

486 ‘Carta de D. Francisco da Gama, vice-rei da Índia, a D. Filipe II’, Goa, 1599.12.24, in FCG, *Das relações entre Portugal e a Pérsia*, p. 246.

487 Flores, ‘Solving Rubik’s Cube’, pp. 191–215; Rui Manuel Loureiro, ‘The Persian Ventures of Fr. António de Gouveia’, in Matthee and Flores (eds.), *Portugal. The Persian Gulf*, pp. 249–264; Enrique García Hernán, ‘The ‘Persian Gentlemen’ at the Spanish Court in the early seventeenth century’, in Matthee and Flores (eds.), *Portugal. The Persian Gulf*, pp. 284–299; Luís Gil Fernández, ‘Ormuz pendant l’union dynastique du Portugal et de l’Espagne’, in Couto and Loureiro (eds.), *Revisiting Hormuz*, pp. 177–190.

488 ‘Carta de D. Filipe II ao vice-rei’, Lisboa, 1611.12.23, in DRI tomo II, doc. 218, pp. 126–129.

489 ‘Carta de D. Filipe II a D. Jerónimo de Azevedo, vice-rei da Índia’, Lisboa, 1615.02.14, in DRI tomo III, doc. 515, p. 226; ‘Carta de D. Filipe II ao vice-rei’, Madrid, 1619.03.16, in DRI tomo VI, doc. 45, p. 63.

490 ‘Carta de D. Filipe II ao vice-rei’, escrita em Lisboa, 1612.02.10, in DRI tomo II, doc. 231, pp. 158–159.

491 ‘Carta de D. Filipe II ao vice-rei, D. Jerónimo de Azevedo’, escrita em Lisboa, 1616.01.27, in DRI tomo III, doc. 620, pp. 361–362.

492 Em 1539, D. João de Castro escrevia ao Infante D. Luís: «Tem el-rei noso senhor muitas fortalezas por toda esta tera e de muytas não tyra fruyto nem proveito, mas antes o que remdem algumas neçesareas se guasta nestas que nam servem de nada. Parece-me a mim que sua alteza devia de consyderar bem isto, e tirar se de tamanhos guastos, por que abasta pera senhorear a Imdia tres ou quatro fortalezas muito fortes, e nos outros lugares ter feytorias, e huma grossa armada posta no mar muy bem aparelhada; e pera a perder nom se podia dar milhor remedio que o ategora ordenarão os governadores, e foy fazerem muitas

fortalezas muito fracas e em roins sytios, e descuydarem se grandemente do mar e de fazer armada». ‘Carta de D. João de Castro ao Infante D. Luís’, Goa, 1539.10.29, in Cortesão e Albuquerque, *Obras Completas de D. João de Castro*, vol. III, doc. 8, p. 19. Já anteriormente, Afonso Albuquerque havia defendido, «que o império do Oriente podia ser assegurado ‘com quatro boas fortalezas e uma grande frota bem armada e tripulada por três mil portugueses europeus’». Cit. in Boxer, ‘O Império Português’, p. 466.

493 ‘Carta de D. Filipe II ao vice-rei, D. Jerónimo de Azevedo’, escrita em Lisboa, 1616.01.27, in DRI tomo III, doc. 620, p. 362.

494 Boxer, ‘Anglo-Portuguese Rivalry’, p. 55.

495 ‘O que se tem assentado, acerca da amizade que el rey de Persia polo seu embaxador, mandou offerrecer a Sua Magestade e do comercio e tratto da seda, que tudo se há de capitular, e assinar na Persia polo mesmo rey, e polo embador de Sua Magestade em virtude dos poderes que se lhe mandão he o seguinte’, Madrid, 1619.03.14, in DRI tomo VI, doc. 39, pp. 47–51. Em todo o documento, por contraposição a «Sua Magestade», «rei» da Pérsia, é escrito com minúscula.

496 ‘Decifrado da carta de Sua Magestade para o embaixador de Persia Dom Garcia de Silva e Figueroa’, 1619.03.14, in DRI tomo VI, doc. 40, pp. 51–57.

497 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. I, cap. viii, pp. 25–26. Acerca desta obra, do seu possível autor, e do contexto envolvendo a queda de Ormuz, e certos acontecimentos subsequentes, vd. Rui Manuel Loureiro, ‘After the fall of Hormuz: naval campaigns and textual battles’, in Couto and Loureiro (eds.), *Revisiting Hormuz*, pp. 261–270.

498 ‘Regimento de D. Filipe II a Rui Freire de Andrade, vice-rei da Índia’, Madrid, 1619.01.15, in DRI tomo V, doc. 1139, pp. 257–258.

499 ‘Carta de Fernão de Albuquerque a Rui Freire de Andrade’, Goa, 1621.03.30, em resposta a carta de Rui Freire de Andrade, de 1621.02.08, in Cordeiro, *Batalhas da Índia: como se perdeu Ormuz*, p. 188. Na correspondência trocada entre o governador e Rui Freire de Andrade iria transparecer a permanente escassez de meios e dificuldade de mobilização de forças, para ir em socorro da fortaleza de Qišm.

500 *Ibid.*

501 «O Capitão D. Francisco de Sousa e o Védor da Fazenda me escreveram o mesmo, e tudo eu antevi e adverti a Vossa Mercê, e fora justo e divido que o considerara antes de pôr mão n’aquella obra, e não fiar tanto de si, com os seus trinta annos que não sonhavam de vir ao mundo quando eu tinha muitos de experiencia e do serviço de Sua Magestade n’estas partes, que se persuadissem, como me dá a entender, que podia emendar o que os meus setenta lhe escreviam e advertiam em materia tão grave e tão occasionada, aos grandes trabalhos e riscos a que está exposta essa Fortaleza, e tudo o mais d’esse estreito». ‘Carta de Fernão de Albuquerque a Rui Freire de Andrade’, Goa, 1621.10.22, em resposta a carta de Rui Freire de Andrade, de 1621.08.14, *ibid.*, p. 192.

502 ‘Carta de D. Filipe II a D. Jerónimo de Azevedo, vice-rei da Índia’, Lisboa, 1612.01.31, in DRI tomo II, doc. 226, pp. 147–148.

503 ‘Memorial de algunos avisos importantes (...) por el capitan y sargento mayor Silvestre de Borja Pacheco’, subscrito por Cristóvão Soares, sem data, c. 1618–1619, in DRI tomo VII, doc. 81, pp. 86–87.

504 ‘Carta de D. Filipe II ao Conde de Redondo, vice-rei da Índia’, Madrid, 1617.03.21, DRI tomo IV, doc. 869-n.º 53, p. 168.

505 ‘Carta do Conde de Redondo, vice-rei da Índia, a D. Filipe II’, Goa, 1619.02.08, em resposta a Carta do rei, escrita em Lisboa, 1619.01.23, in DRI tomo IV, doc. 948, p. 288. Cfr. resposta do vice-rei apenas a ‘Carta de D. Filipe II ao vice-rei Conde de Redondo’, Madrid, 1617.03.21, in DRI tomo IV, doc. 869-n.º 53, p. 168. O governo do reino insiste no cumprimento da disciplina da milícia da Europa, ‘Carta de D. Filipe II ao vice-rei’, escrita em Lisboa, 1620.03.05, in DRI tomo VI, doc. 61, p. 355–357.

506 ‘Carta de D. Filipe III ao vice-rei’, escrita em Lisboa, 1622.02.08, in DRI tomo VIII, doc. 230, p. 320.

507 Instruções de D. Filipe II para o embaixador Don García de Slva e Figueroa: «advertindo que o que toqua a expulsão dos Ingrezes, ou outros estrangeiros de Europa, e a restituição, e restauração do bandel do Coorão, ha de preceder em todo o caso, a execução do comercio [da seda], fazendo toda a boa diligencia por conseguir juntamente o da restituição de Baharem; porem se todavia a não puderdes alcançar logo nem por isso deixareis de admitir e

assentar o mais, tenho este ponto em segredo sem o comunicar a pessoa algũa». ‘Decifrado da carta de Sua Magestade para o embaxador de Persia Dom Garcia de Silva e Figueroa’, 1619.03.14, in DRI tomo VI, doc. 40, p. 55.

508 No cerco de Ormuz, em 1552, a armada turca compreendia embarcações do tipo da galé com dois mastros e remos («Tādirğa»), e outras mais pequenas («barça»), Couto, ‘Portuguese-Ottoman rivalry’, p. 160 e nota 58.

509 Manuel Hidalgo Nieto, ‘El estrecho de Ormuz y la ciudad de Diu a mediados del siglo XVI: Tres documentos españoles relativos a la acción portuguesa en Oriente’, *Revista Portuguesa de História*, Tomo III (1947), pp. 43–80. As implicações da falta de vento, condicionando o socorro pelos navios de alto bordo, seriam mencionadas inclusive numa carta de um irmão jesuíta, em missão em Ormuz. ‘Carta do irmão Aleixo Madeira ao padre Luís Gonçalves’, Ormuz, 1553.09.24, in DHM vol. VII, doc. 63, p. 329. *Vid.* igualmente ‘Legajo 268 — India Oriental’, Lisboa, 25.09[- -], *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, n.º 44 (1971), pp. 118–120. José Manuel Malhão Pereira, ‘As acções navais de Piri Reis e Seydi Ali Reis e a expansão turca no Índico. Factores náuticos e meteorológicos’, in *Uma relação entre Portugal e a Turquia em torno de Piri Reis* (Lisboa: Academia de Marinha, 2018), pp. 179–182. Para uma visão alargada ao espaço do Índico ocidental, Vítor Luís Gaspar Rodrigues, ‘Adjusting to Asian seas: changes in the structure of Portuguese naval warfare (1525–1550)’, in Fátima da Silva Gracias; Celsa Pinto e Charles Borges (eds.), *Indo-Portuguese History: Global Trends: Proceedings* (Goa: Pangim, 2005), pp. 457–468.

510 ‘Carta de D. Filipe II a D. Martim Afonso de Castro, vice-rei da Índia’, escrita pelo Bispo D. Pedro e o Conde de Santa Cruz, Lisboa, 1607.01.03, in DRI tomo I, doc. 17, pp. 51–57. Trata-se de uma carta extensa, com muito interesse, pela ordem de problemas considerados a respeito de Ormuz. Entre outros assuntos, define quais os itinerários para enviar a «os despachos [de Goa] a Ormuz duas vezes no anno, duplicados e por correios distinctos», seguindo por «diversos caminhos, a saber: hum por Baçorá demandar a Suez e d’alli passar a Alexandria, onde se acham de ordinario embarcações pera Itália e França, outro pelas terras de Bombareça ao longo da Persia, vindo demandar Alepo e Alexandreia, onde tambem se acham embarcações para Veneza e outras partes de Italia», inclusive recorrendo a mercadores, «vенеzeanos, que tem suas feitorias e correspondencias em Ormuz, são homens conhecidos e fieis». Ao capitão de Ormuz seria enviada «hũa cifra pera elle tambem me escrever os avisos que se lhe oferecerem». *Ibid.*, pp. 56–57.

511 Nas passagens citadas, D. Filipe inclui uma observação relativamente a obra de reposição dos baluartes antigos, que mostra quanto a principal preocupação de defesa era contra a cidade e um possível levantamento dos ormuzianos: «E porque se me tem representado que não somente se deve fortificar a dita fortaleza de Ormuz, mas tambem a ilha, levantando-se huns baluartes antigos que tem sobre o surgidouro, com advertencia que da parte de dentro fique a fortificação fraca, assi para seguridade de algũa rebelião, como porque, sendo necessario dar algum castigo aos naturaes, não tenham parte donde se defender». ‘Carta de D. Filipe II a Rui Lourenço de Távora, vice-rei da Índia’, Lisboa, 1610.02.13, in DRI tomo I, doc. 110, p. 325.

512 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. I, cap. xxxiii, p. 75, II, cap. xxx, p. 98.

513 *Ibid.*, Liv. I, cap. xxviii, p. 92.

514 «[T]he building of a Wall and a Moat about Ormus, which was begun in seuerall places». ‘Part of a letter written to Sir Iohn Wostenholme by T. Wilson Chyrurgion’, The Second Part, Lib. 10, § III, p. 1791.

515 *Commentarios do Grande Capitam*, Liv. II, cap. xxx, pp. 99–100; cap. xxxix, pp. 140–144.

516 *Ibid.*, Liv. II, cap. xxxii, p. 107.

517 Em 1634, segundo mandado do reino, o vice-rei, conde de Linhares, preparou um plano de fuga para retirar o rei deposto de Ormuz, Muḥammad Šāh IV, da prisão em Shīrāz, onde se encontrava, mas o rei recusou. Cunha, ‘Sombras no ocaso’, p. 177.

518 Della Valle teria ocasião de transmitir os seus oferecimentos ao rei, e conhecer a versão do rei, acerca dos acontecimentos, através da mediação de um judeu. *Troisiesme partie des fameux voyages de Pietro della Valle*, Lettre XVI, p. 410 (1622.07.27).

519 «[D]eux cloches de l’Eglise d’Ormuz, qu’on portoit en triomphe au Roy de Perse, avec le reste du butin, arriuerent à Lar, où elles furent receuës en grande solennité, le Calanter accompagné de ses hommes estant allé au deuant, qui les receut au son des sitres & des tambours, avec vn

grand concours de peuple, portées sur deux petits chariots faits epres, dont les rouës estoient fort basses». Della Valle interpeta o sino como um «presente» que as mulheres tinham feito à igreja de Ormuz, e não transmite o nome inscrita no outro sino. *Ibid.*, p. 415. Talvez esse sino com a data de 1609 pertencesse à igreja da Misericórdia, considerando a importância da sua presença na cidade, e admitindo que o nome identificaria um benfeitor (o fundador da instituição também deixara a memória da sua acção inscrita na lápide tumular, em 1601).

520 Boxer, ‘Anglo-Portuguese Rivalry’, pp. 84–85, n. 1; acerca dos anos, após a queda de Ormuz, e batalhas navais travadas, pp. 87–124.

521 ‘Carta de D. Francisco da Gama, Conde Almirante, vice-rei da Índia, a D. Filipe III’, Goa, 1623.01.08, in DRI tomo IX, doc. 171, pp. 121–122, e nota 1. D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira governou a Índia de 1597 a 1600, e de 1622 a 1628.

522 Boxer, ‘Anglo-Portuguese Rivalry’, pp. 119–120. O estabelecimento de tréguas e um acordo de paz implicavam igualmente a situação em territórios de África, e do Brasil e outras terras, a Ocidente. Id., *The Dutch Seaborne Empire 1600–1800* (London: Hutchinson, 1965), pp. 86–88; passim.

523 Boxer, *The Dutch Seaborne Empire*, pp. 103–104.

524 Boxer, ‘Anglo-Portuguese Rivalry’, em particular, pp. 127–128. A feitoria manter-se-ia até às primeiras décadas de Setecentos (a dinastia safávida termina em 1722).

525 Boxer, ‘Anglo-Portuguese Rivalry’, pp. 87–124; Potts, ‘The Portuguese on Qeshm’, pp. 115–118.

526 Aubin, *Le royaume d’Hormuz*, p. 103.

527 Potts, ‘The Portuguese on Qeshm’, p. 116.

528 *Apologeticos Discursos*, Discurso decimoquarto, pp. 101–101v.º.

Autores

Marta Oliveira
Mariana Martins de Carvalho

Design gráfico

Manuel Granja

Revisão

Teresa Godinho

Tradução

Tania Gregg

Editor

Universidade do Porto.
Faculdade de Arquitectura
Via Panorâmica 215
4150-564 Porto
www.arq.up.pt

A presente publicação não segue o novo
Acordo Ortográfico

ISBN

978-989-8527-74-5

e-ISBN

978-989-8527-75-2

DOI

<https://doi.org/10.54499/PTDC/ART-DAQ/4357/2021>

Impressão

Forward
Impresso em Portugal, 2025

Tiragem

150

Depósito Legal

000000

Esta publicação integra uma série de cinco cadernos desenvolvidos no âmbito do projecto de investigação “PORTofCALL. Encontros entre África, Ásia e Europa: Património cultural e portos de escala no Oceano Índico durante a Idade Moderna”.

Cadernos dedicados aos casos de estudo: *Sofala*, *Ormuz* e *São Tomé de Meliapor*.

Coordenação

Investigadora Principal Marta Oliveira

Concepção

Marta Oliveira, João Carlos Garcia,
Filipa Castro Guerreiro, João Luís Marques,
e Mariana Martins de Carvalho

PORTofCALL

A publicação *Ormuz* foi produzida no âmbito do projeto ‘PORTofCALL. Encontros entre África, Ásia e Europa: Património cultural e portos de escala no Oceano Índico durante a Idade Moderna’, financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a referência FCT/PTDC/ART-DAQ/4357/2021, e coordenado pela Investigadora Principal Marta Oliveira (FAUP) e pelo Co-Investigador Principal Sidh Losa Mendiratta (CES-UC).

Instituição Proponente

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Instituição Parceira com Orçamento

Centro de Estudos Sociais,
Universidade de Coimbra

Instituições Parceiras

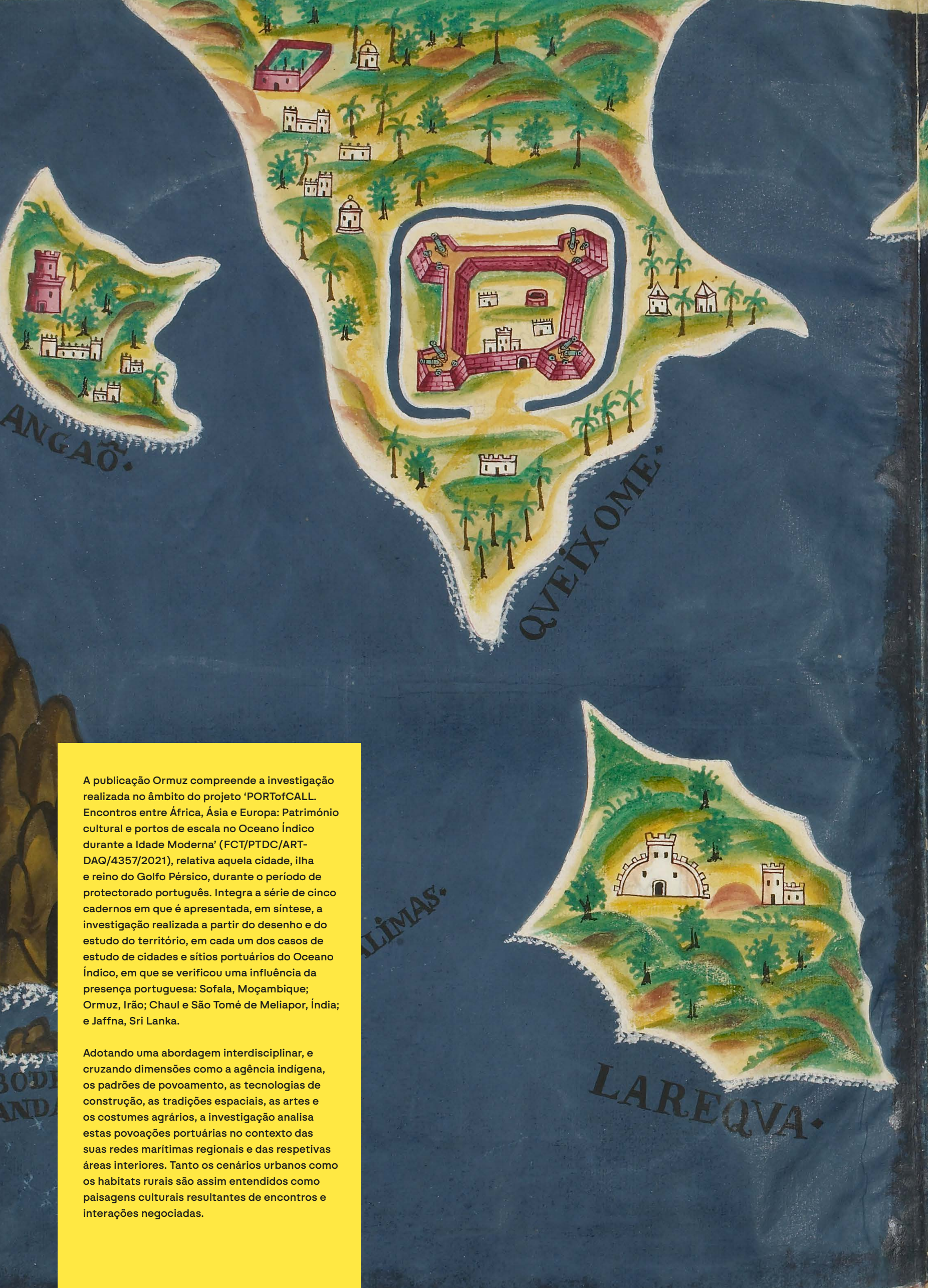
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Fundação Calouste Gulbenkian
Universität Bonn

Marta Oliveira

Professora Associada Jubilada da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Investigadora do Centro de Estudos Nuno Portas (FAUP). Arquitecta pela Escola Superior de Belas-Artes do Porto; doutora em Arquitectura pela Universidade do Porto. Leccionou, e desenvolve investigação em áreas de História da Arquitectura Portuguesa, Teoria e História da Arquitectura, Teoria e História da Reabilitação Arquitectónica, e Reconversão da Construção. Directora do Programa de Doutoramento em Arquitectura da FAUP; coordenou a Opção de Estudos B, Arquitectura: Teoria Projecto História (PDA) e os respectivos Seminários de Projecto de Tese, associando a supervisão de projectos de investigação de doutoramento.

Mariana Martins de Carvalho

Mariana Martins de Carvalho é arquiteta (FAUP, 2005), licenciada em Belas Artes (FBAUP, 2011) e doutorada em Arquitetura, pela Universidade do Porto através da Faculdade de Arquitectura, em 2022, com a tese *Desenhar a Ruína: registo, interpretação e comunicação. O exemplo da cidade romana de Ebora*, que foi distinguida com o Prémio Eduardo da Cunha Serrão (2023). Desde 2012, é investigadora colaboradora no CENP-FAUP. Entre 2020-2024, integrou o Laboratório Colaborativo ProChild CoLAB. A sua prática de investigação centra-se no desenho como método de análise, assumindo-o como linguagem e ferramenta essencial para a leitura e interpretação do passado da arquitetura e do território. Actualmente, é Professora Auxiliar Convidada na FAUP e no DARQ da UCoimbra, tendo lecionado, entre 2022–2024, na EAAD da UMinho.



A publicação Ormuz compreende a investigação realizada no âmbito do projeto 'PORTofCALL. Encontros entre África, Ásia e Europa: Património cultural e portos de escala no Oceano Índico durante a Idade Moderna' (FCT/PTDC/ART-DAQ/4357/2021), relativa aquela cidade, ilha e reino do Golfo Pérsico, durante o período de protectorado português. Integra a série de cinco cadernos em que é apresentada, em síntese, a investigação realizada a partir do desenho e do estudo do território, em cada um dos casos de estudo de cidades e sítios portuários do Oceano Índico, em que se verificou uma influência da presença portuguesa: Sofala, Moçambique; Ormuz, Irão; Chaul e São Tomé de Meliapor, Índia; e Jaffna, Sri Lanka.

Adotando uma abordagem interdisciplinar, e cruzando dimensões como a agência indígena, os padrões de povoamento, as tecnologias de construção, as tradições espaciais, as artes e os costumes agrários, a investigação analisa estas povoações portuárias no contexto das suas redes marítimas regionais e das respetivas áreas interiores. Tanto os cenários urbanos como os habitats rurais são assim entendidos como paisagens culturais resultantes de encontros e interações negociadas.